



**AMAZÔNIA URBANA EM QUESTÃO:
MACAPÁ 75 ANOS DE CAPITAL
LIVRO 3**



Danielle Costa Guimarães
Marcelle Vilar da Silva
Cristina Maria Baddini Lucas
[Organizadoras]



Danielle Costa Guimarães
Marcelle Vilar da Silva
Cristina Maria Baddini Lucas
[Organizadoras]

**AMAZÔNIA URBANA EM QUESTÃO:
MACAPÁ 75 ANOS DE CAPITAL
LIVRO 3**



MACAPÁ
2020

Projeto gráfico e diagramação
Luana Rocha de Souza

Capa e ilustrações (p. 7, 8, 184)
Thainá Rodrigues da Silva

Fotografias do Sumário e das aberturas das Seções Temáticas
Luan Colares Figueiredo

PREFÁCIO

O surgimento do Projeto de Extensão *Macapá Rumo aos 300 anos* foi uma boa iniciativa para se discutir nossa capital para quando ela complete essa idade, com a devida compreensão dos processos urbanos baseados nos diferentes olhares de pesquisadores, na perspectiva do que poderá ser nosso futuro. Em Termo de Cooperação Técnica inédito, a Prefeitura de Macapá e a Universidade federal do Amapá, passaram a discutir a Cidade, seu passado, o presente e o futuro.

O primeiro produto dessa parceria foi o Simpósio Macapá 75 Anos de Capital, um simpósio organizado e financiado em conjunto pelas duas instituições que ocorreu entre os dias 05 a 07 de junho de 2019. O evento foi um sucesso. Sucesso de público e participantes, mas principalmente por reunir em nos dias do evento e em 3 livros uma produção acadêmica sobre a Capital do Estado do Amapá em 34 artigos científicos, em que se discutiu a Macapá de Hoje, que é justamente a primeira fase do Projeto de extensão.

Foi com imenso prazer que, como Reitor da Universidade Federal do Amapá, acompanhei as discussões ocorridas no *Simpósio Macapá 75 anos de capital*, que proporcionou um excelente espaço para discussões e aprofundamentos acerca das dinâmicas da cidade de Macapá.

Neste terceiro livro os autores discutem sobre Vida e cultura urbana, Espacialidades, Patrimônio histórico e cultural. São treze artigos no total, que falam sobre meio ambiente, cultura, hip hop e espalho urbano, igarapé das mulheres, a nossa Igreja Matriz de São José entre outros importantes assuntos. Quem quer saber mais sobre Macapá não pode deixar de ler e até aprofundar as pesquisas aqui divulgadas.

Agradeço o empenho dos professores e acadêmicos que participam dessa edição e convido outros pesquisadores a investirem em pesquisas e publicações sobre Macapá.

Boa leitura!

JULIO SÁ
REITOR DA UNIFAP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A489 Amazônia urbana em questão [recurso eletrônico] : Macapá 75 anos de capital: Livro 3 / Organizadores Danielle Costa Guimarães, Marcelle Vilar da Silva, Cristina Maria Baddini Lucas. – Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86010-59-6

1. Planejamento urbano – Macapá (AP). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Sociologia urbana. I. Guimarães, Danielle Costa. II. Silva, Marcelle Vilar da. III. Lucas, Cristina Maria Baddini.
CDD 711.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

[9](#)

Danielle Costa Guimarães

Marcelle Vilar da Silva

Cristina Maria Baddini Lucas

doi: 10.51324/86010596.1

Artigo

Reflexões sobre a experiência brasileira de criação de regiões metropolitanas

[12](#)

Olga Lúcia Castreghini de Freitas-Firkowski

doi: 10.51324/86010596.2

VIDA E CULTURA URBANA

[26](#)

Síntese da palestra

Cidade atelier: lugares, feitura e poéticas sociais

[28](#)

Silvia Carla Marques Costa

doi: 10.51324/86010596.3

Artigos

Meio ambiente cultural e o direito das minorias: reflexões sobre a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú, Macapá-AP

[32](#)

Adirleide Greice Carmo de Souza

Wellington Lemos Moreira

Lucila Rodrigues do Carmo Neta

doi: 10.51324/86010596.4

A busca pela vitalidade urbana: um estudo de caso do monumento marco zero do equador na cidade de Macapá/AP

[42](#)

Ana Paula Cascaes Rodrigues

doi: 10.51324/86010596.5

O hip hop e o espaço urbano de Macapá: ressignificação, resistência e ativismo

[58](#)

Wesley Vaz Oliveira

Luciano Magnus de Araújo

doi: 10.51324/86010596.6

Hip hop, territorialização e sociabilidade no centro urbano de Macapá

[69](#)

Clara Thayse de Oliveira Cosme

Edimilson Vilhena dos Santos

Lorena de Sousa Araújo

doi: 10.51324/86010596.7

ESPACIALIDADES

[78](#)

Síntese da palestra

Tempos de resistência: uma crônica de vidas reconfiguradas no espaço social de Macapá

[80](#)

Roberta Scheibe

doi: 10.51324/86010596.8

Artigos

Novos conceitos de projetos para unidades básicas de saúde e sua interação com o urbano [84](#)

Jeffeson Pereira da Silva

doi: 10.51324/86010596.9

A percepção do espaço urbano: estudo sobre o bairro Alvorada, Macapá- AP [94](#)

Anneli Maricielo Cárdenas Celis

Amanda Patrício dos Santos

Rebeca Menezes Pimentel Perez

doi: 10.51324/86010596.10

Região metropolitana na Amazônia: ensaios de uma espacialidade amapaense em construção [106](#)

Charles de Oliveira da Silva

Jadson Luís Rebelo Porto

doi: 10.51324/86010596.11

De perto e de dentro: deriva sensorial no igarapé das mulheres [117](#)

Chrys de Araújo Oliveira

Gabriela Ferreira Ávila

Victor Gabriel Ferreira Neves

doi: 10.51324/86010596.12

A ação pública e a produção de vulnerabilidades socioambientais nas ocupações informais em Macapá-AP [129](#)

Jacy Soares Corrêa Neto

Katrícia Milena Almeida Corrêa

Kelvin Almeida Sacramento

doi: 10.51324/86010596.13

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL [142](#)

Fala de abertura da sessão temática

Patrimônio histórico-cultural [144](#)

José de Vasconcelos Silva

doi: 10.51324/86010596.14

Síntese da palestra

Cidade e patrimônio: um olhar sobre Macapá [147](#)

Eloane Cantuária

doi: 10.51324/86010596.15

Artigos

A igreja de São José de Macapá e a perda de sua memória visual [152](#)

Ananda Brito Bastos

Eloane de Jesus Ramos Cantuária

doi: 10.51324/86010596.16

O reconhecimento de linguagens arquitetônicas no bairro central de Macapá [164](#)

Jacy Soares Corrêa Neto

Luana Rocha de Souza

Elizeu Corrêa dos Santos

doi: 10.51324/86010596.17

O mestre construtor Pedro Reinaldo e a arquitetura dos anos 60 de Macapá [174](#)

Lucas Vinícius Vasconcelos Ramos

Dinah Reiko Tutyia

Mirna Façanha Gomes

Daniela Sampaio

Ana Patrícia Sousa

doi: 10.51324/86010596.18



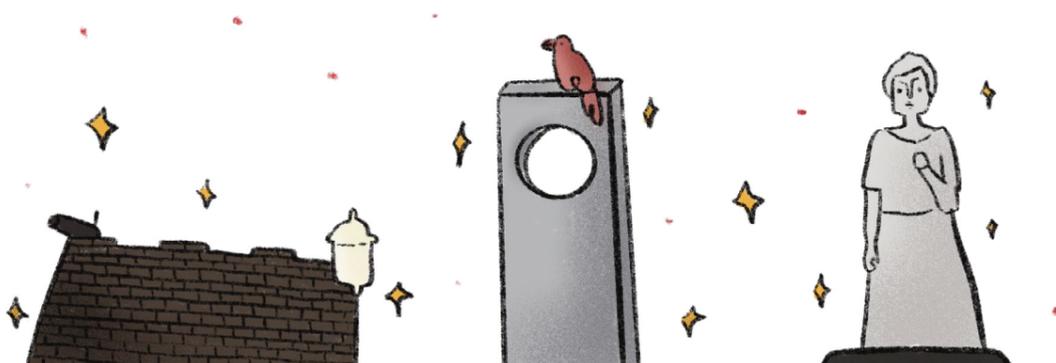
INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui o terceiro de três livros, produzidos a partir das discussões ocorridas no Simpósio Macapá: 75 anos de capital, realizado pela Universidade Federal do Amapá (Unifap) e a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), em Macapá, no Campus Marco Zero da Unifap, nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2019, que contou com a participação de profissionais, pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação de diversas instituições e áreas de atuação de Macapá. O evento proporcionou espaço para que os participantes conhecessem e reconhecessem profissionais e sua produção, a qual foi apresentada e discutida nos dias do simpósio e em sua maior parte está presente nestas três publicações.

O simpósio integra as atividades do Projeto de Extensão Macapá rumo aos 300 anos, originado de Acordo Interinstitucional entre Unifap e PMM em 2018, teve como intenção reunir resultados de pesquisas (e pesquisas em andamento) de diversas áreas voltadas para discussões acerca das dinâmicas particulares à cidade de Macapá e que auxiliasse a construir um panorama da Macapá de Hoje, utilizando como marco temporal e político a cidade capital que, desde 1944, quando o Amapá deixa de ser parte do estado do Pará para se tornar Território Federal, vem a passar por grandes transformações, econômicas, culturais, espaciais e sociais. Observando esses 75 anos, buscamos com as trocas propiciadas, compreender o processo de ocupação desse território a partir de variados olhares, que questionem, reflitam e o leiam, a partir de uma perspectiva que se preocupe com qual estratégia deveríamos adotar no futuro.

Os textos encontrados no corpo desta obra são artigos submetidos e organizados em três grandes eixos temáticos: 1) Corpos hídricos à deriva: As águas de Macapá, 2) Vitalidade Urbana em Macapá e 3) Estrutura intraurbana de Macapá. Esses eixos também orientaram a organização da equipe de avaliadores ad hoc, os quais registramos aqui: Aneli Cardenas Celis, Cristina Maria Baddini Lucas, Danielle Costa Guimarães, Dorival Freitas Pinheiro, Elizeu Corrêa dos Santos, Eloane de Jesus Ramos Cantuária, Francianny Moraes, Jadson Luís Rabelo Porto, José Alberto Tostes, José de Vasconcelos Silva, Luana Rocha de Souza, Marcelle Vilar da Silva, Regis Brito Nunes e Silvana Lélia Assunção Barreto.

O simpósio foi organizado por uma grande equipe composta por alunos estagiários do projeto, alunos voluntários, professores e técnicos da equipe multidisciplinar da Unifap (dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Artes) e servidores municipais, os quais citamos nominalmente: Danielle Guimarães (coordenadora); Aneli Celis, Cristina Lucas, Elizeu dos Santos, Eloane Cantuária, Francianny Moraes, Jadson Porto, José Tostes, José Silva, Luana de Souza, Marcelle Vilar, Regis Nunes, Silvana Barreto (colaboradores); Amanda Martins, Arthur de Carvalho, Daniela de Oliveira, Elinara da Silva, Endrel Silva, João Paulo Amaral, Juliana Sena, Michel Rodrigues, Vanessa do Nascimento (bolsistas); Paulo Victor Costa e Ana Carolina Vasconcelos (voluntários da equipe de mídia) e Deuzarina de Moraes David, Geovan da Silva Fer-



reira, Nilcilene dos Santos Quadros e Paulo Sérgio Abreu Mendes (servidores municipais). Essa equipe trabalhou de forma colaborativa, muito ligada entre si e em tempo recorde. Este gratificante trabalho, promoveu um evento considerado de relevância, em que foi externalizado pelos participantes o anseio por uma segunda edição para a continuidade das discussões realizadas.

O primeiro livro conta em seu primeiro capítulo, que antecede as seções temáticas, com um texto da professora Luciana Macêdo, intitulado O primeiro decênio de Macapá como capital do Território do Amapá: representações fotográficas, referente à palestra de abertura que proferiu para o simpósio. O texto analisa, por meio de fotografias de diversas épocas, as transformações da cidade de Macapá nos primeiros dez anos, após a criação do Território Federal do Amapá, em 1944.

Os três livros estão organizados em seções temáticas, conforme a estruturação das sessões ocorridas no simpósio, para fins de organização do mesmo, como segue: Livro 1 - Seções Águas: natureza e sociedade e Bioclimatologia urbana. Livro 2 - Seções, Economia Local, Planos e Planejamento, Mobilidade Ativa e Transporte Coletivo. Livro 3: Seções Vida e Cultura Urbana, Espacialidades e Patrimônio Histórico e Cultural. Cada seção temática do livro é composta, além da coletânea de artigos, por textos de aberturas das seções elaborados a convite da organização, por pesquisadores da área, participantes do evento.

Todas as sessões temáticas do evento foram abertas por palestrantes, pesquisadores convidados com produções relevantes na área de cada sessão, para que a temática fosse introduzida e que os mesmos, juntamente com os autores dos artigos, pudessem compor ao final uma mesa para proceder às discussões e à interação entre si e com o público. Dessa forma, para registrar essa importante contribuição dos palestrantes, os livros também receberam textos resumo das palestras de abertura das sessões, seguidas pelos artigos.

Nesta presente obra, o livro 3, estão publicados os seguintes textos. Na sessão temática Vida e Cultura Urbana encontram-se os textos: Meio ambiente cultural e o direito das minorias: reflexões sobre a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú, Macapá-AP, autoria de Adirleide Greice de Souza, Wellington Moreira e Lucila do Carmo Neta; Hip hop, territorialização e sociabilidade no centro urbano de Macapá, autoria de Clara Thayse Cosme, Edimilson dos Santos e Lorena Araújo; O hip hop e o espaço urbano de Macapá: ressignificação, resistência e ativismo, autoria de Wesley Vaz Oliveira e Luciano Magnus de Araújo; A busca pela vitalidade urbana: um estudo de caso do monumento marco zero do equador na cidade de Macapá/AP, autoria de Ana Paula Rodrigues.

Na sessão temática Espacialidades encontram-se os textos: Novos conceitos de projetos para unidades básicas de saúde e sua interação com o urbano, autoria de Jefferson Pereira da Silva; A percepção do espaço urbano: estudo sobre o bairro alvorada, Macapá- AP, autoria de Aneli Maricielo Celis, Amanda Patrício dos Santos e Rebeca Perez; Região metropolitana na Amazônia: ensaios de uma espacialidade amapaense em construção, autoria de Charles da Silva e Jadson Porto; De perto e de dentro: deriva sensorial no igarapé das mulheres, autoria de

Chrys Oliveira, Gabriela Ávila e Victor Neves; A ação pública e a produção de vulnerabilidades socioambientais, autoria de Jacy Corrêa Neto, Katrícia Milena Corrêa e Kelvin Sacramento.

Na sessão temática Patrimônio Histórico e Cultural encontram-se os textos: A igreja de São José de Macapá e a perda de sua memória visual, autoria de Ananda Bastos e Eloane Cantuária; O reconhecimento de linguagens arquitetônicas no bairro central de Macapá, autoria de Jacy Corrêa Neto, Luana Souza e Elizeu dos Santos; O mestre construtor Pedro Reinaldo e a arquitetura dos anos 60 de Macapá, autoria de Lucas Vinícius Ramos, Dinah Tutyia, Mirna Gomes, Daniela Sampaio, Ana Patrícia Sousa.

Por fim, considerando que no tempo atual Macapá já é o ponto focal de uma região metropolitana criada em 2003, que inter-relaciona os municípios de Macapá, Mazagão e Santana, observamos a necessidade de adequar as análises, motivo pelo qual o grupo de professores que faz parte do projeto de extensão já se organiza para ampliar esse olhar e adotar um mais apurado, abrangente e acurado dos fenômenos urbanos pelos quais essa região passa atualmente e deve passar no futuro. Vislumbrando essa nova abordagem necessária, no primeiro capítulo deste livro, encontramos um texto esclarecedor intitulado “Reflexões sobre a experiência brasileira de criação de regiões metropolitanas”, que versa sobre a criação das regiões metropolitanas no Brasil, da Professora Olga de Freitas-Firkowski¹, produzido exclusivamente para esta obra.

Esperamos que os leitores e as leitoras ampliem sua visão sobre a cidade de Macapá, assim como desejamos uma boa leitura e bons estudos.

Danielle Costa Guimarães
Marcelle Vilar da Silva
Cristina Maria Baddini Lucas

¹ Professora do Departamento de Geografia da UFPR, Professora dos Programas de Pós Graduação em Geografia (M/D) e em Planejamento Urbano (M) e Pesquisadora do CNPQ e do INCT/Observatório das Metrôpoles (Núcleo Curitiba).

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS¹

Olga Lúcia Castreghini de Freitas-Firkowski²

Segundo dados do IBGE para o ano de 2018, havia no Brasil 82 unidades regionais, sendo 74 regiões metropolitanas, 3 RIDES e 5 Aglomerações Urbanas, totalizando 119.606.110 habitantes, o que correspondia a 57,6% da população total do país, que era da ordem de 207.660.929 habitantes, denotando que existe um processo institucional acelerado de criação de unidades regionais no país.

Contribuir com as reflexões sobre o sentido dessas unidades regionais no Brasil, é o objetivo desse texto, que parte de reflexão sobre os antecedentes do processo de criação das regiões metropolitanas no Brasil, enfatiza as mudanças advindas com a Constituição de 1988 e apresenta alguns dos pontos mais relevantes inseridos com lei promulgada em 2015 e conhecida como Estatuto da Metrópole.

Apresenta, ainda, um panorama das regiões metropolitanas institucionalizadas, à luz dos critérios contidos no Estatuto da Metrópole, em especial aquele que define o nível hierárquico mínimo para que um centro urbano seja considerado sede de uma região metropolitana.

Espera-se, com isso, contribuir para os debates acerca desse tema, cuja importância se renova em um momento onde podemos afirmar que a cidade se transforma, deixando de ser um ponto no mapa para se transformar numa área ou região. Aí reside a relevância da discussão metropolitana que, contudo, se não devidamente explicitada, pode levar a conclusões equivocadas sobre o próprio processo de metropolização no Brasil.

A experiência brasileira de criação de regiões metropolitanas: os antecedentes

Podemos identificar o ano de 1967 como um marco inicial das discussões mais efetivas acerca da criação de regiões metropolitanas

no Brasil. Nessa época, o governo federal encomendou ao IBGE um estudo que visava propor critérios para que no Censo de 1970, fossem coletadas informações capazes de indicar as regiões metropolitanas a serem criadas.

Como todo processo de formulação de critérios, os autores do estudo¹ intitulado “Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas” (GALVÃO et al, 1969), partiram das discussões existentes à época sobre metropolização e sobre a delimitação das unidades metropolitanas.

Apontam um cenário de crescente concentração metropolitana no país, atestado pelos números como segue,

O crescimento da população metropolitana em nosso país tem sido grande, uma vez que representava 17% da população nacional em 1950, 21% em 1960 e atingirá cerca (*sic*) de 25% em 1970, para quando está previsto uma população de quase 24 milhões de habitantes. (GALVÃO et al, 1969, p. 54)

Adota-se, no documento, a seguinte definição de metrópole

Uma metrópole é, antes de mais nada, uma grande cidade, em termos de volume populacional. Neste documento tomamos este (*sic*) volume como sendo da ordem de 400 000 habitantes. Uma metrópole é também uma cidade grande, por suas funções urbanas bastante diversificadas e especializadas. (GALVÃO et al, 1969, p. 55)

Nota-se a definição de um limiar populacional, de modo a orientar as discussões sobre os critérios, portanto, o critério de tamanho populacional foi uma preliminar, tal volume de população baseou-se no fato de que duas, dentre as supostas metrópoles daquele momento, tinham patamares de população de cerca de 400 mil habitantes cada, respectivamente, Curitiba e Belém.

Os critérios utilizados à época para definir as áreas de pesquisa para com vistas à coleta de informações para a futura definição das áreas metropolitanas foram: demográficos, estruturais e de integração.

Os critérios demográficos foram os seguintes: i) população da cidade sede com 400 mil habitantes; ii) densidade populacional de, pelo menos, 500 hab/km² na cidade sede; densidade nos municípios do entorno de 60 hab/km²; variação de 45% da população nos censos de 1950 e 1960.

Os critérios estruturais foram: 10% da população potencialmente ativa ocupada em atividades industriais; para os municípios dormitórios, índice de movimento pendular igual ou maior que 20% da população; valor da produção industrial 3 vezes superior que aquele da produção agrícola.

¹ Artigo produzido exclusivamente para esta obra.

² Professora do Departamento de Geografia da UFPR. Professora dos Programas de Pós Graduação em Geografia (M/D) e em Planejamento Urbano (M). Pesquisadora do CNPQ e do INCT/Observatório das Metrópoles (Núcleo Curitiba)

¹ O grupo de geógrafos foi denominado de Grupo de Áreas Metropolitanas e era composto por Marília Velloso Galvão, Speridião Faissol, Olga Maria Buarque de Lima e Elisa Maria José Mendes de Almeida.

Por fim, os critérios de integração abrangiam: ao menos 10% da população total em deslocamento pendular; ligações telefônicas para a cidade sede maior que 80 ligações por aparelho ao ano.

Nota-se, assim, a preocupação com o estabelecimento de critérios que permitissem apreender as situações urbanas mais complexas em território nacional, com vistas à formulação de uma política metropolitana.

Nesse estudo, também foram definidos dois recortes territoriais, o primeiro denominado de área metropolitana e o segundo de região metropolitana.

Por área metropolitana entendia-se

um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota. Um conjunto de problemas de interesse (*sic*) comum, principalmente os de infra-estrutura econômica e social, criam as motivações para a organização de instituições que procurem resolver ou orientar a solução dos problemas que tal concentração populacional pode criar. (GALVÃO et al, 1969, p. 55-56)

Ressalta-se que os autores denominam de “área metropolitana” essa porção do território com fortes características de integração. Já por região metropolitana, entendiam como uma perspectiva de futuro do processo de expansão metropolitana, ou seja, um recorte territorial mais amplo que o primeiro e que poderia, ao longo do tempo se transformar em metropolitano. Assim,

Esta análise longitudinal implica na necessidade de se conceituar a noção de uma área “que é” e de outra “que tende a ser metropolitana”. Procuramos dar a estas duas noções a concepção de uma área metropolitana, propriamente dita, e de uma região metropolitana que inclui além da primeira, uma faixa periférica que tende a ser metropolitana dentro de uma ou duas décadas. (GALVÃO et al, 1969, p. 57-58)

Contudo, quando da promulgação da Lei Complementar n. 14 de 1973, o legislador suprimiu a distinção acima e considerou apenas um recorte espacial, o de região metropolitana, cuja definição não foi apresentada na lei, mas apenas a composição de cada uma das 8 regiões metropolitanas definidas àquele momento.

A região metropolitana do Rio de Janeiro só foi instituída no ano seguinte, em razão da necessidade de se proceder, primeiro, à unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, sob pena de que tal região metropolitana abrangesse dois estados da federação, algo impensável naquele momento.

Por fim, foram criadas por meio da Lei Complementar n. 14 de 8

de junho de 1973, assinada pelo então presidente Emílio G. Médici, as seguintes regiões metropolitanas e definidos os municípios integrantes: São Paulo, com 37 municípios; Belo Horizonte, com 14 municípios; Porto Alegre, com 14 municípios; Recife, com 9 municípios; Salvador, com 8 municípios; Curitiba, com 14 municípios; Belém, com 2 municípios e Fortaleza, com 5 municípios.

A Lei definia, ainda, que em cada região metropolitana haveria um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, e segundo o artigo 5º definia-se como de “interesse metropolitano” alguns “serviços comuns”, reconhecidos como aqueles relacionados ao planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico; uso do solo; transporte e sistema viário; além de controle da poluição ambiental e aproveitamento de recursos hídricos. Note-se que, à época, reconhecia-se a existência de serviços comuns metropolitanos.

Importante mencionar o conteúdo do artigo 6º, que explicitava que os municípios das regiões metropolitanas que tratassem de executar o planejamento integrado e dos serviços comuns, teriam prioridade em linhas de financiamento federal e estadual.

Assim, as nove regiões metropolitanas passaram a ser objeto de ações e linhas de crédito por parte do governo federal, que as reconhecia como estratégicas para o planejamento nacional. Também cabe registrar que todas as regiões metropolitanas eram capitais de estado, muito embora reconhecia-se alguns centros urbanos não capitais como relevantes do ponto de vista da dinâmica urbana e econômica, porém, tais não se constituíram como região metropolitana.

Relevante modificação ocorre nesse processo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultando em significativas alterações na lógica de constituição das regiões metropolitanas, como se verá a seguir.

As mudanças advindas com a Constituição de 1988

No artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, menciona-se a possibilidade de os Estados criarem regiões metropolitanas, como segue:

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (BRASIL, 1988)

Observe-se que a concepção do que é comum ao metropolitano, se altera da concepção anterior de serviços comuns para a atual de funções públicas de interesse comum. Contudo, a principal modificação está na atribuição aos Estados da competência de criar regiões metropolitanas e isso alterou completamente o panorama das regiões metropolitanas no Brasil, na medida em que nenhum critério foi proposto

desde o âmbito nacional, deixando a cargo dos estados essa definição. O que, de fato, nem sempre ocorreu. Muitos estados não formularam quaisquer critérios objetivos e de natureza funcional para tal criação, deixando prevalecer interesses de natureza política.

Disso resultou um processo acelerado de criação de regiões metropolitanas no país, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ano de criação das regiões metropolitanas no Brasil

| Região Metropolitana | Ano de criação |
|---------------------------------------|----------------|
| RM de Salvador - BA | 1973 |
| RM de Fortaleza - CE | 1973 |
| RM de Belo Horizonte - MG | 1973 |
| RM de Belém - PA | 1973 |
| RM de Recife – PE | 1973 |
| RM de Curitiba – PR | 1973 |
| RM de Porto Alegre - RS | 1973 |
| RM de São Paulo - SP | 1973 |
| RM do Rio de Janeiro - RJ | 1974 |
| RM de Aracaju - SE | 1995 |
| RM da Baixada Santista - SP | 1996 |
| RM de Natal - RN | 1997 |
| RM de Maceió - AL | 1998 |
| RM de Londrina – PR | 1998 |
| RM de Maringá – PR | 1998 |
| RM do Norte/Nordeste Catarinense - SC | 1998 |
| RM do Vale do Itajaí - SC | 1998 |
| RM de Goiânia - GO | 1999 |
| RM de Campinas – SP | 2000 |
| RM Carbonífera - SC | 2002 |
| RM da Foz do Rio Itajaí - SC | 2002 |
| RM de Tubarão - SC | 2002 |
| RM de Macapá - AP | 2003 |
| RM de João Pessoa - PB | 2003 |
| RM da Grande Vitória - ES | 2005 |
| RM do Sudoeste Maranhense - MA | 2005 |
| RM de Manaus - AM | 2007 |
| RM da Capital – RR | 2007 |
| RM de Central – RR | 2007 |
| RM do Sul do Estado - RR | 2007 |
| RM do Agreste -AL | 2009 |
| RM do Cariri - CE | 2009 |
| RM do Vale do Rio Cuiabá -MT | 2009 |
| RM de Campina Grande - PB | 2009 |
| RM de Chapecó - SC | 2010 |
| RM de Lages - SC | 2010 |
| RM do Alto Vale do Itajaí - SC | 2010 |
| RM da Zona da Mata - AL | 2011 |
| RM do Vale do Paraíba - AL | 2011 |
| RM de Feira de Santana - BA | 2011 |
| RM de Guarabira – PB | 2011 |
| RM de Patos - PB | 2011 |
| RM de Caetés - AL | 2012 |
| RM de Palmeira dos Índios - AL | 2012 |
| RM do São Francisco - AL | 2012 |
| RM do Sertão - AL | 2012 |
| RM do Vale do Aço - MG | 2012 |

| | |
|--|------|
| RM de Santarém - PA | 2012 |
| RM de Barra de Santa Rosa - PB | 2012 |
| RM de Cajazeiras - PB | 2012 |
| RM de Esperança – PB | 2012 |
| RM do Vale do Piancó - PB | 2012 |
| RM de Umuarama - PR | 2012 |
| RM do Contestado - SC | 2012 |
| RM do Extremo Oeste - SC | 2012 |
| RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte - SP | 2012 |
| RM da Serra Gaúcha –RS | 2013 |
| RM do Médio Sertão - AL | 2013 |
| RM de Araruna - PB | 2013 |
| RM de Itabaiana – PB | 2013 |
| RM de Sousa – PB | 2013 |
| RM do Vale do Mamanguape – PB | 2013 |
| RM de Florianópolis – SC | 2014 |
| RM de Sorocaba -SP | 2014 |
| RM de Gurupi – TO | 2014 |
| RM de Palmas - TO | 2014 |
| RM da Grande São Luís -MA | 2015 |
| RM de Apucarana – PR | 2015 |
| RM de Campo Mourão – PR | 2015 |
| RM de Cascavel – PR | 2015 |
| RM de Toledo – PR | 2015 |
| RM de Porto Velho - RO | 2015 |
| RM de Sobral - CE | 2016 |
| RM de Ribeirão Preto - SP | 2016 |
| Total | 74 |

Fonte: IBGE (2018)

Assim, observamos o seguinte fluxo de criação de regiões metropolitanas no Brasil, conforme Tabela 01.

Tabela 01 – Criação das regiões metropolitanas no Brasil, por década

| Década | Total de RM criadas | % do total |
|--------|---------------------|------------|
| 1970 | 9 | 12 |
| 1990 | 9 | 12 |
| 2000 | 16 | 22 |
| 2010 | 40 | 54 |
| TOTAL | 74 | 100 |

Fonte: IBGE (2018)

Constata-se a aceleração na dinâmica de criação de regiões metropolitanas após os anos de 2000, sendo que mais da metade das RM existentes na atualidade (54%), foram criadas na década de 2010.

Alguns casos chamam a atenção, em particular aquele dos estados da Paraíba, Santa Catarina e Alagoas, pelo expressivo número de RM's criadas, como pode ser observado na Tabela 02. Registra-se que apenas os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí, não possuem regiões metropolitanas instituídas. Também deve-se salientar que os três principais estados criadores de RM's no país, não possuem metrópoles em seus territórios estaduais, conforme o REGIC (2008), o que será tratado posteriormente.

Tabela 02 – Distribuição das RM's por Estado

| Estado | Total de RM's |
|---------------------|---------------|
| Paraíba | 12 |
| Santa Catarina | 11 |
| Alagoas | 9 |
| Paraná | 8 |
| São Paulo | 6 |
| Ceará | 3 |
| Roraima | 3 |
| Bahia | 2 |
| Maranhão | 2 |
| Minas Gerais | 2 |
| Pará | 2 |
| Rio Grande do Sul | 2 |
| Tocantins | 2 |
| Amapá | 1 |
| Amazonas | 1 |
| Espírito Santo | 1 |
| Goiás | 1 |
| Mato Grosso | 1 |
| Pernambuco | 1 |
| Rio de Janeiro | 1 |
| Rio Grande do Norte | 1 |
| Rondônia | 1 |
| Sergipe | 1 |
| Total | 74 |

Fonte: IBGE (2018)

Além das regiões metropolitanas, deve ser destacado também a existência de três unidades territoriais interestaduais, as chamadas RIDES – Regiões Integradas de Desenvolvimento econômico, que estão subordinadas diretamente ao governo federal, tendo em vista abrangerem territórios que estão em dois ou mais Estados federados. São elas: RIDE do Distrito Federal e Entorno, contando com o Distrito Federal e municípios de Goiás e Minas Gerais; RIDE Grande Teresina, com municípios do Piauí e Maranhão; RIDE do Polo Petrolina e Juazeiro, com municípios de Pernambuco e Bahia. Assim, embora o Piauí não possua região metropolitana em seu território, possui uma RIDE, que tem Teresina como principal centro urbano.

Outra unidade territorial possível de ser criada pelos Estados, mas muito pouco efetivada em território nacional são as Aglomerações Urbanas – AU, até 2018 registravam-se as seguintes: AU do Litoral Norte e AU do Sul, no Rio Grande do Sul; AU de Franca, AU de Jundiá e AU de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Em conjunto, Regiões metropolitanas, Rides e Aglomerações urbanas, totalizam 82 Unidades Regionais, que concentravam cerca de 120 milhões de habitantes, ou seja, 57% da população brasileira, em 2017.

Contudo, se trata, no caso das regiões metropolitanas, de um conjunto heterogêneo, pois nenhum critério técnico se colocou como norteador de sua criação nos vários estados. Dessa forma, prevalece-

ram interesses políticos sobre os técnicos, colocando em xeque a própria existência de algum fenômeno aglomerativo que justificasse sua implantação.

Diferente do Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257 de 10/07/2001) que, ao responder aos artigos 182 e 183 da Constituição Federal sobre Política Urbana, o faz como resultado de ampla discussão e participação da sociedade civil organizada, e foi promulgado no ano de 2001, apenas no ano de 2015 uma lei semelhante foi promulgada para tratar da questão das regiões metropolitanas no Brasil. Se trata de Lei Federal 13.089 de 12/01/2015, denominada de Estatuto da Metrôpole. Nela, pela primeira vez, são explicitados os conceitos das unidades regionais revistas na Constituição e estabelecidos alguns critérios mínimos para sua criação. É o que será discutido a seguir.

Avanços com a promulgação do Estatuto da Metrôpole

A preocupação com a ausência de critérios minimamente similares para a criação das regiões metropolitanas nos estados brasileiros, resultou num mosaico de regiões pouco aderentes a qualquer política nacional. Tamanhos populacionais diversos, de cerca de 20 milhões de habitantes para o caso da Região metropolitana de São Paulo em 2010, até pouco mais de 21 mil habitantes para a região metropolitana do Sul do Estado, em Roraima, mostram a diversidade de realidades que estavam sob a mesma denominação.

Desde 2005 tramitava na Câmara Federal projeto de Lei que disciplinava as regiões metropolitanas no país, contudo, foi no ano de 2015 que, abandonando a proposta em tramitação, uma outra proposta foi votada e aprovada.

Grande expectativa se seguiu à promulgação do Estatuto da Metrôpole, em especial pelo fato de que alguns critérios estavam, por fim, explicitados, bem como pela definição de responsabilidades pelo âmbito metropolitano.

O Estatuto, que se aplica às regiões metropolitanas e às aglomerações urbanas, tem como princípio básico o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum e, em seu artigo 3, parágrafo 2º, afirma que a criação dessas unidades territoriais deverá ser precedida “de estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial” (BRASIL, 2015). Portanto, explicita a necessidade de uma perspectiva técnica, para além da política que sempre foi a principal nesse processo.

As principais novidades do Estatuto eram:

- a necessidade de elaboração pelas unidades regionais, de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUJ;
- o estabelecimento da governança interfederativa, envolvendo municípios, Estado e a União;
- a definição, no texto da Lei, do que norteia a compreensão das unidades regionais;
- e, em sua versão de 2015, a responsabilização por meio de improbidade administrativa, dos agentes públicos que não cumprissem as proposi-

ções do Estatuto, porém, isso foi revogado em 2018, como será tratado posteriormente.

Destacam-se as seguintes definições contidas no Estatuto da Metrópole:

I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

II – função **pública de interesse comum**: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes;

V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

VI - plano de desenvolvimento urbano integrado: instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana; (Redação dada pela Lei nº 13.683, de 2018)

VII - região metropolitana: unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum; (Redação dada pela Lei nº 13.683, de 2018)

VIII - **área metropolitana**: representação da expansão contínua da malha urbana da metrópole, conurbada pela integração dos sistemas viários, abrangendo, especialmente, áreas habitacionais, de serviços e industriais com a presença de deslocamentos pendulares no território; (Incluído pela Lei nº 13.683, de 2018) (BRASIL, 2018)

Para os fins desse texto, cabe destacar as definições de região metropolitana e de área metropolitana, está última incluída no Estatuto em sua revisão em 2018.

Note-se que a definição de área metropolitana recupera as discussões havidas na década de 1960 e abordadas na parte inicial desse texto. Essa inserção se coloca no sentido de tentar resolver o problema criado pela falta de critérios e pela extensão de muitas regiões metropolitanas, em especial pela necessidade de elaboração do PDUI para o território da região metropolitana. Ocorre que, em muitos casos, tal território é muito maior que a área efetivamente demandante de ações integradoras. Nesse caso, a definição de área metropolitana reforça a existência de uma área sobre a qual se faz necessário a incidência de políticas públicas entendidas como das funções públicas de interesse

comum – FPIC e libera as demais dessa exigência. Portanto, as FPIC não necessitam incidir sobre todo o território da região metropolitana, mas da área metropolitana ou efetivamente conurbada e com expressivos deslocamentos pendulares em seu interior.

O Estatuto da Metrópole foi promulgado em 2015 exatamente no momento em que uma turbulência política tomava conta do país, parece, assim, que a ele não foi dada a atenção devida e tampouco os prazos nele estabelecidos foram cumpridos, em especial o prazo de três anos para as providências relativas ao estabelecimento da governança inter-federativa e para a elaboração do PDUI. Portanto, em 2018 modificações foram feitas na lei com ênfase na supressão do artigo 21 do texto original, que definia a responsabilização por improbidade administrativa ao agente público que deixasse de cumprir os prazos e exigências do Estatuto. Parece, assim, que a força da lei se perdeu, na medida em que a penalização por sua não aplicação foi retirada.

A despeito disso, nos interessa tratar ainda de outro ponto do Estatuto, qual seja, a definição de metrópole. Delega-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a responsabilidade por tal definição, o que se faz por meio dos estudos que esse instituto faz, em especial o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades – Regic, realizado periodicamente em intervalos de cerca de 10 anos. Registra-se a expectativa pela divulgação do novo Regic, previsto para o ano de 2020.

O Regic classifica os centros urbanos brasileiros em níveis de hierarquia, tendo em vista sua região de influência e propõe as seguintes categorias: i) Metrópoles: subdividida em Grande Metrópole Nacional (São Paulo); Metrópole Nacional (Rio de Janeiro e Brasília) e Metrópole (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre); ii) Capital regional A, B e C; iii) Centro sub-regional A e B; iv) Centro de zona A e B e v) Centro local.

Tais categorias estão diretamente relacionadas ao papel exercido por cada centro urbano, em especial do ponto de vista da gestão do território que foi a ênfase metodológica do estudo de 2008.

Por metrópole define-se os principais centros urbanos do país, que são de grande porte e possuem elevado grau de relacionamento entre si, bem como extensas áreas de influência direta.

No grupo classificado como Capital regional A, estão as capitais dos estados e Campinas, a única não capital nessa classificação. Nesse nível estão os centros situados em nível abaixo ao das metrópoles e que possuem influência regional, sendo referência para um grande número de municípios em face da busca de bens e serviços pela população da região.

Os demais níveis são, respectivamente, Centro sub-regional, que possui menor complexidade do ponto de vista da gestão e área de atuação mais reduzida, o Centro de zona, caracterizados por um nível de alcance mais imediato e por atenderem funções elementares em termos de gestão do território, Centro local, cuja centralidade está restrita ao território do próprio município.

Nesse contexto, observa-se no texto do Estatuto, a possibilidade

de que apenas alguns níveis da hierarquia urbana sejam associados a presença de uma região metropolitana, são eles: metrópole, e suas três subdivisões e Capital regional, também em suas três subdivisões.

Com isso, várias unidades instituídas pelos estados não se enquadram nesse pré-requisito colocado pelo Estatuto. Disso resulta duas questões relevantes, ou os estados revogam essas institucionalidades ou elas serão consideradas, pelo governo federal, como Aglomerações Urbanas.

Para melhor esclarece essa questão, o Quadro 2 apresenta a classificação desde o Regic, das cidades-sedes das regiões metropolitanas existentes no país em 2018.

Quadro 2 - Classificação das cidades-sedes das RM's, segundo o REGIC (2008)

| Região Metropolitana | Posição no REGIC |
|---|--------------------|
| Belém - PA | Metrópole |
| Belo Horizonte - MG | Metrópole |
| Curitiba - PR | Metrópole |
| Fortaleza - CE | Metrópole |
| Manaus - AM | Metrópole |
| Porto Alegre - RS | Metrópole |
| Recife - PE | Metrópole |
| Goiânia - GO | Metrópole |
| Rio de Janeiro - RJ | Metrópole |
| Salvador - BA | Metrópole |
| São Paulo - SP | Metrópole |
| Campinas - SP | Capital regional A |
| Aracaju - SE | Capital regional A |
| Grande São Luís - MA | Capital regional A |
| Grande Vitória - ES | Capital regional A |
| Florianópolis - SC | Capital regional A |
| João Pessoa - PB | Capital regional A |
| Maceió - AL | Capital regional A |
| Natal - RN | Capital regional A |
| Vale do Rio Cuiabá - MT (Cuiabá) | Capital regional A |
| Campina Grande - PB | Capital regional B |
| Chapecó - SC | Capital regional B |
| Esperança - PB | Capital regional B |
| Cascavel - PR | Capital regional B |
| Feira de Santana - BA | Capital regional B |
| Londrina - PR | Capital regional B |
| Maringá - PR | Capital regional B |
| Norte/Nordeste Catarinense - SC (Joinville) | Capital regional B |
| Porto Velho - RO | Capital regional B |
| Ribeirão Preto - SP | Capital regional B |
| Vale do Itajaí - SC (Blumenau) | Capital regional B |
| Palmas - TO | Capital regional B |
| Serra Gaúcha - RS (Caxias do Sul) | Capital regional B |
| Agreste - AL (Arapiraca) | Capital regional C |
| Macapá - AP | Capital regional C |
| Capital - RR (Boa Vista) | Capital regional C |
| Carbonífera - SC (Criciúma) | Capital regional C |
| Cariri - CE (Crato) | Capital regional C |
| Baixada Santista - SP (Santos) | Capital regional C |

| | |
|--|----------------------|
| Santarém - PA | Capital regional C |
| Sobral - CE | Capital regional C |
| Sorocaba - SP | Capital regional C |
| Sudoeste Maranhense - MA (Imperatriz) | Capital regional C |
| Vale do Paraíba e Litoral Norte - SP (São José dos Campos) | Capital regional C |
| Vale do Aço - MG (Ipatinga/Cel. Fabriciano/Timóteo) | Capital regional C |
| Alto Vale do Itajaí - SC (Rio do Sul) | Centro subregional A |
| Apucarana - PR | Centro subregional A |
| Cajazeiras - PB | Centro subregional A |
| Campo Mourão - PR | Centro subregional A |
| Foz do Rio Itajaí - SC (Itajaí) | Centro subregional A |
| Guarabira - PB | Centro subregional A |
| Lages - SC | Centro subregional A |
| Patos - PB | Centro subregional A |
| Sousa - PB | Centro subregional A |
| Toledo - PR | Centro subregional A |
| Tubarão - SC | Centro subregional A |
| Umuarama - PR | Centro subregional A |
| Contestado - SC (Joaçaba) | Centro subregional A |
| Gurupi - TO | Centro subregional B |
| Médio Sertão - AL (Santana do Ipanema) | Centro subregional B |
| Extremo Oeste - SC (São Miguel do Oeste) | Centro subregional B |
| Palmeira dos Índios - AL | Centro de zona A |
| Zona da Mata - AL (União dos Palmares) | Centro de zona A |
| Itabaiana - PB | Centro de zona A |
| São Francisco - AL (Penedo) | Centro de zona A |
| Vale do Mamanguape - PB | Centro de zona A |
| Caetés - AL (São Miguel dos Campos) | Centro de zona A |
| Araruna - PB | Centro de zona B |
| Vale do Piancó - PB | Centro de zona B |
| Sertão - AL (Delmiro Gouveia) | Centro de zona B |
| Central - RR (Caracaraí) | Centro Local |
| Barra de Santa Rosa - PB | Centro Local |
| Sul do Estado - RR (Caroebe) | Centro Local |
| Vale do Paraíba - AL (Atalaia) | Centro Local |

Fonte: Regic (2008)

Na Tabela 03 é possível observar a síntese da classificação dos centros urbanos das regiões metropolitanas existentes em 2018, de acordo com os níveis de hierarquia apresentados no Regic.

Tabela 03 - Níveis hierárquicos atribuídos aos centros urbanos principais das Regiões metropolitanas

| Nível | total | % |
|--------------------|-------|-----|
| Metrópole | 11 | 15 |
| Capital regional | 34 | 46 |
| Centro subregional | 16 | 22 |
| Centro de zona | 9 | 12 |
| Centro local | 4 | 5 |
| Total | 74 | 100 |

Com isso, temos 29 regiões metropolitanas ou 39% do total, que não atendem ao critério preliminar para se constituírem como tal à luz

do Estatuto da Metrópole, resultando num impasse a ser resolvido no âmbito das assembleias legislativas estaduais.

Região metropolitana e metrópole: distinção necessária

Pelo exposto, parece evidente que não se pode confundir, no caso brasileiro, regiões metropolitanas com metrópoles! A maioria absoluta das regiões metropolitanas, não possui uma metrópole em seu comando. Isso não quer dizer, contudo, que elas não possuam problemáticas que devam ser tratadas em conjunto.

É cada dia mais evidente a relação estabelecida entre os centros urbanos, que culmina, em grande parte das vezes, em processos de constituição de realidades espaciais aglomeradas e ampliadas.

Dentre as várias possibilidades de apreensão dessas realidades, está aquela que utiliza de informações do movimento pendular, bem como de imagens de satélite para demonstrar a ampliação dos espaços de vida cotidiana dos habitantes de grandes, médias e, por vezes, pequenas cidades. No entanto, nem tudo que tem interação tem também o metropolitano como seu definidor.

Há inúmeros casos de cidades que possuem manchas urbanas integradas e que estão longe de se configurarem como regiões metropolitanas e tampouco como metrópoles.

Assim, o Estatuto da Metrópole tem o desafio de disciplinar esse dilema no país, embora suas mudanças recentes não sejam animadoras, do ponto de vista da força que o mesmo poderia trazer para o contexto da responsabilização dos agentes que não se ocupassem de sua efetiva implementação.

Metrópoles são centros urbanos com grande poder de articulação do território nacional e com importantes desdobramentos internacionais. Metrópoles possuem uma estrutura de bens e serviços que vão além dos banais e corriqueiros, aproximando-se daqueles de maior raridade e concentrados no espaço. Metrópoles possuem papel de comando da rede urbana nacional.

Regiões metropolitanas são unidades territoriais estabelecidas por meio de legislação estadual. São, por primeiro, uma definição legal, que embora possa representar os centros urbanos mais relevantes de cada estado, não toma o conjunto do território nacional como referência, mas as situações específicas existentes em cada estado.

Seguimos na expectativa de como as definições do Estatuto da Metrópole poderão aproximar essas duas perspectivas: a da metrópole como expressão de um fenômeno socioespacial e a da região metropolitana, como expressão de interesses políticos em face da necessidade de organização do território.

Referências

BRASIL. Lei Complementar no 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 5.585, 11 jun. 1973.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei n. 13.089/2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **REGIC – Região de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008

_____. **Regiões metropolitanas, Aglomerações urbanas e Regiões integradas de desenvolvimento**. 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S.; LIMA, O. M. B.; ALMEIDA, E. M. J. M.. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE: Rio de Janeiro; vol. 31; n. 4; 1969, p. 53-127.



Vida e cultura urbana

SÍNTESE DA PALESTRA

CIDADE ATELIER: LUGARES, FEITURAS E POÉTICAS SOCIAIS

Silvia Carla Marques Costa¹

Este texto tem um caráter ensaísta e remete a condição de marabaixera² que elabora suas composições reflexivas, cantorias, escritas e visuais. Ou seja, marabaixar é intervir no espaço da cidade a partir dos condicionantes e circunstâncias do vivido. É com esse sentimento que venho me juntar a tantas ideias, reflexões e sensações que o pensar acadêmico nos proporciona. Estou alegre em estarmos juntos nessa dinâmica de invent/Ação da ciência, da cidade de Macapá e de nós como indivíduos moventes³.

É nessa perspectiva movente que os escritos contidos parte das intervenções dos sujeitos da ação⁴ e se atem aos desejos, saberes e fazeres dos cidadãos. São modos impulsionadores que mobilizam feitura estéticas para além da subsistência ou consumo... são feitura que se materializam em artefatos culturais que se dispõem para o nosso conviver em reflexões insurgentes, dissidentes e demasiadamente humano. A invent/Ação da existência na Cidade Atelier.

O que chamo de Cidade Atelier é a possibilidade de enxergar o espaço/lugar/tempo da movimentação dos indivíduos, acionados pelo uso com a vida da cidade. Considero, portanto, nessa investida compreensiva as feitura e os desejos de realização e intervenção. Ou seja, as ações dos indivíduos em

1 Doutora em Sociologia. Mestre em Cultura Visual. Professora das disciplinas na área de Ensino em arte da Universidade Federal do Amapá. Tem interesse por questões da visualidade e os impactos na aprendizagem dos sujeitos culturais na formação inicial de professores. Abordagem acerca das relações estéticas nos mundos da arte e poéticas nos processos culturais nas cidades. Tem experiência na área de processos de mediação com ênfase na formação de professores de artes visuais, atuando principalmente nos seguintes temas: Processos educativos em Arte, Poéticas Sociais, Feminismo, estéticas urbanas e cotidiano.

2 Ladrão de Marabaixo são versos cantados. Para composição os marabaixeiros tem como inspiração temas da vida cotidiana onde poesia e canto se materializam pelas capturas sensíveis dos acontecimentos das experiências cotidianas, do cotidiano dos frequentadores da cidade.

3 A alegria de participar de um evento com tamanha diversidade de cursos e pesquisas igualmente diversas nos abre um horizonte de pensar e saber da cidade de Macapá em sua real democracia.

4 Uma dimensão da participação e invenção da cultura – Raymond Williams

conexão com participação interventiva e criadora na cotidianidade.

Diante dessa possibilidade em que as ações dos indivíduos se mesclam com a dinâmica da cidade em suas potencialidades é saber das inventividades, embora improvisadas e quase sempre não formais, as enxergo como expressão da existência. As ações desse teor, existencial da experiência vivida, possuem uma lógica que perpassa por inúmeros condicionantes e circunstanciadas pela diversidade social, individual ou coletiva, denota produções de sentidos. Nesse entendimento os indivíduos agem, produzem certos objetos, artefatos culturais de uso que se mostram como desenhos de suas trajetórias mobilizando o espaço geográfico em lugar de intervenção.

Se eu vejo, percebo e compreendo a produção dos artefatos culturais que encontro pelas ruas da cidade de Macapá com tais premissas, convido todas e todos para atentar o olhar para além do que é visto normativamente no dia a dia quando nos deparamos com ‘certos objetos’ dispostos nas ruas. Embora precise de um exercício constante ou uma lapidação perceptiva desse olhar o que trago para a reflexão é de que é nos investir de percepções que possam enxergar os artefatos culturais engendrados por ideias, sentimentos, imaginários, sensações, saberes vividos e experienciados em poéticas sociais dentro da cidade atelier.

Esses termos, discutidos amplamente na minha tese de doutorado⁵, e aqui resumidamente posso destacar a inspiração epistêmica no viés antropológico conduzindo e sistematizando atualmente do qual toda a pavimentação de reflexões e redimensionamentos argumentativos quando se trata de relações e interações com a cidade, a arte e os cidadãos dizem respeito a vida. E é nessa dimensão que os artefatos produzidos pelos indivíduos nas ruas têm sua expressão de poéticas sociais.

Atentar para os artefatos culturais como poéticas sociais é saber que indivíduos ocupam, usam e fazem a cidade de Macapá na cotidianidade. De igual modo, é elaborar análises a partir desses artefatos culturais percebendo a cidade para além de seus problemas estruturantes, mas também considerá-los, num investimento analítico e reflexivo.

Assim, compreender a cidade atelier e suas poéticas sociais e ir mais, ir além, se permitir compreender e enxergar a cidade em ação e sentir, ter em perspectiva corpo, razão e sensações das experiências do vivido e das emoções. Isso quer dizer que, é preciso desconsiderar uma vista romantizada ou progressista da cidade numa disposição binária da existência social. É importante deslocarmos os modos de vê-la, percebê-la, é preciso esmiuçar vibrações que emanam desses artefatos em nós e no outro, aspectos moventes que emana da vida comum⁶.

Nessa reflexão, convido a todos a descolar percepções para resignificar do que temos/somos quando nos deparamos com ‘certos’ artefatos dispostos nas ruas. É importante ter perspectiva a interação com a cidade e a dimensão do sensível, sensorial e estética, mas também ética e política. Isso quer dizer: ver possibilidades da inventividade dos

5 <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23082>

6 A discussão de projeto individual para ocupar, viver, usar e fazer a cidade se assemelha ao propósito de campo de possibilidade de Alfred Shutz.

indivíduos. Insistentemente desfribilizar o olhar insistente homogêneo e hegemônico de uma estética.

Figura 1 Silvia Marques



As poéticas sociais por sua vez, perpassam pela compreensão abrangente que aponta forças novas “da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que e não produto” (LEFEVBRE, (2012, p. 109.). Sem estarmos cientes da provocação reflexiva que merge das poéticas sociais, o que temos é o desencantamento e a decepção munidos de argumentos progressistas da produção industrial e da racionalidade planificadora, opaca ligada ao movimento de privatização e ao bem-estar social, plastificado e gourmetizado que vem se instalando nas cidades.

É importante repensar a cidade, por isso que estamos aqui, uma percepção de cidade reconstruída, reimaginada e recriada para falarmos de nós dos outros, conosco... Em outras ações e entre outras energias. Que empoderem os habitantes, e nesse caso a condição inventiva, evocando o tempo de experiências e sensações diversas que se provocam, se problematizam, intuindo a inscrição, sobreposições criativas do ritmo da vida ordinária.

Assim, a cidade atelier e suas poéticas sociais se plasmam em artesanias delicadas, usuais e, quase despercebidas se transvestem pelas trajetórias, desejos e invent/Ação dos sujeitos com a vida. E devagar e continuamente se organiza em pregnâncias de possíveis na resistência popular na arte de inventar o cotidiano. Desatando nós de memórias, aprendizados, sabedorias e socialidades. Desenhando mapas afetivos e redes de interconexão no âmbito dos conflitos, contrastes e tensões das existências individuais, pessoais e coletivas.

Enxergar a ação dos cidadãos em produções em poéticas sociais de seus artefatos culturais, atentando para uma lógica de uma cidade atelier é marabaixar pela cidade Macapá, sem preconceções e sem atribuições exóticas de viver na Amazônia.

Atentar para o que vemos e o que enxergamos nas cidades, especialmente na Amazônia conectando com razão e sentimentos reflexivos sobre os modos que vivemos nesse lugar. Ciente de que a feitura de objetos está imersa em processos de experiências do vivido e se revestem de particularidades contextuais que por vezes “individuais outras coletivas, imprimem e expressam a existência dos indivíduos” (MARQUES, 2017, p. 31)⁷. O que enxergamos nas trilhas narrativas dos sentidos outros de pensar modos de intervir na cidade?

7 MARQUES, Silvia. A cidade Atelier é sala de aula - MARQUES, Silvia Carla. Cidade Atelier: poéticas sociais e ações artísticas na Amazônia. Macapá: UNIFAP, 2019. <http://www2.unifap.br/editora/>

MEIO AMBIENTE CULTURAL E O DIREITO DAS MINORIAS: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CURIAÚ, MACAPÁ-AP

Adirleide Greice Carmo de Souza¹

Wellington Lemos Moreira²

Lucila Rodrigues do Carmo Neta³

RESUMO

A pesquisa que resultou no trabalho intitulado Meio Ambiente Cultural e o Direito das Minorias: reflexões sobre a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú, Macapá-AP teve como objetivo geral analisar a proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú na cidade de Macapá-AP. Outros objetivos mais específicos foram apresentar os aspectos conceituais e jurídicos sobre meio ambiente cultural; conceituar Direito das Minorias e refletir sobre a importância da proteção jurídica do Curiaú. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, com método hipotético-dedutivo e abordagem qualitativa, através de coletas de dados secundários em livros, legislação e documentos eletrônicos. Como resultado vislumbrou-se que embora a proximidade do Curiaú com o meio urbano de Macapá e as tentativas de invasões do seu território, a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú se sobrepõe, pois proteger os bens materiais e imateriais culturais daquele povo é proteger a memória e identidade do povo do Amapá. Razão pela qual é necessário medidas arquitetônicas e jurídicas constantes que visem resguardar o patrimônio cultural presente na cidade de Macapá-AP.

Palavras-Chave: Meio Ambiente Cultural; Direito das Minorias; Quilombolas; Patrimônio Cultural; Curiaú.

ABSTRACT

The research that resulted in the work entitled Cultural Environment and Minority Law: reflections on the importance of legal protection of the cultural heritage of Curiaú, Macapá-AP aimed to analyze the legal protection of the cultural heritage of Curiaú in the city of Macapá- AP Other more specific objectives were to present the conceptual and legal aspects about cultural environment; conceptualize Minority Law and reflect on the importance of Curiaú's legal protection. It was a bibliographic research, with hypothetical-deductive method and qualitative approach, through collections of secondary data in books, legislation and electronic documents. As a result it was glimpsed that although the proximity of Curiaú to the urban environment of Macapá and the attempts of invasions of its territory the importance of the legal protection of the cultural heritage of Curiaú overlaps, because to protect the material and immaterial cultural goods of that people is to protect the memory and identity of the people of Amapá. That is why constant architectural and legal measures are necessary to protect the cultural heritage present in the city of Macapá-AP.

Keywords: Cultural Environment; Minority Law; Quilombolas; Cultural heritage; Curiaú.

¹ Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Doutoranda em Direito, Professora e Pesquisadora. Centro de Ensino Superior do Amapá e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. E-mail: prof.adirleide@gmail.com

² Especialista em Direito Processual, Mestrando em Direito, graduando em Administração, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Universidade Federal do Amapá. E-mail: morei-rawellington@hotmail.com

³ Graduanda em Direito. Estácio/FAMAP. E-mail: luly.neta06@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida pelo grupo Jus-Pesquisa, grupo que reuni pesquisadores da área jurídica de diferentes instituições do Estado do Amapá. A temática aborda o meio ambiente cultural e o Direito das Minorias, ocasião em que fez-se um recorte para tratar da importância da proteção jurídica do Patrimônio Cultural do Curiaú em Macapá-AP.

Partiu-se do seguinte problema norteador: qual a importância da proteção jurídica do Patrimônio Cultural do Curiaú, situado em Macapá-AP? Tendo como objetivo geral analisar tal importância, considerando o meio ambiente cultural e o Direito das Minorias. Outros objetivos mais específicos foram: apresentar os aspectos conceituais e jurídicos sobre meio ambiente cultural; conceituar Direito das Minorias e refletir sobre a importância da proteção jurídica do Curiaú.

Lançou-se a hipótese de que proteger o Patrimônio Cultural do Curiaú é importante para a preservação e conservação da identidade e memória do povo amapaense, bem como, representa justiça social às minorias culturais que lá vivem – e as quais teriam direito de conservar seu patrimônio e manifestações culturais.

A comunidade tradicional do Curiaú foi a primeira a receber o título de quilombo no Amapá e a segunda no Brasil. Sua história está diretamente ligada a história do Amapá, daí um dos motivos que justificaram a pesquisa que foi refletir sobre a proteção jurídica que envolve o quilombo do Curiaú e sobre sua importância como Patrimônio Cultural não apenas da cidade de Macapá, mas do Estado do Amapá como um todo.

Enquanto metodologia recorreu-se ao método hipotético-dedutivo para orientar as etapas da pesquisa, a qual se classifica como pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e coletas de dados em livros, legislação e documentos eletrônicos.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS E JURÍDICOS DE MEIO AMBIENTE CULTURAL

Inicialmente, antes de adentrar especificamente na abordagem sobre a proteção jurídica do patrimônio cultural do quilombo do Curiaú em Macapá-AP em face do meio ambiente cultural e dos Direitos das Minorias faz-se necessário pela proposta do trabalho apresentar os principais aspectos conceituais e legais de meio ambiente cultural.

Para Fiorillo (2012) o meio ambiente possui uma conotação multifacetária, tendo em vista, o seu próprio conceito desenvolvido na Lei n.6938/81, integrado no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), razão pela qual o seu objeto de proteção apresenta pelo menos cinco aspectos distintos, dentre eles o meio ambiente cultural.

O meio ambiente cultural no aspecto material é entendido como aquele composto pelo patrimônio histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, turístico, que embora artificial, em regra, como obra do homem, difere-se do artificial pelo sentido de valor especial. (BAPTISTA, 2005)

Recorre-se também a Sarlet e Fensterseifer (2014, p.319) os

quais na mesma direção da autora anterior entendem que:

O ambiente cultural, como dimensão do ambiente humano, alberga todo o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Os bens ambientais culturais não constituem realidades sistêmicas integrantes da natureza, mas sim realidades culturais.

Pelos entendimentos anteriores de meio ambiente cultural, este engloba o patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico e artístico, razão pela qual, entende-se então que o meio ambiente cultural engloba o patrimônio cultural material da história e identidade de determinado povo.

Já o meio ambiente imaterial é definido por Milaré (2011) como as representações dos grupos culturais tradicionais através de suas práticas, expressões, danças, músicas, técnicas e similares reconhecidos como elemento do seu patrimônio cultural.

Percebe-se assim a integração entre os elementos culturais ao conceito de meio ambiente, o que também fica evidente na análise do dispositivo constitucional brasileiro que regula o patrimônio cultural, especificamente, o artigo 216, inciso V ao referir-se que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, incluindo os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

Ao tratar sobre patrimônio cultural é importante refletir sobre o significado da palavra patrimônio, a qual segundo Machado (2005, p.900) é um termo que vem do latim “patrimonium, onde seu primeiro significado é herança paterna, pois está ligado a pater- pai, ou ainda de forma mais ampla a bem de família, ou herança comum”, assim o conceito de patrimônio está ligado a um conjunto de bem que foi transmitido para a geração presente.

Considerando o significado da palavra patrimônio, o patrimônio cultural representa, conforme Machado (2005, p.900):

O trabalho, a criatividade, a espiritualidade e crenças, o cotidiano e o extraordinário de gerações anteriores, diante do qual a geração presente terá de emitir um juízo de valor, dizendo o que querará conservar, modificar ou até demolir. Esse patrimônio é recebido sem mérito da geração que o recebe, mas não continuará a existir sem seu apoio.

Do entendimento do autor aufere-se que o patrimônio cultural deve ser fruído pela geração presente, sem prejudicar a possibilidade de fruição pela geração futura, pois guarda em si a identidade das gerações anteriores retratando suas crenças e costumes.

Nessa direção diz Fiorillo (2012, p.424) que para que um bem seja considerado patrimônio cultural “é necessário a existência de nexo vinculante com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Ainda para o mesmo autor todo bem referente a cultura, identidade, memória e etc, uma vez reconhecido como patrimônio cultural,

integra a categoria de bem ambiental e em decorrência disso, um bem difuso – porquanto pertence a todos.

Por fim, quanto a proteção do meio ambiente cultural, especialmente, do patrimônio cultural nele composto a Carta Magna brasileira de 1988 determina em seu artigo 215, caput que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”

Ademais, dispõe no artigo 216, §1º que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

Neste universo do meio ambiente cultural é importante traçar uma breve abordagem sobre as minorias dentre elas as minorias culturais, especialmente, sobre os direitos que as tutelam – o que se passa a fazer no subitem seguinte.

3 O DIREITO DAS MINORIAS

O termo minorias relaciona-se com um contingente numérico inferior como grupos de indivíduos destacados por uma característica que os distingue dos outros habitantes do país estando em quantidade menor em relação à população deste. (SÉGUIN, 2002).

Apesar do entendimento acima que considera minorias em aspecto numérico, existem grupos minoritários que não são considerados apenas devido ao número, mas por encontrarem-se numa posição de inferioridade na sociedade em que vivem e que aspiram apenas não serem discriminados em relação ao resto da sociedade, conforme defende Wucher (2000).

Assim, o conceito de minorias deve se caracterizar pela sua natureza eminentemente qualitativa, ou seja, levando em consideração o aspecto que coloca o grupo ou pessoa em situação de vulnerabilidade, seja ela a cultura, etnia, língua, classe social e etc.

Também é importante pontuar que os grupos minoritários devem ser definidos sempre em determinado contexto social, pois a realidade de cada sociedade deve ser verificada, tendo em vista as características sociais e históricas de cada uma. (RIOS JÚNIOR, 2013)

Diante dessas considerações sobre minorias, adota-se aqui a definição de Kosovski (2001, p.1) para a qual minorias são “todos os grupos sociais que são considerados inferiores e contra os quais existe discriminação e/ou não têm respeitados os seus direitos.”

Dentre as minorias destacam-se aqui os afrodescendentes e quilombolas – devido ao foco do trabalho, qual seja, refletir sobre a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do quilombo do Curiaú em Macapá-AP.

Tendo em vista a proximidade do Curiaú com a área urbana da cidade de Macapá, os descendentes de quilombolas que lá vivem enfrentam desafios diversos para manter seu patrimônio cultural protegido.

Daí o alerta para a importância de se proteger o patrimônio cultural do Quilombo do Curiaú como forma de proteção da identidade e memória do povo do Amapá. Fazendo-se necessário discutir com atenção especial a proteção jurídica das minorias descendentes de quilombolas que vivem no Curiaú.

Neste sentido, destaca-se o Direito das Minorias, o qual segundo Rios Júnior (2013), vem efetivar direitos fundamentais que, antes, buscavam proteger reivindicações comuns a todos os homens e passaram, igualmente, proteger seres humanos que se singularizam pela influência de certas situações específicas. Alguns indivíduos, por conta de certas peculiaridades, tornam-se merecedores de atenção especial, exigida pelo princípio do respeito à dignidade humana.

O Direito das Minorias ainda para Rios Júnior (2013) passam por um processo de reconhecimento tanto em âmbito internacional quanto em âmbito da legislação interna dos Estados, através das respectivas Constituições.

Os ordenamentos jurídicos, tanto internacional quanto internos, passam a se adaptar a essa nova realidade, positivando direitos e garantias às minorias em busca sempre de inclusão social dessas pessoas, visando à construção de uma sociedade justa e solidária como quis o poder constituinte brasileiro de 1988, por exemplo.

Destaque também se dar para a Constituição do Estado do Amapá de 1991, a qual em seu artigo 292 veio atender ao disposto no artigo 215 da Carta Magna brasileira. De igual forma fez a Lei Orgânica do Município de Macapá nos artigos 302 a 309.

Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Constituição amapaense e a Lei Orgânica do Município de Macapá representam importantes instrumentos jurídicos de proteção das minorias culturais no Amapá, pois a proteção às expressões culturais populares e a legislação de proteção do patrimônio cultural ganharam status constitucional fazendo com que o Estado e Município tenham o dever de proteger, incentivar e apoiar as manifestações culturais e automaticamente as minorias nelas envolvidas.

Além das Constituições mencionadas acima e da Lei Orgânica do Município de Macapá, a proteção jurídica do Curiaú é efetivada com as legislações ambientais devido parte do seu território ser Área de Proteção Ambiental. A proteção jurídica de Áreas de Proteção Ambiental tem destaque com a Lei n.º 6.938/81, a qual versa sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – que em seu artigo 8º trata sobre a proteção ambiental de determinados territórios com o objetivo não apenas de proteger, conservar e recuperar recursos naturais, mas também de proporcionar bem-estar as populações humanas envolvidas.

As Áreas de Proteção Ambiental também recebem tratamento jurídico com o Decreto Lei n.º 99.274/1990, contudo há destaque para a Lei n.º 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – a qual dentre outros versa em seu artigo 15 sobre a APA e seus objetivos básicos. Vejam que alguns desses objetivos básicos são: a proteção da diversidade biológica; regular o processo de ocupação dessas áreas de proteção ambiental e assegurar a sustentabi-

lidade do uso dos recursos naturais. Vejam também que tais legislações ambientais têm destaque para a proteção cultural do Curiaú.

Nesta direção passa-se a abordagem da proteção jurídica do patrimônio cultural do quilombo do Curiaú em Macapá-AP com o foco de refletir e alertar para a importância da tutela seja do patrimônio cultural material como do patrimônio cultural imaterial que envolve o quilombo e sua minoria.

4 A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO QUILOMBO DO CURIAÚ EM MACAPÁ-AP

O Curiaú é uma comunidade tradicional localizada aproximadamente 8 quilômetros do centro urbano de Macapá, a capital do Amapá, na qual vivem 489 famílias remanescentes de quilombolas, que ainda guardam na memória a história dos seus antepassados, sejam por meio dos relatos dos antigos moradores, pelas festas religiosas ou pelo som do batuque dos tambores do marabaixo, o ritmo usado pelos escravos para amenizar o sofrimento nos porões dos navios negreiros e considerados a maior expressão cultural amapaense. (RIBEIRO, 2017)

Ainda conforme Ribeiro (2017) em 03 de novembro de 1999, a Fundação Palmares, que é um órgão ligado ao Ministério da Cultura, emitiu o título de reconhecimento de domínio das terras do Quilombo do Curiaú, o qual foi o primeiro título de quilombo no Estado do Amapá e o segundo no Brasil.

A preocupação em preservar o Curiaú se dar em função não apenas da paisagem, mas devido ao forte apelo cultural que o local remete ao povo amapaense, o que motivou assim, de acordo com Cantuária, Ribeiro e Crispino (2014), a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural do Curiaú (ARIEC), por meio do Decreto Estadual 0024/90.

Parte do território do Quilombo do Curiaú está inserida em uma Unidade de Conservação, uma Área de Proteção Ambiental, denominada de (APA) do rio Curiaú, a qual foi criada pelo Decreto n.1.417/92 e posteriormente ganhando status de lei, tendo em vista a aprovação da lei estadual n.431/98.

A APA ocupa uma área de 23.676 hectares e perímetro de 47.342 km². Abriga cerca de 1500 pessoas residentes nas comunidades de Mocambo, Pirativa, Pescada, Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Curalinho, Casa Grande e Extrema. (CANTUÁRIA; RIBEIRO; CRISPINO, 2014)

A criação da APA do Curiaú veio reforçar a proteção jurídica das terras quilombolas do Curiaú e de alguma forma freando o avanço da urbanização nas áreas remanescentes de quilombolas. Dessa ideia de frear a urbanização que surge alguns dos conflitos enfrentados pelas minorias culturais do Curiaú, pois de um lado os demais munícipes de Macapá cobram um lugar para morar e várias já foram as tentativas de invasões das áreas que pertence ao quilombo, por outro lado tem o direito de preservação do ambiente natural e cultural das terras dos remanescentes quilombolas do Curiaú.

Sem menosprezar o direito à moradia, pelo contrário, entendendo

que se faz necessário políticas habitacionais constantes, principalmente, para a parcela da sociedade menos favorecida como vem fazendo os poderes públicos federais, estaduais e municipais, mas destaca-se aqui a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do quilombo do Curiaú.

Está importância de se proteger juridicamente o patrimônio cultural do Curiaú se dar como medida de justiça social para com as minorias remanescentes de quilombolas, as quais tem direito de manter viva as suas memórias e identidade, bem como forma de manutenção da tradição cultural da população do Amapá, a qual, por sua vez, segundo Cantuária, Ribeiro e Crispino (2014) tem relação direta com a cultura afrodescendente das comunidades remanescentes de quilombos e vilas da APA do rio Curiaú.

É importante destacar o pertencimento e identidade do povo do Curiaú com suas terras, pois os quilombolas que lá vivem consideram que a comunidade do Curiaú é uma continuação das suas próprias vidas, sobre o assunto discorre Maricone (2014, p.14):

Pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e conseqüentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria.

Ademais, não trata-se apenas de proteger a memória e identidade dos remanescentes quilombolas que vivem no Curiaú, mas sim proteger a história da própria cidade de Macapá e porque não do próprio Estado do Amapá, pois como descreve Campos (2014, p.42) relacionando a história do Amapá com o Curiaú:

O território do Amapá, no início da ocupação oficial por Portugal, no século XVIII, cindiu a divisão de classes sociais distintas: os brancos portugueses, majoritariamente oficiais do exército, e a força de trabalho cativa, composta por negros, escravos e indígenas. O território que compreende o Curiaú logo se tornou um local de refúgio para escravos das terras vizinhas, assim como para cativos oriundos da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

Pelos relatos do autor o território do Amapá contou no seu processo de ocupação e desenvolvimento com a força de trabalho de negros escravos e o território que compreende hoje o Curiaú era um local de refúgio dos escravos – os quais guardam uma longa história de exploração e sofrimento.

Assim, na comunidade quilombola do Curiaú, a proteção jurídica de seu patrimônio cultural são formas de assegurar a territorialidade e o modo de vida dos moradores, e também resgatam e potencializam a identidade negra quilombola, como defende Silva (2004). O que pode ser de forma singela ilustrado na figura abaixo:

Figura 1- Grupo de remanescentes quilombolas cantando e dançando o marabaixo pelas ruelas do quilombo do Curiaú



Fonte: Maria Fernanda Ribeiro/Amazônia Real, 2017.

A figura desperta para a dimensão do patrimônio cultural do Curiaú que vai além da natureza material que representa o seu território, mas também existe a dimensão imaterial como o exemplo do marabaixo.

O marabaixo que é definido pelo Ministério da Cultural no dossiê de registro sobre o marabaixo (2018, p.15) como:

Marabaixo é uma manifestação cultural constituída principalmente por canto, música e dança. Vincula-se ao fazer religioso do catolicismo popular praticado predominantemente pelas comunidades negras do Amapá. Costuma ser ofertado às santidades de devoção em agradecimento pelo alcance de uma graça, ainda que não se restrinja a este contexto.

Além da definição acima é importante destacar que o marabaixo foi reconhecido em 2018 pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Ou seja, o patrimônio cultural do Curiaú representa não apenas a identidade de Macapá, do Estado do Amapá, mas também do próprio Brasil ao relaciona-se com as memórias do período de colonização deste país.

Pelo breve exposto, a Constituição brasileira e amapaense representam importantes instrumentos jurídicos de proteção tanto do patrimônio cultural material como imaterial do Curiaú e demais comunidades tradicionais. Assim como a criação da APA do Curiaú pela Lei n. 431/98 e o reconhecimento do título de quilombo a vila do Curiaú foi uma vitória tanto para as minorias culturais remanescentes quilombolas, como para todo o povo do Estado do Amapá, por serem instrumentos de preservação e conservação dos elementos biológicos, da paisagem local e das origens culturais do seu povo.

Por fim, cumpre alertar para a necessidade de atuação conjunta constante do Poder Público e coletividade no sentido de incentivar a sustentabilidade do meio ambiente cultural, especificamente, do patrimônio cultural do Curiaú, bem como, garantir os direitos das minorias culturais de “manter viva” sua tradição e identidade. Fazendo uso de todos os

mecanismos arquitetônicos e jurídicos necessários para proteção deste importante e secular patrimônio cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curiaú é um patrimônio cultural situado na cidade de Macapá-AP. Trata-se de um meio ambiente cultural composto de bens materiais e imateriais, a exemplo do seu território e do marabaixo.

Os remanescentes de quilombolas que lá vivem representam minorias culturais no Amapá, razão pela qual merecem atenção especial quanto a proteção de seus direitos fundamentais, sobretudo, para assegurar a estes o direito a preservação e conservação de suas manifestações culturais, ou seja, de suas memórias e identidades.

Sobre a pergunta que norteou o trabalho, qual seja em saber qual a importância da proteção jurídica do patrimônio cultural do Curiaú, a pesquisa revelou que tal importância não refere-se apenas aos interesses dos moradores do quilombo, mas representa interesses de toda a coletividade que compõe o Estado do Amapá, pois a história do Curiaú está diretamente ligada a história da Cidade de Macapá e do próprio Estado do Amapá.

A proteção jurídica do patrimônio cultural material e imaterial do Curiaú pelo ordenamento jurídico brasileiro representa uma forma de justiça social para com as minorias culturais do Brasil, especificamente, os negros descendentes de quilombolas – os quais por vezes encontram desafios em proteger seu território. Desta maneira, a hipótese lançada foi confirmada.

Por fim, a criação da APA do Curiaú, através da legislação ambiental vigente no país e o reconhecimento da comunidade tradicional do Curiaú em Macapá com o título de Quilombo – foram decisivos e importantes conquistas para sua proteção e conservação enquanto patrimônio cultural do Amapá. Restando ao Poder Público e a coletividade o dever de garantir a sustentabilidade desse meio ambiente cultural pelos meios arquitetônicos, jurídicos e demais recursos cabíveis.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Constituição do Estado do Amapá (1991)**. Macapá: ALEAP, 2014.

_____. **Decreto n.1.417 de 28 de setembro de 1992**. Disponível em: < <https://uc.socioambiental.org/arp/807>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

_____. **Lei n. 431, de 15 de setembro de 1998**. Macapá: Diário Oficial do Estado do Amapá n.1891, de 15.09.98.

BAPTISTA, Flávia. **Direitos difusos e coletivos**: O Direito Ambiental. São Paulo: CMP Editora, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Planalto, 2018.

CANTUÁRIA, Eliane; RIBEIRO, Adalberto C.; CRISPINO, Nicolau E.B. As relações sociais, jurídicas e ambientais da área de proteção ambiental –APA do rio Curiaú e o município de Macapá. In.: GAIO, Daniel; RIBEIRO, Adalberto C.; CHELALA, Cláudia. **Direito Ambiental e políticas públicas na Amazônia**. Macapá: Editora da UNIFAP, 2014. Cap.11, p.163-178.

CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida. A territorialidade e o modo de vida em áreas quilombolas: o caso do quilombo Curiaú-Macapá-AP. In.: LOMBA, Roni Mayer et al. **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Dourados: Ed. UFGD, 2014. Cap.2, p.41-58.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOSOVSKI, Ester. **Minorias e discriminação**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e identidade**. Campinas: UEC, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURAL. **Dossiê de registro – marabaixo**. (2018). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf>. Acesso em 08 de ago. 2019.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente- a gestão ambiental em foco**. São Paulo: RT, 2011.

RIBEIRO, Maria Fernanda. **Vila do Curiaú guarda a memória da história dos quilombolas, no Amapá**. 2017. Disponível em: < <http://amazoniareal.com.br/vila-do-curiau-guarda-a-memoria-da-historia-dos-quilombolas-no-amapa/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

RIOS JÚNIOR, Carlos Alberto dos. **Direito das Minorias e limites jurídicos ao poder constituinte originário**. São Paulo: EDIPRO, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Ambiental – introdução, fundamentos e teoria geral**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e Grupos Vulneráveis: uma abordagem jurídica**. São Paulo: Forense, 2002.

SILVA, Sebastião Menezes da. **Curiaú: a resistência de um povo**. Macapá: SEMA, 2004.

WUCHER, Gabi. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

A BUSCA PELA VITALIDADE URBANA: UM ESTUDO DE CASO DO MONUMENTO MARCO ZERO DO EQUADOR NA CIDADE DE MACAPÁ/AP

Ana Paula Cascaes Rodrigues¹

RESUMO

A vitalidade urbana é um elemento de significativa relevância no ato de pensar e promover o planejamento de uma cidade, pois o urbanismo não trata apenas de organizar o espaço considerando a estética, mas também considera questões sociais, políticas e culturais, visando a promoção da diversidade social, interação e a verdadeira apropriação dos espaços públicos. O desenvolvimento deste trabalho ocorreu por meio do estudo de caso do monumento Marco Zero do Equador e entorno na cidade de Macapá/AP, um espaço que marca uma singularidade local, mas que não encontra um reflexo digno na espacialidade, e tampouco contribui com a busca da vitalidade urbana. Por meio da discussão de teorias e estudos a respeito do espaço urbano, abordagens históricas, pesquisa de repertório temático e proposição e análise de um projeto de intervenção para a área de estudo, pretende-se ampliar as reflexões acerca do tipo de cidade que arquitetos e urbanistas estão construindo.

Palavras-chaves: Vitalidade Urbana; Monumento Marco Zero; Espaço Urbano.

ABSTRACT

Urban vitality is a very important element in thinking about and promoting city planning, since urbanism is not only about organizing space considering aesthetics, but also about social, political and cultural issues, with a view to promoting diversity social interaction and the real appropriation of public spaces. The development of this work took place through the case study of the monument of Marco Zero do Equador and surroundings in the city of Macapá/AP, a space that marks a local singularity, but that does not find a dignified reflection in the spatiality, nor does it contribute in achieving urban vitality. Through the discussion of theories and studies regarding urban space, historical approaches, thematic repertoire research and proposition and analysis of an intervention project for the study area, it is intended to broaden the reflections about the type of city that architects and urbanists they are building.

Keywords: Urban Vitality; Marco Zero Monument; Urban Space.

INTRODUÇÃO

A cidade não é um espaço estático, uma vez que passa por constantes transformações que a cada dia tornam-se mais rápidas, construindo e ao mesmo tempo desconstruindo conceitos, valores e percepções (GHIRARDO, 2002). Sendo a cidade um espaço mutável e de complexas nuances, é vital que a arquitetura e o urbanismo se disponham à adaptabilidade em suas produções. É necessário criar espaços instigantes, que tenham suas potencialidades exploradas ao máximo e que interajam ativamente com o entorno gerando a proximidade com os demais elementos do contexto urbano, gerando vitalidade.

A escritora e ativista política Jane Jacobs (2009) fez importantes contribuições às discussões a respeito da vitalidade urbana. Em seu livro “Vida e Morte de Grandes Cidades” ela enumera os princípios da vitalidade urbana e descreve condições para que esta possa se instaurar na cidade de modo a beneficiá-la como um todo, minimizando problemáticas comuns ao espaço urbano como a segregação socioespacial e a segurança pública ineficiente. Um dos pontos essenciais destacado por Jacobs (2009) é a diversificação dos usos, que assegura não só a segurança por meio dos “olhos da rua”, ou vigilância pública, mas igualmente garante a interação de várias esferas sociais no mesmo espaço, favorecendo o ideal de cidade democrática e a apropriação verdadeira dos espaços, pois estes irão comportar uma arquitetura que irá dialogar com a cidade como um todo e de tal forma que relações emotivas serão geradas, favorecendo a valorização dos espaços públicos e a identificação com o lugar através de vivências mais significativas para os cidadãos.

A diversidade de usos, segundo Jacobs (2009), é o fator que garante a movimentação contínua dos ambientes da cidade, parques, calçadas, ruas, etc. A multiplicidade de usos resulta em uma diversidade de pessoas e períodos em que o espaço é frequentado. Desta forma o ambiente urbano não se torna vazio, ermo e nem potencialmente perigoso, pois é justamente devido a estes fluxos distintos e contínuos que a vitalidade urbana é mantida. Jacobs (2009) ainda enfatiza que a variedade de usos, além de conceder a “dádiva da vida” ao espaço urbano e de maximizar o seu desempenho social, também é vital para o desenvolvimento econômico da cidade. Como exemplo de um espaço urbano, Jacobs (2009) se refere ao parque:

“A variedade de usos dos edifícios propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes. Eles utilizam o parque em horários diferentes porque seus compromissos diários são diferentes. Portanto o parque tem uma sucessão complexa de usos e usuários.” (JACOBS, 2009, p. 105)

Outro ponto citado na obra de Jacobs (2009) é a complexidade visual, que auxilia na criação do elo habitante/espaço construído, pois faz despertar em cada novo usuário do espaço um conjunto específico de sensações e experiências. É este jogo de surpresas visuais que gera esse primeiro vínculo, fazendo do espaço um lugar atrativo, variado, imprevisível, que foge da monotonia visual e resguarda, não somente for-

mas interessantes, como também significados ricos e variados:

“Se o espaço puder ser apreendido em um relance, como um bom cartaz, e se cada um de seus segmentos for igual aos outros e transmitir a mesma sensação em todos os lugares, o parque será pouco estimulante para os usos e estados de espírito diversificados. Nem haverá motivo para frequentá-lo várias vezes.” (JACOBS, 2009, p. 113)

Assim como Jacobs (2009), Ian Bently (1985) em “Responsive environments, a manual for designers”, elenca alguns conceitos orientadores para que o espaço urbano possua qualidade, eficiência e vitalidade, o que o autor denomina espaço responsivo. Estes são ambientes adaptáveis, ricos em experiências sensoriais que possam construir vínculos com cada um de seus usuários. Os atributos citados são: permeabilidade, acessibilidade, legibilidade, variabilidade, flexibilidade, identidade e propriedade, e estão detalhados no quadro 1. Os fatores morfológicos a respeito dos espaços responsivos que são apresentados nesta obra não devem ser tomados como soluções efetivas, “receitas prontas”, mas sim como qualidades relevantes para reflexões, discussões e alternativas mais práticas para futuras intervenções no espaço da cidade.

Quadro 1 – Atributos dos espaços responsivos

| Qualidade | Característica | Aplicabilidade |
|--------------------|---|---|
| Permeabilidade | Trata da variedade de acessos oferecendo alternativas de caminhos interessantes. | Consiste em analisar ruas e fluxos do espaço para a observação dos pontos de conexão; |
| Variedade | Envolve variedade de formas, usos, experiências, horários, fluxos e pessoas. | Dar preferência às atividades (usos) primários; coerência na interação entres os usos. |
| Legibilidade | Espaços legíveis, de caminhos facilmente identificáveis. | O espaço deve ter locomoção identificável com usos de marcos e limites; passível de consolidar percursos mentais. |
| Robustez | Embasa-se na diversidade de usos, amplitude de fluxos e capacidade de atrair pessoas. | Conciliar usos; criar conexões com o entorno; usos diversos e flexíveis. |
| Apropriação visual | Aparência do espaço. Leva em conta interpretações pessoais e significado. | Compreender como as pessoas interpretam o espaço, prever anseios dos usuários com base em investigações e observação. |
| Riqueza | Envolve experiências sensoriais diversificadas. | Movimento: espaços amplos; audição: sem interferências sonoras externas; olfato: jardins e seus aromas; tato: texturas e visão: contrastes e enigmas visuais. |
| Personalização | Familiaridade dos usuários com o espaço. Carrega gostos e valores pessoais. | Os usuários têm a oportunidade de intervir no espaço usando técnicas e materiais previamente pensados desde a concepção do projeto para o espaço. |

Fonte: elaborada pela autora (2017)

Neste trabalho realizou-se um estudo de caso do Monumento Marco Zero do Equador, na cidade de Macapá/AP, que envolveu uma etapa observacional e uma etapa de pesquisa de opinião. Este espaço foi escolhido por possuir relevância nacional e internacional por conta de sua peculiaridade geográfica, além de carregar em sua essência fortes valores simbólicos, configurando-se como marca da identidade local. Entretanto, atualmente o espaço apresenta uma situação avessa ao grau de importância que outrora lhe foi atribuído. Hoje é meramente um ambiente de passagem que não dialoga com o contexto urbano e não convida o público, sejam turistas ou os próprios habitantes, a adentrar os seus limites. Problemas como dificuldade de acesso, infraestrutura insuficiente e escassez de atrativos fazem o monumento parecer em meio à paisagem urbana, um espaço que tem o seu ápice de visitação apenas duas vezes por ano, nas festividades do equinócio.

A revitalização de um espaço como o monumento Marco Zero do Equador é de grande relevância por diversos fatores: é um dos mais importantes pontos turísticos da cidade; funciona, mesmo que esporadicamente, como polo difusor de cultura e de arte; e encontra-se em uma região da cidade onde está surgindo uma nova centralidade, um espaço em expansão, próximo a instituições de ensino superior, residências, empreendimentos comerciais, etc. Esta revitalização sustentada por uma variabilidade de usos auxiliará a conceder um caráter de maior significância ao monumento, reforçando o sentimento de pertença dos habitantes e auxiliando na construção da vitalidade urbana.

O MONUMENTO

A literatura científica atualmente ainda carece de fontes oficiais sobre a história da construção do monumento Marco Zero do Equador, sendo que as poucas informações disponíveis foram oferecidas por órgãos governamentais justamente para suprir esta carência, por exemplo o Senado Federal (Ref.) e a Secretaria de Estado do Turismo (Ref.) Ainda assim, após extensa busca, foi possível traçar o histórico do monumento, comentado nesta seção.

A história do Monumento Marco Zero do Equador teve seu primeiro registro em 1760. Por ordem do então Marquês de Pombal, foi construído um monobloco de madeira com a inscrição “Marco Zero da Linha Divisória do Equador, 00 Graus. Capitania do Maranhão e Grão-Pará – Reino Brasileiro de Portugal” para demarcar a passagem da linha do equador sobre a cidade de Macapá (AMAPÁ – SETUR, 2016).

Já em 1835, no espaço onde outrora estava o monobloco, foi construído pela Marinha do Brasil um bloco de cimento de tamanho equivalente a 1,20m de altura, com uma base de 30cm e topo de 22cm, que obedecia aos cálculos iniciais realizados pelo cientista francês Charles-Marie de La Condamine (1701-1774) durante sua passagem pela cidade de Macapá (SENADO FEDERAL, 1999).

Em 1950 o governador do então Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes, por autorização da Marinha, mandou edificar em volta do bloco de cimento, um calçamento de base e dispôs de uma arborização em volta, Figura 1. (AMAPÁ – SETUR, 2016).

Figura 1 – Fotografia de Janary Gentil Nunes junto à oficiais da Marinha e ao bispo de Macapá d. Aristides Piróvano no espaço delimitado para o novo marco da linha do equador



Fonte – Acervo do historiador Edgar Rodrigues (2017).

No ano de 1976, na gestão do então governador Arthur Azevedo Henning, o monumento mais uma vez sofreu alterações e passou a ser constituído por dois blocos separados por uma linha de concreto de cerca de 20 metros de comprimento, Figura 2. A partir dessa época se iniciou a disponibilização de uma certificação especial aos visitantes atestando que os mesmos tiveram o privilégio de estar na linha imaginária do Equador (AMAPÁ – SETUR, 2016).

Figura 2 – Fotografia do Marco Zero de 1976



Fonte: Acervo historiador Edgar Rodrigues (2017).

Apenas em 1987 o monumento adquiriu a forma que perdura até os dias atuais, constituindo-se de uma edificação projetada para funcionar com serviço de restaurante, salão de recepção, bar, galeria de arte, lojas de artesanato e estacionamento. O conjunto dispõe ainda de um terraço, um relógio do sol e um obelisco de 30 metros de altura que tem uma abertura no alto. Este último possibilita, nos meses de equinócio (março e setembro), a projeção de um feixe de luz solar que incide diretamente na linha do equador. A observação desse fenômeno é feita a olho nu e atrai muitos visitantes, entre estudiosos, pesquisadores,

admiradores e místicos (AMAPÁ – SETUR, 2016).

O monumento fica localizado na Rodovia Juscelino Kubitschek, no centro de uma rotatória, no perímetro entre a Avenida Ivaldo Veras e a Rua Víctima Mota Dias no bairro Jardim Marco Zero, conforme mostrado na Figura 3. Este monumento integra uma espécie de complexo turístico do qual fazem parte a Escola Sambódromo de Artes Populares e o Estádio Milton Corrêa. Nas proximidades da área ainda se situam a Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, e os bairros Jardim Equatorial, Congós, Pedrinhas, Universidade e Zerão, além de uma série de empreendimentos comerciais e residências.

Figura 3 - Fotografia aérea do Monumento Marco Zero atualmente



Fonte: Acervo do historiador Edgar Rodrigues (2017)

Mesmo com a sua estratégica localização, o espaço do monumento não é bem aproveitado e tampouco seu entorno, um grande vazio que permeia o campo de visão dos visitantes do espaço, cuja função é apenas de estacionamento e área para eventos privados em que se utilizam estruturas desmontáveis. A grande extensão de área vazia que cerca o monumento propicia um ar soturno inviabilizando condições adequadas de segurança pública, além de não ser visualmente convidativa, pois se apresenta como uma área deserta, sem quaisquer atrativos.

A necessidade de uma estrutura mais adequada para comportar as demandas e maximizar as potencialidades do Marco Zero é uma discussão amplamente válida no que tange à construção do diálogo entre homem e espaço. O Monumento precisa de uma intervenção arquitetônica e urbanística mais eficaz, em virtude de problemáticas como: a dificuldade de acesso, devido à ausência de equipamentos e sinalização de trânsito para reduzir a velocidade dos veículos e viabilizar um acesso mais seguro aos pedestres e a extrema aridez do entorno que assemelha-se a um deserto, pois não possui arborização e nem qualquer tipo de tratamento paisagístico. Este último configura-se um potencial desperdiçado, uma vez que a área do entorno poderia servir como uma extensão do monumento, um suporte espacial para permitir a implementação de novos usos, transformando o espaço em um lugar

mais atraente, não só nas celebrações do equinócio e outros eventos, como também cotidianamente instaurando vitalidade ao fazer com que as pessoas sintam-se convidadas a aproximarem-se e realmente transformarem o monumento em um espaço de vivência.

O SIMBOLISMO DO MEIO DO MUNDO

O desenvolvimento de uma linguagem arquitetônica é parte essencial de um projeto, pois permite a atribuição de um sentido por trás da simples ideia de organização espacial. Este discurso intrínseco na arquitetura é o responsável por estabelecer a comunicação com o observador, o que resulta em experiências sensoriais e emotivas únicas para cada indivíduo, assim originando os vínculos. No entanto, para que o arquiteto e urbanista consiga desenvolver essa linguagem, ele necessita definir o que vai comunicar, precisa eleger significações para que posteriormente possa transmiti-las ao espaço por meio de formas específicas. Contudo, para eleger as significações são necessárias abordagens psicológicas, sociológicas e históricas, estes serão os fatores que auxiliarão a definição do sentido da arquitetura. Assim ressalta Netto (1979) na obra “A construção do sentido na arquitetura”:

“Vamos sair, portanto, do campo estreito da lógica, da linguística, do formalismo dos modelos predeterminados, extravasar os limites de uma metodologia imperialista e seguir um método que se elabora criativamente de acordo com as necessidades do conjunto sógnico a ser abordado.” (NETTO, 1979, p. 26)

Porém, no que concerne ao objeto de estudo, o Monumento Marco Zero, o conjunto sógnico citado por Netto (1979) é bem mais abrangente, pois trata-se de um espaço que recebe pessoas de valores, culturas e convicções distintas, e a arquitetura será recebida por cada indivíduo de formas muito diferentes. Logo, compete ao arquiteto e urbanista analisar essas questões que variam de um grupo social a outro antes de propor qualquer intervenção. Ele deve pensar em todos os sentidos básicos para cada grupo, conciliar as diferentes percepções e fazer com que estas reflitam-se tanto no espaço exterior como no interior, criando a identificação do observador com a arquitetura.

O Marco zero é um monumento icônico, o cartão postal de uma cidade repleta de privilégios naturais, o maior rio do mundo em volume de água, o Estado com maior percentagem de floresta preservada, cortado pela linha do equador, o meio do mundo. Macapá deve evocar essa ilustre designação cada vez mais e transformá-la em realidade. Se é o meio do mundo, deve deixar transparecer em seu monumento o que significa esse título célebre, afinal, conforme a música do compositor local Zé Miguel, esse é o endereço da cidade, “na esquina do rio mais belo com a linha do equador”, o único lugar do mundo onde o maior rio encontra a linha do equador.

INSPIRAÇÕES: REPERTÓRIO TEMÁTICO

Após os apontamentos teóricos, históricos e simbólicos tratados

anteriormente, convém elencar e especificar referências projetuais e inspirações, norteadores para o projeto de intervenção no Monumento Marco Zero. Tais referências enquadram-se na categoria de Parque Urbano, uma vez que esta alternativa viabilizaria um diálogo maior com a cidade, gerando elos por meio da diversificação de usos como sugere Jacobs (2009), reunindo as qualidades de Bently et al. (1985) e comunicando o simbolismo do monumento de maneira clara, bela e eficaz.

Os projetos referenciais desta pesquisa podem ser divididos em três escalas de influência, conforme Tabela 2. A primeira é a inspiração conceitual destacada no projeto do Parc La Villette, de Bernard Tschumi, em Paris, cuja contemporaneidade é evidenciada por um discurso anti-tradicional onde a natureza é secundária e a inovação, pluralidade de usos, de formas e a interação social são reforçados. A segunda esfera de inspiração é a temática ressaltada no parque Ciudad Mitad del Mundo, no Equador, este espaço possui as mesmas características simbólicas acentuadas no Monumento Marco Zero, no entanto, o simbolismo de se estar no meio do mundo revela-se diferente amparado por um complexo turístico que evidencia espacialmente todo o potencial velado nessa simbologia. Já o terceiro nível de inspiração é local, reúne duas vertentes; as referências aos projetos da arquiteta paisagista Rosa Kliass, que por sua ativa participação em vários projetos em muitas cidades brasileiras adquiriu um acervo vasto de obras referenciais, entre elas o Parque do Forte, em Macapá, e também, tomando como segunda referência local, o Parque do Ibirapuera, um grande exemplo de parque urbano que concilia arquitetura, paisagismo e urbanismo.

Tabela 2 – Projetos referenciais

| Espaços | Características | Qualidades | Influências na proposta |
|---------------------------------|--|--|---|
| PARC LA VILLETE | Oferece diversas atividades, caminhos instigantes e complexidade visual. | Permeabilidade, variedade, legibilidade, robustez, riqueza e apropriação visual. | Caminhos sinuosos que fazem percursos diferenciados pela área de intervenção e que servem de ligação para as edificações que compõem o projeto. |
| COMPLEXO CIUDAD MITAD DEL MUNDO | Espaço turístico que oferece diversas atividades relacionadas com a temática, difundindo cultura, valores e conhecimento. | Variedade, robustez e riqueza. | Inserção de diferentes usos para a área, todos eles com ligação à temática, o privilégio de estar no “meio do mundo”, além de ressaltar outras características marcantes de Macapá. |
| PROJETOS DE ROSA KLIASS | Projetos de revitalização que visam o realce de monumentos históricos, por meio da harmonização entre novos usos e contemplação da paisagem. | Variedade, robustez e riqueza. | Concepção de um espaço complementar à área em que está inserido o Monumento Marco Zero. É acrescentar algo novo sem ofuscar a imagem e o símbolo que este monumento representa para Macapá. |

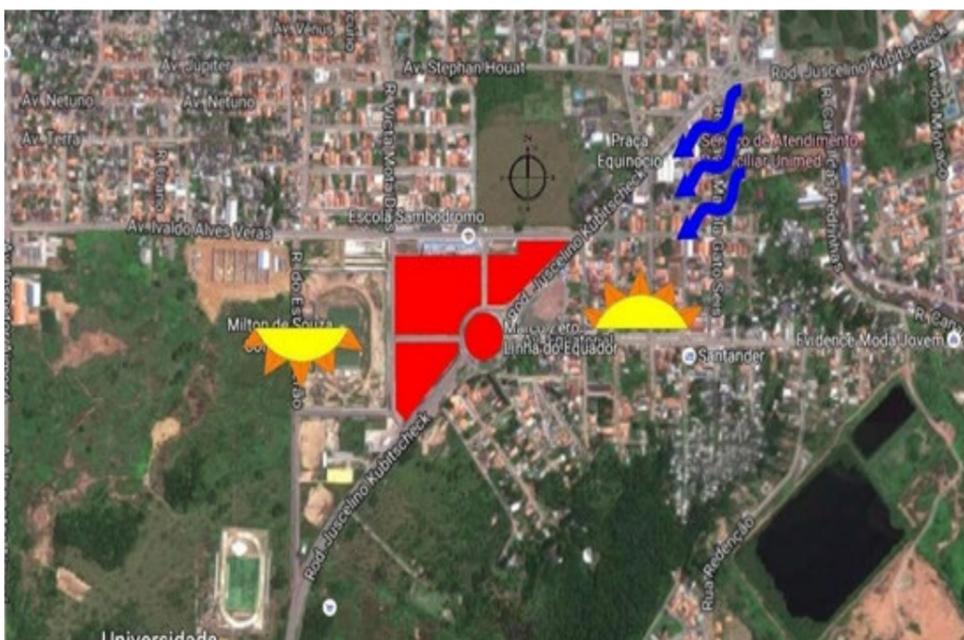
| | | | |
|------------------------|--|--|--|
| PARQUE DO IBI-RAPUEIRA | Oferece uma profusão de atividades, caminhos e paisagismo interessantes. | Permeabilidade, variedade, legibilidade, robustez e riqueza. | Percursos instigantes, presença abundante de vegetação e edificações de diversos usos com formas arquitetônicas Interessantes. |
|------------------------|--|--|--|

Fonte - elaborado pela autora (2017)

A INTERVENÇÃO

A área total de intervenção abrange três terrenos do entorno e mais o espaço do monumento Marco Zero, totalizando 152.298 m², conforme Figura 4. Quanto aos aspectos físicos todos os terrenos possuem relevo plano, de formato parcialmente regular, recebem alta incidência solar devido à ausência total de arborização, exceto na ilha central da rotatória, e ventilação predominante da direção nordeste com leves alterações de um terreno para o outro devido à disposição proporcionada pela localização da Rodovia Juscelino Kubitschek.

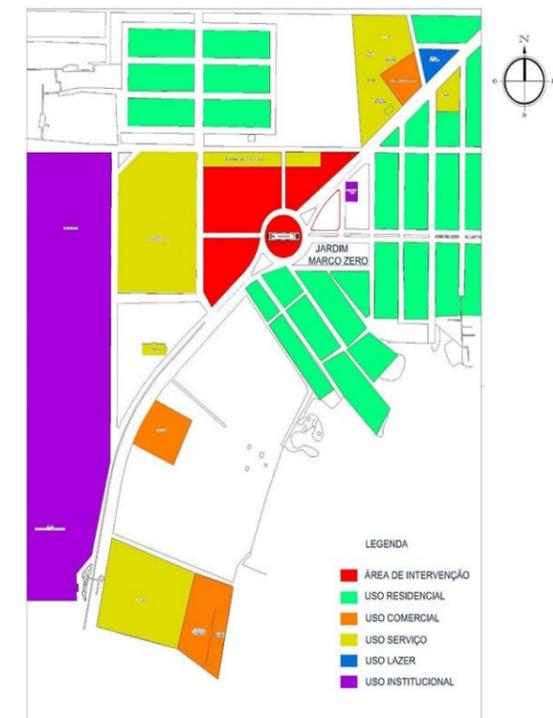
Figura 4 - Área de estudo sinalizada, insolação e ventilação



Fonte – Elaborada pela autora (2017)

Quanto à legislação vigente, lei complementar nº 029/2004-PMM¹ - do uso e ocupação do solo do município de Macapá, a área de intervenção é classificada como pertencente ao Setor Residencial 3 (SR-3), o que implica na predominância de uso residencial e no desenvolvimento de atividades comerciais e de serviço de apoio a moradia com restrição às atividades que causem incomodo a vizinhança. Segundo esta lei, o espaço comporta usos residenciais uni e multifamiliar, além de atividades comerciais e industriais dos níveis 1 e 2, e de serviços dos níveis 1, 2 e 3, ou seja, esta área deve comportar usos de baixíssimo a médio impacto, Figura 5.

Figura 5 – Mapa ilustrando a classificação de usos e ocupação do solo do entorno



Fonte - Acervo da autora (2017).

Com intuito de coletar e investigar mais detalhadamente a opinião dos habitantes da cidade de Macapá acerca de uma possível revitalização do Monumento Marco Zero foi elaborado um questionário virtual de 11 perguntas diretas, entre dados pessoais e questões específicas, com o link para o questionário divulgado por meio de redes sociais. Esta opção de divulgação mostrou-se mais compatível e viável a esta pesquisa em virtude da busca por abranger o máximo de grupos sociais existentes, englobando pessoas com as mais variadas concepções e experiências da população macapaense. Esta pesquisa de opinião envolveu aspectos diversos como; as potencialidades do espaço, a inserção de novos usos e necessidades estéticas e funcionais dos usuários a respeito do monumento Marco Zero.

O questionário foi disponibilizado para acesso por meio do link <https://goo.gl/forms/hUpM3j5o3xXZ14hx2> pelo período de cinco dias, do dia 17 de agosto até o dia 21 de agosto de 2016, e alcançou um total de 102 respostas envolvendo participantes com faixa etária dos 18 aos 66 anos, residentes das proximidades do monumento e também de bairros mais distantes. As ocupações dos participantes variam entre estudantes, professores, funcionários públicos, guias de turismo, profissionais da área da saúde, arquitetos, psicólogos, comerciantes, militares, engenheiros e autônomos.

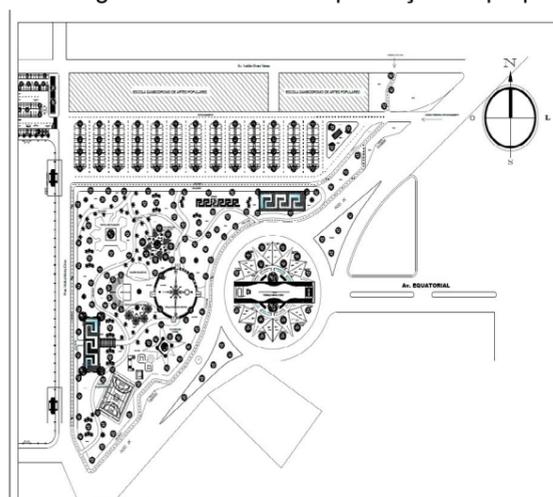
No levantamento de resultados da pesquisa observou-se que 98% de participantes já visitaram o espaço, 94.1% acreditam que o monumento e seu entorno possuem vocação turística, 62.7% consideram o espaço do monumento atrativo e 99% dos participantes creem ser viável e interessante a revitalização do Marco Zero e seu entorno.

A proposta de intervenção foi pensada de modo a aproveitar a área do entorno do monumento Marco Zero para implantar um parque urbano, Parque Cultural do Meio do Mundo, Figura 6, e na área do monumento existente realizar pequenas intervenções de reforma. Este

1 Lei Nº 029/2004 - do uso e ocupação do solo do município de Macapá Prefeitura Municipal de Macapá.

projeto será sustentado pela ideia da vitalidade urbana visando a diversificação de usos e a inserção de equipamentos e novos espaços que irão atuar como uma extensão do monumento existente.

Figura 6 – Planta de Implantação da proposta



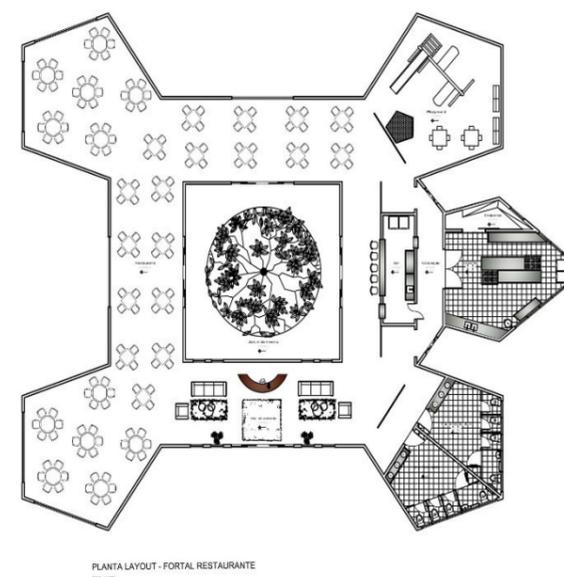
Fonte - Elaborada pela autora (2017).

Dentre os novos usos estão previstos a implantação de um galeria de arte, Galeria Equinócio, que funcionará como área de eventos coberta de modo a dar suporte às outras edificações; jardins, visto a necessidade de arborização da área em virtude da intensa insolação e dos resultados apontados pela pesquisa de opinião quanto ao lazer contemplativo; calçadão, visto a necessidade observada de um espaço para caminhadas em virtude de uma demanda da vizinhança; ciclovia e playground, este último segmentado em dois, um infantil (Figura 11) e outro juvenil (Figura 12), com atividades para crianças acima de 12 anos; anfiteatro (Figura 8 e 13) para suprir a necessidade de grandes eventos culturais ao ar livre, demanda apontada pelos resultados da pesquisa de opinião; praça de alimentação e restaurante (Figura 7), para movimentar o comércio local e atuarem como espaços suportes aos eventos sediados no monumento; galeria equinócio (Figura 9), baterias de banheiros, estacionamento com 313 vagas e guaritas de segurança.

Quanto à qualidade da complexidade visual citada por Jacobs (2009), esta surge no projeto por meio de variações de níveis no terreno, que constituirão caminhos instigantes, formas diferenciadas nas edificações que compõem a proposta do parque e a utilização de materiais, texturas diversas e símbolos locais que remetem ao fenômeno ilustrado pelo monumento e signos da iconografia Maracá Cunani².

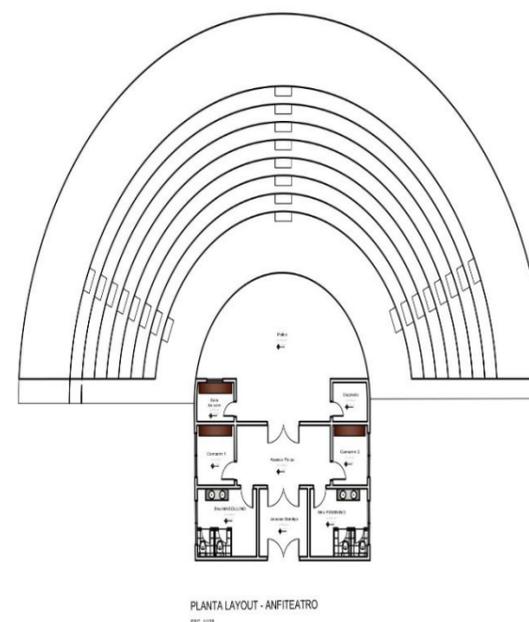
2 Iconografia Maracá Cunani são elementos gráficos (pinturas, estampas, imagens) que constituem a cultura das civilizações pré-coloniais, Maracá e Cunani, que habitaram o Estado do Amapá.
Iconografia: Estudo descritivo de estampas, medalhas, imagens, pinturas, etc. (DICIONÁRIO COMPACTO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1998)
Maracá e Cunani: Civilizações pré-coloniais que habitaram o Estado do Amapá, a cerca de 500 e 1000 anos, respectivamente. (SEBRAE/AP, 2006)

Figura 7 – Planta layout do restaurante.



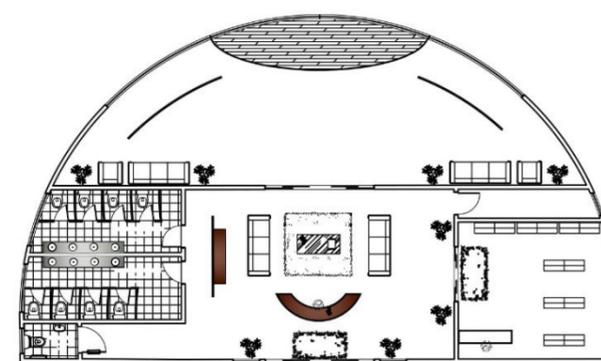
Fonte - Elaborada pela autora (2017).

Figura 8 – Planta layout do anfiteatro.



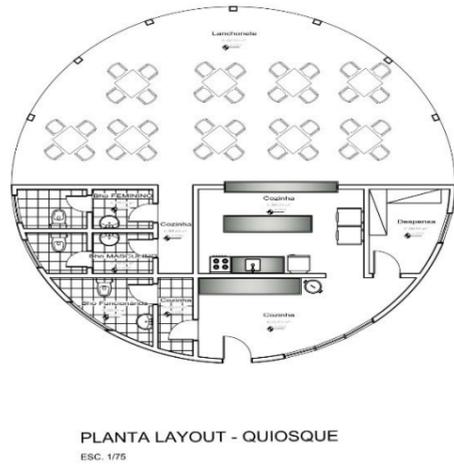
Fonte - Elaborada pela autora (2017).

Figura 9 – Planta layout da galeria Equinócio.



Fonte - Elaborada pela autora (2017).

Figura 10 – Planta layout do quiosque.



Fonte - Elaborada pela autora (2017).

Figura 11 - Volumetria Playground Infantil



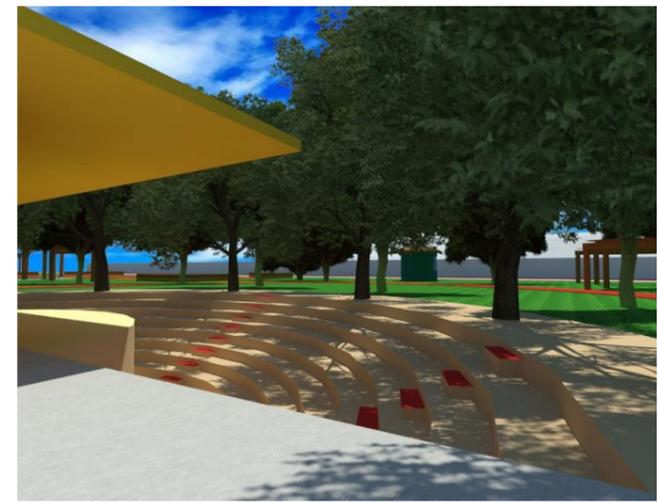
Fonte – Elaborada pela autora (2017)

Figura 12 - Volumetria Playground Juvenil



Fonte – Elaborada pela autora (2017)

Figura 13 - Volumetria Anfiteatro



Fonte – Elaborada pela autora (2017)

Quanto ao paisagismo, foram utilizadas várias espécies vegetais capazes de oferecer sombreamento suficiente e proteção contra os gases poluentes advindos dos carros que circulam pela rodovia, além da incorporação de várias pérgolas pelos caminhos que cortam o parque e jardins formais, conforme Figura 14.

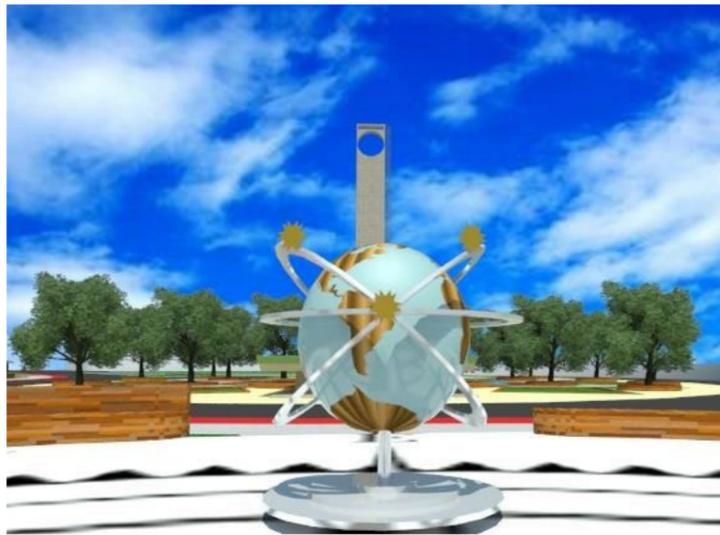
Figura 14 - Volumetria da área do parque



Fonte – Elaborada pela autora (2017)

Nos elementos arquitetônicos foram destacados os três itens mais característicos da cidade, a Fortaleza de São José de Macapá, como a forma inusitada do restaurante, similar ao formato da Fortaleza; o Rio Amazonas, com suas ondas representadas no traçado orgânico dos passeios e ciclovias do parque; e o próprio Marco Zero, palco do fenômeno do equinócio que tem o sol como estrela maior do espetáculo, ilustrado espacialmente por meio de várias estrelas que constituem o parque, representadas no padrão do piso da praça de alimentação, no formato dos dois playgrounds, infantil e juvenil, no jardim que adorna o monumento existente e no piso da praça Rosa dos Ventos alinhada perfeitamente com a linha demarcada no monumento, inspirando um caráter educativo no espaço que ainda será reforçado por uma escultura do globo terrestre que se ergue na praça, representando com seus aros o equinócio e os solstícios, conforme mostrado na Figura 15.

Figura 15 - Volumetria da escultura central



Fonte – Elaborada pela autora (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposição de uma intervenção no Monumento Marco Zero buscou-se a incorporação deste espaço à ideia da vitalidade urbana de Jacobs (2009) e dos ambientes responsivos de Bently (1985), e tais imersões nessas importantes contribuições ao estudo da arquitetura e do urbanismo, oportunizaram reflexões a respeito do tipo de espaços que uma cidade necessita, ambientes instigantes que despertem no usuário a vontade de apropriar-se deles, e de como a saga do arquiteto e urbanista na concepção de projetos para o macro deve ser esmerada, pois deve ser alicerçada na visão holística para que se possa perceber todos os elementos que atuam na dinâmica dos espaços urbanos, somente assim, estes profissionais poderão conceber cidades mais belas, saudáveis e funcionais.

A tomada de decisões projetuais corretas no contexto de uma cidade é uma tarefa árdua que requer profundo embasamento teórico, amplitude de percepção, extenso repertório temático e experimentação, uma vez que os estudos e teorias não trazem receitas prontas, mas sim diretrizes norteadoras que auxiliam a aplicação de conceitos inovadores em diferentes realidades urbanas.

A proposta de intervenção Parque Cultural do Meio do Mundo objetivou a criação de um espaço complementar ao Monumento Marco Zero, uma extensão do mesmo, aproveitando a área de entorno, oferecendo mais atrativos, diversidade de usos e de atividades inspirando a frequência de visitantes, transformando o ambiente árido do entorno em uma área agradável, em um parque com vasta arborização e todos os equipamentos urbanos necessários, um ambiente que agrega conforto, lazer, práticas recreativas, cultura, arte e conhecimento, mas principalmente, um espaço que destaca a importância de um dos pontos turísticos mais significativos da cidade de Macapá, um diferencial de uma realidade urbana, pois a arquitetura também existe para isso, destacar o que torna cada lugar único, suas singularidades, sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAPÁ: Governo do Estado – Secretaria de Estado do Turismo. Monumento Marco Zero do Equador – Histórico e levantamentos estatísticos de visitação. Macapá: SE-TUR, 2016.
- BENTLY, Ian; ALCOCK, Alan; MURRAIN, Paul; MCGLYNN, Sue; SMITH, Graham. **Responsive environments, a manual for designers**. Oxford: Architectural Press, 1985.
- GHIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea. Uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOLANDA, Frederico de. **Afetos da arquitetura**. Disponível em: <http://frederico-deholanda.com.br/textos/holanda_2004_afetos_da_arquitetura.pdf>. Acesso em: 14 março 2016.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MACAPÁ AMAPÁ – AP. Histórico Macapá – Biblioteca do IBGE. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/macapa.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2016.
- MARINS, Garcez César Paulo. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. Artigo reapresentado em 4/2003. Aprovado em 7/2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v6-7n1/02.pdf>>. Acesso em: 18 agosto 2016.
- MITAD DEL MUNDO: Mitad del Mundo Empresa Pública de Turismo. Disponível em <<http://www.mitaddelmundo.com/en/>>. Acesso em: 15 junho 2016.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SARNEY, José, 1930; COSTA, Pedro, 1947. Amapá: a terra onde o Brasil começa / José Sarney e Pedro Costa – Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.
- SIMIONATO, Barrera Thaís. Bernard Tschumi e o Parc de La Villette. Trabalho Final de Graduação. FAU – Mackenzie. São Paulo, 2014.

O HIP HOP E O ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ: RESSIGNIFICAÇÃO, RESISTÊNCIA E ATIVISMO

Wesley Vaz Oliveira¹

Luciano Magnus de Araújo²

RESUMO

Este trabalho aborda o universo social, cultural e político do Hip Hop no município de Macapá- AP, com o enfoque no seu posicionamento contestador e reivindicatório no espaço urbano, em específico, na periferia e nos conjuntos habitacionais. Neste sentido, a tônica central da análise será na postura crítica que este movimento cultural e político assume nos bairros negligenciados pelo estado, fincado na ausência de políticas públicas. Com isso, foi perceptível constatar que este movimento atua em determinados espaços sociais onde outros seguimentos culturais não se ocupam de ir e, não obstante, além de propor o entretenimento e a diversão - o Hip Hop através de seus quatro elementos: o *Mc*, o *Break*, o *Dj* e o *Grafite* – possibilita vias para ressignificar o lugar social que, em grande medida, é calcado em injustiças sociais. Para tal, a metodologia utilizada neste trabalho foi a de revisão bibliográfica. Por fim, observou-se que o Hip Hop cria a possibilidade de transformar o espaço urbano segregado e excluído, em um lugar de protesto, entretenimento e reivindicação social, assim, atuando como um ativismo urbano, que orienta e conscientiza a comunidade.

Palavras-chave: Hip Hop; Espaço Urbano; Ativismo Urbano.

ABSTRACT

This work consists of an approach to the social, cultural and political universe of Hip Hop in the city of Macapá – AP, focusing on its challenging and vindictive positioning in urban space, in particular, in the suburbs and popular housing complexes. In this sense, the central point of the analysis is the critical stance that this cultural and political movement takes in the districts neglected by the state, based on the absence of public policies. With this, it was noticed that this movement operates in certain places where other cultural segments do not make effort to go, besides offering entertainment and fun - Hip Hop through its four elements: Rap, Break, DJ and Graffiti - resignifies the social place that, to a great extent, is based on social injustices. For this, the methodology used in this work was the bibliographical review. Finally, it was observed that Hip Hop creates the possibility of transforming segregated and excluded urban space into a place of protest, entertainment and social claim, thus acting as an urban activism that guides and makes the community aware.

Keywords: Hip Hop; Urban Space; Urban Activism.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal do Amapá. E-mail: wesleyvzoliveira@gmail.com.

² Orientador: Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, mestre em Ciências Sociais. E-mail: proflucianounifap@gmail.com.

Desde a sua gênese nos guetos¹ de Nova York, o Hip Hop² se configurou em um contexto de segregação social, preconceito racial, violência etc., a qual, por intermédio das manifestações artísticas do Break, Grafite, Dj e o Mc, os jovens negros e hispânicos almejavam ressignificar o espaço urbano onde estavam inseridos. Nesse sentido, a violência entre as gangues³ foi canalizada em disputas artísticas, bem como a busca pelo saber e a ânsia pela politização, que eram indispensáveis para a reivindicação social.

Este trabalho, portanto, versa sobre o universo cultural deste movimento e sua atuação em bairros periféricos e conjuntos habitacionais no município de Macapá, no estado do Amapá. Logo, o enfoque central da investigação consistirá em entender sob quais primas o movimento cultural urbano Hip Hop ressignifica determinadas áreas do espaço urbano que, por vezes, é fincado na ausência de políticas públicas e é estigmatizado, corroborando para um imaginário falsificado e distorcido daquele determinado espaço.

Assim, interrogações tais como: como o Hip Hop se insere nessas comunidades; o que ele propõe para a juventude; como ocorre o processo de ressignificação do espaço urbano; e, acima de tudo, os projetos de elaborados pelos integrantes do movimento Hip Hop para a periferia e os conjuntos habitacionais evidencia algum grau de transformação social para estas, por conseguinte, modificando o espaço urbano? Assim sendo, essas indagações serão o eixo condutor desta pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa percorrerá, brevemente, o sentido dessa ressignificação do espaço urbano; analisando os projetos elaborados pelos integrantes desse movimento, que atuam na perspectiva de levar a cultura Hip Hop para determinadas esferas sociais, bem como os seus desdobramentos para estes, os simpatizantes e a população como todo inserida naquele contexto.—

Utilizou-se, como metodologia, a revisão bibliográfica com base nas produções científicas elaboradas sobre a temática, tais como livros e trabalhos de conclusão de curso. Além disso, também foi necessário realizar o levantamento de informações através de discursos presentes em letras do rap amapaense e em mídias sociais, como o Facebook.

Neste sentido, o presente estudo terá como referencial teórico a obra “Planejamento urbano e ativismos sociais” de Marcelo Souza e Glauco Rodrigues, além dos estudos de Ana Lúcia Souza na obra “Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop”; o trabalho de conclusão de curso intitulado “HIP HOP TUCUJU: Um breve estudo do movimento cultural urbano como instrumento de prevenção e resgate de jovens em vulnerabilidade social no município de Macapá” do Jomar Quaresma. E, por fim, as contribuições do antropólogo Adjair Alves, na sua obra “Treinando a observação participante: juventude, lin-

¹ Bairro de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou outro grupo minoritário.

² Uma cultura juvenil, de origem norte-americana que remonta aos anos 60, mais especificamente, em 1968, quando o negro Afrika Bambaataa, inspirada na forma cíclica pela qual a cultura do gueto-americano era transmitida bem como no estilo da dança mais popular da época, incentivou a sua prática entre os jovens do gueto como forma de recriação das relações sociais no gueto, substituindo assim os embates corporais, violentos, por um processo de disputa por territórios, agora de forma criativa e artística. Cria-se, assim, o termo “hip-hop”. Esse período se destaca historicamente pelo surgimento de grandes líderes na luta pela cidadania, como: Martin Luther King, Malcom X, e os Panteras Negras. (ALVES, 2011, p. 89).

³ Grupo pessoas ligadas a alguma atividade lúdica, mas também podem estar envolvidos atos delinquentes.

guagem e cotidiano”.

A relevância desse trabalho, cabe salientar, se apresenta no sentido de proporcionar uma leitura precípua do Hip Hop para a juventude no espaço urbano. Ao passo que, ao problematizar e esclarecer apontamentos sobre essa cultura, cria possibilidades para a ruptura de preconceitos e julgamentos pejorativos referente a ela. Pois, como será demonstrado, essa manifestação artística, cultural e política, atua como uma ferramenta fecunda para a juventude negra e periférica, na luta pela cidadania, justiça social e afirmação existencial.

SITUANDO O HIP HOP – A CULTURA DE RUA

Segundo Souza (2011), o bairro do Bronx, nos Estados Unidos, é o Locus do surgimento do Hip Hop. Em um cenário social marcado por violência policial, discriminação, descaso social, moradia precária e segregação sócio-espacial, os jovens negros e imigrantes buscaram ressignificar as práticas sociais daquelas ruas. Portanto, para além do lazer e o entretenimento, esses jovens visaram, através da música, a pintura e a dança, contestar e denunciar as mazelas sociais a qual estavam submetidos pela lógica social dominante.

No tempo e espaço da gênese do movimento, existia constantes confrontos por território, o que impulsionava os jovens a se organizarem em gangues, desta maneira, intensificando a violência e o medo social. Neste sentido, o que antes eram combatidos com violência, agora através da cultura Hip Hop, era ressignificado em disputas de dança, poesia e música.

O Hip-Hop é composto por quatro elementos: o Dj (Disk-jockey), Mc (Master of Ceremonies), Break (dança de rua) e o Grafite (Artes plásticas). O Dj é o responsável pela sonoridade, pela batida tocada para o Mc declamar sua poesia e pela música tocada para o b-boy. O MC é o que canta o rap, ele expõe nas rimas seus sentimentos, suas angústias, as mazelas sociais e o cotidiano a qual habita.

O Break em inglês significa “quebrar”, é a dança no Hip Hop. Alguns se assemelham a movimentos robóticos, e outros desafiam a capacidade do corpo humano e as leis da física. Por fim, tem-se o Grafite, é a expressão plástica essencialmente urbana, na qual o artista por meio de desenhos e mensagens, expressa seus sentimentos, denuncia e protesta etc., revitalizando a cidade através da arte.

O Hip Hop se constituiu através da interação de duas formas que marcam a cultura.

Ao mesmo como uma produção diaspórica, informada por traços de cultura e histórias de matrizes africanas ressignificadas localmente, e também como um movimento cosmopolita em diálogo com a moderna tecnologia urbana e letrada. (SOUZA, 2011, p. 54).

Neste contexto, percebe-se a hibridização cultural desse movimento. Além de manter atributos do lugar de sua origem, no caso, a África e posteriormente os Estados Unidos, o Hip Hop ao aportar em determinada região, inevitavelmente sua identidade irá formata-se de acordo

com os códigos culturais tanto da sua gênese como da cultura local.

A POROROCA SONORA

O movimento cultural Hip-Hop, na década de 1980, aporta no território brasileiro, assim como no Amapá. Em Macapá, de acordo Quaresma (2016), o elemento break foi a primeira expressão artística da cultura a surgir no município de Macapá, porém, os próprios praticantes do break não sabiam que eles faziam parte desta cultura de rua.

O precursor do rap³ amapaense foi o grupo C.R.G.V – Clã Revolucionário Guerrilha Verbal, em 1999. Em seguida, surgiram outros grupos, tais como Máfia Nortista, Função Real, Relatos de rua etc. Na contemporaneidade, o rap amapaense, em grande maioria, é produzido por gravadoras independentes.

Neste período, por meio de revistas e jornais difundiam-se as informações sobre o Hip-Hop, visto que a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), proporcionou o crescimento significativo da cultura no estado, uma vez que ocasionou um exacerbado fluxo migratório a qual jovens vindos do maranhão e Pará almejavam melhores condições de vida. Diante disso, os jovens oriundos de outras cidades ajudaram a fomentar a cultura. Na década de 90, cria-se a MHCA – Movimento Hip-Hop do Amapá (QUARESMA, 2016).

A estreita ligação do movimento Hip Hop com a negritude local é, historicamente, notável. A título de exemplo, em 2006, o Hip Hop amapaense realizou eventos de relevância para a comunidade afrodescendente, como a Caminhada Negra no Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação Racial – 21 de março; e o debate sobre a Violência Policial, Racismo e Direitos Humanos, na sede da Ordem dos Advogados do Amapá – OAB/AP.

Conforme Quaresma (2016) ao entrevistar o rapper⁴ Poca, para este: “Hoje temos a plena convicção de que onde o estado não atua o Hip Hop atua, no sentido da reintegração de jovens que vivem em situação de risco social”. Assim sendo, um dos espaços sociais que o rap amapaense atua são as áreas periféricas e conjuntos habitacionais.

Segundo Quaresma (2016, p.19), “o movimento vai a lugares em que muitos não querem ir, leva suas atividades, aconselhamentos e ensinamentos onde muitos seguimentos culturais não querem levar”. Como se pode citar as ações do Hip-Hop nas casas de detenção e internação de menores infratores:

Aconteceram várias apresentações dentro do instituto de Administração Penitenciária do estado do Amapá (IAPEN), Centro Socioeducativo de internação (CESEIN), onde estão homens de 12 a 21 anos sentenciados pelo sistema de justiça, e do Centro de Internação Provisória (CIP), onde jovens com custódia provisória até 45 dias. Mensagens através das atividades do hip hop foram levadas para os internos e reeducando, mesmo sem a devida estrutura dada. Dentro do movimento observou-se que há uma atitude forte entre os jovens em relação aos problemas sociais, apesar de ter exemplos de integrantes que antes eram usadas de forma errada, hoje

3 Elemento musical do Hip Hop, composto pela junção do Mc e o Dj.⁵

4 Denominação utilizada para designar o indivíduo que canta Rap.

são direcionadas para as atividades positivas do Hip Hop. (QUARESMA, 2016, p. 19).

O HIP HOP E O ESPAÇO URBANO

Esta seção se ocupará de discorrer sobre a correlação do Hip Hop na dimensão urbana, em especial, nas periferias e conjuntos habitacionais de Macapá, e sua respectiva configuração social, cultural e política. Como foi supracitado, o referido movimento surgiu no contexto urbano ficando em um sistema de segregação racial e étnica, a qual jovens negros e hispânicos viviam em bairros pobres. Diante disso, observa-se que existe uma íntima relação dessa cultura e o lugar onde ela se desenvolve.

A fonte que alimenta a criação cultural e artística dos integrantes do movimento é o lugar em que moram, são as “as comunidades” que frequentam e onde estão seus amigos, é a cidade desigual e contraditória em que vivem. O manancial artístico e cultural é alimentado pelas experiências do cotidiano: o lugar de moradia, a vizinhança, o encontro com os amigos, o futebol no fim de semana. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 101).

Assim, na gênese do movimento, esse lugar, a saber, foram os guetos de Nova York, enquanto no Brasil, são as favelas, as periferias e os conjuntos habitacionais. Sendo assim, os acontecimentos que ocorrem nesses lugares servem de matéria-prima para a criação de raps, de coreografias de break e de grafites.

Segundo a perspectiva de Marcelo Souza e Glauco Rodrigues (2004), o Hip Hop seria uma nova forma de mobilização e organização popular, por conseguinte, se desdobrando em um “novo ativismo urbano”. Aqui, cabe destacar a distinção entre ativismo social e movimento social e, nesse sentido, elucidar a relação destes com a cultura em si.

A noção de ativismos sociais pressupõe, inexoravelmente, a atuação da sociedade civil, bem como os movimentos sociais. Com isso, de acordo Souza e Rodrigues (2004, p. 83), “todo movimento é um ativismo social, mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento”. Pois, o ativismo se configura como uma categoria mais ampla. O movimento social, por sua vez, pode se referir desde as reivindicações de caráter micro, não aprofundando o questionamento e a crítica, até a lutas mais ambiciosas referente ao âmbito político, econômico e cultural. Entretanto, os movimentos sociais são um tipo específico de ativismo, por representa um grau elevado de contestação a ordem social vigente.

Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, tem horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior e como aumento da justiça social, o combate à desigualdade, as críticas à segregação residencial e a luta contra o racismo, entre outras. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 84).

Entretanto, a cultura Hip Hop acopla na sua essência aspectos inerentes ao movimento social também. Por conseguinte, essa nova experiência tem um grande potencial e pode se transformar em importan-

tes agentes políticos no debate sobre a cidade e na construção de propostas de organizar a vida e o espaço urbanos (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Esse movimento não se limita somente à uma configuração artística-cultural, mas sim, também, política. Pois, segundo estes, no sentido de expressar as relações de poder, toda criação artística e cultural é política.

A diferença entre o Hip Hop e tantas outras manifestações artísticas é que, nele, o questionamento político é consciente e explícito, e a arte é, no fundo, o veículo do inconformismo de quem se identifica com e adere ao movimento. Ainda que temas como amor, saudade e alegria não sejam completamente deixados de lado nas letras de rap, a tônica da produção é a denúncia das injustiças e o clamor pela mudança. As formas de expressão do hip hop – o rap, o grafite e o break – são construções artísticas que expressam um significativo e contundente conteúdo de crítica social, apontando por vezes na direção da instituição de outras relações sociais e de poder. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 102).

Compreende-se, então, que o desejo pela modificação daquela realidade, bem como a exteriorização de sentimento e perspectivas do cotidiano, direcionando críticas ao governo ou determinada entidade pública, denotam o Hip Hop no sentido político. Assim, a cultura perpassa a política e ambas se tornam um único movimento; é a cultura como política e política da cultura.

De acordo com Alves (2011), os jovens ao enfrentar as questões cotidianas pelo viés da cultura Hip Hop, criam a possibilidade de estabelecer uma cidadania alternativa. Ora, nesse contexto social existem um alto índice de vulnerabilidade social, o que corrobora para um processo de resignificação das relações sociais, ao passo que as experiências são incorporadas como o alimento de suas atividades culturais e artísticas.

O jovem da favela sonha um dia deixar o berço da miséria. A cultura adquire, neste contexto, uma expressão discursiva por onde sonho aproxima-se da realidade. Mc’s, graffers, Dj’s e b.boys, eles sabem que, na favelas e cortiços, só há uma saída: a cultura. (ALVES, 2011, p. 131).

Observa-se, então, que a cultura é o instrumento indispensável para o constructo da cidadania. Desta maneira, os integrantes do movimento Hip Hop enfrentam os conflitos cotidianos da favela, lutando pelos direitos negados, pois, conforme afirma Alves (2011), os jovens transformam a miséria, a fome e a dor, em arte e em cultura, para daí construir as energias necessárias para transformarem aquela realidade social.

INTERVENÇÕES DO HIP HOP AMAPAENSE

Tendo como lócus dessa pesquisa a cidade de Macapá, o foco desta investigação consiste no lugar onde ocorrem a intervenção do movimento Hip Hop, nesse sentido, as áreas periféricas e conjuntos habitacionais. Portanto, vale salientar que este trabalho se ocupou de verificar as ações e intervenções do movimento no ano de 2017, analisando os projetos estipulados nos espaços urbanos supracitados, de acordo com

as informações da Federação Amapaense de Hip Hop – FAHHP.

Segundo a FAHHP, no ano de 2017, ocorreu o projeto “Hip Hop no São José” e o projeto “Hip Hop no Macapaba”, ambos em áreas de conjuntos habitacionais. Além destes, houve o “Hip Hop na Ponte”, que aconteceu em uma área de periferia; também ocorreram intervenções na praça do bairro central – Floriano Peixoto, bem como na praça dos Céu das Artes e no bairro da Piçarreira, situados em áreas periféricas.

Assim sendo, conforme a FAHHP, esses projetos tem por objetivo propagar a cultura Hip Hop e seus elementos agregadores para os/as moradores da comunidade, mostrando a cultura como forma de diálogo, despertando a consciência social, cultural e ambiental, incentivando a autoestima dos jovens negros, pobres e periféricos para viverem em paz de forma coletiva, participativa, buscando o bem estar, criando espaço para a permanência da cultura no local, com o foco na transversalidade de saberes com o despertar de novos talentos na comunidade.

Não obstante, esses projetos oferecem oficina de dança para as crianças, rodas de conversa, exposição de grafite, performance de DJ, apresentação de grupos de rap, batalha de Break, poesia Marginal, freestyle rap, exposição de literatura; e almoço - feijoada. Em geral, todos os elementos que compõe o Hip Hop juntamente com a sua dimensão educativa, o lazer e o entretenimento, é levado e direcionado para os jovens da comunidade.

Ao ocupar culturalmente essas determinadas áreas da cidade, em grande parte, caracterizado pela ausência de atividades culturais etc., o Hip Hop - sendo este um dos intuitos dos projetos supracitado – projeta uma consciência de caráter politizado e crítica, ao passo que essa premissa é, cabe lembrar, um dos princípios do próprio movimento.

Ao ser indagado sobre a importância do projeto “Hip Hop na quebrada” na página da FAHHP na mídia social do Facebook, Jorge Sobral, um dos integrantes do movimento Hip Hop no estado do Amapá, afirmou que é importante esse processo de reorganização social; resignificação desses espaços que tem um estigma de espaço violento, de grande envolvimento com a criminalidade. Acrescenta, expondo que é importante fazer com que o Hip Hop possa resignificar os espaços, ocupando culturalmente, dando um teor positivo a comunidade, principalmente a juventude que habita esses bairros. Ademais, complementa o referido rapper:

A cultura Hip Hop pode transformar vidas, isso que a gente faz, é isso que a gente quer, e pede pra sociedade nos ouvir: o Hip Hop, assim como a cultura, pode mudar as vidas das pessoas positivamente. Aí governante se liga! A gente precisa da cultura nos bairros e na periferia para o enfretamento da criminalidade, mas o estado ainda não se ligou, “tá” perdendo! Tem vários potenciais que podem ser desenvolvidos aqui, mas o preconceito ainda é um obstáculo. Por isso que estamos aqui, para enfrentar e vencer todas essas barreiras. (FAHHP⁵)

Com o exposto, evidencia-se o processo pelo qual estigmatiza a população residente da periferia e os conjuntos habitacionais, e a cultura

hip hop, por sua vez, ao adentrar nesses espaços, almeja descortinar essa mentalidade, demonstrando que a cultura modifica as pessoas positivamente e, conseqüentemente, o espaço social. Dessa forma, diante da ausência das políticas públicas, esses projetos visam incentivar e instruir aquela comunidade, no sentido de elevar e resgatar a autoestima, logo, aqui, evidenciando a dimensão político-educativa do Hip Hop.

É imperativo destacar a atuação dos quatro elementos e suas respectivas configurações naquele contexto sócio-espacial.

Figura 1 – Break no projeto “Hip Hop no São José”



Fonte: página da FAHHP no Facebook, em 2017⁶.

Na imagem acima, observa-se o praticante de Break (dança), que é denominado pelo termo *b-boy*, ao passo que para o gênero feminino intitula-se *b-girl*. Segundo a ótica de Souza e Rodrigues (2004), o *break* sendo caracterizado pela dança através dos movimentos do corpo, denota uma nova forma de expressão do ser humano e de ocupação simbólica do espaço urbano por meio do corpo. A resistência é inquestionável, uma vez que o corpo é o último reduto da resistência, visto que é a última coisa que se pode tirar de uma pessoa.

O b-boy, mesmo que pobre e desempregado, ocupa um espaço da cidade, reafirmando, com o corpo, sua existência [...]. No momento em que estão dançando ali, os b-boys estão levando sua arte, sua expressão, sua potência criativa - seu protesto - [...]. Nesse momento, os b-boys afirmam sua existência. (GOMES, 2004, p.104).

Outra forma de apropriação do espaço pelas expressões artísticas e culturais do Hip Hop, ocorre pela arte gráfica – o Grafite.

Figura 2 – Grafite no projeto “Hip Hop no Macapaba



Fonte: Página da FAHHP no Facebook, em 2017⁷.

Acima, nota-se a elaboração da arte sendo realizada por dois artísticas no conjunto habitacional do Macapaba, na zona norte da cidade de Macapá. Por intermédio do grafite, o sujo e monótono dão lugar ao colorido, à criatividade e ao protesto. Ao adentrar as periferias e conjuntos habitacionais, neste sentido, essa expressão artística, cultural e política, exprime uma outra forma de experimentar a cidade; com cores, texturas, linhas, experiência estética, traços, formas, intervenção política.

As críticas sociais são expressas claramente, sejam elas endereçadas ao racismo, à desigualdade ou à alienação. [...] as frases contêm uma mensagem de luta, resistência ou, simplesmente, uma mensagem para levantar a moral ou incentivar as pessoas que passam a refletir sobre alguma coisa. (GOMES, 2004, p. 107).

Na atmosfera do rap, a linguagem é do cotidiano, com gírias e expressões locais. Ora, a linguagem do hip hop é a linguagem do seu lugar, do seu território. A conjuntura social e política das periferias e dos conjuntos habitacionais, são a matéria prima para a composição dos raps.

Figura 3 – Rap no projeto “Hip Hop no Macapaba”



Fonte: Página da FAHHP no Facebook, em 2017⁸.

Diante do exposto, percebe-se que esse gênero musical, ao

adentrar o espaço social supramencionado, com o discurso crítico e suas práticas culturais, gera um significativo potencial mobilizador.

Este discurso é capaz de mobilizar as pessoas, é capaz de chamar a atenção para os problemas que afligem a população pobre (em especial os negros e mulatos). Nesse sentido, o hip hop funciona como uma ferramenta político-pedagógica, pois ele informa, cria um discurso e analisa a vida social. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 109).

Acrescenta-se ainda, o fato de ocorrer as rodas de conversa, que atuam no sentido de debater temáticas relacionadas a questões sociais, tais como o racismo, o feminicídio, o genocídio da juventude negra e periférica etc. Logo, evidenciando algum grau de instrução para aquela comunidade.

É interessante notar a participação da comunidade, que interage e aprende os aspectos inerentes à dança, a arte, a música e o valor da cultura. Nesse contexto, as oficinas se desdobram nesse sentido; instruir a comunidade e despertar novos talentos, assim como politizar e emergir uma leitura crítica da realidade social.

Sob esta lógica, demonstrando que na periferia existem produtores culturais; assim como o Hip Hop é um instrumento de lazer e de cultura, meio de informação, também existem a dimensão da profissionalização, levando os jovens a sonhar em ganhar a vida desenvolvendo suas habilidades com a cultura de rua.

A música do grupo de rap amapaense Relatos de Rua, exprime de maneira contundente e incisiva a importância do Hip Hop para a comunidade desamparada socialmente, em especial, a juventude.

*[...] o que tu acha melhor
Eu tá no Hip Hop
Ou te roubando na rua,
Trocando tiro com o Bope,
A escola da rua onde me esclareci,*

*B-boys, Djs, Grafite, Mcs
Nossa cultura faz mais que seu partido
Quando vejo vários manos querendo me ouvir [...]
Tô aqui pra retratar a realidade omitida
E mostrar que ao Hip Hop muda vidas[...]*

*Se Maomé não vai a montanha
Leva incentivo pros moleques
Satisfação autoestima
Ei juventude não abaixa a cabeça
É isso que eles querem ver sua fraqueza “
(Música: Se Maomé não vai a Montanha⁹)*

Com a narrativa acima, torna-se evidente a função educativa e preventiva do Hip Hop. Numa realidade a qual o jovem poderia estar atuando.

9 Música do grupo de rap Relatos de Rua. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HY_kkW0ZXPU. Acesso em Jul. 2019.

7 Disponível em: <https://www.facebook.com/culturahiphopamapaense/>. Acesso em jul. 2019.

8 Disponível em: <https://www.facebook.com/culturahiphopamapaense/>. Acesso em jul.

ando com atividades ilícitas e perigosas, o Hip Hop - conforme é explícito na letra do rap - o resgate desse mundo errado e o direciona para as coisas certas. Dessa forma, a cultura o emancipa, cria uma nova alternativa de interpretar, compreender e atuar na sociedade, por conseguinte, criando possibilidade de mudar de vida. Seja nas artes plásticas, cantando ou dançando, a dimensão libertária e regeneradora se dá através da resignificação do espaço social, na qual o jovem muda o seu olhar diante do cotiando em que está inserido.

No trecho da música supracitada “nossa cultura faz mais que seu partido”, nota-se o quão, na falta de políticas públicas eficientes e coerentes naquele contexto, a cultura se faz importante, no sentido propor alternativas viáveis e cabíveis para os jovens e a comunidade. Numa aproximação comparativa e reiterando a afirmação do rapper Poca, pode-se afirmar que onde o estado se isenta de investir e atuar, o Hip Hop ocupa; reestabelecendo a autoestima, propondo novas alternativas para os jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise elaborada - como o eixo condutor da pesquisa - faz-se necessário a seguinte indagação: o Hip Hop resignifica o espaço urbano? Assim, conforme o levantamento feito, pode-se afirmar que sim. Desde a sua gênese nos do Estados Unidos, ele foi se configurando e atuando nesse sentido: propor novas alternativas para aquela realidade, reconstruindo os significados desta, por intermédio de práticas artísticas e culturais para a juventude, bem como a necessidade de despertar uma consciência capaz de emancipá-los, enquanto sujeitos históricos, ativos e participativos no processo social.

Ao observar a atuação do Hip Hop na periferia e em conjuntos habitacionais no município de Macapá, constatou-se que as propostas e os objetivos dos projetos formulados para esses locais, visam fornecer um novo sentido para aquela comunidade; um novo olhar para a dimensão social, política, cultural e existencial. Assim como propagar para a juventude, o conhecimento da cultura; o que pode desencadear em novos talentos, bem como a produção de uma leitura crítica das relações sociais no espaço urbano, estabelecendo, nesse sentido, a luta contra os estigmas e a segregação social, por conseguinte, resignificando o espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001.

QUARESMA, Jomar. **HIP HOP TUCUJU: Um breve estudo do movimento cultural urbano como instrumento de prevenção e resgate de jovens em vulnerabilidade social no município de Macapá**. Disponível em: <https://docs.com/jomar-quaresma/4993/hip-hop-tucuju>: Macapá, 2016.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop**. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, M; RODRIGUES, G. **Planejamento urbano e Ativismos sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Hip Hop, Territorialização e Sociabilidade no Centro Urbano de Macapá (AP)

Clara Thayse de Oliveira Cosme¹

Edimilson Vilhena dos Santos²

Lorena de Sousa Araújo³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar e compreender a territorialização e sociabilidade do grupo de hip-hop, denominado “Batalha da Bandeira”, no município de Macapá (AP). Tendo em vista que o mundo vem passando por transformações significativas que moldam as formas que a população juvenil negra e periférica se percebe no contexto social urbano que está inserido, tal contexto segue transformando e modificando as experiências dessa população. A tônica de reivindicar direitos que lhes são assistidos, porém negados no plano real da vida é cada vez mais presente no discurso dessa população de jovens, havendo uma variedade de possibilidades para tal reivindicação. O movimento cultural de Hip Hop desde sua origem em NY trás no seu núcleo essas questões levantadas. Nesse sentido dando a oportunidade de visualizar o impacto das ações afirmativas propostas pelo grupo que passam pelo campo de identificar quais os instrumentos que corroboram com a percepção de territorialização e socialização dos jovens que compõem o grupo. Considera-se também como a população juvenil participante se percebe no contexto crítico social, a partir das experiências nos movimentos culturais em que estão inseridos os lugares que lhes são negados a partir de estigmas que estes carregam. O procedimento metodológico deu-se através de uma pesquisa etnográfica com integrantes do grupo no contexto das batalhas de Mc’s organizada por estes no centro da cidade.

Palavra-Chave: Batalha da Bandeira; Hip-Hop; Territorialização; Sociabilidade; Macapá (AP);

ABSTRACT

This article aims to analyze and understand the territorialization and sociability of the hip hop group, called “Battle of the Flag”, in the municipality of Macapá (AP). Given that the world is undergoing significant transformations that shape the forms that the black and peripheral youth population perceives in the urban social context that is inserted, this context continues to transform and modify the experiences of this population. The keynote of claiming rights that are assisted but denied on the real plane of life is increasingly present in the discourse of this population of young people, there being a variety of possibilities for such a claim. The cultural movement of Hip Hop since its origin in NY brings in its core these questions raised. In this sense giving the opportunity to visualize the impact of the affirmative actions proposed by the group that go through the field to identify which instruments corroborate with the perception of territorialization and socialization of the young people that compose the group. It is also considered how the participant youth population is perceived in the critical social context, from the experiences in the cultural movements in which are inserted the places that are denied to them from stigmas that they carry. The methodological procedure was done through an ethnographic research with group members in the context of Mc’s battles organized by them in the center of the city.

Keywords: Battle of the Flag; Hip hop; Territorialization; Sociability; Macapá (AP);

¹ Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá. thaysepanda@gmail.com

² Graduando em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá. jrvilhenasantos13@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais. Universidade Federal do Amapá. lorenaaraujognr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Almeja-se neste artigo compreender a forma pela qual ocorre o processo de territorialização e sociabilidade do movimento cultural de hip-hop na cidade de Macapá (AP) através do grupo “Batalha da Bandeira”. Tendo em vista que o mundo vem passando por transformações significativas que molda as formas que a população juvenil se percebe no contexto social em que está inserido, transformando e modificando as experiências dessa população. A tônica de reivindicar direitos que lhe são garantidos, porém não lhe são assistidos é cada vez mais presente no discurso dessa população de jovens, havendo uma variedade de possibilidades para tal reivindicação, dentre elas a territorialização em diversos espaços.

Cazé e Oliveira (2007) denominam o movimento de hip-hop com uma junção da cultura contemporânea e de contestação em um determinado espaço na sociedade. É através dessa cultura que reivindicam visibilidade e poder. A cultura é criada, recriada, vivida e revivida cotidianamente. Assumpção (2002) afirma que a manifestação artística e cultural estão historicamente e socialmente interligadas à organização social em que foram produzidas, o que nos sugere que os aspectos de contestação do hip-hop retratam conflitos internos e externos perante a configuração social. O hip-hop é a junção destas ideias, e ainda, o movimento é visto do ângulo da sobrevivência da cultura popular, sendo também a forma em que os grupos excluídos socialmente ganham visibilidade, ou seja, um agir político que ocorre a partir do corpo que dança, desenha, pensa, fala e reflete sobre as problemáticas em que estão inseridos. O grupo de hip-hop “Batalha da Bandeira” (AP) teve seu início em meados de 2014, com o objetivo de promover os eventos dos mestres de cerimônias, os MC’s. O que é Hip Hop? É uma cultura contemporânea ou um movimento de contestação em um espaço contemporâneo? São questões que se faz presente no pensar o movimento Hip Hop, assim apontam Cazé e Oliveira (2007), as autoras relatam que Hip Hop é a junção destas ideias e que vão um pouco mais além, o movimento é visto também do ângulo da sobrevivência da cultura popular, sendo também a forma em que grupos excluídos socialmente ganham visibilidade. Sendo também um agir político que ocorre a partir do corpo que dança, desenha, pensa, fala, canta, reflete sobre as problemáticas nas quais estão inseridos.

2. Hip Hop, sociabilidade e luta no centro de Macapá-AP

No processo de observação participante durante os eventos promovidos pelo grupo de “Batalha da bandeira”, foram entrevistados de forma livre alguns componentes do grupo nos meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017, o intuito das entrevistas visou ouvir dos membros do grupo como estes se percebem nos processos em que o grupo estabelece no centro urbano de Macapá. A Praça da Bandeira é localizada na avenida Fab, centro de Macapá, avenida principal da cidade, onde aos arredores da praça temos um prédio do Ministério Público, uma escola de música estadual Walkiria Lima, o campus principal da Universidade do Estado Amapá, um dos primeiros colégios da cidade Colégio Amapaense entre restaurantes e o Palácio do Setentrião de onde o governador da cidade exerce sua função.

A entrevista livre realizada com Paulo e Fernando (nomes fictícios) corrobora significativamente com os pontos levantados pelas autoras explanados na introdução, ambos residem em bairros periféricos da cidade, Paulo e Fernando são da formação original do grupo que já existe há 1 ano, eram 6 amigos que segundo os relatos tinham interesses em comum com o movimento do Hip Hop, mais especificamente o rap. Os relatos seguiram em comum explanando que o grupo sentia falta de eventos na cidade voltados para o movimento de Hip Hop, foi quando decidiram criar um evento em uma praça da cidade chamada Praça da Bandeira e assim nasceu o grupo da cena cultura de Hip Hop macapense Batalha na Bandeira.

Conforme o tempo foi passando o evento começou a ganhar visibilidade e assim começaram a reunir um número considerado de adeptos do movimento, foi quando decidiram fixar um dia da semana para se reunirem e designar funções e definir datas dos eventos. Fui convidado a participar de uma dessas reuniões que ocorreu na praça da cidade que o evento leva o nome, percebi que o Paulo desempenha um papel de líder, na reunião ele conduzia a discussão principal que girou em torno de decidir a temática do próximo evento, além de designar quem ficaria responsável de conseguir os materiais de áudio como microfone e caixa de som, quem ficaria responsável pela mobilização na internet e quem seria o responsável por conseguir o documento que a prefeitura emite autorizando a execução do evento. Vale ressaltar que a reunião ocorreu um dia depois da minha visita ao Paulo e ao Fernando, tendo em vista que as falas destes no contato individual comigo se fez bastante presente no dia da reunião, principalmente no momento de decidir a temática do evento.

Figura 1 – Batalha da Bandeira



Fonte: Edimilson Vilhena dos Santos (2016)

Quando conversamos sobre a inspiração e sobre o que eles cantavam, a fala em comum esteve sobre das problemáticas sociais que cada um está inserido, desde o preconceito vivenciado no dia a dia por serem negros a problemas familiares, foram marcantes os relatos destes sobre como se apresentam para a sociedade em que estão inseridos, eles relataram ver o seu corpo a sua cor como instrumento de protesto, protestar por condições de vida melhor, protestar contra o preconceito

racial, protestar contra uma sociedade normativa em que o se difere em vários contextos é excluído. Corroboro percebendo que estes usam a música, a rima o rap como forma de denunciar as condições nas quais vivem, o descaso do sistema com uma camada social que é extremamente explorada, temos aqui o movimento na cena macapaense como caráter de contestação.

Assumpção (2002) relata que manifestação artística e cultural por estarem historicamente e socialmente ligadas à organização social que foram produzidas conclui-se que terão aspectos de contestação, tal como o Hip Hop em que na sua origem buscou retratar as dificuldades dos jovens e seus pares excluídos da sociedade americana. Como percebemos essa ideia permanece atual quando lançamos um olhar sobre a configuração do movimento de Hip Hop do grupo Batalha na Bandeira. Por serem 'diferentes', os pobres (leia-se negros e latinos – grifo nosso) abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva que estão inseridos. (SANTOS, 2006, p. 326).

Cazé e Oliveira (2007) mostram que para adeptos do Hip Hop o movimento transcende barreiras conceituais ou culturais e atingem significâncias voltadas para a arte, a expressão, falar sobre paz, amor, sobre soluções de problemas locais e de lutas por igualdade de direitos. Este movimento sai da periferia macapaense e chega ao centro da cidade trazendo protesto, indignação, luta e marginalidade de um grupo que não fala apenas por si só, mas fala em nome de um contexto social em comum vivenciado desde sempre por cinco jovens.

Segundo Big Richard (2005), há quatro elementos do hip hop: MC (compositor do rap), DJ (artista e técnico que mistura músicas diferentes para serem ouvidas/ou dançadas, usando suportes como vinil, CD ou arquivos digitais sonoros para “tocar”), Break Boy /ou Break Girl (B.Boy-dançarinos) e Grafiteiro. “Entre eles, as diferenças são grandes, porém todos têm um objetivo comum: a transmissão de uma mensagem consciente, relacionada com a realidade vivida em seu meio de origem...” (BIG RICHARD, 2005. p. 38). A organização da Batalha na Bandeira mobiliza participantes pelas redes sociais, onde a maioria são Mcs há a presença do grafiteiros, muralistas e das outras conjecturas que formam o movimento cultural de Hip Hop são bem menores, os Mcs efetuam suas inscrições para participar da batalha no valor de 5 reais e o prêmio para o vencedor é metade do valor arrecadado, assim relatou o grupo durante a reunião. No início o evento ocorria somente na Praça da Bandeira, contudo segundo os relatos começaram a sofrer repressão policial mesmo estando munidos do documento emitida pela prefeitura para estar executando o evento, a solução encontrada pelo grupo organizador foi transitar por locais no centro da cidade ocupando e reivindicando um espaço público que lhes é negado. Sendo assim o evento conforme decidido previamente nas reuniões ocorrem na Praça da Bandeira (onde se originou), na Praça do Barão, no Formigueiro (local onde os conheci), em um quiosque que se encontrava abandonado na orla da cidade e que

foi revitalizado pelos membros organizadores da Batalha na Bandeira (aqui o Graffiti e o Pixo) e nos arredores da Fortaleza de São José de Macapá ponto turístico da cidade.

Como destacado o rap é o centro do movimento de Hip Hop em Macapá, Cazé e Oliveira (2007) o rap está relacionado com rhythm and poetry, ritmo e poesia entendido como a expressão musical-verbal do movimento cultural de Hip Hop. O repertório traz letras que denuncia a discriminação racial, étnica e econômica, a pobreza e conflitos com a polícia, características claramente encontradas no grupo Batalha na Bandeira, como já citado, as reuniões para decidir entre outras coisas a temática do evento, as falas giram em torno dessas problemáticas. O graffiti segue as autoras: representa a arte plástica sendo expresso por desenhos coloridos e exagerados que são feitos pelos grafiteiros nas paredes e em qualquer outro local possível nas ruas da cidade; no início era utilizado para demarcar espaços. As gangues pintavam muros, becos, trens com desenhos e letras com características peculiares, diferentes das formas vistas até então, normalmente representando o nome dos grupos. (CAZÉ, OLIVEIRA, 2007, p 7).

O graffiti é menos explorado pelo grupo organizador do evento, executado mais por quem vai assistir as apresentações ou pelos próprios Mcs que se inscrevem para participar do evento, seguindo a mesma finalidade dos duelos entre os Mcs, que é denunciar o descaso, o abandono, a precariedade e a desigualdade que vive uma boa parcela da população de Macapá. O estilo de se vestir é variado, não segue um padrão específico, mas com características peculiares que versam sobre o estilo do movimento cultural de Hip Hop. Este movimento acolhe e tenta proteger os que já nascem condenados à morte. Personagens reais, cercados pela miséria, fome, desabrigo, armas de fogo, tráfico e desrespeito. O Hip Hop escolhe a cultura como forma de resistência. Uma cultura marginal que não é propriedade nem da elite nem da burguesia. A cultura de quem foi capaz de criá-la e levá-la adiante, além das fronteiras geográficas. É a cultura das ruas, do povo, do mundo (CAZÉ, OLIVEIRA, 2007, p 7). É através dessa cultura que negros e latinos através dos seus corpos em movimento reivindicam espaços, visibilidade e poder que lhes são negados cotidianamente. Quando surgiu nos EUA representado por essa mesma massa nos guetos de NY difundiu-se pelo mundo em um processo de transposição de fronteiras geográficas e culturais, talvez por haver cada vez mais o questionamento por parte da população excluída socialmente a respeito dos papéis que estas desempenham socialmente. Cultura é criada, recriada, vivida e revivida cotidianamente “pelos jovens que vivem em comunidades que possuem os mesmos problemas socioeconômicos em diferentes lugares do mundo, carrega consigo a força do protesto e da indignação. São corpos e informações que se movem neste trânsito de mão dupla entre o local e o global”. (CAZÉ, OLIVEIRA, p8, 2007).

Um grupo de jovens mobilizam-se através do Hip Hop com seus pares para protestar, reivindicar e denunciar principalmente através da música o descontentamento perceptível por eles diante dos fatores e do sistema que os excluem de espaços e oportunidades que deveriam ser igualitários. O grupo conta apenas com as redes sociais para tal mobi-

lização, o evento que obteve uma projeção significativa mobilizou Mcs para estarem duelando e o que vencesse representaria o movimento de Hip Hop macapaense em um evento regional do Norte que ocorreu em 2016, em Belém, matérias de jornais foram feitas com integrantes do grupo organizador, onde relataram ter tido apenas esse contato com a mídia televisiva. No relato de Fernando e Paulo, com quem tive a oportunidade de conversar mais profundamente, a fala comum sobre esse assunto midiático foi unânime no que concerne a visão de ambos sobre a mídia como mecanismo de alienação e manutenção de um sistema que os oprime, distorce e minimiza suas reivindicações. Para Cazé e Oliveira (2007), o Hip Hop sempre foi considerado um movimento marginalizado pela sociedade, contudo quando o mesmo sistema que marginaliza o movimento passa a considerá-lo e legitimá-lo passa a reconhecer como seu.

A contaminação da mídia sobre a cultura Hip Hop promove a divulgação e, ao mesmo tempo, modifica os questionamentos feitos pelas pessoas que começaram o movimento como forma de protesto. A mídia, como indústria cultural, transforma roupas e artigos em movimentos sociais, impondo um padrão na maneira de vestir, pensar e agir, provocando desta forma uma distorção de uma cultura que nasceu nas ruas para conscientizar o povo negro, pobre e oprimido. (CAZÉ, OLIVEIRA, 200, p 12). Nesse sentido a cultura de Hip Hop, conforme ganha visibilidade, vem sofrendo mudanças aponta Cazé e Oliveira (2007) transformando-se em uma cultura de consumo vendida pela mídia fruto da sociedade capitalista que estão inseridos. Dessa forma, se extingue com a ideologia e credos sociais de um grupo e passa a ser vendido valores dessa sociedade consumista “Nesta perspectiva, o Hip Hop passou a estar a serviço do mercado no momento em que as pessoas usam roupas, tênis e outros acessórios que estão na mídia, o Hip Hop tornou-se um ‘filão de ouro’ para vender marcas” (CAZÉ, OLIVEIRA, 2007). Quando a mídia não está transformando a movimento cultural do Hip Hop em mero consumismo. Os meios de comunicação estão construindo imagens e representações de uma forma muito negativa, do delinquente juvenil, como se eles fossem uma espécie de inimigo número um das cidades. Souza (2009, p9) corrobora dizendo que “apesar do hip-hop ser um espaço que permite aos jovens das periferias inserirem-se na sociedade de forma politizada e crítica, a imagem dos jovens ligados ao movimento nem sempre foi positiva”.

Filho (2004) reitera que o Hip Hop é uma cultura criada por jovens afro americanos, a partir da influência de afro jamaicanos, que hoje é reinventada em várias periferias do planeta, tal como em Macapá. Em cada lugar, em contraposição a um território e uma identidade impostos por outros, o Hip Hop tem permitido a elaboração da experiência da exclusão sócio espacial, de forma a constituir identidade afirmativa e novas formas territoriais, pela conquista da cidade, da qual os jovens pobres são constantemente banidos. Como definiram Rocha, Domenich e Casseano (2001, p. 20) “[...] o hip-hop, com um alcance global e já massivo, é uma nação que congrega excluídos do mundo inteiro”. Nesse sentido, como tantas outras culturas juvenis transterritoriais, o hip-hop permite identificação em diferentes contextos urbanos e nacionais, pelo reconhecimento tanto de experiências similares, quanto da legitimidade

das formas de expressão dessas experiências. A difusão do movimento Hip Hop representou também a sua diversificação, afinal, cada contexto sócio espacial o realizou, de acordo com os recursos e informações disponíveis.

Para Haag (2008), a partir do hip-hop, vemos emergir novos sujeitos do discurso, que se inserem no processo de produção de seus próprios bens e referências culturais. Sujeitos que conquistaram maior autonomia e que tem feito da transposição dos espaços segregados e “invasão” da cidade oficial, uma ação política. O hip-hop oferece aos jovens possibilidades de articular uma diversão genuína, que é, ao mesmo tempo uma denúncia da sua condição. Diante dessa potência transgressora do movimento hip-hop, é muito comum na literatura, autores e autoras estabelecerem uma relação empática com o hip-hop, por identificarem nele um novo movimento social que pode conduzir à inserção positiva do jovem pobre e, geralmente, negro, na sociedade, através da cultura. Segue o relato de Neto (2013) dizendo que o movimento que porta em si potencialidades de uma transformação social mais ampla. Nesse sentido, há um grande investimento utópico nos discursos acadêmicos sobre o hip-hop. Poucos trabalhos, contudo, voltam-se ao cotidiano e procuram reconhecer as incertezas, ambiguidades e fragilidades dessa cultura juvenil, no contexto das tensões provocadas pela própria condição de vida dos/ as jovens, e as múltiplas relações que estabelecem nos seus contextos sócio espaciais concretos.

Numa sociedade em que as relações baseadas no contato pessoal, na troca de experiências e ideias e assim se firmando uma sociabilidade entre esses indivíduos, tais relações parecem estar se dissolvendo e cada vez mais dando espaço para as relações na conectividade, assim explora Neto (2013) expondo que o movimento cultural de Hip Hop afirma a importância das relações pautadas na troca de ideias, de discussão em torno de problemáticas em comum, fortalecendo a união de classes oprimidas e excluídas numa luta por direitos igualitários.

3. TERRITORIALIZAÇÃO DO GRUPO DE HIP-HOP BATALHA DA BANDEIRA NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (AP)

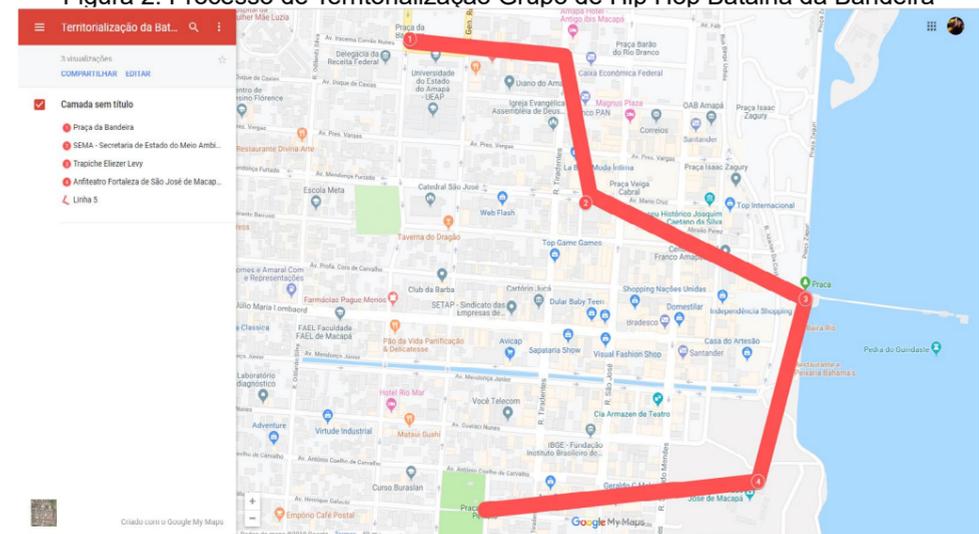
A Batalha da Bandeira teve seu início em meados de 2014 com o objetivo de promover os eventos de batalhas de rimas. As ideias e propostas foram acontecendo na medida que seus membros realizavam pequenas participações em eventos locais de hip-hop e rap. Os primeiros eventos organizados não contavam com público externo, os próprios MC's eram a plateia uns dos outros e aconteciam geralmente, nos finais de semana. As demandas sobre colaboração com equipamento de som, transporte, fotografia e tudo que viesse a ser necessário para esses encontros eram organizados semanalmente. Na medida que as ações foram acontecendo sistematicamente, o público foi se fortalecendo, majoritariamente formado por jovens e adolescentes do sexo masculino, residentes de áreas periféricas e ainda se percebe a pouca participação do público feminino.

Tradicionalmente, a batalha entre MC's acontecem em duas partes, cada uma com quarenta e cinco segundos para cada participante, quem finaliza a rima por último dá continuidade, ou seja, o participante

que inicia a batalha tem que finalizar e quem decide o vencedor é o público. Como forma de instigar a participação de mais pessoas nas batalhas, oferece-se um prêmio em dinheiro para o participante que ganhar a final. Para custear o prêmio e ajudar nas despesas, cobra-se um valor simbólico para fazer a inscrição, comumente, dois reais. Metade do valor arrecadado fica para manutenção do evento e a outra metade para o ganhador. Apesar do movimento ter iniciado na Praça da Bandeira e se consolidado lá, as batalhas percorrem a cidade. Além da repressão policial e social, a necessidade de territorializar o movimento em áreas menos centrais resultou em ocupar mais espaços, conseqüentemente, com essa intensificação o grupo reconheceu a necessidade de compartilhar conhecimento mais sólidas durante as batalhas de rimas, a fim de enriquecer o conteúdo externado a um público jovem. Nesse sentido podemos pensar a questão do território. O território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007; SPOSITO, 2004). Compreende-se então que o processo de ocupar outros lugares no centro da cidade como estratégia para lidar e ressignificar a marginalização e a opressão policial é um processo de territorialização do grupo de hip hop.

O movimento frisa a importância de ocupar os espaços centrais e periféricos, assim como, lugares abandonados aos olhos do poder público. Isso colabora com o poder de representatividade do hip-hop e rap perante à sociedade. O pré-conceito ainda permeia com muita intensidade sobre o conceito de identidade dos participantes do grupo. É perceptível o peso negativo que as pessoas colocam no grupo, sem mesmo entender a essência do que se constitui o movimento. A configuração estética social que é vendida na sociedade incentiva esse comportamento de exclusão. De um modo geral, um grupo de pessoas pobres, pretas, ocupando um espaço central, incomoda. Então, aqui é exercido o direito de cidadão, os territórios têm que ser democráticos e são ocupados independente de qualquer coisa, por isso, os eventos foram acontecendo em vários pontos da cidade, inicialmente na Praça da Bandeira, no Trapiche Eliezer Levy, no espaço ao lado dos bares e restaurantes da orla, conhecido como “pistão”, na praça Floriano Peixoto, Barão e Veiga Cabral, no bairro do Congós, Açaí, Jardim II, entre outros locais com a intenção de territorializar os eventos em todas as zonas da cidade. Apesar do território amplo, a polícia sempre está por perto. Quando ocupamos o anfiteatro da Fortaleza de São José, chegaram a cortar a fiação para evitar que permanecemos lá. A força policial sempre esteve muito próxima do movimento, considerados comumente suspeitos, com frequência sofriam abordagens de repressão. Seguiu-se o procedimento de interromper o som, todos encostar na parede e serem revistados. Muitas pessoas conhecem o movimento, principalmente o público jovem, em todos os pontos do território em que ocorrem as batalhas, existe a presença de um grupo considerável de observadores e participantes. O grupo reconhece uma ação importante da difusão do movimento rap e permanece com o intuito de territorializar-se.

Figura 2: Processo de Territorialização Grupo de Hip Hop Batalha da Bandeira



Fonte: Google Maps.

Portanto ao analisarmos o processo de territorialização do grupo hip hop Batalha da Bandeira no centro urbano de Macapá-AP, percebemos que este processo se constitui e toma significâncias no âmbito das relações ali estabelecida por estes jovens, ou seja, na sociabilidade exercida durante os eventos de batalhas. Processo este composto por jovens na sua maioria negros e advindos de bairros periféricos, jovens estigmatizados pela marginalização da cultura e do povo negro, porém, mesmo diante da violência do Estado exercida pela Polícia Militar, mesmo diante dos olhares amedrontados e de desprezo estes jovens conseguem apropriar-se e ressignificam um território que por um tempo lhes foi negado.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Andréa Cristhina Rufino. **O balé clássico e a dança contemporânea na formação humana: caminhos para emancipação**. Curitiba, UFPR, 2002. 39f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Física).
- CAZÉ, O J. OLIVEIRA, S.A. **Hip-hop: cultura, arte e movimentos no espaço da sociedade contemporânea**. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Bahia, Anais, 2007.
- FILHO, Lindolfo J. **Hip hopper: tribos urbanas, metrópoles e controle social**. In: PAIS, J.M.; BLASS, L.M. da S. (org.) Tribos urbanas: produção artística e identidade. São Paulo: Annablume, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HAAG, C. **Quem não sabe dançar improvisa: hip-hop oferece aos jovens de periferia e chance de existência social**. Humanidades. Disponível em: www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=3416&bd=1&pg=1&lg. Acessado em: 10/11/2017
- LINDOLFO FILHO, J. **Hip hopper: tribos urbanas, metrópoles e controle social**. In: PAIS, J. M.; BLASS, L. M. da S. (org.). Tribos urbanas: produção artística e identidade. São Paulo: Annablume, 2004. p. 127– 150.
- QUEIROZ, ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. **Hip-hop: a periferia grita**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- NETO, T.N. **Movimento Hip-Hop**. Disponível ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. Hip-Hop – a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 157 p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed., 2 reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2006. ISBN 85-314-0713-3.
- SOUZA, V.R. **Cultura Hip Hop. Identidade e Sociabilidade: Estudo de Caso do Movimento em Palmas**. Palmas-TO, 2009. 1-13.



■ Espacialidades

SÍNTESE DA PALESTRA

TEMPOS DE RESISTÊNCIA: UMA CRÔNICA DE VIDAS RECONFIGURADAS NO ESPAÇO SOCIAL DE MACAPÁ

Roberta Scheibe¹

“Se quiseres conhecer um lugar fala com os ausentes; se quiseres conhecer uma pessoa escuta-lhes os sonhos. Pois esse era o único sonho de nossa mãe: voltar ao lugar onde fomos felizes e onde vivêramos em paz. Aquela saudade era infinita. Haverá, a propósito, saudade que não seja infinita?” (Mia Couto)

Sou flâneur. Caminho, noto e sinto o pulsar das pessoas que fazem da cidade um organismo vivo. Aqui quero refletir sobre a resistência e a reconfiguração de práticas sociais de famílias marcadas pela tragédia em Macapá, capital do estado do Amapá. Todos viram, pela televisão, o drama de 250 famílias que perderam suas casas no incêndio ocorrido no bairro Perpétuo Socorro. No entanto, somente quem flana, quem observa as vidas que peregrinam na cidade, pode entender a dor de quem teve um lugar queimado não só no espaço físico, mas também no peito. Grito, aqui, como alguém que sentiu e viu o ardor do fogo de perto, naquela tarde de 23 de outubro de 2013.

Durante quatro anos de doutorado me debrucei sobre a descrição e análise dos modos como quatro mulheres, matriarcas de quatro famílias de tamanhos diferentes, vivenciaram o evento crítico (DAS, 1995) do incêndio de suas residências. A Baixada Perpétuo Socorro² era um espaço social de moradia para aproximadamente 2.000 pessoas. Este

1 Jornalista. Mestre em Estudos Literários pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e membro dos grupos de pesquisa COMERTEC – Comunicação, Mercado e Tecnologia e CUCAS – Cultura, Comunicação, Arte e Sociedade. E-mail: robertascheibe@gmail.com.

2 Baixada Perpétuo Socorro era um local precário de moradia sob a água. As casas eram de palafitas e escondiam-se no cenário central da cidade. Em Macapá há inúmeras áreas de mangues nas regiões baixas da cidade que são chamadas de “ressaca” (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Formam pequenos lagos principalmente no inverno amazônica quando há elevação da água do Rio Amazonas; e nos períodos de verão a área permanece úmida. No Amapá essas áreas de ressaca pertencem à União e são de proteção ambiental. Para Chagas, há 26 áreas de ressaca em Macapá (CHAGAS, 2009), já para FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO (2013) são 24 as áreas de ressaca, sendo 23 no perímetro urbano de Macapá. Estas áreas, irregularmente ocupadas para moradia, são chamadas pelos moradores de “área de ponte” ou “baixada”. Estima-se uma ocupação em 22 áreas alagadas na cidade, algumas mais habitadas, outras menos (FILHO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2013). Segundo o censo de 2010, o IBGE (IBGE, 2016) apontou 63 mil moradores nesses lugares praticados (DE CERTEAU, 1990). Hoje se estima uma população de mais de 80 mil pessoas vivendo nestas áreas, embora sem pesquisa reconhecida. As baixadas ficam escondidas na área central da cidade, tal qual as Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino (1990). Escondem-se entre casas, atrás de comércios, supermercados e residências.

evento crítico trouxe sofrimento social e humilhação para as famílias, que receberam aluguel social e esperaram meses – algumas famílias até anos – para receber uma casa longe de seus pertencimentos sociais, de suas vontades e de seu cotidiano.

É importante problematizarmos acerca do lugar de pessoa neste cenário de desacontencimentos (BRUM, 2017) no espaço de Macapá. Em pensar como estas mulheres reconfiguraram suas existências, suas experiências, suas marcas em um novo lugar de moradia e com outras condições práticas de vida. Tomam corpo, nestas existências, agenciamentos de práticas cotidianas de resistência, micro-relações táticas nos novos espaços de moradia e uma reconfiguração nos modos de ser e produzir subjetividades, num universo onde os sujeitos são subjetivados e as múltiplas realidades socioculturais são embargadas pelas experiências de pessoas personagens (GONÇALVES, 2012) que edificam a sua própria narrativa como prática de si.

O café da tarde, a “ponte pública”³, o ir e vir, a micropolítica de aterramento⁴ das casas, as padarias próximas, as práticas de orar em igrejas sobre as águas e sobre o lodo e as festas de brega em uma cidade invisível (CALVINO, 1990) de casas em palafitas dentro do centro da cidade, lentamente se transformam em cinzas no espaço de significação pertencido dos desejos e das vontades. O fogo trouxe a casa perdida, muitos animais queimados, perdas de bens simbólicos, intrigas e fofocas entre amigos, a perda do sentir-se reconhecido e digno; sensações que se ratificavam em memória e resistência.

Agora, as práticas sociais e a significação dos trajetos se transmudam em diferentes aprendizados em novas moradas, numa vida de transição. Das 250 famílias, 100 foram para o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (12 quilômetros do Centro de Macapá). As outras famílias foram divididas entre o Conjunto Habitacional Macapaba (13 quilômetros do centro da cidade) e o Conjunto Habitacional São José (no centro da cidade). Agora há um ir e vir em terra firme; as conversas são em calçadas ou no asfalto do conjunto habitacional, os cafés da tarde são feitos com biscoito e não mais com o pão quentinho. A comida é comprada para o mês e não mais para o dia. Há uma rotina com ônibus e horários. E as igrejas ficam um pouco mais longe de casa, mas mesmo assim são muito frequentadas, pois os moradores tem nos cultos e missas o modo de investimento em si (FOUCAULT, 2013).

Esta memória viva e resistente de uma “vida velha” para a “vida nova”, como me disse uma das interlocutoras, ainda toma corpo em trajetórias na vida social e cultural da comunidade. As pessoas-personagens (GONÇALVES, 2012) lembram, criam e revivem uma “vida de baixada” na informalidade e na facilidade de acesso ao centro da cidade, para uma “vida de vergonha”, na casa nova, onde se sentem “indignos”, “humilhados”, “jogados para longe do centro”, num viver de agressões

3 Os moradores se referiam as muitas pontes de madeira das baixadas – que figuram como as ruas em uma cidade qualquer – como “pública”, num amplo sentido de democracia do ir e vir entre casas, igrejas, comércios, ir para a aula, para o trabalho, fugir da polícia, fazer ponto de tráfico, andar de bicicleta, namorar... Cada um era livre para fazer o uso que quisesse.

4 Os moradores que conseguiam guardar dinheiro optavam por aterrar a sua residência, como objetivo de melhora da qualidade de vida na baixada. O aterramento consistia em colocar uma base de cimento e terra no solo lamacento embaixo da casa no período do verão, assim no inverno não haveria mais água embaixo da palafita e, consequentemente, não haveria mal cheiro.

físicas, morais e simbólicas.

É importante entendermos o lugar de fala destas matriarcas, que representam numerosas famílias. Os moradores das baixadas, assim como dos conjuntos habitacionais, sentem-se invisibilizados num aspecto social, temporal e espacial, sentindo-se distantes do funcionamento da cidade e segregados. Estes lugares de moradia são estigmatizados e as pessoas que neles residem também o são.

Por isso a luta por dignidade, por ser visto e ser ouvido. Nas práticas de reconfiguração do espaço também se evidenciam uma “re-invenção do urbano” (FORTUNA, 2009, p.86), trazendo características relacionadas à sua história familiar e social a modos de vida e edificações do local onde vivem, trazendo elementos culturais e éticos para produzir um novo espaço (LEFEBVRE, 2013) ou se apropriar do espaço (BOURDIEU, 2013), recriando um sentido de pertencimento ao novo lugar de morada.

Agora, no novo lar, além da alteração espacial, todos os dias há um trabalho de refazer sentimentos. As condutas morais são repensadas assim como o sonho da casa nova, a resistência de incutir nos filhos a ideia de dignidade, autossuficiência e felicidade, as subjetividades na igreja e ter em Deus o modo de cuidado de si (FOUCAULT, 2013) são as principais práticas sociais, resistentes e subjetivas de uma “vida nova”.

O que as pessoas-personagens ouvidas e observadas por mim querem é retomar a honra por meio do testemunho, que envolve a ação da fala, da denúncia, do dizer, do praticar, do agenciar, do experienciar (DAS, 2011). Neste texto, o conceito de experiência é inspirado em Joan Scott (1999), que entende a experiência denotada no testemunho de uma perspectiva; na resistência; são as histórias, fatos e memórias contados pelos sujeitos que vivenciaram a história.

Esta guinada individual de cada uma de minhas interlocutoras está atrelada a noção de pessoa (FOUCAULT, 2013). Cada indivíduo, na esfera pessoal dos anseios, se entrelaça a lugares e espaços, natureza, instituições sociais e formações culturais. Munidas deste arcabouço subjetivo, minhas interlocutoras encontram as novas práticas sociais vividas na nova morada, se reconfigurando em gostos, necessidades, grupos e ideologias. Os moradores, nestes agenciamentos de ir e vir, de vivências e experiências, passam a exercer no cotidiano ações sociopolíticas e micro-relações que produzem subjetividades.

E são nestas ações e agenciamentos de resistências e afetos da vida cotidiana e da memória remoldada e reconstruída que estas mulheres gravam as vozes que documentam a história espacial e social do estado do Amapá. Vozes que cantam, juntas, uma luta de esperança para que os filhos tenham uma vida melhor; brados que ressoam histórias de dor e de superação, que “lavam as esperanças perdidas” (OSMAR JUNIOR, 1992), escondem a angústia para deixar aos filhos o legado das “mulheres do igarapé”, que são as lavadeiras que lavam a dor.

Minhas personagens são as Joanas, Marias, Deusas, Margaridas da canção de Osmar Júnior, que, para abafar a dureza da vida para que os filhos tenham um futuro melhor, “lavarão o que ainda vier”.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Estudos Avançados, ano 27, n. 79, 2013.
- BRUM, Eliane. **Meus Desacontecimentos**: A história da minha vida com as palavras. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.
- CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAGAS, Marco Antonio. **As Ressacas da Pior das Capitais**. Texto para Biblioteca Sema. Macapá: 2009.
- DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- _____. **O ato de testemunhar**: violência, gênero e subjetividade. Capítulo de **Life and Words**: Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007. In: Cadernos Pagu, n.37, julho-dezembro de 2011, p.9-41.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1990.
- FILHO, Herondino dos Santos; ALMEIDA, Maria das Graças de; RIBEIRO, Magno Meirelles. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens do satélite CBERS-2B**. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.
- FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irllys Alencar; BEZERRA, Roselane; GOMES, Carina Sousa. “O passado das cidades: Revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra”. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. **Diálogos Urbanos**: Territórios, cultura e patrimônios. CES/Almedina, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 1985.
- GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: Biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- JUNIOR, Osmar. “Igarapé das mulheres”. Música. In: **Revoada**. Álbum. Macapá: s/ gravadora. 1992.
- IBGE. **Amapá**. Informações censo de 2014, 2010 e 2000. Em: <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/perfil.php?sigla=ap>. Acesso em: 10 de maio de 2013, 24 de abril de 2014 e 24 de maio de 2015.
- LEFEBVRE, Henry. **A produção do Espaço**. Revista Estudos Avançados, 27 (79), 123-132, 2013.
- SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de gênero**: Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

NOVOS CONCEITOS DE PROJETOS PARA UNIDADES BASICAS DE SAUDE E SUA INTERAÇÃO COM O URBANO

Jeffeson Pereira da Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta elementos que representam uma nova tendência na elaboração de projetos arquitetônicos voltados para unidades de saúde, implementando a política nacional de humanização, fortalecendo um vínculo com as culturas populares que se utilizam de plantas medicinais através do programa RENISUS. Além de atender a legislação estadual e municipal que estabelecem certos parâmetros para essas áreas e adotando conceitos já estabelecidos pela norma de conforto ambiental para nossa região. Com essa reinterpretação visamos reforçar nossa regionalidade e integração desses locais a comunidade e seu entorno, buscando restaurar a identidade e o sentimento de pertencimento do local com seus usuários e valorizar a política nacional de humanização. O modelo proposto com uma estrutura leve e de fácil montagem, procura ser mais uma opção construtiva e perfeitamente viável não só para UBS, mas, para escolar, creches entre outros em áreas com solo de baixa resistência a esforços como as áreas de várzea.

Palavras-chave: UBS, Interação Urbana, humanização, light wood framing

ABSTRACT

This work presents elements that represent a new trend in the elaboration of architectural projects aimed at health facilities, implementing the national humanization policy, strengthening a link with popular cultures that use medicinal plants through the RENISUS program. In addition to meeting the state and municipal legislation that set certain parameters for these areas and adopting concepts already established by the environmental comfort standard for our region. With this reinterpretation we aim to reinforce our regionality and integration of these places the community and its surroundings, seeking to restore the identity and sense of belonging of the place with its users and enhance the national policy of humanization. The proposed model with a lightweight and easy to assemble structure, seeks to be another constructive option and perfectly viable not only for UBS, but for school, nurseries among others in areas with low stress resistance soil such as floodplain areas.

Keywords: UBS, Urban Interaction, humanization, wood frame

INTRODUÇÃO

Na cidade de Macapá 20% da população (aproximadamente 95 mil pessoas) tem sua moradia, em área de várzea, denominada de área de ressaca, ressaca é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. (NERI,2004). São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma complexa rede de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas. Na figura 1 temos as áreas de ressacas ou inundáveis e o símbolo das casas como os locais habitados.

Figura 1 Áreas de ressaca na cidade de Macapá



Fonte: <http://www.thegreenclub.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Foto01.jpg>

O presente trabalho visa apresentar novos elementos projetuais para UBS (Unidades Básicas de Saúde), buscando melhorar a condição de vulnerabilidade social e fomentando o sentimento de pertencimento de um local com sua comunidade estabelecendo parâmetros mínimos de qualidade para que possa ser utilizado pelas populações ribeirinhas e a população das áreas de ressaca.

Assim, novos conceitos para projetos de unidades básicas de saúde devem levar em consideração questões relativas à qualidade e à sustentabilidade (ambiental, econômica, social e cultural), utilizando soluções que traduzam as exigências do conforto ambiental e o menor impacto possível. Por se tratar de um edifício de saúde, o projeto para a UBS deverá, à luz da Política Nacional de Humanização da atenção e da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), refletir sobre a questão da humanização no ambiente físico hospitalar, enfatizando o conforto ambiental nos aspectos da iluminação, da utilização da cor e do conforto higrotérmico. A UBS, segundo uma das diretrizes da Política Nacional, deverá promover uma “ambiência acolhedora e confortável”, conseguida por meio de soluções que atendam suas necessidades técnicas e de humanização.

O PROGRAMA RENISUS E A POLITICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO

A ideia de um sistema público de saúde humanizado vem ga-

nhando força, segundo a Política Nacional de Humanização (PNH), a humanização baseia-se em uma rede de diálogo entre pacientes e profissionais da saúde, frente à essa nova mentalidade, é necessário que o edifício destinado a abrigar uma Unidade Básica de Saúde priorize a criação de espaços que proporcionem bem-estar e integração entre pacientes, profissionais da saúde e a comunidade.

O Programa Nacional de Humanização da Atenção Hospitalar (PNHAH) iniciou ações em hospitais com o intuito de criar comitês de humanização voltados para a melhoria na qualidade da atenção ao usuário e, mais tarde, ao trabalhador. Tais iniciativas encontravam um cenário ambíguo em que a humanização era reivindicada pelos usuários e alguns trabalhadores e, no mínimo, secundarizada (quando não banalizada) pela maioria dos gestores e dos profissionais. Ainda que a palavra humanização não apareça em todos os Programas e ações e que haja diferentes intenções e focos entre eles, podemos acompanhar uma tênue relação que vai se estabelecendo entre humanização-qualidade na atenção-satisfação do usuário.

Os Significados da Humanização entendida pelos autores do “Documento base para Gestores e Trabalhadores do SUS” (M.S., 2004):

- Valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores.
- Fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos.
- Aumento do grau de corresponsabilidade na produção de saúde e de sujeitos.
- Estabelecimentos de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão.
- Identificação das necessidades sociais de saúde.
- Mudança nos modelos de atenção e gestão dos processos de trabalho tendo como foco as necessidades dos cidadãos e a produção de saúde.
- Compromisso com a ambiência, melhoria das condições de trabalho e de atendimento.

O programa de Relação Nacional de Plantas Mediciniais de interesse do SUS - RENISUS, estabelece um projeto de “Estudos de orientados de revisão, análise, sistematização de informações científicas e publicações na área de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS”, desde 2013 a UNIFAP com o curso de Farmácia firmaram o TC 90/2012 para desenvolvimento de estudos relacionados com plantas fitoterápicas regionais. Existe atualmente uma orientação que as unidades básicas de saúde devem indicar para o público medicamentos de origem fitoterápica de acordo com a relação de plantas disponibilizadas pelo RENISUS.

O conhecimento popular facilitou o estudo científico das plantas medicinais, permitindo conhecer a eficácia terapêutica através de estudos químicos e farmacológicos. Com isso, a fitoterapia sobrevive até os dias atuais, pois a ciência e as raízes profundas populares reconhecem a eficácia e legitimidade da ação terapêutica (SANTOS, 2011).

PROJETOS ARQUITETONICOS INTEGRADOS COM O RENISUS

A humanização do edifício hospitalar deve ser resultante de um processo projetual que não se limite à beleza do traço, ao respeito à funcionalidade ou ao domínio dos aspectos construtivos, mas que alie a esses aspectos a criação de espaços que além de favorecer a recuperação da saúde e garantir o bem-estar físico e psicológico aos usuários, possam estimular a incorporação de novos procedimentos às práticas médicas. (TOLEDO,2007)

No estado do Amapá, as construções dos prédios públicos normalmente utilizam concreto armado em sua superestruturas e alvenaria em tijolo cerâmico nas paredes para vedações e fundação tipo sapata, porém, em geral as condições de resistência do solo principalmente nas áreas de ressaca são inadequadas para esse tipo de construção o que exige a utilização de fundações profundas e posteriormente a aplicação de aterro, porém essa prática acaba por degradar todo o sistema das ressacas. Ao invés disso poderíamos pensar em eliminar o aterro e em elevar um pouco mais o piso da edificação fixado nas fundações profundas, isso melhoraria a ventilação e a permeabilidade do solo diminuindo com isso a antropização da ressaca.

Com relação as áreas de várzeas a lei Estadual 835 de 27 de maio de 2004 dispõe sobre, a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá em seu art. 2º diz que:

“Ficam proibidas novas ocupações e uso de áreas de ressaca urbana e periurbana, exceto para execução de obras de infraestrutura e no Parágrafo Único do Art. 4º que o Poder Público adotará na urbanização de áreas de ressaca e várzea fortemente antropizadas intervenções estruturais que garantam a drenagem, a permeabilidade de solo e a harmonia paisagística com o meio natural circundante”.

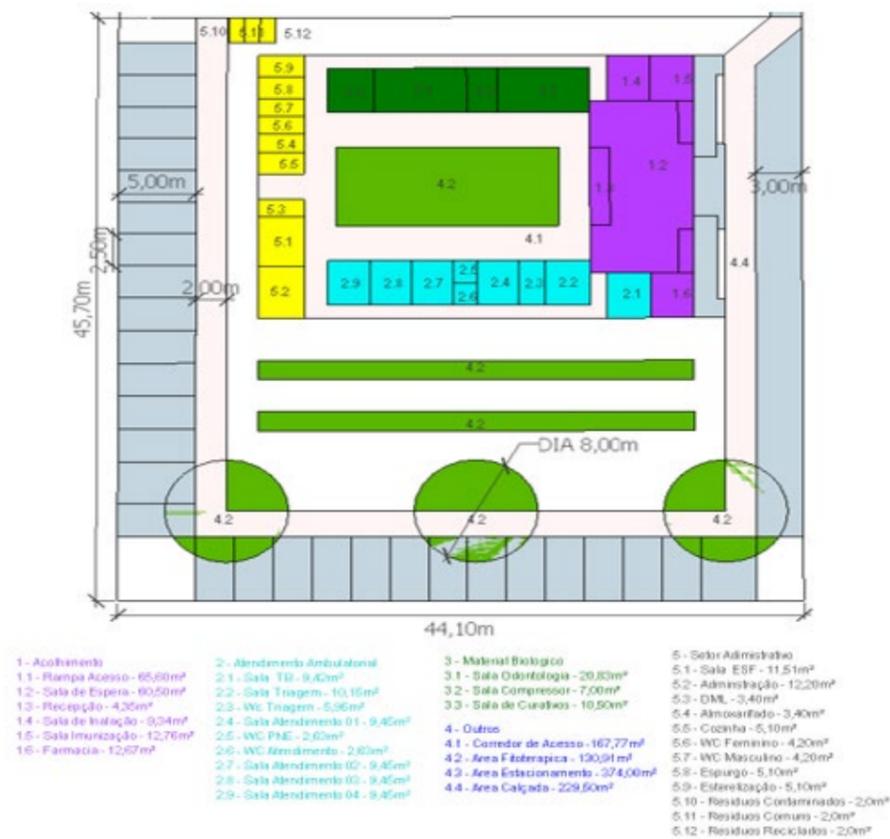
Plano Diretor Art. 33. A Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano

“III- Adotar padrões urbanísticos que melhorem a acessibilidade e favoreçam a criação de uma nova identidade urbanística para a cidade, condizentes com as características climáticas e culturais de Macapá; ”

PARTIDO ARQUITETONICO PROPOSTO

Apresentamos uma proposta mais aberta e receptiva a comunidade com estacionamentos circundado o prédio e áreas destinadas ao cultivo de plantas medicinais, Levando em consideração o entorno com uma edificação tipo palafita, o partido arquitetônico proposto procura implementar uma integração dos objetivos do Humaniza SUS e do RENISUS.

Figura 2 Setorização para Implantação da UBS proposta



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Figura 3 Vista Isométrica da UBS proposta



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Na figura 04 podemos verificar que internamente a proposta apresenta corredores largos, bastante ventilação e iluminação natural, assim como uma maior integração com a comunidade através de cultivos de plantas medicinais em canoas, o que remete os usuários do edifício as suas origens regionais, buscando com isso estabelecer um laço de pertencimento com a comunidade.

Figura 4 Corte Frontal da UBS proposta



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Figura 5 - Vista da área destinada ao cultivo de plantas medicinais



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Figura 6- Vista Sudoeste a área em análise



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Figura 7 - Vista superior da UBS proposta



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DO MODELO PROPOSTO

De acordo com o RDC 50/2002 (regulamento técnico que visa

avaliação e aprovação de projetos de unidades de saúde), não é permitido a utilização de madeira em unidades de saúde, uma vez que o mesmo é um material poroso e que pode vir a acumular germes e bactérias. Porém, apresentamos um sistema construtivo cuja principal característica é ser estruturado por peças leves de madeira maciça serrada da região com fechamentos em tabuas (Sistemas Leves tipo Light Wood Frame¹), porém as paredes de fechamento e o acabamento são os mesmos materiais utilizados em construções convencionais. O quadro 1 apresenta de um modo geral os tipos de revestimentos e acabamentos utilizados no modelo proposto.

Quadro 1 - Relação entre ambiente e acabamento

| Ambiente | Tipo de revestimento | Acabamento da superfície |
|--|-------------------------------------|---|
| Externo | Tabua de Madeira | Selador + Base coat, + textura acrílica ou Selador e Veniz |
| Interno em áreas secas | Chapa de Gesso tipo drywall tipo ST | Pintura Acrílica |
| Interno em áreas molhável (cozinha) e molhada (banheiro) | Chapa de gesso para drywall tipo RU | Placa cerâmica (do piso ao teto no box) Até 1500mm de altura nas demais áreas |

A figura 8 apresenta de forma simples todos os elementos utilizados no projeto da UBS com o sistema construtivo em análise.

Figura 8- Esquema 3D do sistema construtivo proposto



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

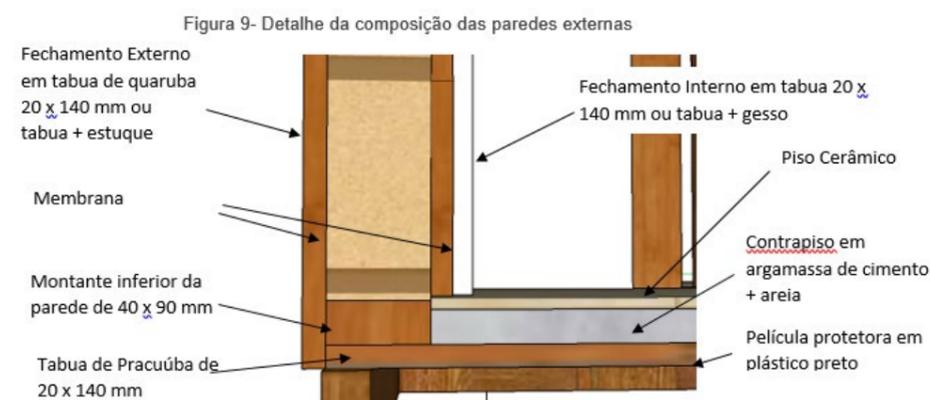
A altura das paredes é limitada pelo índice de esbeltes dos montantes. A relação do comprimento vertical livre pela largura não pode ser superior a 50. Como regra, nenhuma parede deve exceder 6 m em altura. É recomendado, entretanto, que paredes portantes de carga não excedam 3 m de altura.

- **Quadro estrutural de parede:** formado por peças e s t r u t u r a i s de madeira maciça serrada de 40 x 90 mm de seção denominadas montantes, travessas, bloqueadores, tratadas quimicamente sob pressão;
- **Componente de fechamento externo:** constituído de tábuas em

madeira serrada leve, seção 20 x 140 mm, tratadas quimicamente, a figura 9 apresenta uma representação básica das paredes externas;

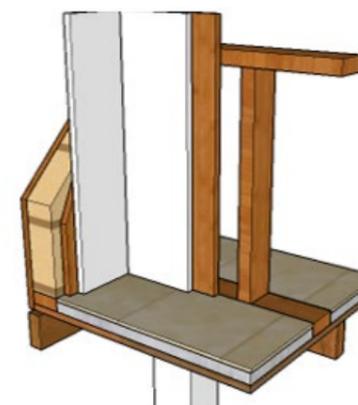
- **Componente de fechamento interno:** constituído de tábuas de madeira serrada leve de seção 20 x 140 mm tratadas quimicamente ou chapas de gesso para drywall. O acabamento interno das áreas secas pode ser em duas camadas de madeira serrada e chapas de gesso tipo drywall de 12,5mm de espessura em cada face. As faces das paredes das áreas molhadas (banheiro) e molháveis (cozinha, lavanderia), recebem chapa de gesso para drywall (do tipo RU) de 12,5mm de espessura, revestida com placas cerâmicas assentadas com argamassa colante do tipo ACII;
- **O telhado:** será composto por telhas onduladas em fibrocimento de 6 mm de espessura, com espaçamento máximo entre apoio de 1000 mm.
- **Manta de lã de rocha ou lã de vidro, placa de poliestireno expandido (EPS) ou outro material:** com condutividade térmica menor que 0,065 W/(m.K) (condutividade térmica máxima de um material considerado isolante) e resistência térmica total maior que 0,5 m²K/W. Este material contribui com a isolação sonora da parede;
- **Barreira impermeável à água e ao vapor:** manta ou membrana impermeável (hidro fugada) à água no estado líquido, porém permeável ao vapor d'água em uma única direção;

Figura 9- Detalhe da composição das paredes externas



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Figura 10 - Detalhe da estrutura de parede e piso



Fonte: Desenvolvido pelo Autor

¹ O sistema light wood frame é o nome dado no Brasil para o sistema internacionalmente conhecido como woodframe

Análise do sistema construtivo proposto

Usualmente no mercado de madeiras do estado do Amapá as pernamancas apresentam uma dimensão entorno de 35 x 75 mm que após serem plainadas reduzem para 30 x 70 mm, com área de seção de 21cm² dimensão que não atende a NBR 7190:1997² e também ao SINAT 05³. Para que seja atendido a norma NBR 7190:1997 e levando em consideração a contração volumétrica realizado pela secagem da madeira será necessário que as seções dos montantes estruturais em madeira verde sejam de 46 x 96 mm para compensar a retração e a plaina da madeira e com isso chegar a dimensão de 40 x 90 mm. Com isso temos um acréscimo de 23% no valor da madeira comprada no comercio local.

O projeto arquitetônico proposto apresentou uma área de 524 m² e um custo total de R\$ 566.259,54. Dessa forma encontramos um CUB do modelo proposto de R\$ 1080,65 / m².

CONCLUSÃO

É de fundamental importância que o arquiteto assuma, ao lado de outros profissionais, um papel importante na formulação e na implantação de diretrizes de humanização da atenção à saúde, fazendo com que a Arquitetura Hospitalar volte a contribuir diretamente para o processo de cura dos pacientes. O modelo proposto com uma estrutura leve e de fácil montagem, procura ser mais uma opção construtiva e perfeitamente viável não só para UBS, mas, para escolar, creches entre outros aparelhos públicos em áreas de difícil acesso como as ilhas do bailique ou mesmo as áreas de ressaca da capital.

REFERENCIAS

ABNT, **NBR 15575-2:2013 Edificações Habitacionais – Desempenho Parte 2: Requisitos para sistemas estruturais**, São Paulo, ABNT 2013 P32

ABNT, **NBR 7190:1997, Projeto de estruturas de madeira**, São Paulo, ABNT 1997 P23

AGUIAR, J.S. & SILVA, L.M.S. 2004. **Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana**. pp. 165-236. In: Takiyama, L.R. ; Silva, A.Q. da (orgs.). Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú, Macapá-AP, CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA.

ANDRADE, R. F. 1995. **Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia brasileira com ênfase ao município de Macapá**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém.

ANVISA, Ministério da Saúde. **RDC 50 – Regulamenta projetos físicos de estabelecimentos de Saúde**, Versão 1.1, Brasília, ANVISA 2002 P144

PORTILHO, IVONE DOS SANTOS. **Dinâmica urbana em Macapá/AP e o uso das áreas de ressaca**. Rio Claro,2010. I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP.

TOLEDO, L. C. D. M. **Humanização do edifício hospitalar: um tema em aberto**. Duarte CR, Rheingantz PA, Azevedo G, Bronstein L, organizadores. O lugar do Projeto. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 436-46, 2007.

NERI, S. H. A. 2004. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos muni-**

cípios de Macapá e Santana/AP. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO. **Humaniza SUS. Documento base para Gestores e Trabalhadores do SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

SANTOS, R. L. et al. **Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde**. Rev. bras. plantas med, v. 13, n. 4, p. 486-91, 2011.

SINAT - Sistema Nacional de Avaliação Técnica. **Diretriz SINAT 05 – Sistemas Construtivos estruturados em peças leves de madeira serrada, com fechamentos em chapas (Sistemas leves tipo “Light Wood Framing”)**, Rev. 02, Brasília, PBQP-H 2017 P73

² No item 10.2.1 a NBR 7190:1997 recomenda que seja utilizado peças principais múltiplas com seção mínima de 35cm²

³ No item 2 tabelas 01 do SINAT 05 é recomendado que a seção mínima seja de 38x89mm ou 33,82 cm²

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE O BAIRRO ALVORADA, MACAPÁ- AP

Anneli Maricielo Cárdenas Celis¹

Amanda Patrício dos Santos²

Rebeca Menezes Pimentel Perez³

RESUMO

O presente estudo possui enfoque na percepção do espaço urbano através de uma análise urbana do bairro Alvorada, localizado no município de Macapá – AP. Tem como principal objetivo compreender as reais demandas e problemas do bairro mediante a percepção dos seus moradores e usuários na perspectiva de reconhecer suas necessidades para a elaboração de planos futuros de desenvolvimento da cidade. O método de estudo ocorreu mediante visitas ao bairro, com a realização de um levantamento fotográfico e diálogo com os moradores onde foram abordados temas como: origem, desenvolvimento, mudanças, problemas e necessidades, trazidos posteriormente por um questionário online auto aplicativo, à moradores, ex-moradores e frequentadores do bairro. Assim conclui-se que o local estudado é altamente valorizado e não há um desejo por parte dos seus moradores e usuários de mudar de bairro, entretanto há deficiências no que se refere a serviços e manutenção de infraestrutura, ressaltando a necessidade da atenção do poder público.

Palavras-chaves: Análise urbana; Percepção; Alvorada.

ABSTRACT

This study focuses on the perception of urban space through an urban analysis of the Alvorada neighborhood, located in Macapá - AP. Its main objective is to understand the real demands and problems of the neighborhood through the perception of its residents and users in the perspective of recognizing their needs for the elaboration of future city development plans. The study method was carried out through visits to the neighborhood, with a photographic survey and dialogue with the residents where topics such as: origin, development, changes, problems and needs were brought up, later brought by an online self-application questionnaire. residents and regulars of the neighborhood. Thus, it is concluded that the study site is highly valued and there is no desire on the part of its residents and users to change neighborhoods, however there are deficiencies regarding services and maintenance of infrastructure, highlighting the need for public attention.

Keywords: Urban analysis; perception; Alvorada.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Brito (2014, p.53), em 1973 a Fundação João Pinheiro desenvolveu um plano urbanístico mais detalhado de Macapá, com uma melhor divisão de lotes e setores, assim possibilitando a expansão urbana, contudo, devido a um sistema de cessão de títulos não era possível deter a posse definitiva das propriedades. Apenas a partir de 1978 as questões fundiárias foram resolvidas quando “o Governo Federal do Território foi capacitado pela União para negociar as terras urbanas” (BRITO, 2014, p.53 apud, COLE H.J, 1979, p. 24),

Diante disso, a expansão da cidade ocorreu do centro para a periferia com a criação de novos bairros através dos projetos de zoneamento. Dessa forma, Portilho (2010) afirma que o crescimento de Macapá na década de 1970 deu-se em direção ao 34º BIS Ministério Exército, entre a rodovia Duque de Caxias e a ressaca do Sá Comprido. Em meio a isso, a área antes pertencente ao Ministério da Aeronáutica foi loteada para fins de alienação, deferindo o planejamento e surgimento do bairro Alvorada a partir da Lei de Criação nº 207/84.

Usando o mapa geográfico, o bairro Alvorada está localizado na zona oeste da cidade de Macapá e possui sua delimitação em forma de um polígono irregular, sendo os seus limites a lagoa dos índios, localizada na parte sudoeste do bairro, o Ministério do Exército à sul e o muro da Infraero à norte, o qual caracteriza-se por uma área de segurança destinada a operações de aeronaves. Ao longo dos anos esse espaço vem sofrendo um processo de invasão, onde se percebem habitações precárias e de pequeno porte, coladas umas nas outras. Possui alguns pontos atrativos, de forma que residentes de outros bairros procuram o local para moradia ou para visitas frequentes, pela sua tranquilidade e pela presença de alguns serviços, como o Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP.

O bairro que inicialmente era planejado começou a crescer desordenadamente apresentando algumas demandas ao longo dos anos, as quais foram percebidas no estudo através das visitas de campo e apontadas pelos moradores nos diálogos e nos questionários online auto aplicados.

2 OBJETIVOS

O presente artigo procura compreender as reais demandas e problemas do bairro Alvorada, localizado no município de Macapá/AP, mediante a percepção dos seus moradores e usuários na perspectiva de reconhecer suas necessidades, expor e analisar a situação de sua infraestrutura atual para a elaboração de planos futuros de desenvolvimento urbano.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido para atender as disciplinas de Planejamento da Paisagem, orientados pela professora Flávia Wayne e Fundamentos sociológicos da Arquitetura e do Urbanismo, orientados pelo professor José Alberto Tostes, do Curso de Arquitetura e Urbanismo

1 Universidade Federal do Amapá. anneli.2792@gmail.com

2 Universidade Federal do Amapá. amandapatricio.ds@gmail.

3 Universidade Federal do Amapá. rebecamenezes.perez@gmail.com

da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Para entender a conjuntura do bairro Alvorada e sua infraestrutura, metodologicamente foram usadas três etapas.

Na primeira etapa ocorreu a realização de quatro (4) visitas de campo nos meses de outubro e novembro de 2018, um levantamento fotográfico do bairro, percebendo aspectos da infraestrutura como iluminação pública, esgoto, pavimentação, equipamento e mobiliário urbano, transporte coletivo, estacionamentos, coleta de lixo, vegetação existente e pontos atrativos e quinze (15) entrevistas com alguns moradores que passeavam pelas vias ou estavam em frente a suas casas, informalmente, elencando os pontos acima, assim como questões sobre a origem do bairro, desenvolvimento urbano, conforto térmico e outras problemáticas do local.

Ao final do segundo semestre de 2018 (2018.2) os trabalhos foram entregues e no semestre do ano seguinte (2019.1), deu-se início a segunda etapa do estudo com a tarefa da aplicação de um questionário online, divulgados através das redes sociais, com início no dia 4 de maio de 2019 para moradores, ex-moradores e frequentadores do bairro, no intuito de obter dados com base em suas vivências. O questionário foi finalizado no dia 6 de maio de 2019, obtendo 36 respostas e com os resultados dessas percepções dos autores e dos moradores pôde-se desenvolver o presente artigo.

Para a análise dos dados foi considerado a vivência dos moradores do bairro Alvorada, ponto essencial para a elaboração de planos futuros para a cidade ou para resoluções de problemas urbanos. Ainda é importante salientar que não foram realizados experimentos ou medições, apenas visitas técnicas, entrevistas e questionários online.

O bairro possui seiscentos e dezessete (617) residências (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), destas foram coletadas 51 amostras (15 entrevistas e 36 questionários online auto aplicados). Para a validação destes resultados foi utilizado uma calculadora online fornecida pelo site www.solvis.com.br, para dirimir a margem de erro e aumentar a confiabilidade do estudo. Após o cálculo realizado, com base no tamanho da amostra acima descrito, obteve-se uma margem de confiança de 95% e a margem de erro de 13,15%, tornando o estudo apto para o meio científico.

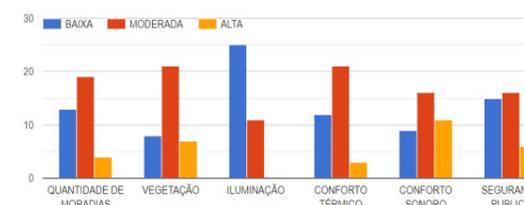
4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Com base no questionário aplicado com moradores do bairro e nas análises feitas em loco foi possível perceber que a iluminação pública se encontra em um estado lento de desenvolvimento, pois no passado já foi muito ruim, como pode-se observar na imagem a seguir (figura 1), onde os moradores consideraram a iluminação pública como de baixa qualidade (barra azul) em sua maioria, com relatos ainda da ocorrência de grandes quedas de energia constantes.

Figura 1 – Resultados da pergunta 4 do questionário sobre o bairro Alvorada em forma de gráfico.

04 - O que podia ser percebido no bairro Alvorada no período em que iniciou sua estadia nele? Levando em conta aspectos como:

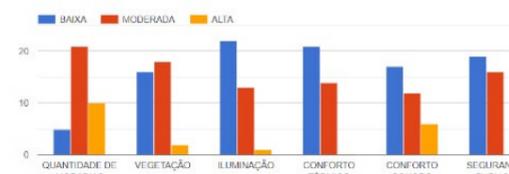


Fonte: Elaborado pelos autores

Apesar da resolução desse problema e da colocação dos postes de iluminação nas vias, esses são altos e favorecem a iluminação dos carros e não dos pedestres, além de muitos estarem com suas lâmpadas queimadas e ainda há relatos em que os próprios moradores intervêm com holofotes para iluminar a frente de suas casas, isso foi comprovado pela observação dos autores e através da imagem a seguir (figura 2) retirada do questionário, pois a maioria ainda considera a iluminação pública de baixa qualidade (barra azul).

Figura 2 – Resultados da pergunta 5 do questionário sobre o bairro Alvorada em forma de gráfico.

05 - Com base em sua vivência, como avalia o bairro hoje? Levando em conta aspectos como:



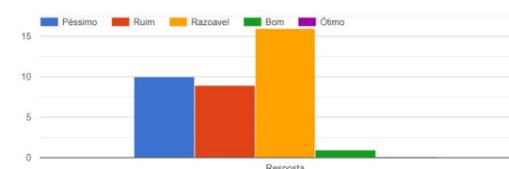
Fonte: Elaborado pelos autores

1.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A questão do abastecimento de água, com base no mesmo questionário anteriormente citado e nas visitas ao bairro, se mostra como uma mescla entre o abastecimento oferecido pela CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá e pelo abastecimento privado, criado pelo próprio morador, através de poço artesiano. Apesar da maioria das respostas considerarem o sistema como razoável (barra laranja), como observa-se na imagem seguinte (figura 3), a colocação do poço artesiano se dá, por conta das constantes faltas de água na região e por conta do estado barrento da água, relatado pelos moradores.

Figura 3 – Resultados da pergunta 11 do questionário sobre o bairro Alvorada em forma de gráfico.

11 - Como se dá/dava o sistema de água e esgoto no bairro Alvorada?



Fonte: Elaborado pelos autores

1.3. REDES DE ESGOTO PLUVIAL E CLOACAL

No bairro Alvorada não existe rede de esgoto ofertado pelo Estado, assim na maioria das residências estudadas o morador constrói fossas sépticas para armazenar o esgoto de sua residência, que são retirados de tempos em tempos por empresas privadas, contratadas pelos próprios moradores. Em outros casos o morador joga seu esgoto para a rua, casos que foram observados nas visitas ao bairro.

1.4. PAVIMENTAÇÕES DOS PASSEIOS, DOS LEITOS, DAS VIAS E OUTRAS

Os aspectos percebidos no que se refere a pavimentação das vias do bairro Alvorada são que as mesmas recebem pavimento asfáltico principalmente na Rodovia Duca Serra e nas vias que atendem as classes altas e médias, como pode ser observado na imagem a seguir (figura 4). Esta pavimentação na grande maioria das vezes finaliza quando se adentra na parte mais precária do bairro.

Figura 4 – Fim do pavimento asfáltico em via do bairro Alvorada

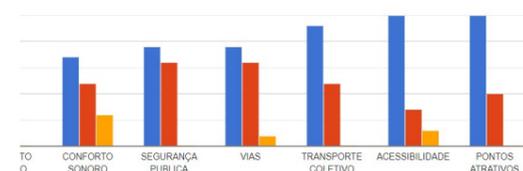


Fonte: Acervo pessoal

A pavimentação dos passeios públicos possui a mesma realidade das vias. É evidente a prioridade na construção de passeios bem pavimentados nas áreas de moradores de classe média e alta, alguns até possuem piso tátil. É observado um péssimo estado desses passeios onde a classe de moradores é de baixa renda. Esses fatores podem ser observados na imagem a seguir (figura 5) que mostra uma certa prevalência das respostas, considerando as vias como de qualidade baixa (barra azul), comprovando que nem todos recebem pavimentação de qualidade.

Figura 5 – Resultados da pergunta 5 do questionário sobre o bairro Alvorada em forma de gráfico.

05 - Com base em sua vivência, como avalia o bairro hoje? Levando em conta aspectos como:



Fonte: Elaborado pelos autores

1.5. EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO

Com relação aos equipamentos e mobiliário urbano como bancos, lixeiras, luminárias e placas, através das visitas realizadas foi possível observar que não são bem distribuídos no bairro, a não ser nas duas praças que o mesmo possui, porém ainda de forma precária, onde se percebe a falta de manutenção. O bairro ainda possui pouca sinalização, tanto vertical como horizontal e é possível observar que são encontradas nas vias de grande fluxo e nas placas de alguns serviços que o bairro apresenta, como as de clínicas médicas e de instituições de ensino.

Além disso há passagens de linhas de ônibus no bairro, principalmente na sua via principal, a rodovia Duca Serra. Isso faz com que existam abrigos de pontos de paradas de ônibus (contabilizadas oito paradas no total). Em relação ao seu estado de conservação (figura 6) a maioria são cobertas e sinalizadas, apesar de não serem termicamente confortável e serem inseguras com constantes relatos de assaltos.

Figura 6 - Ponto de parada de ônibus no bairro Alvorada



Fonte: Acervo pessoal

1.6. TRANSPORTE COLETIVO

Como já citado, no bairro existem oito paradas de ônibus utilizadas para a passagem de seis linhas de ônibus, municipais e intermunicipais, sendo estas a Infraero II – Marabaixo, Brasil Novo – Marabaixo, Coração – Centro, Marabaixo – Universidade, Goiabal – Centro e Ma-

capá – Santana, tornando possível a ligação às demais zonas da cidade e ao município de Santana. Entretanto, as paradas concentram-se em apenas parte do bairro, as quais tornam-se distante para os moradores da extensão mais interna do Alvorada. A imagem a seguir (figura 7) demonstra no mapa a localização dos pontos de ônibus no bairro, tais como as linhas que o atendem.

Figura 7 – Mapa de Macapá indicando as linhas e paradas de ônibus do Alvorada.



Fonte: SEMA adaptado pelos autores.

Através disso observa-se a percepção dos moradores, por meio do questionário (figura 8), onde a maioria considera o transporte coletivo de baixa qualidade (barra azul), justamente por conta do problema percebido pelos presentes autores e apresentado anteriormente e também por conta de problemas recorrentes em todo o município, como a falta de manutenção dos ônibus e a superlotação.

Figura 8 – Resultados da pergunta 5 do questionário sobre o bairro Alvorada em forma de gráfico.



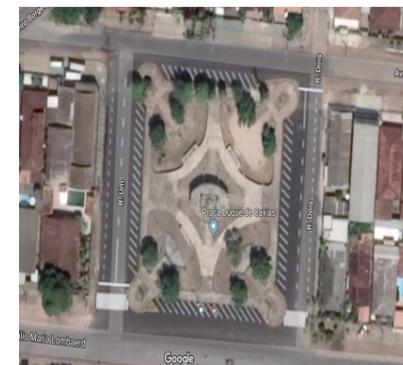
Fonte: Elaborado pelos autores

1.7. ESTACIONAMENTOS (FORMAIS E INFORMAIS)

A partir de visitas técnicas realizadas foi possível perceber que os estacionamentos presentes no bairro em sua maioria não são sinalizados. Apenas em ambientes públicos nota-se a existência da sinalização, ainda que seja somente para carros, como na praça Duque de Caxias localizada na rodovia Duca Serra, como nota-se na figura abaixo (figura

9). Porém, há espaços para as vagas no entorno dos demais lotes, caracterizando os estacionamentos informais como o maior tipo existente atualmente no Alvorada.

Figura 9 – Estacionamento no contorno da praça Duque de Caxias, no bairro Alvorada.



Fonte: Google Maps.

1.8. COLETA DE LIXO DOMICILIAR

O serviço de coleta de resíduos ofertado pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), trata como lixo domiciliar todo e qualquer resíduo que se produz diariamente nas residências, como resto de alimentos, papéis, embalagens, entre outros. A forma de coleta se dá com o recolhimento destes em sacos plásticos em datas pré-definidas pelo cronograma estabelecido pela PMM, e não são recolhidos resíduos como entulho, caroços de açaí, resíduos provenientes de capina e/ou poda de árvores, sendo de responsabilidade da pessoa que o produziu fazer o descarte adequado.

Segundo o calendário de coleta domiciliar disponível no site da Prefeitura Municipal de Macapá, o bairro Alvorada é beneficiado com a coleta de lixo no turno da noite, nos dias de segunda a sábado, a partir das 19 horas, juntamente com os bairros Perpétuo Socorro, Laginho, Jesus de Nazaré, Pacoval, Centro, Santa Rita, Trem, Buritizal e Beírol, através das coletas dos resíduos nos pontos de coleta na frente das residências.

5 DEMANDAS E SOLUÇÕES

Ao realizar visitas de campo, aplicar o questionário online e o presencial foi possível listar alguns pontos de interesse com a finalidade de compreender os conflitos e demandas do bairro.

Os aspectos urbanos encontrados no período do estudo foram: iluminação pública, abastecimento de água, redes de esgoto, pavimentações dos passeios, equipamento e mobiliário urbano, transporte coletivo, estacionamentos, coleta de lixo domiciliar, conforto térmico e sonoro, segurança pública, pontos atrativos e oferta de serviços.

O quadro a seguir (quadro 1) faz um copilado dos dados apresentando os aspectos urbanos com relação aos conflitos, a síntese dos resultados encontrados segundo a percepção dos moradores e dos autores, as imagens dos conflitos e suas respectivas demandas ou possíveis soluções.

Quadro 1 – Conflitos e imagens, síntese dos resultados e demandas ou soluções sobre os aspectos em questão.

| CONFLITOS | RESULTADOS ENCONTRADOS | IMAGEM DO CONFLITO | DEMANDAS/SOLUÇÕES |
|---|------------------------|---|--|
| Iluminação pública | Baixa qualidade | <p>Figura 01 – Trânsito à noite em parte da Rodovia Duca Serra localizada no bairro Alvorada em Macapá-AP</p>  <p>Fonte: Seles Nafes</p> | Manutenção e atenção para áreas menos favorecidas |
| Abastecimento de água | Qualidade mediana | <p>Figura 02 – Um dos pontos de abastecimento em Macapá da Companhia de Água e Esgoto do Amapá.</p>  <p>Fonte: Diário do Amapá</p> | Melhorar a qualidade da água e abastecer um número maior de edificações |
| Redes de esgoto | Qualidade mediana | <p>Figura 03 – Esgotos a céu aberto em Macapá-AP</p>  <p>Fonte: Tribuna Amapaense</p> | Criação de uma política de saneamento básico que realmente seja aplicada |
| Pavimentação dos passeios, dos leitos, das vias e outras | Baixa qualidade | <p>Figura 04 – Fim do pavimento asfáltico no Alvorada</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal</p> | Manutenção e atender áreas menos favorecidas |

| | | | |
|--|-----------------------------------|--|--|
| Equipamento e mobiliário urbano | Malconservados e mal distribuídos | <p>Figura 05 – Ponto de parada de ônibus no bairro Alvorada</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal</p> | Manutenção e atender áreas menos favorecidas |
| Transporte coletivo | Baixa qualidade | <p>Figura 06 – Linha de ônibus Macapá/Santana que transpassa o bairro Alvorada.</p>  <p>Fonte: Jornal do Amapá</p> | Manutenção dos ônibus e criação de linhas que atendam áreas mais internas do bairro, diminuindo a superlotação |
| Estacionamento | Sem sinalização e acessibilidade | <p>Figura 07 – Estacionamento informal no Alvorada</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal</p> | Mais sinalizações e acessibilidade |
| Coleta de lixo domiciliar | Qualidade mediana | <p>Figura 08 – Combate a lixeira viciada realizada pela Prefeitura de Macapá no Alvorada em 2019</p>  <p>Fonte: Chico Terra</p> | Mais coletas ao dia |
| Segurança pública | Baixa qualidade | <p>Figura 09 – Vias desertas no Alvorada, com pouca circulação de pessoas e veículos</p>  <p>Fonte: Acervo Pessoal</p> | Mais rondas de viaturas pelo bairro |
| Conforto térmico e sonoro | Baixa qualidade | <p>Figura 10 – Bairro Alvorada com pouca presença de árvores</p>  <p>Fonte: Google View</p> | Necessitam da presença de mais árvores no bairro. |

| | | | |
|--------------------------|--|---|--|
| Pontos atrativos | Não possui manutenção frequente nos espaços públicos | <p>Figura 11 – Praça Alvorada em Macapá-AP</p>  <p>Fonte: Acervo Pessoal</p> | Revitalização das Praças Alvorada e Duque de Caxias. |
| Oferta de serviço | Existem alguns pequenos estabelecimentos comerciais. | <p>Figura 12 – Predominância de residência no bairro Alvorada</p>  <p>Fonte: Google View</p> | Necessitam de alguns edifícios de serviços comerciais, saúde pública e instituições de ensino. |

Fonte: Elaborado pelos autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todos os aspectos coletados e analisados foi possível perceber a importância que o bairro tem aos seus moradores, pois a sensação de pertencimento da população residente é significativa. Não se observa a intenção daquela população em sair daquele espaço, muito disso se dá devido ao sentimento de tranquilidade e calma do bairro, bem relatada pelos moradores como as duas principais características marcantes do bairro.

Entretanto é notável que o bairro possui demandas em relação a oferta de serviços comerciais e públicos e por conta de não ser provido destes equipamentos sociais os moradores daquela comunidade tornam-se extremamente dependentes dos serviços oferecidos em outros bairros, gerando um intenso movimento pendular.

Nota-se ainda a falta de manutenção dos espaços e equipamentos públicos, repelindo cada vez mais os moradores das poucas áreas públicas de lazer ali encontrados, resultando na falta de convivência entre os residentes. Outro ponto que necessita de uma grande atenção do Estado é a infraestrutura de saneamento básico, visto que a rede de abastecimento de água e de esgoto não atinge de maneira eficaz todas as edificações.

Apesar de todas as carências e demandas identificadas, o bairro Alvorada ainda valorizado e procurado por quem necessita de moradia em um local tranquilo, seguro e pouco movimento.

Assim as ações públicas se realizadas de forma efetiva, levando em consideração a importância do papel do arquiteto e urbanista nas idealizações dos espaços urbanos será possível encontrar alternativas que poderão sanar os problemas identificados, e o bairro poderá tornar-se um espaço ainda mais agradável e com uma melhor qualidade de vida para aqueles que moram lá.

REFERÊNCIAS

ALINE BRITO. **Cidade melhor é dever de todos**: saiba a maneira correta de acondicionar o lixo doméstico. Disponível em: <<http://macapa.ap.gov.br/551-cidade-melhor-%C3%A9-dever-de-todos-saiba-a-maneira-correta-de-acondicionar-o-lixo-dom-%C3%A9stico>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a**

cidade como documento histórico.2014. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SOLVIS. **Cálculos de amostragem**. Disponível em <<https://www.solvis.com.br>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse dos dados – setor 160030305000157 – Alvorada**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinop-seporsetores/tooltip/tooltip.htm?codigo=160030305000157>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Maria Jeanna Sousa dos Santos. O Estado do Amapá e a origem da UNIFAP: projetos de inclusão social. **Planeta Amazônia**: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, n. 7, p.129-240, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/2239>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PORTILHO, Ivone dos Santos. DINÂMICA URBANA EM MACAPÁ/AP: E O USO DAS ÁREAS DE RESSACA. *Revista Geografia*, Rio Claro, p.1-12, 5 out. 2010. Mensal. A autora é doutoranda em geografia pela UNESP - Rio Claro.

SETAP. Sindicato das Empresas de Transporte do Amapá (Ed.). **Itinerários (Linhas): Municipal e intermunicipal**. 2018. Disponível em: <<http://www.vtsetap.com.br/itinerarios.php>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

REGIÃO METROPOLITANA NA AMAZÔNIA: ENSAIOS DE UMA ESPACIALIDADE AMAPAENSE EM CONSTRUÇÃO

Charles de Oliveira da Silva¹

Jadson Luís Rebelo Porto²

RESUMO

O Estado do Amapá apresenta-se em um processo de construção de sua espacialidade. A origem desta construção data principalmente da criação deste como Território Federal em 1943, quando sua população era de apenas 9 mil habitantes. Fomentado por investimentos públicos e privados, o espaço amapaense passou por uma série de transformações principalmente a partir de 1960 quando a ocupação do seu espaço foi estimulada pela exploração de suas matérias primas. Com a sua estadualização em 1988, este novo Estado buscou alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção do seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone o que ocasionou em uma restrição espacial de 72% de seu território e a consolidação de uma macrocefalia urbana em suas principais cidades Macapá e Santana. Estas imposições espaciais corroboraram para a construção de uma nova condição urbana para a região, denominada como urbana-metropolitana, exigindo um novo olhar e novas análises sobre o espaço amapaense. O objetivo deste artigo é discutir a construção da espacialidade amapaense buscando entender os passos traçados para o alcance da atual condição urbano-metropolitano.

Palavras-chaves: Espacialidade Amapaense; Estadualização do Amapá; Condição Urbana-Metropolitana.

ABSTRACT

The State of Amapá presents itself in a process of construction of its spatiality. The origin of this construction dates mainly from the creation of this one like Federal Territory in 1943, when its population was of only 9 thousand inhabitants. Encouraged by public and private investments, the amapaense space underwent a series of transformations mainly from 1960 when the occupation of its space was stimulated by the exploration of its raw materials. With its becoming Statal in 1988, this new state searched economic alternatives for its sustenance, worrying about the protection of its natural patrimony and with its autochthonous community, which resulted in a space restriction of 72% of its territory and the consolidation of a macrocephaly in its main cities Macapá and Santana. These spatial impositions corroborated the construction of a new urban condition for the region, denominated as urban-metropolitan, requiring a new look and new analyzes on the amapaense space. The objective of this article is to discuss the construction of the amapaense spatiality seeking to understand the steps taken to reach the current condition of urban-metropolitan.

Keywords: Spatiality Amapaense, Becoming Statal of Amapá, Urban-Metropolitan condition.

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (transformado em estado pela Constituição Brasileira de 1988) e apresenta-se em um processo de construção de sua organização e ordenamento espaciais. A origem desta construção, como ente federativo, data da criação deste como Território Federal em 1943, quando sua população era de apenas 9 mil habitantes.

Estimulado por investimentos públicos e privados, o espaço macapaense, principal centro urbano da Região Metropolitana Amapaense (RMA)¹, passou por uma série de transformações principalmente a partir de meados da década de 1990, tais como: foi reconhecida a sua condição de capital do então Território Federal do Amapá, após a transferência institucionalizada do Município do Amapá (primeira capital amapaense) para Macapá; a ocupação do seu espaço foi estimulada pela exploração de suas matérias primas (minérios e madeiras) de grandes projetos (ICOMI, na exploração do manganês e outras atividades mineadoras e a AMCEL, na silvicultura de pinhos e eucaliptos para celulose); e apoiadas por políticas públicas de investimentos em infraestruturas pelo Governo Federal.

Com a estadualização em 1988, este novo ente federativo buscou alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção do seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone o que ocasionou em uma restrição espacial de 72% de seu território e a consolidação de uma macrocefalia urbana em suas principais cidades Macapá e Santana. Buscou-se laborar outras atividades econômicas para diversificar sua dinâmica territorial (Área de Livre Comércio, Zona Franca Verde) como também seu território foi desmembrado para a criação de novos municípios.

Estas dinâmicas espaciais corroboraram para a construção de uma nova condição urbana para a região, denominada como urbana-metropolitana, esta, por sua vez, exige um novo olhar e novas análises sobre o espaço amapaense.

O objetivo deste artigo é discutir a construção da espacialidade amapaense buscando entender os passos traçados para o alcance da condição atual de urbano-metropolitano. Neste sentido, o texto é composto por dois tópicos. O primeiro discute a estruturação e configuração urbana amapaense enquanto Território Federal (1943-1987); o segundo, discute a estadualização e a configuração urbano-metropolitano em construção no espaço amapaense.

ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO URBANA AMAPAENSE ENQUANTO TERRITÓRIO FEDERAL (1943-1987)

A discursão acerca dos Territórios Federais – TF datam a Constituição de 1824 que, apesar de não ser inclusa no documento, a criação

¹ A Região Metropolitana Amapaense – RMA, compreendida inicialmente pelos municípios de Macapá e Santana (2003), e posteriormente inserido o município de Mazagão (2016), ocupa uma área de 22.339,46 km², que corresponde 14,94% do território amapaense. Em 2018, segundo o IBGE, sua população foi estimada em 634.450 habitantes, ou seja, 76,48% de seus habitantes residem nesta região.

¹ charles.silva.arqui@gmail.com

² Professor do curso de arquitetura e urbanismo e do mestrado em Desenvolvimento Regional.

desta nova tipologia de ente federativo tinha como destino as capitâneas menos prósperas, pois o governo central brasileiro via nos territórios federais um mecanismo para estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica além de administrar suas potencialidades naturais e garantir o domínio da região fronteiriça nacional (PORTO, 2000).

Buscando a melhor organização do espaço brasileiro, foi criado, na década de 1930, o projeto de redivisão territorial do Brasil e a respectiva comissão responsável que, presidida por Everaldo Backheuser, definiu como prioridade a implantação dos TF's sobre a justificativa de um povoamento adequado, a nacionalização e a defesa da fronteira (MEDEIROS, 1944, p. 398 apud PORTO, 2000). Neste momento a Comissão indicou que fossem criados 10 Territórios Federais (no qual apenas 5 foram constituídos).

Posteriormente, em 1943, juntamente com Guaporé (Atual Rondônia), Rio Branco (Atual Roraima), Iguaçú e Ponta Porã, foi instituído o Território Federal do Amapá - TFA. Porto (2008) afirma que este período é um importante marco para a formação e estruturação das atividades econômicas e a organização/construção espacial amapaense.

Costa (2008 apud AMARAL, 2010, p. 146) disposto de informações do IBGE, expõe que à época da criação do TFA (1943), a população do Amapá era de apenas 9 mil habitantes, dentre os quais, 1.286 estavam concentrados no núcleo urbano de Macapá. O autor também relata que a cidade era desprovida de energia elétrica, esgoto, água encanada e, figurava como um vilarejo decadente e sem serviços básicos de atendimento ao bem-estar da sua população.

Em 1944, através da lei federal Nº 6.550, ocorre a transferência da capital do Estado da cidade do Amapá para Macapá. Com esta atitude política efetivada pelo então Governador Janary Nunes, Macapá passa a concentrar os principais investimentos públicos e privados do estado. Assim, o espaço amapaense passa a ter outra dinâmica conforme será abordado a seguir.

A dinâmica socioeconômica é ainda mais intensificada nesse período quando, em 1946, é descoberto manganês em Serra do Navio ocasionando na exploração desta pela Indústria Comércio de Minérios – ICOMI. Nesse contexto, o Amapá alcança novos patamares tanto na escala intraurbana quanto na escala interurbana quando se insere na economia-mundo, conforme destacado por Porto (2007).

Porto (op. cit.) destaca que as principais estratégias econômicas no Amapá naquele período estavam relacionadas à mineração e a exportação do manganês (implantação de rodovia, ferrovias e porto). Santos (2012) aponta que Macapá e Santana são as principais bases logísticas das atividades desenvolvidas no Estado para aquele período.

Foi justamente após a criação do TFA que, houve um considerado aumento do movimento migratório o que contribuiu para a urbanização e reorganização espacial amapaense. Esse movimento migratório era motivado principalmente por ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos na região². Neste âmbito, Porto (2008)

destaca três destas ações: a proteção da fronteira; a exploração mineral e as atividades industriais (Icomi e Complexo Industrial do Jari) (PORTO, 2006, p. 37).

Vale ressaltar que com a exploração mineral por parte da ICOMI (1957-1997) houve um significativo avanço na infraestrutura da região. Quanto a este avanço, Porto (2007, p. 22) expõe que:

O crescimento demográfico do Amapá e a sua organização espacial estiveram intimamente relacionadas ao processo de exportação do manganês até a década de 1980. A partir de então, novos elementos foram inseridos, tais como: a implantação do Complexo Industrial do Jari, a construção da BR – 156, a exploração de novos garimpos auríferos, usando o processo de mecanização, a criação de novos municípios e sua estadualização.

Neste sentido, reafirma-se que a ICOMI teve significativo impacto na construção urbana amapaense visto, de acordo com Amaral (2010, p. 150) esta produziu dois núcleos planejados para servir de suporte ao desenvolvimento de suas atividades: Serra do Navio, junto à área de extração e, Vila Amazonas, nas proximidades do Porto de Santana. Cada um desses núcleos foi concebido para receber uma população permanente de 1.500 empregados.

Com a exportação de manganês, o Amapá passou a figurar como destaque nacional chegando a alcançar 60,4% da balança de exportação da região norte na década de 1950 (PORTO, 2007, p. 120,121). Todos esses índices além de atrair um excedente populacional para o Estado com o aumento da migração, também agregaram técnicas, tecnologias modernas e industriais, construindo assim, uma nova configuração territorial e urbana com um ritmo novo de produção do espaço produtivo amapaense (PORTO e THEIS, 2015).

É também neste período que Macapá surge como cidade mais importante do TFA pois, além de ser sede administrativa, também possuía localização geográfica privilegiada, condição de entreposto comercial e infraestrutura demandados pela ICOMI e pelo Grupo CAEMI, uma vez que Serra do Navio e o Porto de Santana faziam parte do município de Macapá.

Na Tabela 1 é possível mensurar a relação urbano-rural e o crescimento populacional que, durante o período, mais que triplicou de tamanho e, também se constata a forte concentração de Macapá que, na década de 1970, correspondia a 75,27% de toda a população do Amapá.

Tabela 1: Evolução da população do Território Federal do Amapá e de seus municípios

| Territórios e Municípios | 1950 | | | 1960 | | | 1970 | | |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total |
| TFA | 13.900 | 23.577 | 34.477 | 34.794 | 32.956 | 67.750 | 62.541 | 51.908 | 114.359 |
| Amapá | 1.756 | 7.029 | 8.794 | 2.119 | 5.781 | 7.900 | 2.659 | 7.718 | 10.377 |
| Macapá | 10.068 | 10.526 | 20.594 | 28.835 | 17.942 | 46.777 | 54.740 | 31.357 | 86.087 |
| Mazagão | 1.013 | 14.092 | 5.105 | 1.447 | 6.118 | 7.565 | 1.697 | 8.800 | 10.497 |
| Oiapoque | 1.054 | 1.930 | 2.984 | 1.894 | 2.040 | 3.934 | 2.097 | 2.457 | 4.554 |
| Calçoene | - | - | - | 946 | 1.398 | 2.344 | 1.258 | 1.576 | 2.834 |

nação, abastecimento de água, fomento agrícola, aeroporto, rodovia (no trecho Macapá-Porto Grande-Colônia Ferreira Gomes), construção de hotel e de casas para receber os funcionários públicos e, também, para os serviços da administração.

2 Quanto as ações públicas, La Roque (1950 apud AMARAL, 2010, p. 146-147) expõe que o governo do território produziu na cidade de Macapá toda a infraestrutura necessária para que ela pudesse funcionar como capital administrativa do território: educação, saúde pública, ilumi-

Fonte: IBGE/AP. Org. COSTA (2008), adaptação pelo autor.

Todo esse crescimento populacional, onde as taxas de crescimentos urbano na região são superiores às do crescimento nacional, contribuíram para a geração de conflitos principalmente na qualidade de vida dessas populações (PORTO, 2008). O crescimento dessas taxas de migrações também foi decisivo para a criação de quatro novos municípios no território no ano de 1987³, sendo três deles desmembrados do território macapaense.

O processo de criação destes municípios, segundo Oliveira (2008, p. 16) caracteriza pela diferenciação em relação as outras pequenas cidades criadas na região Amazônica. Para o autor, o processo de criação de cidades na Amazônia difere-se por serem “pequenos aglomerados dispersos nas margens dos rios que tinham como papel a defesa e se constituíam nos lócus avançados do processo civilizatório nem sempre concretizado”.

Diante do exposto acima, comprova-se a importância da criação do Território Federal do Amapá para a estruturação e configuração urbano amapaense, principalmente em virtude da exploração mineral e construção do complexo de Serra do Navio e Santana. A centralidade que Macapá e Santana conquistaram neste período em virtude principalmente da instalação da ICOMI, fortaleceu-se com a estadualização em 1988.

ESTADUALIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO URBANO-METROPOLITANA AMAPAENSE

Juntamente com Roraima, o Amapá tornou-se Estado em 1988, conquistando autonomia política e administrativa. Os planos federais são substituídos por planejamentos estaduais e o Amapá passou a viver uma série de transformações, seja nos contextos urbano, político, econômico e político-administrativo. De acordo com Porto (2007, p. 143) as principais ações para a organização espacial do Amapá, sendo boa parte delas efetivadas em território macapaense, foram:

A transformação do Território Federal em Estado (1988); ciclo da Mineração Yukio Yoshidome S. A. (1989-1992); criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (1991); Saída da Mineração Yukio Yoshidome S. A. (1992); regulamentação da ALCMS (1992); instalação da Mineração Água Boa Ltda (1992); Plano de Ação Governamental do Amapá (1992); criação dos municípios de Pedra Branca do Amaparí, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itaubal, por desmembramento do município de Macapá (1992); criação do município de Vitória do Jarí, por desmembramento do município de Laranjal do Jarí (1994); implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá - PDSA (1995); Saída da Mineração Novo Astro (1995); saída da ICOMI (1997); compra do Complexo Industrial do Jarí pelo Grupo ORSA (2000); implantação do Programa Amapá Produtivo (2003); implantação do corredor da biodiversidade (2003); criação da Zona Franca de Macapá e da Zona de Processamento de Exportação de Santana (2008) (PORTO, 2007, p. 143).

3 Através da Lei Federal Nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987, autorizou-se a criação dos municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jarí no então Território Federal do Amapá.

Outro fator que merece destaque para a análise da construção urbano-metropolitana amapaense é a criação de UC's – Unidades de Conservação e o início da demarcação das TI's – Terras Indígenas⁴. Essas áreas são de fundamental importância neste contexto pois, representam uma limitação no uso do espaço e, por consequência, um estímulo à concentração urbana nas cidades de Macapá e Santana. Atualmente o Estado do Amapá possui 72% de seu território com algum grau de restrição institucional de uso e grande parte de suas gestões estão no âmbito federal (PORTO; THEIS, 2015).

Quanto ao estímulo à concentração urbana nas cidades de Macapá e Santana, Porto et al. (2008, p. 11) observou que apesar dos 16 municípios membros do estado do Amapá, mais de 80% da população estadual encontra-se naquelas duas cidades o que corresponde a uma macrocefalia urbana⁵.

Essa concentração não se atém apenas ao índice demográfico no Estado, pois conforme demonstram Beltrão e Porto (2009), Macapá e Santana concentram também a maior parcela da produção econômica do estado, devido à presença, em seu interior, dos principais vetores dinamizadores dessa realidade no estado:

Quanto ao fator econômico, é importante ressaltar que o eixo Macapá- Santana concentra grande parte das atividades econômicas existentes no Estado; exemplo claro disso é a presença da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, das principais atividades do setor terciário da economia; do Distrito Industrial de Santana; da existência do sistema portuário responsável pela exportação das matérias-primas exploradas no espaço amapaense, sendo este eixo o que apresenta maior participação do PIB (Produto Interno Bruto) amapaense (BELTRÃO; PORTO, 2009).

Em 1992, quatro anos da estadualização do Amapá, criaram-se os municípios de Porto Grande (Lei Estadual 003 de 01/05/1992), Pracuúba (Lei Estadual 004 de 01/05/1992), Itaubal (Lei Estadual 005 de 01/05/1992), Cutias (Lei Estadual 006 de 01/05/1992), Serra do Navio (Lei Estadual 007 de 01/05/1992 que criou o município de Água Branca do Amaparí, depois chamado de Serra do Navio pela Lei Municipal Nº 078 de 22/06/1993), Pedra Branca (Lei Estadual 008 de 01/05/1992) e, dois anos depois, Vitória do Jarí (Lei Estadual 171 de 08/09/1994).

Importante destacar que, mesmo após a criação desses municípios e a delegação da responsabilidade sobre construção espacial, o governo estadual ainda detinha forte influência no processo de expansão urbana desses (SILVA, 2017, p. 59).

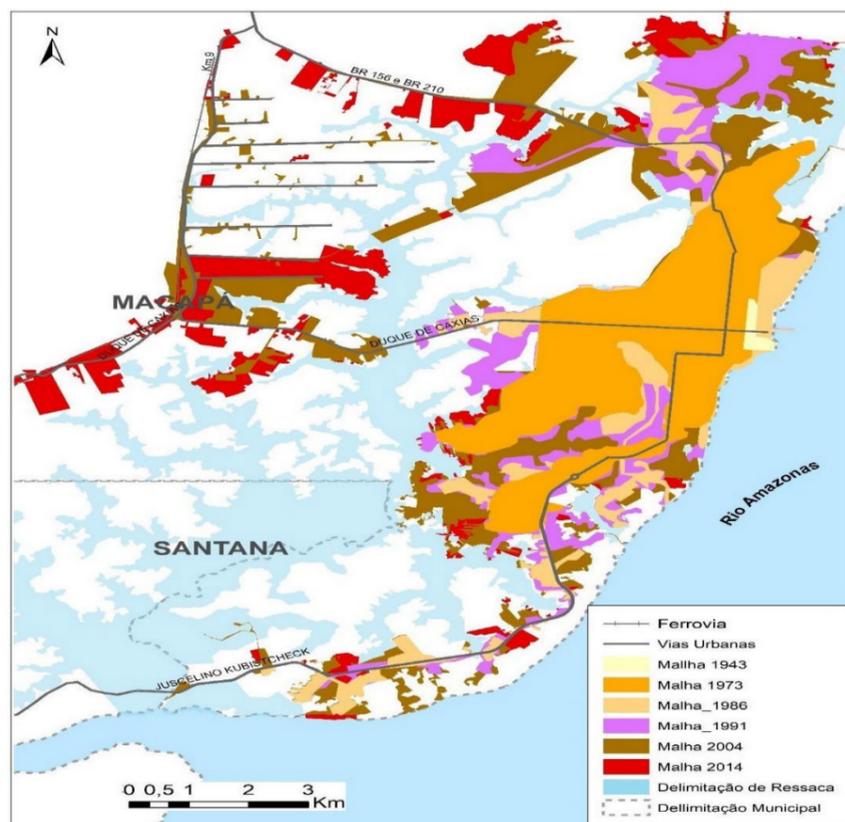
No mapa da Figura 2, está representado a expansão da malha urbana de Macapá em seis momentos (1943, 1973, 1986, 1991, 2004,

4 São exemplos de UC's e TI's implantados no espaço amapaense: Floresta Nacional do Amapá (1989); Reserva Extrativista do Rio Cajarí (1990); Área de Proteção Ambiental do Curiaú (1992); Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002); Reserva Indígena do Juminá (1992); Reserva Indígena do Uaçá (1991); Reserva Indígena Waiãpi (1996); Floresta Estadual do Amapá (2008).

5 Por macrocefalia entende-se uma noção relativa que enfatiza a importância demográfica e, principalmente, econômica de uma cidade em relação às demais tanto da região, quanto do restante do país. As cidades macrocéfalas apresentam uma concentração dos grupos sociais de alto poder aquisitivo, bem como dos equipamentos, das atividades econômicas (indústria, comércio e serviços) e do poder político (da economia, da elite, da classe média e, parcialmente, das massas) (SANTOS, 2008).

2014). Nele é possível constatar os direcionamentos do crescimento urbano para os referidos períodos.

Figura 2: Mapa de expansão da malha urbana de Macapá, 1943 a 2014



Fonte: Silva (2017).

Na Figura 2, conforme observa Silva (2017), o maior crescimento da malha urbana da cidade ocorre entre 1973 e 2004, período correspondente a 15 anos de administração do governo do Território Federal e outros 15 de vigência da estadualização. Verifica-se, ainda, que a malha urbana existente em 1973 era a área do centro e os bairros periféricos do centro. Em 1991, nota-se que a expansão urbana cresceu especialmente para a região Norte da cidade. Já a malha ocupada em 2004 evidencia o crescimento da cidade, especialmente no sentido Sul e Norte. A malha urbana de 2014 destaca o crescimento da cidade para Oeste, Sul e Norte, promovida principalmente pela ação do Estado como criador de inúmeros loteamentos.

A expansão urbana macapaense é um reflexo da macrocefalia sofrida pela cidade que de um modo ou de outro, cobra uma nova dinamização da construção do espaço. Parte dessa macrocefalia urbana é representada pelo forte movimento migratório ao estado do Amapá. Maniçoba (2006 apud AMARAL, 2010, p.194), destaca que o movimento de imigração no estado é diferente de outros estados da região norte pois nele a maior parte dos seus imigrantes provém da própria Amazônia, tendência que vai se verificar na região somente depois de 2000, e a criação de novos municípios, depois de 1988.

Constata-se que a partir do século XXI a cidade de Macapá passa por uma nova construção urbana. Segundo Amaral (2010, p.318), esta tem relação ao avanço de novos símbolos do capitalismo contemporâneo, tais como shopping centers, aeroportos, hotéis pertencentes a grandes redes internacionais, casas de espetáculos, crescimento ver-

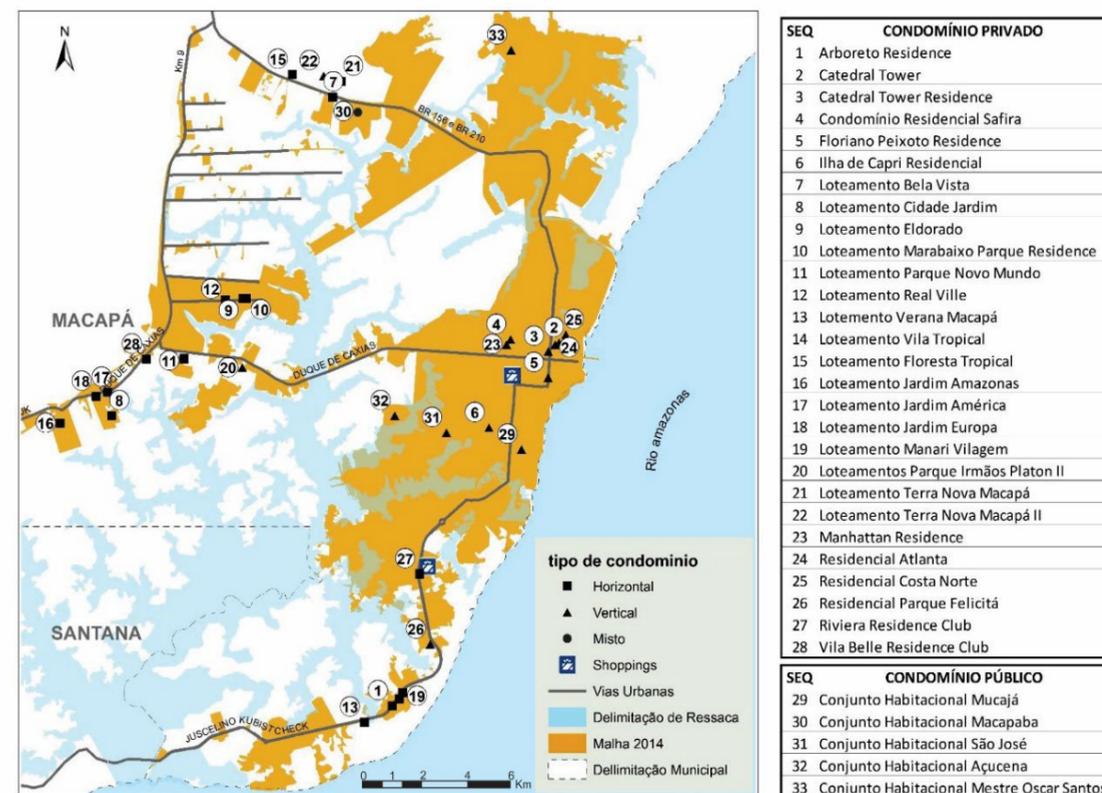
tical e loteamentos fechados, que até a poucos eram exclusividade de grandes metrópoles. Macapá parece passar por uma verdadeira reestruturação urbana, mobilizada pela associação de capitais locais com grupos de fora da própria região.

Neste sentido, temos como características de regiões metropolitanas a urbanização cada vez mais acentuada nas áreas centrais, principalmente através da verticalização e; a conurbação entre os municípios membros reforçando o aspecto de intenso fluxo deste através de uma única mancha urbana. Quanto a estes dois fatores na construção espacial macapaense, verifica-se que estes vêm sendo desenvolvidos com mais dinamicidade a partir de 2010. Neste sentido, Amaral (op. cit., p. 321), explica que:

Verificamos que o crescimento urbano de Macapá vem sendo desenvolvido tanto na forma vertical, em áreas mais urbanizadas no centro da cidade, quanto na forma horizontal nas periferias. Nas áreas localizadas próximas ao centro da cidade, que são dotadas de melhor infraestrutura, concentram-se a verticalização, influenciada por uma classe de melhor poder aquisitivo que não deseja se distanciar do comércio e dos serviços ali oferecidos. Já nas áreas mais distantes do centro da cidade, localiza-se a forma horizontalizada da produção urbana, que outrora seu conteúdo era determinado pela presença de uma população de baixo poder aquisitivo, mas agora vem sendo ocupada, também, por loteamentos fechados.

Silva (2017) também relata a importância destes dois aspectos (vertical e horizontal) para a expansão urbana. A autora demonstra que, de 2010 a 2015, foram realizados em Macapá cerca de trinta e três empreendimentos sendo cinco públicos e vinte oito privados⁶. Dos privados destaca-se que dez são verticais e os demais horizontais, conforme demonstrado no mapa da Figura 03.

Figura 3: Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2014



⁶ Esses empreendimentos ofertaram à população macapaense mais de 13 mil unidades, entre terrenos e residências prontas. Desse total, 8.426 unidades foram provenientes da iniciativa pública, em especial pelo Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, criado pela Lei Federal nº 11.977, de julho de 2009, e outras 5 mil, resultantes da atuação da iniciativa privada.

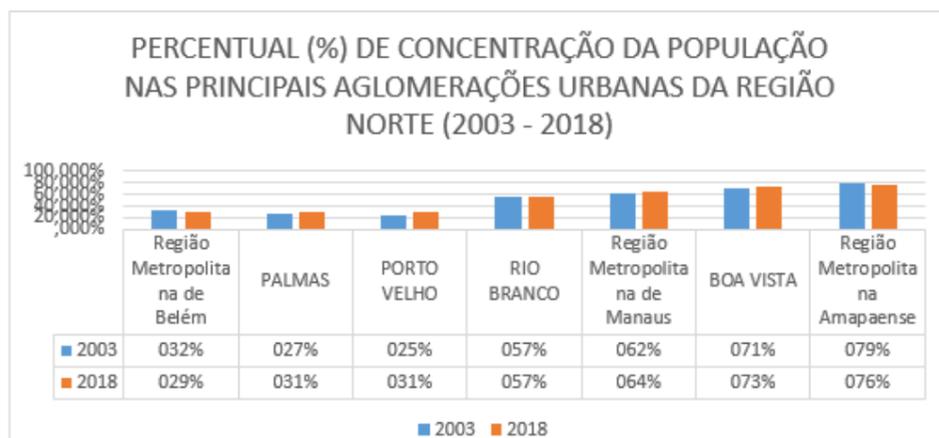
Fonte: Silva (2017), adaptado pelo autor.

Entretanto, apesar da modernização da construção espacial através dos loteamentos fechados e condomínios verticais, ressalta-se que, a principal forma de acesso à cidade continua sendo a ocupação de espaços periféricos, especialmente as chamadas “ressacas” e, por mais que as iniciativas do Estado sejam de disciplinar/ordenar o processo de ocupação e expansão da cidade por meio de instrumentos de planejamento como os abordados acima, a solução para o problema de habitação para as populações mais pobres da cidade continua sendo os “assentamentos espontâneos” em áreas de ressaca (AMARAL, 2010, p. 325).

Estes “assentamentos espontâneos” em áreas de ressaca podem ser interpretados como uma consequência da macrocefalia urbana de Macapá e Santana já abordada anteriormente. Aliados a esta, temos a restrição de uso do território em virtude das áreas de preservação ambiental e territórios indígenas que limitam a expansão das aglomerações urbanas para determinadas regiões.

Quando comparamos a concentração da população nas principais aglomerações urbanas da região Norte, temos, conforme apresentado no gráfico 1, a Região Metropolitana Amapaense como a região com maior concentração. Destaca-se neste dado que, desde a sua criação em 2003 até 2018, esta apresenta índices superiores a Região Metropolitana de Belém – RMB e a Região Metropolitana de Manaus – RMMN, principais aglomerados urbanos da região norte do país.

Gráfico 01: Percentual (%) de concentração da população nas principais aglomerações urbanas da região norte (2003 - 2018)



Fonte: IBGE – População residente estimada. Gráfico elaborado pelo autor.

Aspectos como os apresentados no Gráfico 01 reforçam que, conforme explica Porto (2018), até 2003, criou-se e construiu-se a condição urbana amapaense, mas que, a partir de então, uma nova etapa começa a ser escrita na configuração territorial amapaense. Esta nova condição tida como urbano-metropolitana exige um novo olhar e novas análises sobre o espaço em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação do Território Federal do Amapá em 1943, quando

a população no período era de apenas 9 mil habitantes, a construção espacial amapaense passou por diversas modificações. Destas construções espaciais destaca-se as consequentes da chegada da ICOMI e implantação de toda uma infraestrutura urbana para seu funcionamento, sobretudo a criação das vilas de Serra do Navio e Santana.

Desde a estadualização do Amapá (1988), tem se buscado alternativas econômicas, sociais e de políticas territoriais capazes de garantir que as novas dinâmicas geográficas em ocorrência neste Estado ao gerar novas condições de vida, gerem também boa qualidade de vida. O estímulo destinado ao setor de serviços (pela Área de Livre Comércio de Macapá e Santana); a tentativa de se instalar a Zona Franca Verde; a ampliação das áreas de restrição do uso do território com áreas protegidas; a recuperação da economia mineira; a inserção do Amapá no circuito integrado de energia nacional pelo linha de Tucuruí; as expectativas das interações políticas e econômicas com a Guiana Francesa; as expectativas do agronegócio da soja. Enfim, está se ampliando a lista de diversificações de investimentos e de novas dinâmicas territoriais no Amapá, que direta ou indiretamente tem afetado a construção da RMA em suas peculiaridades e, com isso, o espaço amapaense passa a ter um novo caráter distinto do tido até então.

Ou seja, a condição urbana amapaense de outrora, terá que conviver e se articular de forma complementar e indissociavelmente com a nova etapa que começa a ser escrita na configuração territorial amapaense: A condição urbano-metropolitana.

Trabalhado neste artigo como condição urbano-metropolitana, esta apresenta novas problemáticas ocasionados da grande relação entre as cidades membros da RMA acabando por requerer acompanhamentos, novas visões e análises, seja sobre o seu comportamento demográfico, dinâmicas econômicas estabelecidas, planejamento e gestão urbano-metropolitana, (des) construções sociais, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. PBGEO/USB, São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia).
- AMORIM, J. P. A.; PORTO, J. L. R.. **Organização espacial da sub-região de Macapá, da gênese a estadualização**. Acta Geografia, v.11, p.17-39, 2017.
- BELTRÃO, L. J. S.; PORTO, J. R. **A forma e a função urbana de cidades médias na Amazônia: os casos de Macapá e Santana (AP)**. In: TRINDADE JR. et al (Orgs.). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Belém: FASE/COMOVA, 2009.
- COSTA, P. M. C. **Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970**. Belém: Editora Açai, 2008.
- OLIVEIRA, J. A; SCHOR, T. **Manaus: Transformações e permanências, do forte à metrópole regional**. In: CASTRO, Edna (Org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008.
- PORTO, J. L. R.. **Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil**. Presença (Porto Velho), Porto Velho, n.16, 2000.
- _____. **(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais**. Macapá. Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4)
- _____. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)**. 2ª ed. Macapá. Edição do autor, 2007.
- _____. **A construção da condição urbano-metropolitana amapaense**. Acta Geografia, v.12, p.145-159, 2018.

PORTO, J. L. R.; SANTOS, E. R. C; CASTRO, M. L. ; MARTINS, C. R. N.; FURLAN, L. A.. **Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: o caso de Macapá (AP). Somanlu (UFAM)**, v. 8, p. 9-24, 2008.

SANTOS, Romário Valente. **O Aglomerado Urbano Macapá-Santana: a cidade média da Amazônia Setentrional Amapaense**. Anais XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Perspectivas e Abordagens da Geografia Urbana no Século XXI. Realizado de 8 a 12 de setembro de 2015. Fortaleza – CE, 2015.

SILVA, E. A. C. (2017). **Quando a terra avança como mercadoria: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá – Amapá**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas.

THALEZ, G. M.; PORTO, J. L. R.. Cidades médias na Amazônia: Os casos de Macapá e Santana. In: Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteira do Conhecimento. Belém: NAEA, 2008.

DE PERTO E DE DENTRO: DERIVA SENSORIAL NO IGARAPÉ DAS MULHERES

Chrys de Araújo Oliveira¹

Gabriela Ferreira Ávila²

Victor Gabriel Ferreira Neves³

RESUMO

Este artigo objetiva relatar as relações interpessoais e sensoriais obtidas por meio de deriva urbana na área do Igarapé das Mulheres (localizado na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, Brasil) a partir do ponto de vista dos pesquisadores, trazendo uma interpretação diferenciada da vivência local deste ponto de relações tão singulares da cidade. Com a utilização de uma metodologia etnográfica conceituada por Magnani, observou-se a morfologia urbana, a dinâmica comercial e a relação do bairro com cidade, considerando a profundidade da imersão obtida pelo método escolhido. Neste trabalho, analisa-se também este contexto a partir dos conceitos de Bachelard, Jacobs, Rangel e Lobosco, para abrir reflexões sobre um olhar mais íntimo e menos técnico sobre o local, o que resultou na percepção de sua dinâmica ocorrer de modo diferenciado, coexistindo, porém sem ser um pedaço apenas da cidade, também possuindo peculiaridades únicas decorrentes dessa própria diferenciação.

Palavras-chaves: Deriva urbana; Etnografia de campo; Igarapé das Mulheres; Morfologia urbana.

ABSTRACT

This article aims to report the interpersonal and sensorial relationships perceived by *derivé* (a urban drift) in the area of the Igarapé das Mulheres (located in the city of Macapá, capital of the state of Amapá, Brazil) from the point of view of the researchers, bringing a differentiated interpretation of local experience of this singular point of relations of the city. Using an ethnographic methodology conceptualized by Magnani, it was observed the urban morphology, the commercial dynamics and the relationship of the neighborhood with city, considering the depth of immersion obtained by the chosen method. In this work, this context is also analyzed from the concepts of Bachelard, Jacobs, Rangel and Lobosco, to bring reflections about a more intimate and less technical look about the place, which resulted in the perception of its dynamics occur in a differentiated way, coexisting but not being only a piece of the city, but having unique peculiarities arising from this own differentiation.

Keywords: Dérive; Field ethnography; Igarapé das Mulheres; Urban morphology.

¹ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá. arq.chrys@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá. gabrielaavi@outlook.com.

³ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá. victor.gfn@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Por meio do conceito de deriva urbana, trabalha-se a experiência sensorial do andar pela cidade, utilizando-se do Igarapé das Mulheres (localizado na orla da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, Brasil), com sua marcante vocação como feira popular, como objeto de estudo e análise empírica, visando entender as estruturas sociais que neste cenário se enquadram.

Apesar de o Igarapé das Mulheres ser uma área amplamente trabalhada, a pertinência de abordá-lo novamente se dá pela diferenciação do foco aqui tomado. Nota-se, como será explicado, um grande foco na relação entre o rio e os viventes do local nos trabalhos já existentes, assim como a diversa proposição de projetos para a área.

Contudo, aqui se busca um viés sociológico, visando questões qualitativas do local, e não quantitativas ou propositivas. E também, além de um viés etnográfico, utilizou-se aqui de uma observação participativa.

Pretende-se não apenas entender as dinâmicas do espaço, mas visualizar este lugar como um espaço “a parte” da cidade, um território com urbanidades diferentes e até mesmo dicotômicas da cidade formal que, como colocado por Teles Lobosco (2009, p. 28), são as áreas mais assistidas pelas políticas públicas, ao contrário do que se vê no Igarapé.

Sendo assim, trabalha-se a cidade informal, que vai além de um assentamento precário ou de um ambiente de pobreza, mas, sobretudo, um lugar onde as pessoas se apropriam do espaço com práticas específicas que desviam das colocadas como naturais de um poder hegemônico como na cidade formal (LOBOSCO, 2009, p. 27).

Outra questão seria adentrar em pautas que envolvem vivências sociais estigmatizadas por preceitos provindos da diferenciação entre classes sociais, como os estereótipos de violência e perigo que a Feira do Igarapé tem, para que, por fim, se tome conclusão sobre como se consolida o espaço contemporâneo do lugar e como é a vivência urbana atualmente.

Os objetivos desta pesquisa surgiram após a análise da primeira etapa de observações pelo período da manhã, através da etnografia, encontrando foco dentro das discussões levantadas e questionamentos que mostraram as especificidades do estudo.

Busca-se relatar, também, o que diferencia o Igarapé das Mulheres das outras áreas úmidas de Macapá e a significação ontológica da imagem diferenciada que o Igarapé das Mulheres tem. Mais especificamente, o seu dinamismo e vivências próprias (BACHELARD, 1974).

Compreender o conteúdo histórico do local e as relações sociais ali ocorrentes devido à alta densidade habitacional é o que tornará possível o entendimento dos estereótipos colocados neste contexto e analisar quais as possibilidades de quebrar estes paradigmas sociais.

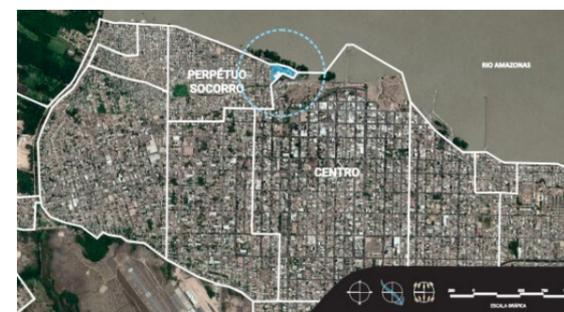
Sendo assim, encontra-se na etnografia a metodologia de análise utilizada para se entender os processos sociais que ocorrem no perímetro da Feira do Igarapé das Mulheres, havendo uma observação experimental no primeiro momento para posteriormente poder conceituar os pontos através da pesquisa bibliográfica.

Nesta primeira etapa, a abordagem poética da imagem visual da Feira se encontra nos conceitos aplicados por Gaston Bachelard (1974) sobre a poética do espaço e a imaginação e mística dos assuntos aqui abordados, havendo uma aproximação não-formal e empírica com o lugar, visando conexão com o que poderia ser pesquisado. Assim, a partir dos pontos levantados através das observações, têm-se aqui o resultado da pesquisa feita.

2 IGARAPÉ DAS MULHERES

Às margens do Rio Amazonas, o Igarapé das Mulheres (figuras 01 e 02) localiza-se no bairro do Perpétuo Socorro, próxima à área de formação inicial da cidade de Macapá, e próxima às edificações de cunho patrimonial e histórico do município.

Figura 01 - Localização do Igarapé das Mulheres na cidade de Macapá.



Fonte: SALGADO, 2018.

Figura 02 - Vista superior do Igarapé das Mulheres.



Fonte: Google Earth, 2017.

Ressalta-se o valor cultural do local visto a pertinência dos viventes da região em manterem tradições como forma de subsistência por meio do comércio, principalmente através da venda de pescados que acaba ressaltando certos pontos.

Um exemplo é como as tradições ribeirinhas se traduzem na manutenção cotidiana dos moradores locais, por meio da venda para subsistência e o trabalho de pesca feito por diversos comerciantes que se deslocam de outros municípios que desembarcam para vender suas mercadorias neste Igarapé. E a importância do pescado que acabou por mostrar a precisão de uma maior infraestrutura para este trabalho.

A ocupação da região teve seu início a partir da década de 1950, fazendo surgir o Bairro do Lagunho, ao sudeste do Bairro Pacoval, zona norte da cidade, como conta Ana Cynthia Sampaio da Costa (2015) em

sua proposta de reabilitação para a área do Igarapé das Mulheres (elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá).

Nas proximidades do Centro de Macapá, o bairro e a Feira surgem em um contexto de áreas de ressaca, que se caracterizam por serem locais alagados e de escoamento das águas pluviais na bacia hidrográfica (TAKIYAMA, 2012, p. 03).

COSTA (2015, p. 44) sobre assunto diz que:

A partir deste Bairro [Laguinho], a ocupação desta zona, ao norte do centro da cidade, cresce em direção ao Rio Amazonas, sobre uma área baixa e de alagado. Este novo assentamento era denominado de Igarapé das Mulheres, cujo nome foi adotado devido ao uso deste local pelas mulheres lava-deiras da cidade de Macapá naquela época (COSTA, 2015, P. 44).

As moradias concentravam-se ao redor do primeiro edifício da Igreja do Perpétuo Socorro, uma edificação simples feita de madeira, situada entre as ruas Rio Japurá e Rio Purus (MACAPÁ, 2014). O aterramento do bairro se deu na década de 1950, depois de muitos esforços da Paróquia do Perpétuo Socorro para que isto fosse realizado em prol dos moradores da baixada¹ (COSTA, 2015, p. 45).

Após os primeiros anos de ocupação, Costa (2015, p. 47) afirma que o bairro passa a ser composto por uma doca onde a comunidade ribeirinha pode preservar seus costumes e transportar os produtos rurais por meios de transporte fluvial.

Mesmo com o aterramento, foi preservado um curso d'água afluente do Rio Amazonas, criando-se ali um canal que corta o bairro desde a doca até o centro do Bairro Perpétuo Socorro (COSTA, 2015, p. 47).

O Igarapé das Mulheres apresenta uma dinâmica espacial específica que diverge do que é observado nas demais áreas da cidade como, por exemplo, o próprio Bairro Central de Macapá, que tem outra forma logística de comércio e vivência, o que reforça o caráter diversificado da ocupação urbana em Macapá.

Trata-se de uma área úmida localizada em uma das partes mais antigas da cidade, próxima ao centro e de diversos espaços públicos, reforça o interesse do capital imobiliário na área. Por apresentar um fluxo de pessoas e comerciantes de diversos locais, como outros interiores - tanto do Amapá quanto do Pará -, o bairro possui considerável diversidade.

Também, o supracitado interesse do capital pode se traduzir, por exemplo, pelas narrativas por trás do Mercado do Pescado (figura 03). Construído em 2013, ele apresenta estrutura agradável para os usuários, segundo Costa (2015). Entretanto, a autora classifica seu entorno como desordenado e sem infraestrutura adequada para o desenvolvimento das potencialidades do local, o que poderia surgir através de in-

vestimentos posteriores à construção do Mercado. Assim como o fluxo de pessoas também poderia incentivar e potencializar o comércio além do Pescado.

Figura 03 - Fachada do Mercado do Pescado.



Fonte: NEVES, 2018.

A divergência existente dentro da construção do Mercado do Pescado é que, mesmo que tenha promovido um espaço com infraestrutura para os feirantes, o discurso destes é de que o Mercado não se adapta às suas reais necessidades, o que acaba por manter as vendas do lado de fora e nas proximidades do rio. E até mesmo dentro dos próprios barcos dos comerciantes (figura 04).

Figura 04 - Embarcações às margens do Igarapé.



Fonte: NEVES, 2017.

3 IMERSÃO NA ETNOGRAFIA URBANA

A metodologia etnográfica utilizada parte conceitualmente do que Magnani (2009) explica como vindo da antropologia e da sua forma de avaliação sobre as vivências e experiências sociais e cotidianas de um determinado grupo. Neste caso, os feirante e viventes da região do Igarapé das Mulheres.

Magnani (2009, p. 131) coloca perguntas que norteiam a base de diversas pesquisas etnográficas e do campo das ciências sociais, pontu-

ando questões como “Quem são? Onde moram? Quais são seus vínculos de parentesco? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre?”.

Neste trabalho, estas questões surgiram nas visitas ao local ao se notar uma dinâmica diferenciada e particular de modos de vida e subsistência no meio urbano, evidenciado por características que se traduzem em tradições mantidas desde que o local se consolidou como um ponto comercial da cidade, se mantendo até a atualidade.

Este estudo sobre a localidade buscou, por meio das derivas urbanas, justamente diminuir o “estranhamento e/ou exterioridade”, como coloca Magnani (2009), que o pesquisador tem ao se deparar com seu objeto de estudo, sendo um estranhamento causado pelo fato de o pesquisador ser alguém de fora deste ambiente.

A compreensão das lógicas da área e das narrativas dos próprios feirantes visa reconhecer os significados dos viventes e, também, descrevê-los de uma forma aproximada, o que Magnani (2009) chama “de perto e de dentro”, assim como desmistificar o olhar de espectador ou de quem está de fora, visto as características estigmatizadas colocadas sobre o Igarapé, como aqui será relatado após essa observação participante.

Ressalta-se que estes relatos fazem parte de uma investigação anterior no mesmo local e que aqui se faz uma análise da abordagem feita por Ana Carolina Cardoso, Victor Neves e José Maria Cantanhede, na primeira metade de 2018 em seu trabalho sobre o Igarapé das Mulheres.

Sendo assim, o acesso da primeira deriva urbana feita pelo grupo supracitado se procedeu por meio da Praça Zagury, que se encontrava muito deserta no horário da visita, às 9:45h do dia 27/06 de 2018. Tendo isto em vista, observa-se determinada insegurança no local, causada pela ausência de pessoas próximas ao lugar e a falta de apropriação do espaço da Praça.

Essa discussão é trazida também por Jane Jacobs (2000) ao conceituar os “olhos da rua” e como esse fator é essencial para se gerar segurança pública que diverge da necessidade de policiamento ou aparatos institucionais para o resguardo da população.

À medida que os espaços públicos estão sob a observação dos viventes da região, determinado local se torna mais seguro devido esta movimentação e olhares conscientes ou inconscientes que criam uma atmosfera onde a proximidade humana gera essa sensação de segurança (JACOBS, 2000). O que poderia acontecer caso houvesse mais uso na Praça Zagury durante o período da manhã.

Assim como se esses usos fossem devidamente estimulados, reduziriam também a monotonia (JACOBS, 2000) causada pela baixa taxa de frequentadores da praça neste mesmo período, melhorando a qualidade urbana no Igarapé das Mulheres e atraindo maiores infraestruturas para o local.

Vale relembrar que essa baixa qualidade urbana se dá pelo fato de as ações feitas no local, realizadas pelo poder público, serem pouco efetivas como incentivo à movimentação local (LOBOSCO, 2009).

Aqui cabe citar também que estas sensações de insegurança são causadas devido estigmas sobre violência e marginalidade que coabitam os pressupostos dos viventes externos, principalmente devido a veiculação das notícias negativas² sobre o bairro Perpétuo Socorro e a própria feira, assim como também foi relatado nas narrativas dos entrevistados durante esta pesquisa sobre os perigos do local. Sendo assim, estes fatores são criados através dos símbolos que perpassam a vivência ribeirinha (figura 05) e aparentemente humilde, existente no cotidiano da localidade.

Figura 05 - Embarcações ribeirinhas às margens do Igarapé das Mulheres.



Fonte: NEVES, 2017.

Essas condições divergentes da cidade formal, neste trabalho já retratadas, causam um processo excludente devido às condutas e condições sociais do local, como retrata Rangel (2004) ao descrever este preconceito externo em relação a estes estigmas de exclusão.

Logo, seguindo a perspectiva da deriva urbana, a imersão no cotidiano urbano do Igarapé fazia parte do processo etnográfico para entender o que seriam os “aspectos violentos” do lugar. O que logo se voltou à curiosidade sobre o incomum.

Por volta das 11h30 da manhã, nota-se que os comerciantes começam a se acomodar dentro das lojas e fazer preparativos para o almoço, porém sem interromper o comércio. O que causou impacto para o trabalho devido a dificuldade de ter contato com os viventes do Igarapé, por ter uma pequena diminuição do fluxo comercial, com ressalva dos restaurantes.

Tendo isto em vista, tomou-se como princípio o “abandono das propriedades intelectuais da pesquisa” (BACHELARD, 1974). Isso não significa esquecer-se da importância da pesquisa, tampouco desqualificá-la como objeto intelectual, muito pelo contrário, buscou-se desviar da timidez de pesquisador e realmente imergir nas questões que a inserção no espaço mostrara para a melhor obtenção de informações com uma aproximação menos formal e mais empática.

Sendo assim, a inserção no ambiente da Feira do Igarapé se procedeu por meio do próprio almoço feito pelos feirantes, tratando a situação como cotidiana. Nota-se que a abordagem precisou ser aproximada

2 Datada do dia 23 de Fevereiro de 2017, um exemplo reportagem que noticiou furtos na Feira Ana Nery, no bairro Perpétuo Socorro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/jornal-do-amapa/videos/v/feirantes-enfrentam-idade-elevado-de-violencia-no-bairro-perpetuo-socorro/5678017/>> Fonte: G1 Amapá. Acesso em: 11 de Ago 2019.

da realidade das pessoas locais, buscando uma linguagem acessível aos moradores locais.

A essência deste trabalho foi buscada justamente no fator etnográfico de se aproximar de forma amena, onde a linguagem técnica surgiria apenas neste segundo momento, após as conversas com os moradores locais, como sugerido por Bachelard (1974), a fim de se entender atentamente a poética visual do espaço.

O fluir da conversa aconteceu a partir da permissividade e intimismo de uma conversa cotidiana, onde os feirantes que puderam dar suas palavras contaram desde longas histórias sobre suas rotinas, até respostas sucintas como “sim” ou “não”.

O horário de almoço frente ao Rio Amazonas é irrompido por um comércio constante, onde mesmo sendo um horário, teoricamente, de descanso, as mercadorias permanecem expostas no aguardo dos compradores.

Há uma regular rotatividade de mercadoria e pessoas em circulação e a Feira também vende todos os tipos de produtos, desde roupas e calçados, aos açougues e peixarias, assim como os mais diversos tipos de estabelecimento, como restaurantes, farmácias, pequenos comércios (localmente chamados de mini box). Além de também haver uma tipologia própria do ambiente ribeirinho com comercialização de motor de barcos e materiais de construção.

Os próprios comerciantes ditam suas regras e suas dinâmicas locais, sem enquadrar-se em modelos ou sujeitar-se a determinados padrões que não muito condizem com as vivências locais. Sujeito apenas ao ciclo da maré do Rio Amazonas, que traz passageiros e mercadorias.

Nota-se, entretanto, a pouca movimentação dentro do Mercado do Peixe (figura 06) em si, o qual os comerciantes consideram pouco abrangente em relação ao fluxo existente do lado de fora, onde as vendas costumam ocorrer mais rapidamente.

Figura 06 - Vista interna do Mercado do Peixe.



Fonte: NEVES, 2017.

O não entendimento da dinâmica da localidade é inclusive observado através de diversas pesquisas e trabalhos universitários onde as prerrogativas pouco consideram as dinâmicas locais, por vezes resultando em projetos distantes e não exequíveis. Entretanto, outras análises também são deveras abrangentes, como a pesquisa de Costa (2015),

que descreve desde as tipologias das moradias do local, como seu entorno e suas vivências cotidianas.

As motivações científicas da etnografia aqui colocada surgem a partir do momento do “conhecer” o local em um viés além do exposto inicialmente neste trabalho, ou seja, para além da pesquisa bibliográfica conceitual.

O conviver, mesmo que brevemente, entre os viventes da região é um momento de enriquecimento do conhecer aproximado que não se dissocia das condições técnicas de registro destas condições experimentadas (MAGNANI, 2009), entretanto levantando um entendimento antropológico do ambiente. O que se faz importante para conhecer os processos históricos dos locais.

Sendo assim, para melhor analisar as vivências a segunda etapa da deriva se procedeu durante o período da tarde. Às 16h, no mesmo dia, no qual as condições climáticas amapaenses torna a caminhada desfavorável, devido o sol forte, ao contrário do período da manhã.

Entretanto, para os comerciantes locais esta variável é rotineira e vencida. As negociações comerciais dos trabalhadores do porto e dos pequenos lojistas permanecem agitadas em todos os horários e os transeuntes também, com a circulação por meio de carroças, bicicletas, motos, alguns carros e, sobretudo, a pé.

Em relação ao aspecto de mobilidade urbana do local, há certa dificuldade de acesso devido à diminuta acessibilidade a Feira do Igarapé onde as pessoas utilizam-se das ruas (figura 07) como caminhos, pois as calçadas não cumprem sua função.

Figura 07 - Pedestres utilizando a rua como calçada.



Fonte: NEVES, 2017.

Os registros aqui colocados aparecem em suas especificidades para retratar o que foi dito, entretanto, a intenção era não se ater à imagem reproduzida, e sim ao olhar no momento, como colocado em A Poética do Espaço: “É preciso estar presente, presente à imagem no minuto da imagem” (BACHELARD, p. 183, 1974).

O “estar presente” se traduz em “ver com os olhos” e não através da lente de uma câmera. Assim como a participação observadora desta etnografia, que buscou entender o momento em seu exato minuto de acontecimento.

Aqui também se adentra no real campo do que Magnani (2009)

chama de experiência etnográfica. O fato de não haver programação sobre o que ocorreu inicialmente dentro da pesquisa compôs a técnica de se inserir no espaço estudado.

Por meio desta técnica obtiveram-se as discontinuidades que de forma bibliográfica aqui também puderam ser explicadas, como o modo de trabalho e meios de venda dos comerciantes, questões sobre acessibilidade e vivência cotidiana dos moradores ao redor da feira.

4 ADENDOS SOBRE A INFORMALIDADE NO IGARAPÉ

Ressalta-se que, como diversos autores colocam, a desordem não necessariamente significa que as dinâmicas socioespaciais não funcionem, então é preciso analisar criticamente sobre qual ótica se está observando.

Mary Rangel (2004) coloca este ponto como fator de exclusão social sobre quando não há entendimento das diferentes realidades. Logo, é preciso compreender que o diferente não é, necessariamente, errado ou irregular.

Sendo assim, estas são as questões etnográficas que serviram como mote deste trabalho, tendo a finalidade de compreender as dissonâncias entre a vivência local e as dinâmicas externas que influenciam os feirantes do Igarapé das Mulheres.

A aparência do exótico ou atrasado, até mesmo menos evoluído do local - se colocado em concepções rasas sobre o que seriam dinâmicas que são simplesmente diferenciadas -, parte de uma concepção de comparações do arquitetônico que estão presentes mais na cidade formal do que no Igarapé das Mulheres.

Tomou-se como base os aprofundamentos de Silke Kapp, Ana Paula Baltazar e Denise Morado (2016) sobre como a arquitetura formal é idealizada e parte de conceitos que surgem dentro da discussão da arquitetura e do urbanismo a forma de não se chegar a um local como o Igarapé das Mulheres.

As definições e padrões do Igarapé fogem das regras colocadas por quem formaliza o espaço urbano nas cidades atuais, sendo esse formalismo apresentado por planos diretores ou outros agentes de instâncias superiores (KAPP; BALTAZAR; MORADO; 2016).

Aqui se retrata que as diferenças socioeconômicas e físico-espaciais não são necessariamente retrógradas por parecerem menos evoluídas, apenas são dinâmicas diferentes, como pôde ser observado através da deriva.

Também, partindo do fator poético do espaço (BACHELARD, 1974), o Igarapé das Mulheres se encontra justamente que diz respeito ao esquecimento, por um momento, de sua relação com a construção do passado. Esta é a poética do espaço; é a presença dos feirantes naquele momento sem se sujeitar aos comparativos de narrativas anteriores.

Também, partindo da ideia sobre espaços formais idealizados por profissionais como arquitetos e urbanistas, Kapp, Baltazar e Morado (2016) também colocam que o campo da arquitetura:

[...] de fato ignora a maior parte de tal espaço. Por isso, num segundo sentido, arquitetura significa a pequena porção do espaço humano historicamente abordada por aquele conhecimento especializado (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2016).

Logo, a relevância dos registros aqui colocados foi de fugir, mesmo que brevemente, do tecnicismo, por meio de uma metodologia mais íntima. Outra verificação é também que esta negligência com o cotidiano existente também se encontra no ambiente acadêmico a partir de propostas que aparentam trazer grandes modificações espaciais nesta área, ao invés de primeiramente entendê-las.

Um exemplo seria o artigo Igarapé das Mulheres: Negociando Fronteiras, redigido por Bianca Moro e 24 alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. O estudo propõe um conjunto habitacional padrão com “capacidade para até 6 pessoas (média encontrada através de pesquisa socioeconômica)” (CARVALHO, 2009), considerando tal proposta democrática e inovadora.

Entretanto, como trabalhado até então neste artigo, a área se mostra com outras necessidades, como a própria preservação e manutenção das tradições ribeirinhas da venda de Pescado, a qual precisa ser entendida para além de informalidade, mas como uma estrutura urbana diferente das demais áreas da cidade que precisa ser assistida em todas as suas peculiaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho pôde-se tomar conhecimento das diversas possibilidades metodológicas que a academia pode oferecer para se conhecer um local e como, dentro do leque de opções, é irreduzível a necessidade de inserção do pesquisador no espaço em que se trabalha.

A deriva urbana resultou, em um primeiro momento, em diversas discussões e reflexões levando em consideração a característica específica da área, as quais diferem da cidade de Macapá, em um panorama geral, e se contrapõem aos métodos atuais de concepção projetual que partem de imposições disfarçadas com meios de participação dos habitantes da localidade.

Deve-se estimular a busca constante por compreender a realidade, pois não se trata de rejeitar esta postura atual em detrimento de propostas metodológicas inovadoras, mas compreender os processos históricos, sociais, políticos e econômicos que formularam a produção do espaço da maneira como se observa na contemporaneidade.

Desse modo, a ciência dos processos possibilita a compreensão de novos, ou adequações aos antigos, tendo em vista que uma postura crítica diante da realidade se configura como a resistência à mera reprodução de modelos arquitetônicos ou urbanos.

Esta reprodução pode desde já ser colocada como infeliz, se inserida em um espaço como o Igarapé das Mulheres, que tem uma demanda tão singular. A significação ontológica colocada aqui tentou mostrar a

essência constituinte do Igarapé e como é necessário um olhar cuidadoso sobre o local, assim como a pertinência de se rever e (re)analisar as propostas colocadas para lá.

Entende-se então a consolidação do espaço urbano do Igarapé como um ponto a continuar sendo registrado a fim de se poder analisar os processos de construção social ali existentes com o intuito de conseguir colocar projetos que realmente traduzam a realidade local, baseado em seu próprio histórico.

A compreensão sobre os estigmas de violência apresentados no local também puderam ser reavaliados devido a metodologia de deriva urbana e etnografia de campo, visto que a aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo demonstra a real situação do local, desmistificando narrativas estereotipadas.

O olhar aproximado também permitiu entender os diversos conceitos colocados aqui, como a informalidade. E também, o estar presente no momento em que os fatos acontecem contribui para o melhor entendimento dos contextos que, por vezes, estão distantes do pesquisador. Assim como propiciam o enriquecimento tanto da pesquisa quanto do olhar sensível que se deve ter para com o mundo, preparando os sujeitos para julgamentos mais justos e fiéis à realidade.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- CARVALHO, Bianca Moro et al. **Igarapé Das Mulheres: Negociando Fronteiras**. 2009.
- COSTA, Ana Cynthia Sampaio da. **Igarapé das Mulheres: Uma proposta de reabilitação urbana**. 2015. 153 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amapá, Macapá – AP, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**: organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KAPP, Silke. **Arquitetura como exercício crítico: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia**. Grupo MOM: Belo Horizonte, 2016.
- KAPP, Silke. **Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia**. VIRUS, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/index.php?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 10 Jul. 2018.
- LOBOSCO, Teles. **Práticas urbanas e produção do espaço informal**. Artigo. Geo-Textos, vol. 5, n. 2, 2009.
- MACAPÁ. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como Prática e Experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- RANGEL, Mary. **A representação social no enfrentamento do estigma e da exclusão**. In A Pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais / Mary Rangel. -- Aparecida, SP: Ideias & Letras. São Paulo. 2004.
- TAKIYAMA, Luís Roberto. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012.

A AÇÃO PÚBLICA E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS OCUPAÇÕES INFORMAIS EM MACAPÁ-AP

Jacy Soares Corrêa Neto¹

Katrícia Milena Almeida Corrêa²

Kelvin Almeida Sacramento³

RESUMO

A ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis é um fenômeno crescente nas cidades brasileiras. Nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender de que maneira a desarticulação entre o planejamento e a gestão pública interfere na produção de vulnerabilidades socioambientais em ocupações urbanas informais na Amazônia. Adotou-se o estudo de caso múltiplo através de três ocupações em palafitas de madeira, localizadas em Macapá (AP), situadas em condições ambientais de orla estuarina do rio Amazonas, várzea e área de “Ressaca” (bacias naturais de acumulação hídrica). Foram identificadas e analisadas as ações urbanas da administração pública nas áreas em estudo. Constatou-se que, as ações incluem desde a provisão de moradia, bem como a coibição de novas ocupações, sem iniciativas para a regularização urbana e redução das vulnerabilidades nos casos investigados. Esses fatores evidenciam a relativa inércia da gestão pública ante a efetivação de políticas urbano-ambientais, que tem efeitos em uma governança fragilizada e se reverte em condições precárias de moradia e degradação ambiental.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioambiental; Cidades informais; Cidades médias; Bioma Amazônia.

ABSTRACT

The occupation of environmentally vulnerable areas is a growing phenomenon in the Brazilian cities. In this context, this research sought to understand how the disarticulation between planning and public management interferes in the production of socio-environmental vulnerabilities in informal urban occupations in the Amazon. The design of a multiple case study was carried out through three occupations on wooden stilts located in Macapá (AP), located in the estuarine waters of the Amazonas, várzea and “Ressaca” (natural basins of water accumulation). The actions of the public administration in the areas under study were identified and analyzed. The actions include from the provision of housing, as well as the restraint of new occupations, without initiatives for urban regularization and reduction of vulnerabilities in the cases investigated. These factors demonstrate the relative inertia of public management in the face of the implementation of urban-environmental policies, which have effects on weak governance and revert to poor housing and environmental degradation.

Keywords: Socio-environmental vulnerability; Informal cities; Medium cities; Amazon biome.

1 Universidade Federal do Amapá. E-mail: neto.scorrea@gmail.com

2 Universidade Federal do Amapá. E-mail: katriciacorrea@yahoo.com.br

3 Universidade de Brasília. E-mail: almeida.kelvin@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A região amazônica é estudada predominantemente em função de sua biodiversidade, o que implica na invisibilidade de problemáticas emergentes, como o processo de urbanização. Contudo, em contraponho ao senso comum, considera-se que a Amazônia não é homogênea ou um “vazio demográfico”, mas o que Becker (2013) denomina como “floresta urbanizada”, dada a intensificação da urbanização partir dos anos 60, impulsionada pela intervenção estatal e industrialização tardia.

Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender de que maneira a desarticulação entre o planejamento e a gestão pública interfere na produção de vulnerabilidades socioambientais em áreas urbanas de ocupação informal na Amazônia brasileira. Para tanto, adotou-se o estudo de caso múltiplo através de três ocupações em palafitas de madeira localizadas em Macapá (AP), situadas em condições ambientais de orla estuarina do rio Amazonas, várzea e área de “Ressaca” (áreas úmidas).

A coleta de dados, por seu turno, pautou-se: na pesquisa bibliográfica – sobre planejamento, gestão urbana e vulnerabilidade socioambiental no contexto urbano; – e na pesquisa documental (ações governamentais e peças jornalísticas sobre as áreas estudadas); além de técnicas de geoprocessamento por meio de imagens orbitais para analisar a evolução das ocupações informais nas áreas em estudo.

A pesquisa está dividida em três seções principais: a primeira aborda conceitos de planejamento e gestão urbana e seus desafios; a segunda enfatiza noções de vulnerabilidade nas dimensões social e ambiental e; por fim, na terceira seção são apresentadas as áreas investigadas, considerando sua inserção regional e condições diversas de situação ambiental das ocupações informais do estudo.

2 OS DESAFIOS DA AÇÃO PÚBLICA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

Em uma abordagem conceitual sobre os termos gestão e planejamento, Souza (2002) alerta que estes não devem ser tomados como semelhantes e intercambiáveis, já que possuem marcos temporais e objetivos variados. Do contrário, devem ser considerados como distintos e complementares devido às atividades inerentes a cada campo. Assim, a distinção entre os termos se torna clara, pois:

[...] planejar sempre remete ao futuro: significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou [...] tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor prevenir-se contra possíveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002, p. 46).

De outro modo, a “[...] gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis, tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2002, p. 46). Dessa forma, o planejamento representa a ponte até a gestão esperada, no intuito de minimizar problemas ou encontrar alternativas para contorná-los. A gestão, por seu turno, visa administrar os recursos e consolidar

os objetivos traçados nas etapas do planejamento.

Carlos (2007) discute sobre os desafios de gestão urbana no contexto pós-moderno e pondera que a realidade urbana está fortemente vinculada a processos de transformação, impostos pelas racionalidades dos agentes reguladores do espaço urbano produzindo mudanças significativas e rápidas na morfologia das cidades, bem como nos vínculos entre os habitantes e seus locais de moradia.

Saboya (2013), por sua vez, discute sobre a precariedade do planejamento aqui adotado, que vai da ausência de reflexões teóricas condizentes às problemáticas das cidades brasileiras, percorrendo pelas deficiências na aplicação das leis urbanísticas, até a baixa operacionalização dos planos e programas. Soma-se ainda, a má condução dos processos participativos por parte dos profissionais envolvidos, principalmente após a obrigatoriedade de participação a partir da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade.

Ademais, a rapidez e a magnitude das problemáticas colocam o planejamento e a gestão urbana em descompasso, resultando em ações que não refletem as soluções mais adequadas à realidade brasileira. Como resultado, há uma gama de desafios na regulação do espaço, que inclui: o déficit habitacional crescente, a forte influência da especulação imobiliária, a ausência ou precariedade de serviços urbanos, os desastres naturais, dentre outros.

Desse modo, é imprescindível compreender que os processos de planejamento e gestão devem ser tomados em conjunto, como instrumentos balizadores de políticas públicas. O planejamento deve ser flexível e holístico e não apenas prever cenários racionalistas, ao passo que a gestão deve buscar ferramentas adequadas à aplicação das diretrizes oriundas de um bom planejamento.

3 PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM CIDADES

Nas últimas décadas, a vulnerabilidade passou a ser estudada por diversas áreas do conhecimento. Das ciências naturais às humanas, tornaram-se cada vez mais presentes trabalhos acerca do tema. Dada esta multidisciplinaridade encontrada na temática, sua conceituação é igualmente diversificada.

Em termos gerais, a vulnerabilidade é compreendida como a suscetibilidade, por parte do ser humano, a sofrer determinado dano. Envolvendo assim, um conjunto de fatores que podem aumentar ou minimizar os perigos aos quais indivíduos – ou grupos – estão expostos (VEYRET, 2013), dependendo do contexto no qual estão inseridos.

A vulnerabilidade ambiental corresponde ao grau de sensibilidade natural de um ambiente ou a um impacto provocado pelo uso antrópico deste (TAGLIANI, 2003) podendo, neste último caso, ser compreendida como fruto da relação sociedade-natureza, construída ao longo da história ambiental urbana de determinado espaço. Neste sentido, os usos e apropriações do meio natural, por parte do homem, influenciarão a suscetibilidade do ambiente a agravos ambientais.

No campo das ciências sociais, o conceito de vulnerabilidade é amplamente utilizado e corresponde, segundo Marandola Jr. e Hogan (2015), a uma situação em que os recursos e habilidades de um grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Tais oportunidades compõem uma maneira de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de alguns indivíduos.

Numa perspectiva integradora das dimensões social e ambiental, a vulnerabilidade socioambiental tornou-se foco de diversas pesquisas que objetivaram estudar os espaços vulneráveis em um viés urbano-ambiental. Deschamps (2015), por seu turno, destaca que a vulnerabilidade socioambiental é caracterizada pela simultaneidade das vulnerabilidades social e ambiental em um mesmo espaço ou grupo social comum.

Contudo, cabe destacar que compreender as vulnerabilidades socioambientais nos espaços urbanos é um trabalho complexo, uma vez que elas se encontram territorializadas (VEYRET, 2013), e isto torna-se determinante para compreender que cada território possui características próprias que identificam sua vulnerabilidade e a forma como os indivíduos vulneráveis respondem aos danos que podem sofrer.

4 DESARTICULAÇÕES DA AÇÃO PÚBLICA URBANA EM MACAPÁ-AP

A Amazônia rotineiramente é veiculada como floresta amazônica, bacia amazônica, Amazônia Legal, mas não há, de fato, um consenso em sua definição. Dessa maneira, nesta pesquisa, utiliza-se da noção de Amazônia enquanto bioma de floresta tropical úmida.

O bioma Amazônia é uma regionalização elaborada pelo Instituto de Geografia e Estatística que agrupa ecossistemas semelhantes: aspectos climáticos, fisionomia da vegetação, altitude, hidrografia etc. (IBGE, 2004). Assim, esse bioma apresenta algumas características, como: clima equatorial quente e úmido; alta pluviosidade; florestas ombrófilas densas, altas e verdes; planícies e planaltos de sedimentos andinos, e; hidrografia diversificada: igarapés, rios, várzeas e igapós.

A associação entre esses atributos biofísicos e a urbanização pode fornecer caminhos para refletir acerca dos desafios do planejamento e gestão urbana, uma vez que grande maioria das cidades amazônicas estão associadas e condicionadas aos atributos mencionados, em especial, por restrições impostas pela hidrografia.

A seguir, são apresentados três casos-referência localizados em Macapá, capital do Amapá, cidade de porte médio integrante da Região Metropolitana de Macapá e Santana. As ocupações investigadas são estruturadas em palafitas de madeira, situadas em condições ambientais de orla estuarina do rio Amazonas, várzea e área de “Ressaca”. As áreas são localizadas nos bairros Araxá, Perpétuo Socorro e Canal do Jandiá, como apresentado na figura 1.

Figura 1 – Localização das áreas em estudo em Macapá-AP.



Fonte: elaboração dos autores (2019). Base cartográfica: Google Earth (2019).

4.1 A ocupação informal na orla do Aturiá

O bairro Araxá surgiu da expansão urbana não planejada ocorrida em Macapá após a transformação do Amapá em Território Federal. O bairro, próximo à área central, não possuía infraestrutura básica e sua população era formada principalmente por ribeirinhos, que viviam do comércio de pescado e da caça (SANTOS, 2010).

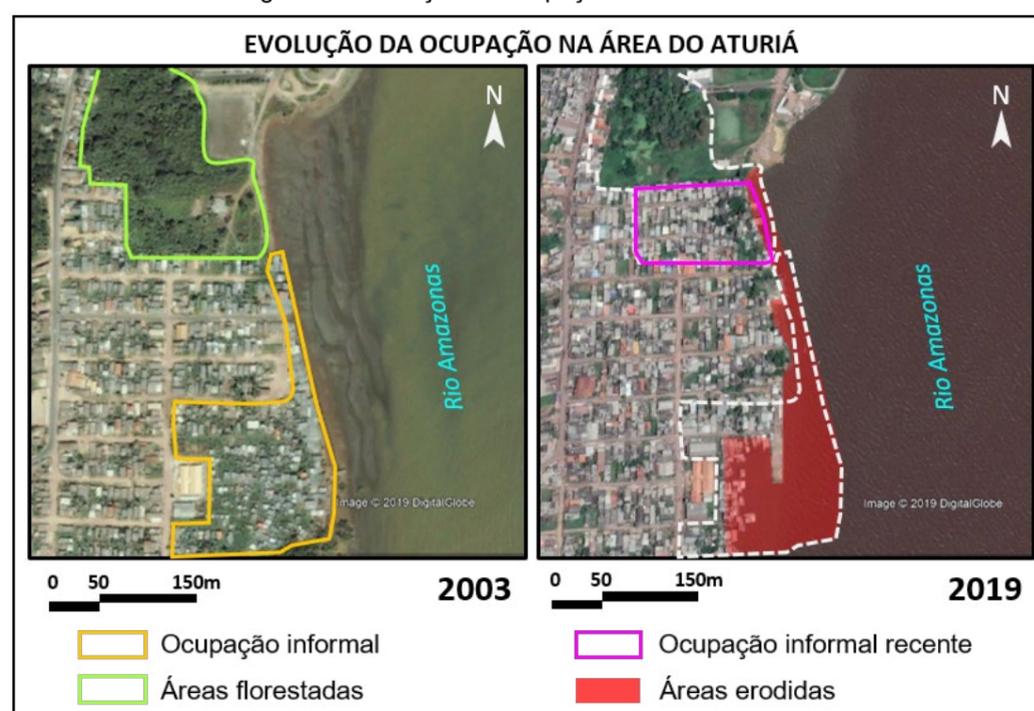
No início da década de 1990, a orla do bairro era utilizada para fins de lazer, ficando conhecida como “Praia do Aturiá”. No entanto, no espaço não havia infraestrutura de apoio àquelas atividades, exceto a presença de pequenos bares. Adiante, a área do Aturiá foi deixando de ser frequentada para o lazer, e moradias foram gradativamente construídas, consolidando a ocupação informal.

Nesse contexto, da ocupação informal, a área do Aturiá apresenta restrições ambientais que impossibilitam a fixação de assentamentos urbanos devido às mudanças climáticas, como processos erosivos litorâneos. Desse modo, a produção de vulnerabilidades socioambientais no Aturiá resulta de um processo intensificado nos anos 2000. A figura 2 apresenta que, em 2003, ocorreu a consolidação da ocupação de cerca de 4 hectares às margens do rio Amazonas.

Contudo, ao se analisar o período recente de 2019, observa-se que grande parcela da área foi suprimida devido à erosão. Aproximadamente 3,4 hectares da ocupação foram erodidos, ao passo que um novo assentamento de 2 hectares se consolidou, onde parte dele se situa às margens do Amazonas.

Segundo a Defesa Civil do Amapá, esses problemas começaram a ser mais notáveis em 2008, quando um trapiche de concreto armado em construção ruiu por conta da força das marés. O objetivo da obra era incentivar a utilização da área novamente como espaço de balneário e lazer.

Figura 2 – Evolução da ocupação na área do Aturiá.



Fonte: elaboração dos autores (2019). Base cartográfica: Google Earth (2003, 2019).

4.2 A ocupação informal na Baixada Perpétuo Socorro

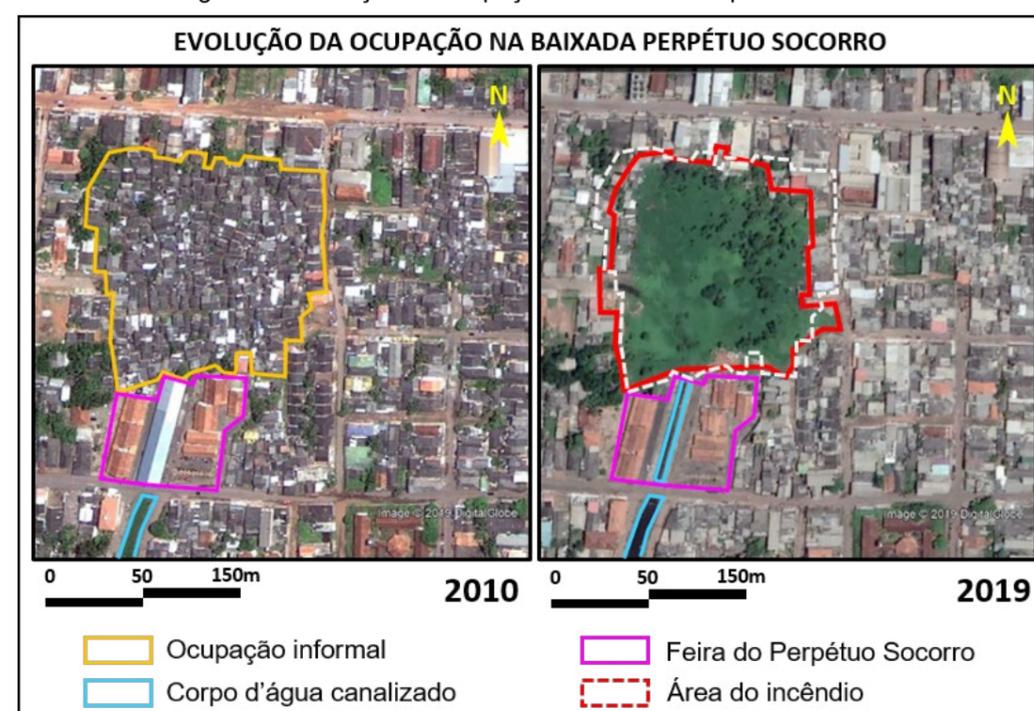
A Baixada do Perpétuo Socorro está localizada em bairro homônimo, na zona central de Macapá. O termo “baixada” é um vocábulo regional utilizado para caracterizar assentamentos informais, geralmente, precários e estruturados em sobre corpos d’água, margens de igarapés ou bacias de acumulação hídrica.

A ocupação da área em questão remonta o surgimento do bairro Perpétuo Socorro, formado pela expansão de uma área chamada Igarapé das Mulheres, nos anos 1950, na orla do rio Amazonas, utilizada para lavagem de roupas. Por estar em área de várzea, a ocupação era estruturada em pontes de madeira e em palafitas, habitadas em maioria pela população das ilhas do Marajó-PA (COSTA, 2015).

Com a expansão do bairro e a concentração das moradias aos arredores da igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma vasta área alagada foi aterrada, da qual citamos a Baixada Perpétuo, que é uma extensão do Igarapé das Mulheres, ligado diretamente ao rio Amazonas (COSTA, 2015).

A figura 3 exhibe a configuração da ocupação, que tinha cerca de 2ha e se estabeleceu até o ano de 2013, quando ocorreu um incêndio acidental que a destruiu quase por completo. A Baixada Perpétuo Socorro se localizava às proximidades de centralidades comerciais, escolas e uma feira de bairro.

Figura 3 – Evolução da ocupação na Baixada Perpétuo Socorro.



Fonte: elaboração dos autores (2019). Base cartográfica: Google Earth (2010, 2019).

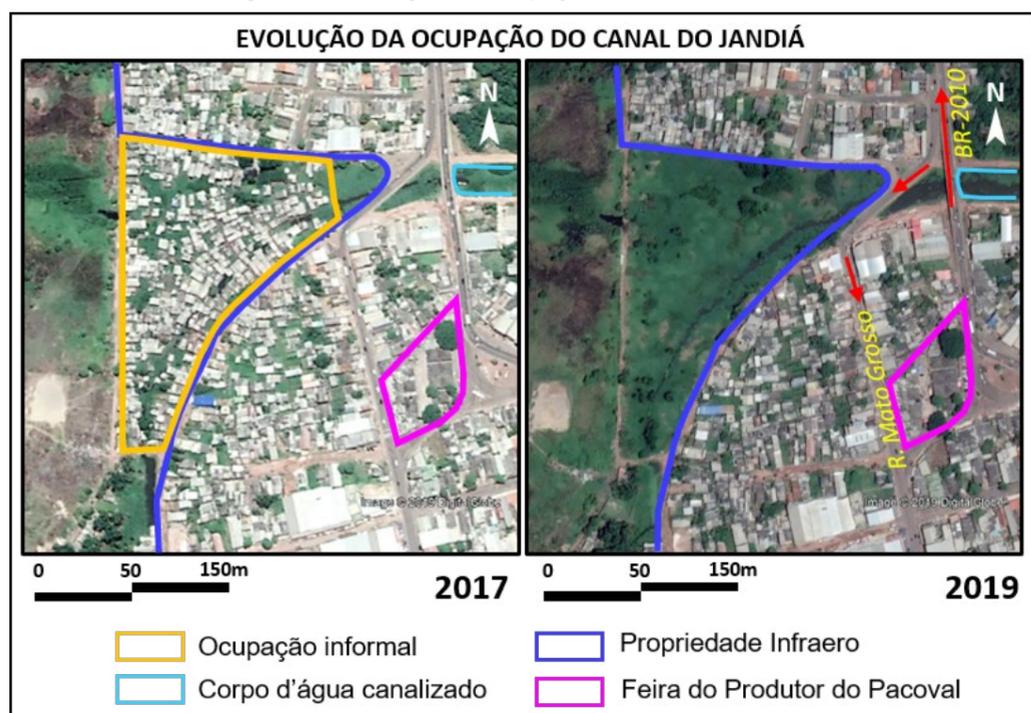
4.3 A ocupação informal Canal do Jandiá

A ocupação informal Canal do Jandiá se localizava no bairro Pacoval e bairro São Lázaro, limítrofes das zonas Central e Norte de Macapá. Situava-se no encontro de duas áreas ambientalmente vulneráveis: o canal, que desagua no rio Amazonas, e uma área de Ressaca. A área da ocupação pertence à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), uma empresa pública federal.

O início da ocupação se deu em 2003, a partir da construção de moradias isoladas nas bordas do polígono da área. Por sua vez, em 2009, ocorreram as primeiras ocupações no interior do assentamento em áreas de inundação sazonal. Por conseguinte, em 2010, as moradias começaram a ser estabelecidas em zonas alagadas.

Já em 2013, observou-se um abrupto crescimento da ocupação, alcançando cerca 4 ha., devido a área encontrar-se às proximidades de pontos comerciais, com acesso direto pelo Canal do Jandiá, bem como a postos de trabalhos informais, como a Feira do Produtor do Pacoval. Para tanto, a figura 4 apresenta a implantação da ocupação que continuou até 2017, quando foi desapropriada por reintegração de posse, movida pela Infraero com tutela da Justiça Federal e Estado do Amapá, pelo fato da área integrar a faixa de segurança do aeroporto de Macapá.

Figura 4 – Evolução da ocupação no Canal do Jandiá.



Fonte: elaboração dos autores (2019). Base cartográfica: Google Earth (2017, 2019).

4.4 A Ação Pública e a Produção de Vulnerabilidades Socioambientais

Na área do Araxá incidem diversas problemáticas que agravam a dinâmica urbana do local. Uma das quais tratamos nesta análise, trata-se da influência climática e hidrológica do rio Amazonas, uma vez que no período das cheias e chuvas intensas (meses de março a abril), a orla do bairro (Aturiá) é classificada como área de risco pela Defesa Civil, resultado da elevação do nível do rio Amazonas.

Consequentemente, surgem alagamentos que afetam diretamente as moradias, do tipo palafita e edificadas às margens do rio, que são invadidas pelas águas, apresentando risco iminente a desmoronamentos. Além disso, as passarelas em madeira, que dão acesso às moradias, ficam submersas durante a influência da maré.

Outro fator que corrobora para o agravamento das condições no local é o processo erosivo (figura 5), pois a força da maré causa a erosão de aproximadamente 40 cm de terra ao mês, podendo alcançar 4,8 m ao ano, segundo estudos do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA).

A pesquisa do IEPA constatou, no trecho da orla do Araxá, que os processos erosivos vêm ocorrendo desde 2008, destruindo centenas de casas (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2017). O fato representa um dos resultados das ocupações desordenadas na área causando a perda dos imóveis, do valor imobiliário e prejuízos socioeconômicos em geral.

Figura 5 – a. Processo erosivo na orla do Aturiá; b. Moradias em palafitas no rio Amazonas e construção de contenções em madeira para redução da erosão (ao fundo construção de muro de arrimo).



Fonte: a. Jacy Soares Corrêa Neto (2013); b. Jéssica Alves (2018).

Além disso, Costa e Sacramento (2016) constataram que os moradores destas áreas não são assistidos por serviços de saneamento básico, tendo em vista que mais de 22% dos moradores despejam os dejetos de suas residências diretamente nos corpos hídricos que cortam ou circundam os bairros, e os demais fazem uso de técnicas, dada as condições freáticas do solo na área.

A iluminação pública também é um fator agravante, pois é fornecida de maneira instável, por meio de postes em madeira que, majoritariamente, encontram-se deteriorados por conta da falta de manutenção. Dada essa situação, o número de ligações elétricas obtidas de forma irregular está presente na maioria das residências destas áreas. Nos últimos anos, houve dois incêndios, sendo um deles atribuído ao fornecimento de energia inadequado.

Outro fator é o elevado grau de poluição da orla do rio. Em razão do difícil acesso às passarelas, o sistema adotado foi a implantação de lixeiras nas entradas das áreas, onde os moradores depositam seus resíduos para posterior coleta da empresa responsável. Ainda assim, é possível encontrar considerável quantidade de lixo despejado livremente, comprometendo a conservação desses ambientes.

Em razão destes espaços serem áreas ambientalmente protegidas, percebe-se, desta forma, que as políticas ambientais e urbanas voltadas ao uso e ocupação do solo podem ter muito a informar sobre o tipo de racionalidade utilizada pelo poder público no tratamento das vulnerabilidades sociais e ambientais.

As alternativas encontradas pelo poder público foram a construção de um muro de arrimo na orla e de um conjunto habitacional em outro bairro vizinho. As obras destinadas à construção do muro de arrimo, com extensão de mais de 1 km, foram iniciadas em 2013, visando conter os processos erosivos no local por meio da urbanização da orla com um valor orçado em 13 milhões de reais. Entretanto, pela falta de recursos provenientes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ocorreram várias paralisações da obra em 2015, sendo retomadas apenas em 2017.

Contudo, para o início das obras foi necessário desapropriar algumas moradias na área. Para isso, determinadas famílias tiveram assistência por meio de aluguel social, uma vez que o conjunto habitacional, que contava com 32 prédios destinados a abrigar cerca de 512 famílias, para o qual seriam remanejadas ainda não foi concluído. Outras famílias ainda residem no local com o risco iminente de desabamentos. Devido à morosi-

dade, o caso é conduzido pelo Ministério Público (MACIEL, 2018).

Quanto à área do bairro Perpétuo Socorro, conhecida como Baixada do Japonês, habitavam nesse local cerca de 2 mil moradores. A área era estruturada em palafitas e passarelas de madeira, esta última com aproximadamente 1 m de largura. A ocupação era densa, com a presença de esgoto a céu aberto e baixo acesso aos serviços de infraestrutura urbana (SHEIBE, 2016).

Em 2013, ocorreu um incêndio que destruiu 250 moradias no local (figura 6), alcançando 26 mil metros quadrados próximos à Feira do Produtor do bairro, deixando mais de mil pessoas desalojadas, e cerca de 700 desabrigadas segundo a Defesa Civil do Amapá.

Segundo Santiago (2013), as vítimas do incêndio foram cadastradas pelo governo do Amapá e pela prefeitura de Macapá em ações emergenciais, dado os prejuízos sofridos pelo incidente. Das 655 famílias vítimas do incêndio, algumas foram temporariamente alojadas em escolas e ginásios próximos à área, ao passo que outras receberam casas populares ou o aluguel social em outras áreas.

Figura 6 – a. Incêndio na Baixada Perpétuo Socorro; b. Demarcação feita pelos antigos moradores da Baixada do Perpétuo Socorro após o incêndio.



Fonte: a. Auriney Brito (2013); b. Jéssica Alves (2015).

A destinação das famílias estava a cerca de 10 km do local do incêndio, o conjunto habitacional Macapaba (Zona Norte de Macapá), local afastado da maioria dos serviços urbanos. O fato claramente gerou novos desafios a esses moradores, por conta de um maior dispêndio de tempo, bem como de recursos financeiros para o acesso ao centro da cidade.

Em 2015, cerca de 300 famílias retornaram ao local do incêndio, habitando em locais improvisados (barracos em madeira). Algumas alegavam não receberem aluguel social há mais de cinco meses, bem como não terem sido realocadas em conjuntos habitacionais (ALVES, 2015). As famílias, que retornaram pela segunda vez ao local, alegam que vivem na insegurança de serem despejadas e de não ter onde morar, além de afirmarem sobre a importância de residir próximo à Feira do Produtor, onde vendiam seus produtos e estavam próximas aos serviços urbanos do bairro Perpétuo Socorro.

Com relação às ações previstas à resolução do problema, a prefeitura de Macapá chegou a anunciar um projeto urbanístico para a área, porém sem informações técnicas e específicas sobre as possíveis obras. Até o momento da pesquisa, a área ainda se encontra em condições de-

gradadas, sendo lixeira pública, bem como alvo da constante violência urbana.

No que diz respeito à ocupação do Canal do Jandiá, a desapropriação acarretou na demolição de moradias pertencentes a 310 famílias no ano de 2017, sob a justificativa de que a área integra uma zona de segurança do Aeroporto Internacional de Macapá, área da Infraero (figura 7). Assim, a reintegração de posse foi cumprida pela Justiça Federal naquele mesmo ano, deixando apenas a permanência das antigas passarelas no local (TORRINHA, 2017).

Figura 7 – a. Desapropriação de moradias; b. Demolição de passarelas e acessos à área.



Fonte: a. e b. André Silva (2017).

Neste curso, um quantitativo de 144 famílias foi remanejado ao Conjunto Macapaba II, na Zona Norte de Macapá, ao passo que outras 56 famílias receberam aluguel social pela Secretaria de Estado de Mobilização e Inclusão Social (Sims). O restante das famílias possuía entaves de cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida, enquanto outras dispensaram as duas alternativas apresentadas.

Reforça-se que a área não apresentava infraestrutura mínima que dê suporte às condições de habitabilidade, possuindo apenas a distribuição de energia elétrica informal. Contudo, no mesmo ano uma nova ocupação ocorreu de forma pacífica, sendo posteriormente interceptada com a intervenção da Polícia Militar do Amapá. Segundo Torrinha (2017), o local foi reocupado por cerca de 1,5 mil pessoas.

Além da desapropriação, as ações destinadas à resolução dos conflitos na área, por parte do Estado, se fundamentaram na demolição das passarelas, tendo em vista a primeira reocupação, além da construção de barreiras à novas ocupações, através da construção de muretas e o calçamento no entorno da área de tutela federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teóricas resgatadas nesta investigação nos conduziram ao entendimento sobre as contradições nas ações públicas relativas ao planejamento e gestão urbana, tendo em vista que, no caso das ocupações informais analisadas, o planejamento - ou a tentativa dele - surge apenas após a ocorrência de desastres nos locais de moradia, reforçando ainda mais o descompasso entre esses dois elementos, cruciais para a regulação de áreas ambientalmente vulneráveis.

As problemáticas que incidem nas áreas analisadas denotam um

elevado grau de insegurança na moradia aliado à exposição das famílias aos riscos ambientais provocados por mudanças climáticas e acidentes. O Estado, por seu turno, atuou apenas com medidas paliativas deficientes, gerando ainda mais transtornos aos habitantes.

Constatou-se que as ações públicas se basearam na provisão de moradia em conjuntos habitacionais (remanejamento) ou auxílio moradia (desapropriação), sem iniciativas para a regularização urbana. Assim, os fatores evidenciam a relativa inércia na efetivação de políticas urbano-ambientais, refletindo em uma governança fragilizada, bem como em condições precárias de moradia e degradação ambiental.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES, Jéssica. **Famílias vítimas de incêndio voltam a ocupar área da tragédia em Macapá**. Notícia. G1 Amapá. Macapá, 12 dez. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/exPQ4. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labor Edições, 2007.
- COSTA, A. C. S. **Igarapé das Mulheres: uma proposta de reabilitação urbana**. 2015. 153p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.
- COSTA, J. M. SACRAMENTO, K. A. Evolução Urbana e Questões socioambientais: estudo de caso da ocupação das margens do Rio Amazonas no bairro Araxá, Macapá - Amapá, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, nº 56, p. 289-305, 2016.
- DESCHAMPS, M. V. Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos Metrópole - PUCS**, v. 1, p. 191-219, 2015.
- DIÁRIO DO AMAPÁ. **Erosão ameaça 'engolir' casas e prédios na zona leste de Macapá**. Macapá, 29 mai. 2017. Cidades. Disponível em: encurtador.com.br/ejnrA. Acesso em: 05 fev. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas do Brasil: Primeira Aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004
- MACIEL, M. **Aturiá: Prodema cobra remanejamento das famílias que ocupam orla do Aturiá para conjunto habitacional**. Ministério Público do Estado do Amapá. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/esLUX. Acesso em: 05 fev. 2019.
- MARANDOLA JR., E; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-53, 2015.
- SABOYA, R. T. Fundamentos conceituais para uma teoria do planejamento urbano baseada em decisões. **Urbe**, v. 5, n. 2, p. 81-95, jul./dez. 2013.
- SANTIAGO, A. **Incêndio destrói 250 casas e deixa mais de mil desalojados no AP**. Macapá, 24 out. 2013. G1 Amapá. Disponível em: encurtador.com.br/mwJQS. Acesso em: 05 fev. 2019.
- SANTOS, E. C. **A Modernização do Centro Antigo De Macapá (1943/2005): Políticas Públicas desmemoriadas e superficiais**. 2010. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SCHEIBE, R. **Tempos de chorar e de sorrir no espaço da morada: um estudo socioantropológico de mulheres resistentes marcadas pela tragédia em Macapá-AP**. 2016. 382 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002
- TAGLIANI, C. R. A. **Técnica para avaliação da vulnerabilidade de ambientes costeiros utilizando um Sistema Geográfico de Informações**. Anais. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Belo Horizonte, v. único, p. 1657 -1664, 2003.
- TORRINHA, R. Justiça cumpre reintegração de posse em área da Infraero, em Macapá. **G1 AMAPÁ**. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/FRX56. Acesso em: 10 mar. 2019.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.



Patrimônio histórico- cultural

FALA DE ABERTURA DE SESSÃO TEMÁTICA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

José de Vasconcelos Silva¹

A linha temática da sessão aprofundou alguns aspectos relacionados as questões que nortearam a problemática da conservação e preservação do patrimônio histórico cultural da cidade de Macapá na atualidade. O viés que orientou a discussão de todas as palestras e comunicações focou em alguns bens culturais móveis que se caracterizaram como importantes e significativos para a sociedade, seja pelo seu valor estético, histórico, artístico, documental, etc.

Dentro desse enfoque, o tom que aflorou as discursões, seja ligado a cidade em si ou a um bem específico foi do conceito de patrimônio como uma herança, caracterizado por um seletivo número de bens culturais de interesse público, vinculados a fatos ou pessoas memoráveis da história da cidade. No entanto, notou-se na fala de todos que apresentaram as palestras o sentimento constante de preocupação com o estado de conservação e preservação desses importantes bens.

Na palestra do Dr. Fernando Canto, encontrou-se uma análise discursiva que direcionou o olhar para a importância da Fortaleza São José de Macapá enquanto patrimônio edificado ímpar na história da colonização portuguesa nas terras do Cabo Norte. Um monumento militar que nacionalmente representa um ícone enquanto projeto de engenharia de fortificação e defesa no século XVIII na América do Sul.

Nessa linha, Fernando alerta da importância da memória desse bem cultural, seja ele presente nas representações da Arte e das várias mídias que ajudam a esclarecer questões imprescindíveis para o conhecimento da sua permanência e suas transformações. Relatou a relevância do acesso as cartas dos construtores da Fortaleza, que se configurou como um importante documento para o conhecimento da história do lugar. Por essa ótica, destaca que apesar do monumento em si, esta intrinsecamente ligado ao seu caráter físico construído de pedra e cal, ela é um lugar de memórias. Onde em suas muralhas também são

incorporados aspectos relevantes da imaterialidade da cultura presentes na sociedade, sejam em práticas, as representações, expressões, conhecimentos e técnicas e que “juntos” (edificação/material e lugar/imaterial), darão sentidos e um colorido especial a Fortaleza enquanto Patrimônio Cultural.

Já a palestra da profa. Ms. Eloane Cantuária enfatizou a cidade contemporânea enquanto um mosaico, construída em tempos diversos pelas gerações que se sucedem. Por essa razão, lembrou que a cidade é uma herança e que cada geração deve dar sua contribuição e garantir as próximas gerações o direito ao seu patrimônio cultural. E destacou que cidade de hoje é o resultado das técnicas e realizações dos personagens dos vários tempos históricos por que ela passou.

Com base nesse direcionamento, frisou que através da análise dos recentes processos de renovação e transformação urbana na cidade de Macapá, foi encontrado questões pertinentes ligadas a ausência de planejamento e/ou total falta de desconhecimento com as características históricas e culturais que formam o tecido urbano de Macapá. Destacou na sua atuação como pesquisadora no estudo do entendimento de um surto contemporâneo modernizador que põe abaixo a velha cidade e dão lugar a uma “nova arquitetura avassaladora”. Concluiu ressaltando a importância do entendimento e da discussão do papel do Poder Público e da sociedade no processo de transformação e renovação das cidades, onde o primeiro não pode esquecer do compromisso com o dever de cuidar desses legados, e a outra parte de ter a responsabilidade com o reconhecimento e valorização desses bens.

Dando continuidade à sessão temática a Acadêmica Ananda Brito, orientada pela profa. Eloane Cantuária fez uma abordagem sobre a importância da Igreja São José de Macapá, o maior marco religioso do período colonial da cidade. Apresentou a íntima ligação com a memória cultural da cidade, seja esta por sua origem remeter a fundação da Vila de Macapá no século XVIII ou pela associação a importância chegada dos padres italianos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) a partir da década de 1940.

Finalizou a apresentação alertando para a falta de medidas protetoras e de conservação do monumento e do seu entorno, destacou a existências de inúmeros fatores externos que ameaçam a integridade estrutural da Igreja. Finalizou a fala destacando a preocupação com a visibilidade da edificação, onde nos últimos anos com o aumento do gabarito dos prédios e, conseqüentemente o surgimento de vários empreendimentos imobiliários ao seu redor, a Igreja São José começa a ser engolida na paisagem.

Na segunda apresentação, os acadêmicos Jacy Neto e Luana Rocha, orientados pelo prof. Elizeu Corrêa focaram na importância do reconhecimento da linguagem arquitetônica enquanto alternativa para interpretação e reconhecimento das transformações da cidade. O estudo apresentou um levantamento sobre o bairro central de Macapá, identificando por observação direta estruturada, as características formais das linguagens arquitetônicas do estilo Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna presentes nas fachadas dos edifícios residências, comerciais e institucionais.

¹ Graduado em Licenciatura Plena Em Educação Artística pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Artes Visuais pelo PPGAV UFPB/UFPE. Docente do Curso de Artes Visuais da Unifap.

Por fim, a proposta final consistiu na ideia de expor um conjunto de informações que contribuíra para a transmissão e reprodução dessas representações encontradas, aprofundando o reconhecimento de bens imóveis de interesse de cultural na cidade de Macapá.

Já a última comunicação proferida pelos acadêmicos Ana Patrícia Sousa, Daniela Sampaio, Lucas Vinicius Ramos e Mirna Gomes sob orientação da profa. Ms. Dinah Tutyia fez referência ao trabalho do Mestre Construtor Pedro Reinaldo e a Arquitetura dos anos de 1960 em Macapá. O trabalho adentrou num olhar para a cidade através da visibilidade de trazer à tona atores social que não eram reconhecidos, que não possuía uma formação acadêmica específica na área de arquitetura ou engenharia, mas que contribuiu para construção da paisagem urbana da cidade de Macapá.

O estudo direcionou o enfoque para uma habitação no bairro central da cidade, construída pelo Mestre Pedro Reinaldo e que pertenceu ao Oscar e Maria Raimunda Santos, considerada como um dos mais importantes trabalhos. Da mesma forma que os outros trabalhos, este desponta no final para destacar a arquitetura como um artefato, fruto do saber e fazer de uma época e um importante instrumento para o estudo das referências culturais da cidade.

Deste modo, a dinâmica que norteou todas as apresentações teve como fonte principal a preocupação com as transformações urbanas da paisagem arquitetônica de Macapá, tendo como pano de fundo a discussão intimamente ligado a memória da identidade local e do reconhecimento de alguns importantes bens que formam o patrimônio cultural arquitetônica da cidade de Macapá. Estas abordagens culminam para a preocupação com o cuidado com a história da cidade e a preocupação com a preservação e conservação desses importantes patrimônios de Macapá.

SÍNTESE DA PALESTRA

CIDADE E PATRIMÔNIO: UM OLHAR SOBRE MACAPÁ

Eloane Cantuária¹

A cidade, tal qual as pessoas, são formadas por marcas que representam os tempos pelos quais elas viveram. Quanto mais antigas, mais carregam em si trechos de tempos passados, entretanto, nem sempre esse tempos são localizados ou preservados nos núcleos urbanos. Em Macapá o recente processo de renovações e transformações urbanas sem planejamento tem desconsiderado as características históricas e culturais da cidade, resultando em um local com poucas referências culturais conhecidas de sua história, pois a nova cidade para se estabelecer destrói praticamente tudo, como uma tábula rasa, uma folha em branco que nega a existência de uma história anterior.

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. CIAM, 1933.

A cidade de Macapá foi originada de um pequeno destacamento militar que ficava as margens do Rio Amazonas para garantir a posse das Terras do norte da Colônia portuguesa, uma região que foi muito disputada por diversos países europeus, como França, Inglaterra, Holanda e Portugal. Em 1758, o povoado foi transformado em Vila com direito a Plano Urbano, Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, Pelourinho, ruas regulares e planas, casas planejadas e duas grandes praças. No planejamento da Vila também estava idealizada a construção de uma gigantesca Fortaleza às margens do Rio Amazonas, uma das maiores construções militares erguidas na América Latina por Portugal no século XVIII, fazendo parte de um plano maior idealizado pelo Marquês de Pombal para essa região do extremo norte do Brasil.

Como parte integrante do Pará, Macapá era mais uma das cidades periféricas da Província paraense e após a morte de dom José I e a derrocada do Marquês de Pombal, os investimentos e planos para cá tornaram-se escassos e incipientes tanto que passaram-se muitos anos para que a região novamente fosse fruto de novos investimentos e planos nacionais. Essa cidade que nasceu com um cuidado que não era comum a maioria das Vilas do Brasil de outrora, ao longo de sua trajetória não vislumbrou o desenvolvimento ensejado pelo plano do Marquês de Pombal.

Essa região amargou quase 200 anos de isolamento, estagnação e de abandono até que no século XX, com a instalação do Território Federal do Amapá em 1943, quando foi desmembrada do Estado do Pará em uma nova estratégia de defesa das fronteiras nacionais, a localidade novamente passa a contar com benfeitorias e investimentos nacionais (PORTO, 1999).

A implantação do Território Federal representou um novo tempo para o Amapá. A cidade de Macapá cresceu e se expandiu para abrigar a capital do novo Território, diversas construções precisaram ser erguidas para o seu funcionamento, como escolas, residências, hospital, mercado, cinema, hotel, órgãos administrativos, entre outras. Os melhoramentos urbanos implantados no Governo de Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Território Federal, nos anos de 1940 e 1950 também introduziram um novo repertório arquitetônico na cidade de Macapá: a simplicidade da arquitetura existente passou a conviver com as raízes do moderno, representados pelos estilos *Neo colonial* e o *Art Deco*, ainda que esses estilos tenham chegado tardiamente na região. A cidade aos poucos vai crescendo e se expandindo pela vizinhança do antigo centro.

Outro governador que fomentou a expansão da cidade e a construção de edificações públicas foi Ivanhoé Gonçalves Martins, que governou do final dos anos de 1960 ao início dos anos de 1970. Finalmente o governador Anníbal Barcellos, também foi um dos grandes construtores da cidade, mas também foi em sua gestão que boa parte da cidade antiga foi destruída, sua primeira gestão data do final da década de 1970 até meados da década de 1980. Essas alterações implantadas a partir da década de 1940 mudaram profundamente a feição da antiga cidade colonial” (CANTUÁRIA, SILVA E CANTUÁRIA, 2014).

Na atualidade, o Estado do Amapá e a cidade de Macapá vivem um momento delicado quando se refere a políticas públicas de preservação do Patrimônio. **As constantes renovações ocorridas na área do núcleo inicial da cidade não levaram em consideração** o patrimônio edificado na formação da cidade, resultando na completa extirpação da arquitetura de feição colonial e, mais recentemente tem avançado para as construções que caracterizaram a implantação do Território. A falta de instrumentos e de Órgão Municipais e Estaduais de gestão das políticas patrimoniais tem permitido essa constante destruição do patrimônio arquitetônico da cidade. “A renovação urbana apagou uma boa parcela da história de Macapá e continua a destruir até os traços mais recentes edificados em sua paisagem. Os diferentes momentos históricos passados pela cidade não foram preservados, dificultando a identificação das várias transformações vividas pelo lugar” (CANTUÁRIA, SILVA E

PELAES, 2010).

Na última década, a partir das diversas pesquisas empreendidas para identificar, reconhecer e cadastrar o patrimônio local, sobretudo de Macapá, pode-se avaliar o nível de destruição e descaracterização das edificações e compreender que a inexistência de mecanismo efetivos de salvaguarda pelos poderes locais tem permitido a perda vertiginosa do patrimônio local, evidenciando também a ausência de envolvimento social da população na manutenção e preservação desses Bens culturais.

Como consequência das pesquisas relacionadas ao tema, a criação do Grupo de Pesquisas “Memórias Urbanas” possibilitou a atuação em outras frentes relativas ao patrimônio e a memória do lugar, visando sobretudo a integração do tripé ensino-pesquisa-extensão para que as pesquisas empreendidas passem a ser conhecidas pela comunidade acadêmica, poder público e sociedade, para que o tema passe a ser contemplado nas políticas públicas de preservação e promoção do patrimônio local. A partir das pesquisas realizadas e em desenvolvimento, das experiências com a graduação e a extensão universitária **é possível tecer algumas considerações** sobre o assunto:

- As alterações e renovações da área central de Macapá, demonstram que o contemporâneo e o antigo podem conviver em harmonia, ambos representam as formas de fazer e viver de cada período na história do lugar;
- Continua extirpação do passado e da memória ocasiona a ausência do sentimento de pertencimento na sociedade: as velhas gerações se ressentem da perda de seus tão caros lugares de vivência e as novas gerações não se identificam com os resquícios da velha cidade. A descontinuidade histórica vem ocorrendo em função da falta de políticas públicas de reconhecimento, valorização, preservação, gestão e difusão de boa parte do patrimônio local, reduzindo a meia dúzia de Bens Culturais reconhecidos pelos poderes constituídos e conseqüentemente fruto de valorização e cuidado como a Fortaleza de Macapá e o Monumento do Marco Zero;
- O Poder Público que por lei deve ser o guardião dos bens culturais e protetor do patrimônio herdado das gerações anteriores, hoje é um dos maiores destruidores das referências culturais do Estado, em especial por não implementar a política de reconhecimento, salvaguarda e gestão dos bens culturais estaduais e municipais e ainda, como não realizou seus inventários, desconhece diversos de seus Bens de Valor Cultural e por vezes promove o extermínio das edificações com valor cultural, a exemplo do edifício do Grêmio Ruy Barbosa ou da antiga Escola de Música Walquíria Lima.
- As pesquisas, o conhecimento, a difusão e a educação patrimonial são um canal de conscientização e aproximação da sociedade de seu patrimônio.

Diante do exposto, consideramos que apenas um esforço comum

entre a academia, poder público, iniciativa privada e a sociedade permitirá uma reflexão para que ocorra a valorização do passado de Macapá com vistas a se construir uma cidade que respeita, reconhece e valoriza sua história e a memória das diversas gerações que construíram esse local, entendendo que a cidade de hoje é resultante da somatória dos tempos passados, possibilitando ainda a discussão e planejamento de uma cidade do futuro que agrega todos seus tempos em seu interior. Pois compreendemos aqui que o sentido de *Patrimônio Urbano Edificado* refere-se ao legado que nos foi confiado, uma herança cultural construída a várias mãos em períodos distintos que temos a obrigação de cuidar e relegar para as próximas gerações.

Por fim, acredito que o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural urbano permitirá que os vestígios deixados pelos pioneiros construtores da cidade incentivem e incitem a reconstrução e a valorização da memória e da história desses importantes Bens Históricos e Culturais de Macapá que estão em face de extinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTUÁRIA, Eloane; SILVA, José de Vasconcelos; PELAES, Fátima M.A. **O Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá e o Legado do Movimento Moderno**. In Anais do I Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

CANTUÁRIA, Eloane; SILVA, José de Vasconcelos; CANTUÁRIA, Eliane. **Memórias Devastadas: O Recente Processo de Transformação Urbana e a Dilapidação do Patrimônio Arquitetônico Moderno de Macapá-ap**. In Anais do V Seminário DOCOMOMO Norte/Nordeste. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

CIAM, Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Os Territórios Federais e a sua Evolução no Brasil**. REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Março-Nº 15, Vol III, 1999.

A IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E A PERDA DE SUA MEMÓRIA VISUAL

Ananda Brito Bastos¹

Eloane de Jesus Ramos Cantuária²

RESUMO

A Igreja de São José de Macapá é um importante marco histórico-religioso para os macapaenses, estando intimamente ligada à memória cultural da cidade, pois leva o nome do santo padroeiro da cidade, e assim, se tornando também um símbolo para a população de Macapá. O presente trabalho tem por objetivo apresentar a relevância cultural da Igreja de São José de Macapá abordando a ligação entre a construção da igreja e a fundação da Vila Macapá, no século XVIII, e as transformações do seu edifício, a partir dos anos de 1940 com a chegada dos padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME). E, por conseguinte, apresentar o debate sobre como este patrimônio cultural vem ao longo do tempo perdendo espaço e visibilidade no contexto urbano. Assim, chamamos a atenção para o fato da Igreja de São José está constantemente sendo “ameaçada” tanto pela ausência de medidas de conservação apropriadas, como pela anulação da visibilidade da edificação devido aos novos empreendimentos dentro de seu espaço urbano.

Palavras-chaves: Arquitetura religiosa; patrimônio cultural; visualidade; espaço urbano.

ABSTRACT

The São José de Macapá Church is an important historical-religious landmark for the macapaenses, being closely linked to the city's cultural memory, bearing the name of the patron saint of the city, thus becoming a symbol for the population of Macapá. The present work has the purpose of presenting the cultural relevance of the São José de Macapá Church, addressing the connection between the construction of the church and the foundation of the Vila Macapá in the 18th century and the transformations of its building in the 1940s with the arrival of the priests of the Pontifical Institute of Foreign Missions (PIME). And, after, to present the discussion about how this cultural patrimony comes along the time losing space and visibility in the urban context. Thus, we call attention to the fact that the Church of St. Joseph is constantly being “threatened” both by the absence of appropriate conservation measures and by the negation of the visibility of the building due to new developments within its urban space.

Keywords: Religious architecture; cultural heritage; visibility; urban space.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta a relevância cultural da Igreja de São José de Macapá, debatendo a importância da visualidade deste monumento no seu atual contexto urbano. Visto que a edificação vem sendo prejudicada pelo aumento das transformações urbanas em seu entorno. Através de pesquisas bibliográficas e visitas in loco, analisamos a importância da Igreja de São José para a fundação e crescimento da Vila de Macapá, na segunda metade do século XVIII. Também investigamos como sua arquitetura, que é o mais antigo vestígio da colonização portuguesa e presença jesuítica em Macapá, foi modificada para se adequar às novas necessidades e transformações urbanas a partir do final dos anos de 1940. Por fim, discutimos o esvaziamento e ressignificação de parte do seu “conjunto de espaços icônicos” e como isso contribuiu para a invisibilidade da Igreja de São José em meio ao seu atual crescimento urbano de Macapá.

2 A CONSTRUÇÃO DA VILA E DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Com o início da colonização portuguesa, diversas missões religiosas se fizeram presentes na região amazônica, denominada de Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1612. Segundo Cambraia e Lobato (2013) as missões religiosas se instalaram na região como parte da estratégia da Coroa Portuguesa para acelerar o processo de ocupação do território amazônico.

De acordo com Pimentel (2016, p.78-79) a presença sistemática das ordens religiosas no Vale Amazônico começou em 1617, com a chegada de missionários capuchinhos franciscanos, seguidos de outras ordens religiosas. Para este autor, com a criação da Capitania do Cabo Norte em 1637, a região do Amapá também passou ser rota para as ordens religiosas, sobretudo, de franciscanos e jesuítas. A presença dos jesuítas ajudou a consolidar definitivamente a catequização da área, além do reconhecimento do território a partir de desenhos feitos pelos missionários (MORAIS; ROSÁRIO, 1999)

Para Cambraia e Lobato (2013) a colonização portuguesa no Amazonas se divide em três fases: as tentativas iniciais para ocupar o vale amazônico, os esforços para acabar com as pretensões estrangeiras na região e, por fim, a realização das políticas pombalinas voltadas ao processo de desenvolvimento da região. Essas iniciativas tiveram o propósito de transformar as colônias de povoamento já estabelecidas em áreas produtivas para a Coroa Portuguesa.

A origem da Igreja, portanto, deriva do crescimento do povoado de Macapá e a necessidade de uma edificação para realizar as atividades religiosas. Visto que antes mesmo de Macapá se tornar uma vila, o então Governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado alertava a Coroa Portuguesa sobre a importância de se construir uma casa paroquial no povoado. Por causa disso, em 1752 foi construída provisoriamente uma casa maior que as outras e com cobertura de palha, para realização das atividades paroquiais (CAVALCANTI, 1997).

¹ UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. Arquitetura e Urbanismo.

² Docente de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e Doutoranda do PROURB/UFRJ. elocantuarina@gmail.com

A região de Macapá foi planejada para se tornar um “grande centro agrícola e industrial” (CAVALCANTI, 1997, p.41). E, a partir das políticas de incentivo ao crescimento da região, o Governador Mendonça Furtado elevou o povoado a categoria de vila, denominada de Vila de São José de Macapá, em 4 de fevereiro de 1758. De acordo com Camilo (2005), Mendonça Furtado permaneceu na nova vila de Macapá por mais dez dias, para instruir o recém-nomeado comandante das ações prioritárias para a continuidade do projeto urbano de Macapá, dando devida atenção para as obras da igreja.

Segundo Moraes e Rosário (1999) o autor do projeto e responsável pela construção da Igreja de São José de Macapá foi o engenheiro alemão Gaspar João Geraldo de Gronfeld, todavia, há autores que contestam a informação, apontando o engenheiro português Thomas Rodrigues da Costa, como verdadeiro projetista (CAMILO, 2005; BRITO, 2014).

A Igreja foi edificada a partir da mão-de-obra indígena, mas não foi executada conforme o projeto original (Figura 1), que correspondia a “noventa palmos de comprimento, por trinta de largo não cabe nele a maior parte da gente por serem para cima de seiscentas pessoas” (ARAÚJO, 1998 apud BRITO, 2014). Segundo Brito (2014) isso ocorreu devido a Coroa Portuguesa considerar os altos custos e longa duração da obra.

Figura 1 – Comparação entre a fachada frontal projetada (1758) e a executada (19--) da Igreja.

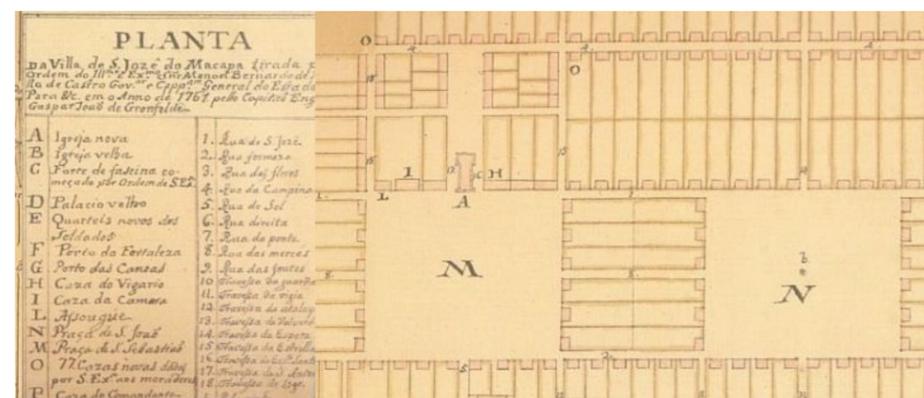


Fonte: SILVA, 2017; BRITO, 2014. Adaptação feita pelos autores, 2019.

A inauguração do edifício ocorreu em 6 de março de 1761, durante a gestão de Manuel Bernardo de Melo e Castro, durante um grande evento sócio religioso, que marcou a união entre os poderes religioso e político. Na ocasião, sua consagração foi feita pelo terceiro bispo do Grão-Pará, Frei Miguel de Bulhões, e teve o padre Miguel Ângelo de Moraes como seu primeiro vigário (CAVALCANTI, 1997; MORAES; ROSÁRIO, 1999).

Em frente à igreja foram construídas duas praças, uma batizada de São Sebastião e outra de São João. Conforme a planta desenhada por Gronfeld, em 1761, as praças mediam cerca de 80 x 70 braçadas (Figura 2), o que demonstrava as dimensões privilegiadas do traçado urbano da Vila de Macapá, o que pode representar “tanto o discurso simbólico espacial ‘da vila do grande rio das Amazonas’, quanto o ideológico, fundamentado no projeto da reforma pombalina para a região amazônica” (ARAÚJO, 1998 apud CAMILO, 2005).

Figura 2 – Localização da Igreja de São José (A) dentro do traçado da Vila de Macapá (1761)



Fonte: BRITO, 2014. Adaptação feita pelos autores, 2019.

Segundo Brito (2014, p.26) “a igreja foi projetada, aparentemente, sem uma real preocupação na sua execução”, pois foram construídos apenas a nave central e uma torre sineira, utilização da taipa como material construtivo. Apesar das alterações feitas no projeto, a igreja construída em meados do século XVIII ainda era um exemplar da arquitetura trazida pelos missionários jesuítas, no início da colonização do Brasil (MORAIS; ROSÁRIO, 1999).

for the population of Macapá..car ou seu canteiro para rito a m 1990, através m da d

3 O MANEIRISMO PORTUGUÊS PRESENTE NA IGREJA

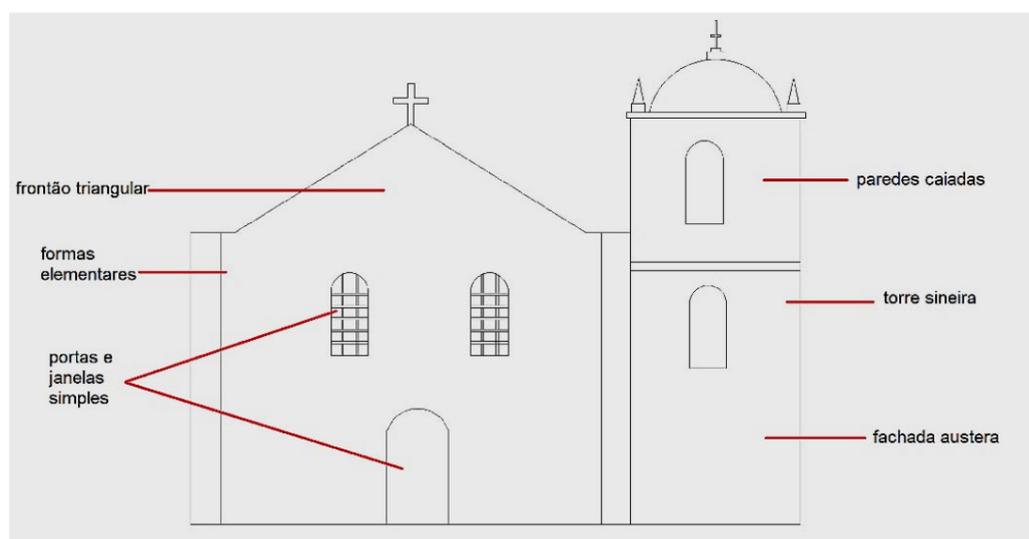
Para Lúcio Costa (2003, p.129), no caso do Brasil, o “estilo jesuítico” pode ser conceituado como “as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da Contra-Reforma”. Todavia, como explica Bury (2006), o estilo arquitetônico conhecido no Brasil como “estilo jesuítico” não se limitava as edificações feitas pelos missionários da Companhia de Jesus, pois as construções de igrejas nesse estilo continuaram mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759.

Segundo Costa (2003) os jesuítas não tiveram na arquitetura “um estilo” propriamente dito, apresentando formas diversas que variavam de acordo com as situações históricas, as evoluções culturais e as condições da sociedade. De modo geral, o estilo geralmente usado pelos missionários jesuítas era remanescente da arquitetura europeia renascentista, ocorrido na segunda metade do século XVI, podendo ser denominado na arquitetura como Contra-reforma ou maneirista (BURY, 2006).

Conforme Alcântara (2011, p.6), em Portugal a denominação dada para tardo-renascimento ou maneirismo português era o “estilo chão”. A expressão foi proposta pelo teórico norte-americano George Kubler para designar uma série de edifícios portugueses, em sua maioria igrejas e conventos construídos entre o segundo quarto do século XVI e princípios do século XVIII (BURY, 2006). O estilo era caracterizado pela simplicidade e austeridade de seus elementos arquitetônicos (Figura 5), além da localização central das edificações em relação a cidade, as igrejas geralmente eram acompanhadas de uma praça e uma série

de ruas que levavam até ela.

Figura 5 – Elementos “estilo chão” presentes na estrutura original da Igreja



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Segundo Nobrega e Ribeiro (2014, p.13) o interior da edificação era utilizado apenas para as celebrações religiosas, enquanto a área externa frontal se tornou um espaço de encontro para a comunidade local. Porém, como forma de solucionar discordâncias entre as autoridades religiosas e políticas, as praças representaram a divisão do espaço religioso e político de Macapá, onde na “Praça de São Sebastião ficavam a Igreja, a Casa de Câmera e Cadeia e o Açougue. Enquanto na Praça de São João ficou apenas o Pelourinho” (SILVA, 2017, p. 39).

4 SÉCULO XX: AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA E EM MACAPÁ

Até o início do século XX, não há fontes sobre modificações expressivas na arquitetura da igreja. Mas antes mesmo do início do século, existia nos arredores da Igreja “espaço icônico”: a Praça São Sebastião e o Largo dos Inocentes. Como já mencionado, na frente está a Praça São Sebastião, também conhecida como Praça Matriz, devido a sua proximidade com a igreja. Para Silva (2017, p.40) quando se trata de visualidade da Praça, “a bicentenária Igreja Matriz de São José de Macapá se destaca como a principal referência, despontando como o maior ícone do local e sinônimo desse espaço”.

E atrás da Igreja, está localizado o Largo dos Inocentes, conhecido popularmente como “Formigueiro”. Citando Silva (2013, p.4), o espaço é “carregado de um valor histórico para a sociedade amapaense [...] e mais ainda o forte sentimento arraigado na memória das pessoas que o mesmo tenha sido um cemitério onde foram sepultados crianças”. Ou seja, ambos os lugares serviam tanto para as atividades da Igreja como para o convívio da comunidade, os tornando em espaços simbólicos na cidade de Macapá.

Em 1903, o francês Francisco Rellier foi o responsável por conduzir as atividades religiosas e executar as primeiras intervenções significativas na Igreja de São José de Macapá (REIS; CARVALHO, 2018; MONTORIL, 2012). Com base em Montoril (2012) as modificações foram relatadas pelo Padre Júlio Maria Lombard, após sua chegada à

Macapá em 1913, quando se juntou aos Missionários da Sagrada Família que atuavam na região.

Na nossa frente, do lado oposto da praça, ergue-se solene, quase majestosa, uma grande igreja de pedra. Destaca-se no meio de tudo que a cerca. De construção regular, coberta de telhas francesas, com uma torre ao lado, como todas as igrejas brasileiras, tem um tríplice pórtico, encimado de três belas janelas com vidro. [...] E de fato, é uma das mais belas que encontrei, até agora, nesta terra brasileira. É simples e muito e muito simples mesmo e, por conseguinte, sem pormenores arquitetônicos; mas esta simplicidade lhe comunica algo de majestoso, quase misterioso (Pe. LOMBAERD, 1913 apud MONTORIL, 2012).

Para Silva (2013), na década de 1920, Macapá ainda era um lugar carente de infraestrutura. Todavia, tanto a Igreja de São José como a cidade de Macapá passariam por grandes transformações a partir do final dos anos de 1940, devido a dois eventos históricos: o desmembramento do Estado do Pará e criação do Território Federal do Amapá, em 1943; e a vinda dos sacerdotes do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras – PIME para Macapá, em 1948 (NOBREGA; RODRIGUES, 2014; MARINO, 2015).

As principais metas do primeiro Governador do Território, January Gentil Nunes, eram sanear, povoar e educar e tinham como objetivo “tornar o Amapá uma região produtiva e ter sua autonomia sem influência estrangeira” (MARINO, 2015, p.51). Nesse contexto, a administração do PIME teve uma participação decisiva para a edificação da cidade de Macapá, incentivando a construção de diversas igrejas, escolas, espaços de lazer e de assistência social (REIS; CARVALHO, 2018).

De acordo com Reis e Carvalho (2018, p.221) o trabalho de evangelização dos sacerdotes incluía “a construção de vários meios para massificar a presença da igreja na área”, com o objetivo de catequizar a população e estabelecer bases para a criação da Diocese de Macapá. Assim, ainda no primeiro ano de administração, os sacerdotes do PIME conseguiram, através de ordem papal, criar a Prelazia de Macapá (MARINO, 2015; REIS; CARVALHO, 2018).

A nova prelazia possibilitou maior autonomia nas práticas do PIME, o que deu início ao processo de construção de espaços para evangelização. “Entre as obras incluem-se as reformas da Casa Episcopal, em 1949, e a construção do prédio da Prelazia, entre 1950 e 1960”, cujo o encarregado era o padre italiano Mário Limonta (MARINO, 2015, p.60; MONTORIL, 2012).

Foram construídas nas proximidades da Igreja de São José uma série de edificações, como: o Cine João XXIII, o prédio da Prelazia, o Pensionato e a Escola Paroquial de São José. Observamos que juntamente com a Praça Matriz, e o Largo dos Inocentes, essas edificações formavam ao redor da Igreja de São José, o que denominamos de “conjunto de espaços icônicos”, que faziam parte da história e memória da população macapaense. “Esses espaços de sociabilidade garantiam com mais facilidade a evangelização, principalmente da juventude, que os frequentavam constantemente” (REIS; CARVALHO, 2013, p.224).

Com base em Nilson Montoril (2018), as principais interven-

ções na Igreja de São José foram no batistério, na adição da sala de reuniões à planta da igreja, a pintura dentro e fora do edifício e a inserção de novos elementos no frontispício. Essas modificações estabeleceram a forma da Igreja de São José como conhecemos atualmente (Figura 6).

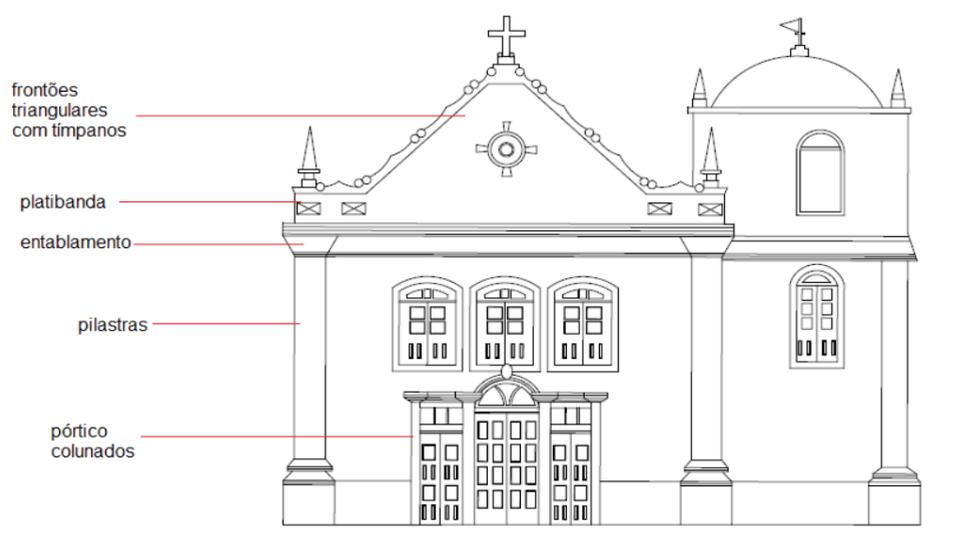
Figura 6 – Fachada frontal da Igreja de São José (1949)



Fonte: MONTORIL, 2012.

Sendo que os novos elementos da fachada frontal aludem as características da arquitetura neoclássica (Figura 7). Essas alterações possivelmente tinham o propósito de atualizar a estética e a estrutura da igreja seguindo tardiamente o estilo eclético da arquitetura brasileira, a qual tem por base a o “abandono do colonial verdadeiro” e a criação de uma nova linguagem, a partir da mistura de estilos arquitetônicos anteriores (FABRIS, 1993).

Figura 7 – Elementos neoclássicos adicionados na intervenção do PIME



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Podemos supor que a maior intervenção desde a reforma feita pelo PIME, tenha sido a instalação de aparelhamentos para melhorar o uso interno da igreja, tais como equipamentos de som, ventiladores e lâmpadas elétricas, além da instalação de uma pia no ambiente da sacristia. Em visita in loco durante a reforma mais recente (2016), notamos o cuidado em relação à pintura interna e externa e à cobertura.

Apesar de existirem relatórios e levantamentos feitos por profissionais e técnicos pela Superintendência do Instituto do Patrimônio

Histórico Artístico Nacional no Amapá – IPHAN/AP, é muito perceptível a falta de intervenções mais especiais na estrutura da igreja. Pois a maioria das intervenções atuais na Igreja de São José de Macapá possuem apenas o caráter estético e, somente em casos especiais, ocorre a manutenção da edificação.

5 O CONFLITO ENTRE A IGREJA E A MACAPÁ NA ATUALIDADE

Como já mencionado a origem da Igreja de São José está ligada a história da formação de Macapá e, deste modo, a cidade foi crescendo ao redor da Igreja ao longo dos séculos. Durante todo o período colonial a Igreja se destacava das demais por ser uma das edificações mais altas do espaço urbano e por sua função religiosa. Segundo Silva (2017, p.41) ao lado da Fortaleza de São José, a exaltação da Igreja Matriz e seu espaço “majestoso no entorno da Praça Veiga Cabral” fazem parte do imaginário da população macapaense, inclusive sendo encontrado praticamente na maioria dos trabalhos vários artistas locais.

Por se tratar do mais antigo templo católico da capital amapaense, a Igreja de São José de Macapá sempre teve função sacra. Contudo, está já teve diferentes posições na hierarquia sacra. Durante a maior parte de sua trajetória foi escolhida como Igreja Matriz, devido sua importância histórica, posteriormente, em 1980, eleita como Diocese de Macapá.

Entretanto, devido ao crescente número de fiéis, em 1996, foi iniciada a construção de uma nova estrutura para a diocese, nas adjacências da Igreja Matriz. Para a execução das obras houve a contribuição financeira do Governo do Estado, de empresas e fiéis. Segundo Castelo (2011) a inauguração da Catedral de São José (Figura 8) em 2006, reuniu cerca de três mil pessoas. E por consequência, a Igreja Matriz que antes desempenha a papel de diocese, voltou a ter apenas a função de igreja.

Figura 8 – Catedral de São José de Macapá.



Fonte: Ugor Feio/G1, 2019.

Todavia, podemos sugerir que a “invisibilidade” da Igreja de São José no contexto urbano de Macapá, começou nas décadas seguintes, com a divisão da Praça Matriz, agora conhecida como Praça Veiga Cabral, o que “foi bastante danosa para a visualidade do projeto original das duas grandes praças coloniais amapaenses”. E a construção do Teatro das Bacabeiras durante a década de 1980, impondo “uma

transformação ainda mais abrupta e radical do que o seccionamento das praças” (SILVA, 2017, p.45-46).

Até o início daquela década, as pessoas e automóveis utilizavam as passagens nas laterais da igreja como rota para demais lugares da cidade. E para evitar danos a estrutura da igreja, o poder público autorizou o fechamento da Passagem Espírito Santo (à esquerda) e, por causa da construção da Biblioteca Elcy Rodrigues Lacerda (à direita da igreja), a largura da Passagem Santo Antônio foi drasticamente reduzida (MONTORIL, 2012).

A partir disso, observamos o inevitável crescimento urbano e consequente aumento do gabarito das edificações da cidade. Embora as edificações mais próximas da igreja sejam de até quatro andares, já é possível observar construções de mais pavimentos dentro de seu perímetro da igreja (Figura 9). Além disso, ainda hoje a Rua São José é uma importante via de acesso para quem transita na cidade, o que significa a existência de fluxo constante de automóveis em frente à igreja, que ainda podem danificar a estrutura bem como causa desconforto no interior da Igreja Matriz, mesmo que ocorra limitação no limite de velocidade para os veículos que transitam em frente ao prédio.

Figura 9 – A Igreja de São José e seu entorno (2019)



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A Igreja de São José é mencionada no Plano Diretor de Macapá (PMM, 2004), como um dos bens que integram o patrimônio cultural e paisagístico do Município de Macapá. Citando Nobrega e Ribeiro (2014, p.17) e Silva (2017) a Igreja de São José de Macapá e seus arredores são importantes espaços para a memória e imaginário da população local.

Pelo fato de ser um lugar tão simbólico para cultura amapaense, os espaços da Igreja e seus arredores são utilizados para a celebração de várias atividades e eventos religiosos e culturais populares, como o Círio de Nazaré, o Marabaixo e o aniversário da cidade de Macapá. Todavia, as abruptas modificações na área de entorno da Igreja também se refletiam nas festividades. Como caso do Arraial de São José (Figura 10).

Figura 10 – Arraial de São José de Macapá



Fonte: Acervo da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Macapá.

Esta festividade foi criada como parte da celebração do dia do Santo Padroeiro de Macapá, o qual acontecia originalmente na Praça Matriz. Porém com a divisão da praça e construção do Teatro das Bacabeiras, o espaço para sua realização se tornou mais restrito, o que consequentemente contribuiu para desaparecimento do arraial. Ficando apenas na memória das pessoas que viveram durante a época que era realizada (SILVA, 2017).

Num primeiro momento eu sempre fui contra.. mesmo eu sendo da área, eu sempre fui contra esse teatro aqui na praça, nesse espaço aqui. Ele ocupa um espaço que deveria ser para outra coisa. Pois hoje não temos local para a tenda de um circo. O teatro tá aí, o prédio está aí.. nem os grupos ensaiam aí. O Teatro não presta... Só está servindo para as companhias que vem de fora, né? E aí acabou a praça. A Praça Veiga Cabral, que era a praça, onde aconteciam os arraiais de São José e Nossa Senhora de Nazaré, mas principalmente o de São José. Era aqui. E aí nesse lado que nós estamos era montadas as barraquinhas. (FILHO, 2017 apud SILVA, 2017, p.84).

Fato que foi agravado pela implementação inadequada do Vila Nova Shopping na estrutura do Pensionato e Escola Paroquial de São José, no início dos anos 2000. Pois observamos que projeto de adaptação da estrutura visou prioritariamente atender aos interesses econômicos, deixando em segundo plano a preservação de patrimônio.

Devido à tendência de verticalização e consequente crescimento das atividades econômicas na área central de Macapá, a Igreja de São José e seu entorno formado por um “conjunto de espaços icônicos” vem sendo esvaziado e/ou descaracterizado. O que por consequência provoca a resignificação de espaços como a Praça Matriz e o Largos dos Inocentes e afetando a visibilidade da Igreja de São José na atual paisagem urbana macapaense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável que a Igreja de São José é um importante símbolo cultural, que revela muito da história do município de Macapá e do Estado da. Amapá. Ainda que a sua arquitetura tenha sido modificada

significativamente ao longo do século passado, a igreja expressa de forma histórica, cultural e social a identidade do povo macapaense. Citando Lúcio Costa (1941):

O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, fruto de dois séculos de trabalho penoso e constante, poderá não ser, a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos monumentos de artes que nos ficaram do passado. É, contudo, uma das mais significativas (COSTA, 1941, p.128).

Embora exista interesse de realizar seu tombamento, baseado na sua importância histórica, cultural e religiosa para a cidade de Macapá, ainda não é legalmente um patrimônio histórico tanto nas esferas Estadual ou Federal. Infelizmente, não há uma gestão de preservação específica, que permita a adequada preservação da Igreja de São José de Macapá. Além disso, ainda se percebe certo descaso com a estrutura da Igreja de Macapá, seja por parte da gestão governamental quanto por alguns cidadãos sem consciência de comprometimento com o patrimônio cultural da cidade.

Sem procedimentos especializados poderá ocorrer perdas significativas do monumento, que necessita de constante manutenção para sua conservação. E com a ausência de legislação e a pressão causada por interesses econômicos, a Igreja começa a ser “sufocada” pelos empreendimentos que surgem em seu entorno, que diminuem a visibilidade da edificação e prejudicam sua estrutura física. Algo lastimável para este que outrora foi uma das mais importantes construções da Vila de Macapá.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Dora Monteiro e Silva. **Fortaleza de São José do Macapá**. Rio de Janeiro: H.J. Cole, 1979. p.13.
- ALCANTARA, Kenia Yariwake. **Arquitetura Colonial e Imperial no Brasil**. Trabalho acadêmico. Disciplina de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo IV. Belém: UFPA, 2011. p.6.
- BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (Mestrado) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (org.). Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.
- CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney. **Rios de Histórias: ensaios de história do Amapá e da Amazônia**. 1 ed., Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.
- CAMILO, Janaína. Homens e pedras no desenho das fronteiras amazônicas (1764/1782). In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 1., 2005, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005. p.1-21.
- CASTELO, Rogério. **A Igreja de São José de Macapá**. Macapá, maio 2011. Disponível em: <http://castelorooger.blogspot.com/2011/05/patrimonios-do-amapa-igreja-de-sao-jose.html>. Acesso em: 17 maio 2019.
- CAVALCANTI, Jarbas A. **Fortaleza de São José**. 2 ed., Macapá: Editora São José, 1997. p.39-42.
- COSTA, Lúcio. Arquitetura dos jesuítas do Brasil. **Revista ARS**. 8 n., v.16, São Paulo, 2010. p. 127-195.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 1, n. 1, 1993, p. 131-143.
- MARINO, Telma Maria F. B. **Memórias do Arquivo da Cúria de São José de Macapá: Inventariando o acervo e a história do PIME no Amapá (1948-1988)**. Monografia (TCC) Especialização em História e Historiografia da Amazônia, Macapá:

UNIFAP, 2015.

MONTORIL, Nilson. **A Igreja Matriz de São José de Macapá**. Macapá, set. 2012. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/articulas/nilson-montoril/o-primeiro-presepio-da-igreja-de-sao-jose/>. Acesso em: 17 maio 2019.

MONTORIL, Nilson. O primeiro presépio da Igreja de São José. **Diário do Amapá**. Macapá, dez. 2018. Disponível em: <http://montorilaraujo.blogspot.com.br/2012/09/aigreja-matriz-de-sao-jose-de-macap.html>. Acesso em: 05 maio 2019.

MORAIS; Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivonete dos Santos. **Amapá: De capitania a território**. Macapá: Valcan, 1999. p.53 -54.

NOBREGA, Rodrigo da; RIBEIRO, Karina N. B. **Levantamento Histórico da Igreja de São José de Macapá**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Macapá, 2014.

PIMENTEL, Walbi Silva. **A Igreja dos Pobres: Resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)**. 1 ed., Curitiba: Editora Prisma, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ - PMM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, de 20 de janeiro de 2004**. Macapá, 2004.

SILVA, Suzana Gomes da. Silêncio sobre o “Largo dos inocentes”: modernização e esquecimento em Macapá. In: Semana de História: O Ensino e a Pesquisa na História do Amapá: Perspectiva e Desafios, 4., 2013, Macapá. **Anais...** Macapá: UNIFAP, 2013.

SILVA, José de Vasconcelos. **Visualidades e Memórias das Praças Veiga Cabral e Barão Do Rio Branco em Macapá-AP**. Dissertação (Mestrado)

Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais, João Pessoa: UFPB/UFPE/CCTA, 2017.

REIS, Marcos V. F.; CARVALHO Joel P. **Construindo a Casa de Deus: O Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras e a Criação da Diocese de Macapá (1948-1980)**. In: O lugar da história e dos historiadores nas Amazônias. Veronica Aparecida Silveira Aguiar (org.). Macapá: UNIFAP, 2018. p. 216 -242.

O RECONHECIMENTO DE LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS NO BAIRRO CENTRAL DE MACAPÁ

Jacy Soares Corrêa Neto¹

Luana Rocha de Souza²

Elizeu Corrêa dos Santos³

RESUMO

O reconhecimento de linguagens arquitetônicas consiste em uma alternativa de interpretação das transformações da arquitetura nas cidades. Nessa conjuntura, esta pesquisa identificou linguagens arquitetônicas no bairro Central da cidade de Macapá. Para tanto, se fundamentou no levantamento de campo, a partir da observação direta estruturada de características formais das linguagens arquitetônicas Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna em fachadas de edifícios. Essa identificação possibilitou o reconhecimento da distribuição do conjunto das linguagens investigadas a partir de um mapeamento das fachadas com potencial arquitetônico-patrimonial. Além disso, foram elaboradas simulações de pictogramas que poderão auxiliar o reconhecimento destes edifícios pela população. Dessa forma, tais levantamentos e proposições podem subsidiar intervenções baseadas na possibilidade de criação de uma rota patrimonial para a consolidação de um centro histórico para Macapá.

Palavras-chaves: linguagem; arquitetura; Art Déco; Tendência Racionalista; Arquitetura Moderna.

ABSTRACT

The recognition of architectural languages consists of an alternative interpretation of the transformations of the architecture in cities. At this juncture, this research identified architectural languages in the central neighborhood of the city of Macapá. For that, it was based on the field survey, based on the direct structured observation of formal characteristics of the Art Deco, Rationalist Tendency and Modern architectural languages in building facades. This identification enabled to recognize the distribution of the set of languages investigated from a mapping of facades with architectural-heritage potential. In addition, simulations of pictograms have been elaborated that may help the recognition of these buildings by the population. Thus, such surveys and propositions can support interventions based on the possibility of creating a heritage route for the consolidation of a historical center for Macapá.

Keywords: language; architecture; Art Deco; Rationalist Tendency; Modern Architecture.

¹ Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Universidade Federal do Amapá. E-mail: neto.scorrea@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Amapá. E-mail: luanarochaap@gmail.com

³ Arquiteto e Urbanista, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Universidade Federal do Amapá. E-mail: elizeuarquiteto@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise do ambiente construído, isto é, da materialidade dos processos socioespaciais ao longo do tempo, auxilia a compreensão de transformações espaciais e formais das cidades. Esse espaço construído pode ser compreendido através das “rugosidades” (SANTOS, 2006), resultantes daquilo “que fica do passado como forma, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2006, p. 92).

Essas manifestações materiais quando reconhecidas no campo da Arquitetura e Urbanismo, podem evidenciar transformações no patrimônio edifício e urbano. Nessa conjuntura, investigações e análises científicas se tornam elementos chaves para a preservação, conservação e conhecimento do patrimônio arquitetônico, além disso, despertam e reforçam a memória social dos habitantes. Igualmente, o mapeamento de linguagens arquitetônicas, consiste num instrumento que auxilia o reconhecimento do valor simbólico e cultural da cidade.

Assim, esta pesquisa parte da indagação de como reconhecer potenciais patrimônios arquitetônicos em centros urbanos? De modo particular, este problema se direciona à cidade de Macapá, uma capital que não possui centro histórico reconhecido.

Parte-se do pressuposto que o bairro Central de Macapá, é uma das áreas de maior ocorrência de patrimônio arquitetônico e urbano, em que diferentes expressões arquitetônicas podem ser percebidas. O bairro consistiu no lócus da gênese da cidade desde a ocupação portuguesa no século XVIII, e é uma das principais centralidades comerciais e institucionais, como também onde existe uma variedade de linguagens arquitetônicas e potenciais patrimônios arquitetônicos e urbanos.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi identificar linguagens arquitetônicas no bairro Central de Macapá. Para tanto, do delineamento adotado foi o de levantamento, tendo como recorte arquitetônico as linguagens Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna. A coleta de dados se baseou na fundamentação da noção de linguagem arquitetônica e das características formais das linguagens supracitadas, além do mapeamento em campo, subsidiado pela observação sistemática e registros fotográficos.

O levantamento foi realizado em 2015 e se fundamentou na identificação por observação direta estruturada das características formais dessas linguagens arquitetônicas, em fachadas de edifícios residenciais, comerciais e institucionais, localizados no perímetro do bairro Central. A adoção do mapeamento pelas características das fachadas, se deu em virtude da dificuldade de dados em planta e do acesso aos ambientes internos dos edifícios estudados.

Assim, inicialmente, a pesquisa apresenta as relações entre linguagem e arquitetura, entendendo ambas como um fenômeno social com suas devidas particularidades, a partir de símbolos e da transformação espacial, respectivamente. Além disso, trata das características formais das linguagens Art Déco, Tendência Racionalista e Arquitetura Moderna.

Em seguida, exibe o mapeamento do conjunto das linguagens investigadas e a análise de sua distribuição pelos trechos estabelecidos. Por fim, na última seção, se apresenta uma proposta à identificação das linguagens arquitetônicas a partir de pictogramas.

2 LINGUAGEM E ARQUITETURA

A linguagem como fenômeno social, se expressa através de contextos, sejam estes políticos, sociais ou históricos, da mesma forma que esta se inter-relaciona com os mesmos, a medida que os seleciona e designa o ambiente de seu próprio reconhecimento (POCOCK, 2003). A relação entre linguagem e arquitetura vem sendo construída ao longo dos tempos, já que a arquitetura é resultado de uma dimensão cronológica e cultural (LEMOS, 2003).

Em se tratando da arquitetura, esta se desenvolveu para atender as necessidades humanas através da transformação do espaço (LEMOS, 2003), contudo, mediante as mudanças das técnicas e paradigmas, ela passa a transmitir uma mensagem, isto é, fundamentada em sistemas de linguagem.

Para Fiorin (1998) a linguagem expressa intencionalidades comunicativas de grupos sociais, isto permite a veiculação de um conjunto de ideais em que as sociedades usam para transmitir e reproduzir suas representações. Nesse sentido, a linguagem se exibe como suporte de representações e possibilita que estas se materializem, tal como ocorre na arquitetura.

2.1 ART DÉCO

Denomina-se de Art Déco ao conjunto de manifestações artísticas que atingiram as artes visuais, a arquitetura e o design, originadas na Europa e que também se difundiram nas Américas, a partir da década de 1920. Tal como sua própria denominação, o Art Déco derivou das artes decorativas, especialmente em função da Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes, realizada em Paris no ano de 1925 (PERALTA, 2005).

Na composição da linguagem Art Déco, a forma arquitetônica obedecia a alguns padrões, dentre os quais destacam-se a repartição da fachada em três partes (base, corpo e coroamento), a ênfase ao acesso principal e a simplificação de elementos clássicos – colunas, óculos, platibandas, etc. (CORREIA, 2010). Soma-se a isso, a contribuição da mídia gráfica na construção de uma identidade moderna, o que possibilitou a criação e inserção de novos elementos inspirados em modelos náuticos e aeronáuticos (SILVEIRA JUNIOR, 2012).

2.2 A TENDÊNCIA RACIONALISTA

Durante meados do século XVIII um dilema abalou as estruturas acerca do classicismo vigente. A arquitetura naquele momento passou a ser orientada por duas análises, uma relacionada à arquitetura como construção e a outra como representação formal (COLQUHOUM, 2004). Esse acontecimento permitiu o desenvolvimento de uma corrente racio-

nalista baseada na lógica das estruturas, especificamente em seus aspectos funcionais.

Para os adeptos do racionalismo estrutural, o classicismo não deveria ser negado, contudo, deveria ser submetido à uma releitura de suas funções, de acordo com o aperfeiçoamento de estudos relacionados com a resistência de novos materiais de construção (FRAMPTON, 2003). Assim, no século XX as transformações na tendência racionalista passaram a ser mais expressivas e eram baseadas em três preceitos: o atomismo lógico, o funcionalismo e formalismo (COLQUHOUM, 2004).

O atomismo lógico aplicado à arquitetura significava que se uma forma de arte ou de arquitetura fosse decomposta, resultaria em um elemento que não pudesse mais ser dividido, dotado de um significado primitivo. Já o funcionalismo se relacionava à restrição da arquitetura a fatores estruturais, econômicos e os relativos às necessidades dos usuários. Enquanto que o formalismo, de modo geral, preconizava regras para a definição de novas composições arquitetônicas, baseadas no desenvolvimento de técnicas recentes de construção (COLQUHOUM, 2004).

Em se tratando das características formais predominantes desta tendência, se relacionam ao emprego de formas geométricas mais puras, inexistência ou em alguns casos a utilização mínima de ornamentos, diminuição da presença de cheios sobre os vazios. Notam-se também a releitura de elementos classicizantes como cornijas e balcões, além do que o uso de linhas retas era mais frequente (ASSOCIAÇÃO PRESERVA SÃO PAULO, 2009).

2.3 ARQUITETURA MODERNA

O movimento moderno foi uma renovação artística que se iniciou no final do século XIX até metade do século XX. Tal movimento está intrinsecamente ligado às novas realidades sociais e tecnológicas resultantes da industrialização. De acordo com Harvey (2008), o modernismo surgiu como uma reação as novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação e de consumo.

A incorporação do moderno na arquitetura consistiu na ruptura de condições históricas preexistentes, com ideais racionalistas, na crença do progresso linear, na padronização do conhecimento e da produção, além do planejamento racional de ordens sociais ideais.

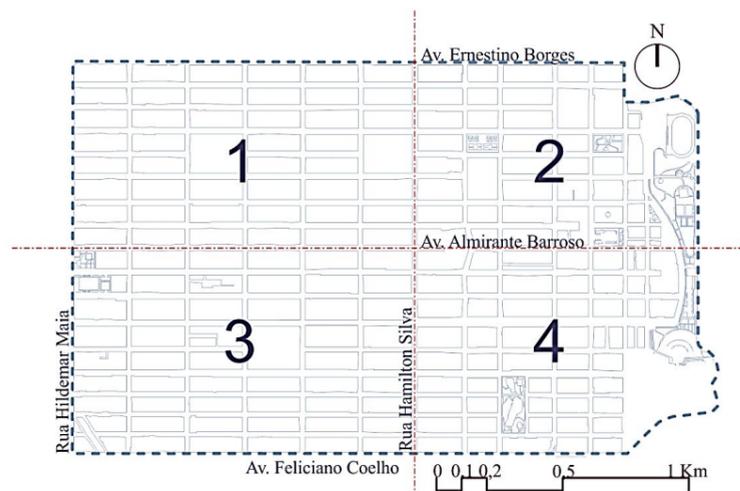
A Arquitetura Moderna não consiste num ideal único, e sim, num conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas, que se adequam a cada lugar. No que diz respeito as formas, havia a tendência de empregar volumes simples e retangulares com a adoção de planta livre. A forma em cubo foi muito utilizada, com o privilégio dos ângulos retos. Outro aspecto relevante consiste na valorização dos materiais empregados e da estrutura, na utilização de concreto armado, ferro, vidro e aço (CURTIS, 2008).

3 O RECONHECIMENTO DAS LINGUAGENS NO BAIRRO CENTRAL DE MACAPÁ

A cidade de Macapá, localizada na Região Norte e na Amazônia Brasileira, é um exemplar de diferentes transformações espaciais, tanto arquitetônicas como urbanísticas. Criada no período colonial, a cidade ainda possui rugosidades expressivas que revelam sua história deste momento, tal como a fortaleza de São José e seu traçado urbano reticulado (ARAÚJO, 1998). No recorte temporal do processo de urbanização brasileiro, esta cidade acompanhou a introdução de novas técnicas e mudanças de linguagens arquitetônicas mundiais, reproduzidas e reformuladas em função de tendências veiculadas por diferentes meios.

No pese ao reconhecimento das linguagens Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna, a área estudada corresponde ao polígono formado pela Avenida Ernestino Borges (figura 1), Rua Beira Rio, Avenida Feliciano Coelho e Rua Hildemar Maia.

Figura 1 – Polígono do Bairro Central e divisão dos trechos da área estudada



Fonte: elaboração dos autores, 2015. Adaptado da base cartográfica do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Macapá (2011)

Com a finalidade de facilitar as análises a área foi dividida em quatro trechos, interceptados por dois eixos que compreendem a Avenida Almirante Barroso e Rua Hamilton Silva. Além disso, as quadras foram numeradas, perfazendo 197 quarteirões. O mapeamento ocorreu segundo o lote ocupado pelas edificações em função de grande parte delas não possuírem contorno definido em base cartográfica.

3.1 O MAPEAMENTO DO CONJUNTO DAS LINGUAGENS

O mapeamento possibilitou o reconhecimento de 287 edifícios a partir de suas fachadas. Dessa forma, 22 fachadas foram enquadradas na linguagem Art Déco, enquanto que 206 integram a racionalista, e 59, a linguagem moderna. Em termos percentuais, a linguagem Art Déco perfaz cerca 8%, já a racionalista compreendeu 72% e a moderna 20%.

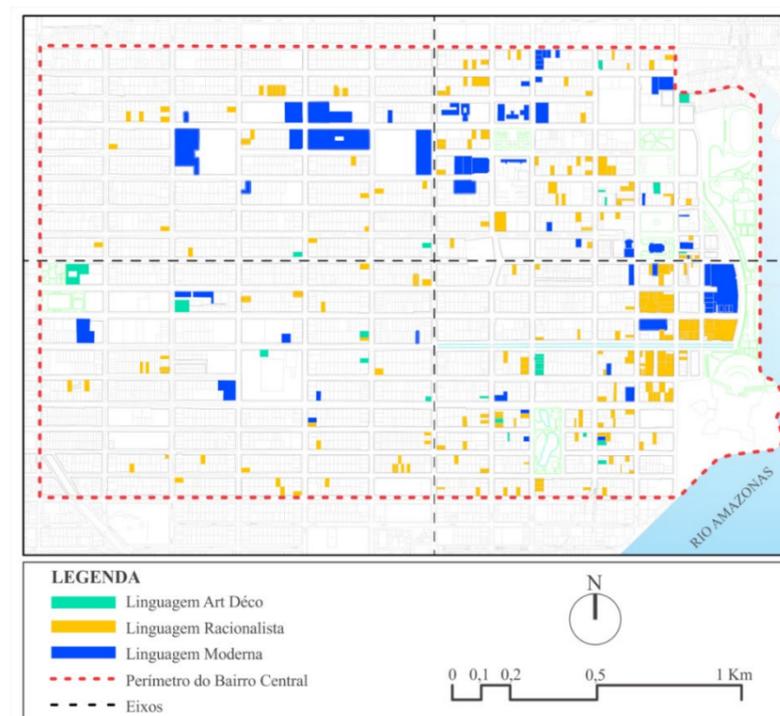
No que concerne à linguagem Art Déco, a figura 2 apresenta que no trecho 1, apenas 2 edifícios possuíam suas fachadas nesta linguagem. No trecho 2, 6 edifícios foram mapeados, com destaque à Escola de Supletivo Professor Paulo Melo (antigo Emílio Médice), além da sede

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O trecho 3 verificam-se 6 edifícios, dos quais se destacaram, o pórtico de entrada do estádio Glicério Marques, a Igreja Católica de Nossa Senhora de Fátima e a Companhia de Eletricidade do Amapá. No trecho 4, foram identificadas 8 fachadas, as quais se situam dispersas pela área.

Com relação à linguagem da Tendência Racionalista no trecho 1, foram identificadas 22 fachadas, distribuídas de forma dispersa, sendo em sua maioria de uso residencial. Por outro lado, no trecho 2 foram verificados 56 edifícios, com usos residenciais, comerciais e mistos. O trecho 3 possuía 32 edifícios racionalistas, com predominância do uso residencial, ao passo que no trecho 4, se concentravam 96 racionalistas. A ocorrência deles se dava principalmente nas ruas Cândido Mendes, São José e Tiradentes, eixos das centralidades comerciais do bairro.

No que diz respeito à linguagem Moderna, o trecho 1 possuía 10 edifícios, que se concentravam principalmente na avenida FAB. Estes correspondem em geral a edifícios públicos, tais como, o Fórum, a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá, a Secretaria de Saúde e a Escola Estadual Gabriel de Almeida Café.

Figura 2 – O mapeamento dos conjuntos das linguagens arquitetônicas na área estudada (2015)



Fonte: elaboração dos autores, 2015. Adaptado da base cartográfica do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Macapá (2011)

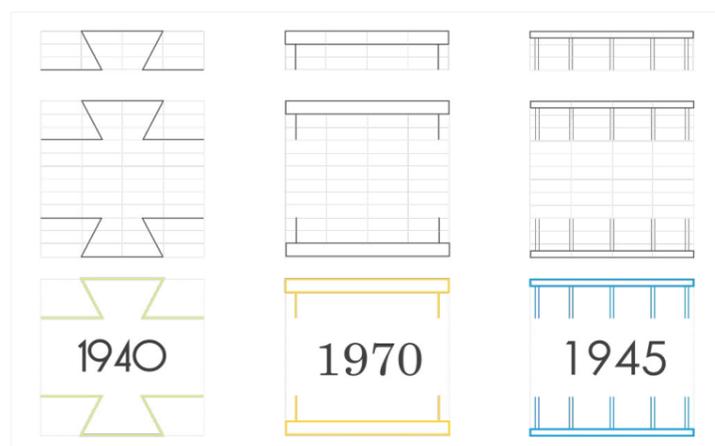
O trecho 2 concentrou o maior número de edificações nessa linguagem com 31 fachadas mapeadas. Nele se encontravam residências, tais como a de funcionários Banco do Brasil, a sede do Ministério Público do Estado do Amapá, Escola de Artes Cândido Portinari, o Palácio Sententrião, o Tribunal de Justiça, o Teatro das Bacabeiras e Agência de Fomento do Amapá. Já o trecho 3, apenas 8 fachadas foram mapeadas, consistiam em edifícios residenciais unifamiliares e uma residência multifamiliar. Já no trecho 4, foram mapeados apenas 10 edifícios.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA

Parte-se do entendimento que além do reconhecimento técnico-acadêmico do patrimônio edificado, este deve ser reconhecido pela população em geral, pois desperta a memória coletiva. Nesse sentido, se pensou na elaboração de pictogramas, definidos por Frutiger (1999) como formas gráficas que exprimem informações sobre objetos de maneira simples, além de expressarem significados através da linguagem e características formais.

Dessa forma, a ideia dos pictogramas foi atrelada ao ensejo de uma proposta de rota para o centro de Macapá, que consiste na identificação dos edifícios por meio de pictogramas de edifícios com potencial valor arquitetônico-patrimonial (figura 3). Sendo assim, os pictogramas foram elaborados mediante a caracterização de elementos formais peculiares das linguagens arquitetônicas abordadas nesta pesquisa.

Figura 3 – Pictogramas das linguagens Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna, respectivamente



Fonte: elaborado por Jacy S. Corrêa Neto, 2015.

O primeiro pictograma à esquerda foi inspirado em detalhes dos ornamentos Art Déco, fazendo referência ao escalonamento e coroaamento da fachada de um edifício. Já o pictograma racionalista, foi pensado na característica do emprego de platibanda. Enquanto que o moderno, visou elucidar a estrutura de laje em concreto armado apoiada em pilotis.

A proposta visa identificação e reconhecimento das linguagens de potenciais patrimônios edificados por meio da criação rótulas metálicas de identificação (figura 4). Dessa forma, os pictogramas elaborados podem ser utilizados na superfície de cada rótula indicando a linguagem de determinado edifício e seu ano de construção. Além disso, os pictogramas poderão ser exibidos em mapas e ou panfletos ligados ao reconhecimento e turismo arquitetônico da cidade, por meio da confecção de mapas que indiquem a localização das edificações e a rota caminhável de cada linguagem.

Figura 4 – Modelação digital das rótulas metálicas



Fonte: elaborado por Jacy S. Corrêa Neto (2015)

As figuras 5, 6 e 7 exibem perspectivas que simulam a relação de identificação dos edifícios e suas referidas linguagens, mediante a incorporação de rótulas metálicas com os pictogramas, localizadas nas calçadas diante das fachadas frontais dos imóveis.

Figura 5 – Simulação digital da identificação pictográfica em frente ao edifício de linguagem Art Déco (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos)



Fonte: elaborado por Jacy S. Corrêa Neto (2015)

Em relação à possibilidade de criação de uma rota de linguagens arquitetônicas para o bairro Central, Brasil (2013) publicou uma versão preliminar do manual “Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil: Orientações técnicas para aplicação” que estabelece diretrizes para elaboração da sinalização em áreas de interesse histórico e patrimonial. Nesse sentido, o mapa das rotas de linguagens deve considerar as sugestões propostas pelo referido manual. A elaboração do mapa não se constitui uma tarefa desta pesquisa, a qual pode fornecer subsídios para seu futuro desenvolvimento.

Figura 6 - Simulação digital da identificação pictográfica em frente a edifício de linguagem Tendência Racionalista (edifício comercial)



Fonte: elaborado por Jacy S. Corrêa Neto (2015)

Figura 7 - Simulação digital da identificação pictográfica em frente a edifício de linguagem Moderna (Escola de Artes Cândido Portinari).



Fonte: elaborado por Jacy S. Corrêa Neto (2015)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da transformação da arquitetura através do ambiente construído é uma maneira de vivenciar potenciais patrimônios da cidade. Dessa forma, esta pesquisa permitiu reconhecer o potencial arquitetônico do bairro Central acerca do patrimônio baseado na identificação das linguagens Art Déco, Tendência Racionalista e Moderna.

O mapeamento possibilitou o reconhecimento de 287 edifícios a partir de suas fachadas. Foi observado que edifícios com fachadas em Art Déco compreendem desde usos escolares, prédios públicos e também residências. Por conseguinte, a Tendência Racionalista foi a que teve maior número de fachadas identificadas, em edifícios com usos predominantes comercial e residencial. Já na linguagem Moderna, os edifícios em geral, consistem em prédios de uso administrativo e ligados à gestão pública.

Foram elaborados modelos de pictogramas que podem auxiliar na identificação de edifícios, além da possibilidade de subsidiarem intervenções a fim de criar uma rota patrimonial para a consolidação de um centro histórico para Macapá.

Esse reconhecimento da linguagem da arquitetura macapaense, destaca a relevância da viabilização de pesquisas que subsidiem a constituição de um centro histórico e intervenções de interesse arquitetônico e patrimonial. A construção de intervenções, tais como as rotas das linguagens arquitetônicas, consiste em uma alternativa para estimular a memória social, e que possibilita maior percepção do ambiente construído, prevenindo o deterioro do patrimônio edificado, e impulsionando políticas públicas de conservação e memória urbana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRESERVA SÃO PAULO. **Nossa cidade, Nossa casa**: conhecendo a arquitetura da cidade e aprendendo a cuidar dela. Edição digital. Associação Preserva São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: www.preservasp.org.br. Acesso em: 25/05/2014.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII** - Belém, Macapá e Mazagão. Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 1998.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil**: orientações técnicas para aplicação. Brasília, 2013.

COLQUHUON, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica** - ensaios sobre arquitetura. Tradução: Christiane Brito. Editora Cosac e Naify, São Paulo, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940**. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. V.16. n.2. p. 47-104. jul.- dez 2008.

CURTIS, William J.R. **Arquitetura moderna desde 1900**. 3ª edição, Porto Alegre, Bookman, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. Editora Ática, 6a. Edição. São Paulo, 1998.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

FRUTIGER, Adrian. **Sinais e símbolos: desenho, projeto e significado**. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

LEMOS, Carlos A. C. O. **Que é Arquitetura**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2003.

PERALTA, Francisco José. **A Arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional**. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de mestrado), Maringá, 2005.

POCOCK, J. **Introd. O conceito de linguagem e o métier d'historien**; Virtudes, direitos e maneiras. In Linguagens do Ideário Político. SP Edusp, 2003. p. 9- 99.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ªed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVEIRA JUNIOR, Antônio Carlos Porto. **Referência, mídia e projeto: Compreendendo a estética da arquitetura protomodernista em Pelotas—RS**. Universidade Federal de Pelotas (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2012.

O MESTRE CONSTRUTOR PEDRO REINALDO E A ARQUITETURA DOS ANOS 60 DE MACAPÁ

Lucas Vinícius Vasconcelos Ramos¹

Dinah Reiko Tutya²

Mirna Façanha Gomes³

Daniela Sampaio⁴

Ana Patrícia Sousa⁵

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo da arquitetura de Macapá dos anos 60, uma edificação localizada no Bairro Central da cidade, obra do mestre construtor Pedro Reinaldo. O trabalho tem por finalidade trazer à tona os atores sociais que não tinham formação acadêmica em arquitetura ou engenharia, mas que contribuíram para construção de modelos arquitetônicos diferenciados no estado do Amapá. A habitação estudada pertenceu ao casal Oscar e Maria Raimunda Santos, sendo considerada um projeto importante de Pedro Reinaldo, seja por pertencer ao “Mestre Oscar”, como também pelo traçado que carrega a hibridização de vários elementos de diversas linguagens arquitetônicas, tais como proto-moderna e modernista da arquitetura brasileira. A pesquisa utilizou o método da etnografia, como meio de exploração e apreensão do espaço urbano e da edificação, despontando para um inventário arquitetônico da cidade que objetiva destacar a arquitetura como um artefato, fruto do saber fazer de uma época.

Palavras-chaves: Mestre construtor; Arquitetura dos anos 60 em Macapá; Etnografia de rua.

ABSTRACT

This paper presents a study about Macapá's architecture in the 60's, an edification located in the downtown area, work made by the master builder Pedro Reinado. The work has the aim of showing social characters that didn't have academic qualification in Architecture or Engineering, although they helped with the construction of different architectural models in the state of Amapá. The house studied belonged to the couple Oscar and Maria Raimunda Santos, it has been considered an important Pedro Reinaldo's Project, for being part of “Mestre Oscar”, as well as the characteristics that loads the hybridization of many elements of different architectural styles, such as protomodern and modernist of Brazilian Architecture. The research used the method of ethnography, as a way of exploration and seizure of the urban space and the edification, creating an architectural inventory of the city that aims highlight the architecture as an artifact, result of know-how in that age.

Keywords: Master builder; Architecture in the 60's in Macapá; Street ethnography.

¹ Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. lucasviniciuscg.lv@gmail.com.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. dinahtutya@hotmail.com.

³ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. mirna_gomes10@hotmail.com.

⁴ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. dany.dias_sampaio@hotmail.com.

⁵ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. anapatriciapereiradesouza@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O Amapá, assim como outros estados brasileiros, apresenta no tecido urbano e rural de suas cidades vestígios da arquitetura que transitam pelas “Eras” arquitetônicas, indo da pré-colonização portuguesa até a contemporaneidade. Dentre estes marcos, destacamos, nos anos 50, as Vilas de Serra do Navio e Amazonas de Oswaldo Bratke, para a ICOMI, grandes projetos de um arquiteto que se destacou nacionalmente pela linguagem modernista de sua produção; nos anos 70, o prédio da Polícia Militar, o prédio da Secretaria de Infra Estrutura e a Escola Tiradentes do arquiteto Vilanova Artigas, marcos arquitetônicos atrelados à arquitetura moderna. Ambos momentos configurados a partir de uma produção exógena ao Território do Amapá, elaboradas por arquitetos da região sudeste do Brasil.

O recorte de tempo entre as décadas 50 e 70, no tecido urbano da cidade de Macapá, se consolidou uma outra arquitetura, numericamente maior em relação aos “Grandes Modelos”, citados anteriormente, que para muitos parece invisível e sem significado para a cultura arquitetônica, a “pequena arquitetura” que se configurou neste período. Destacaremos no trabalho, uma pesquisa em andamento, que tem por finalidade trazer a tona os atores sociais que não tinham formação acadêmica, mas que contribuíram para construção de modelos arquitetônicos diferenciados no estado, como é o caso do mestre construtor Pedro Reinaldo.

1. ETNOGRAFIA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA

A rigidez do pensamento mecanicista ainda tem seu lugar reservado dentro da área do conhecimento da arquitetura, relegando muitas vezes a dimensão simbólica e imaterial intrínseca dos processos de construção, reconstrução e ressignificação dos objetos, ao segundo plano. A antropologia visa contribuir para relativizar o olhar aos objetos arquitetônicos e determinados conceitos. Assim, a experiência da etnografia de/na rua, possibilita revelar ao pesquisador a conformação do espaço além das amarras da trena, dos valores numéricos, da exatidão das áreas, da materialidade consolidada por si no espaço.

A paisagem construída de uma cidade pode ser interpretada sob várias perspectivas. Neste trabalho demonstramos como a abordagem etnográfica auxilia neste (re)conhecimento da cidade, da arquitetura, das relações sociais estabelecidas entre as pessoas e a materialidade arquitetônica, sobretudo a pequena arquitetura, invisível ao olhar da historicidade.

A etnografia é o método utilizado na antropologia, para seu entendimento, se faz necessário, uma breve explanação sobre antropologia social e cultural – ou etnologia. Esta é uma das cinco áreas da antropologia, que objetiva estudar o homem, a cultura humana, dentro de sua diversidade. Sua abrangência recai sobre tudo que constitui a sociedade como:

[...] seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimentos, suas crenças religiosas,

sua língua, sua psicologia, sua criação artística (LAPLATINE, 2000, p.19).

Segundo Laplatine (2000), o método etnográfico, seja em qualquer polo teórico, está pautado na observação direta dos comportamentos sociais, em um período de tempo durável ou transitório, onde além da coleta de informações, o etnógrafo impregna-se – pela imersão – da sociedade estudada, apreendendo os significados e a lógica própria envolvidas nesta troca.

O autor ressalta outro ponto importante à prática etnográfica, que consiste na não neutralidade do pesquisador para com a observação em campo, uma vez que o observador se faz incluso no estudo do fenômeno social. O pesquisador é um sujeito observando outros sujeitos, assim a objetividade “pura” neste ato é praticamente impossível, pois ao se colocar em campo, o observador perturba o meio, assim como é perturbado por ele. Desta forma, este fazer etnográfico não deve reprimir a subjetividade intrínseca ao método, colocar-se na pesquisa faz parte da construção do objeto científico. A atitude de estranhamento é um pré-requisito para o trabalho de campo e deve ser uma constante no trabalho do antropólogo. O distanciamento e o estranhamento proporcionam uma revolução no olhar, o contato do antropólogo com outras culturas faz com que o mesmo enxergue melhor a sua própria cultura.

Velho (1980) adentra em um destes pré-requisitos, a familiaridade com a sociedade em que o pesquisador está inserido. Segundo o autor, estar familiarizado com uma paisagem social, e saber identificar os agentes que dela fazem parte, não significa que o pesquisador tenha a compreensão das redes de relações ali estabelecidas, pois este conhecimento pode estar comprometido com a sua rotina, hábitos e estereótipos, assim o que lhe é familiar pode proporcionar maior grau de dificuldade durante a investigação do que o estudo de uma sociedade tradicional.

No que tange o objeto de pesquisa, Laplatine (2000) coloca que a etnologia não tem objeto próprio, porém a tendência do pesquisador é dedicar-se para as sociedades “mais exteriores da sociedade global”, também não existe objeto indigno à pesquisa. Parte da renovação do campo das ciências humanas é delegada a influência da antropologia. Na arquitetura, por exemplo, o olhar do pesquisador volta-se à compreensão daquela cultura material que abrange as construções de caráter popular, a auto-construção, entre outras manifestações, deslocando assim, o olhar do caráter monumental, ou da linguagem arquitetônica já categorizada dentro de um modelo determinado, portanto, ampliando o horizonte do estudo da Arquitetura.

Desta forma, sabemos que o fazer antropológico tem também como campo, o estudo da própria sociedade do pesquisador, assim quebra-se a identidade da antropologia ligada unicamente ao interesse pelo exótico e distante, e ao penoso trabalho de campo. O fazer antropológico é de natureza interpretativa, não uma interpretação objetiva, mas uma interpretação que tenha o intuito de refletir “[...] a maneira como culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências [...]” (VELHO, 1980, p.3).

Com base nos pontos destacados, recorta-se a escala do campo e do tempo para o que entende-se por etnografia de rua. Os estudos e o método proposto por Rocha e Eckert (2001) – etnografia de rua – visa (re)conhecer os espaços e as formas de sociabilidade dos agentes que neles interagem e contribuem para o constante estado de metamorfose das cidades. Este método se utiliza da figura do flaneur, personagem baudelariano o qual caminha pela cidade com um percurso sem destino fixo, “inscrevendo” as práticas e saberes dos agentes a partir da observação e conversação, o etnógrafo, este andarilho errante, faz uso de recursos como câmeras fotográficas, ou de vídeo, instrumentos que “[...] passam a fazer parte de seu olhar e atitude de coleta de dados de pesquisa: o exercício da etnografia de rua inclui então, ‘a câmera na mão’” (ROCHA; ECKERT, 2001, p.4). As autoras acrescentam ainda que a etnografia de rua consiste:

[...] na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas sem destino fixo nos territórios. A intenção não se limita, portanto, apenas a retornar o olhar do pesquisador para a sua cidade por meios de processos de reinvenção/reencantamento de seus espaços cotidianos, mas capacitá-lo às exigências de rigor nas observações etnográficas ao longo de ações que envolvem deslocamentos constantes no cenário da vida urbana (ROCHA; ECKERT, p.6, 2001).

Assim, a etnografia de rua é utilizada com objetivo do (re)conhecimento, do (re)encantamento da cidade e sua arquitetura. Dando enfoque para a identificação de ornamentos, linhas e materiais construtivos que expressam uma linguagem arquitetônica pré-estabelecida pela historiografia brasileira da arquitetura.

2. A “CASA DA FAMÍLIA SANTOS”

O estudo da arquitetura brasileira, seguindo a linha cronológica de sucessões das linguagens arquitetônicas, coloca o aluno em contato com vários movimentos da arquitetura no final do século XIX e início do século XX. A República Velha e a República Nova trazem na consolidação do espaço edilício brasileiro, os elementos que vão configurar: a linguagem eclética e sua gama de matizes, o neocolonial, o art-déco e o modernismo. Todos, de certa maneira, irão alterar a forma de relacionamento da arquitetura com o lote urbano ou rural, além desse fato, marcam a utilização de novos materiais, técnicas construtivas, disposição dos ambientes em planta, tratamento de fachadas, novas tipologias, ornamentos e assim por diante, ou seja, um conjunto de elementos auxilia a distinguir as referidas linguagens.

A cidade de Macapá apresenta um processo voraz de apagamento de sua arquitetura, são poucas referências anteriores ao século XX que ainda encontram-se no tecido urbano. Ao tratarmos dos exemplares do século XX, como o Neocolonial, o Art Déco e o Modernismo, são modelos que ainda vigoram no espaço, assim como resquícios dos mesmos. Desta forma, ao caminhar pela cidade é possível identificar tais referências, os códigos, nas fachadas das edificações.

A metodologia desenvolvida neste trabalho pautou no contato vi-

sual da identificação dos elementos e posteriormente no conhecimento da edificação. O objeto de estudo “Casa da Família Santos”, localizada no Bairro Laguinho, na Rua Enertino Borges de esquina com a Rua São José (Fig. 01), carrega ornamentos significativos para destacá-la do tecido edilício da cidade.

Figura 01: mapa de localização do objeto de estudo em relação aos marcos visuais patrimoniais da cidade de Macapá



Fonte: Google Maps, modificado pelos autores, 2018.

A partir da identificação do objeto de estudo, houve o contato com os antigos moradores da edificação, realizado através entrevistas diretas.

Figura 02: Vista da “Casa da Família Santos”



Fonte: Ramos, 2017

2.1. CONHECENDO A EDIFICAÇÃO

O olhar sobre o antigo casarão da década de 60 foi relativizado, o contato com antigos moradores e outros personagens que emergiram na rede de relações que envolvem o objeto de pesquisa, possibilitou a rememoração de tempo passado e das experiências de vida de outros contextos históricos os quais a casa e seus usuários participaram. O que antes era apenas um casarão antigo passou a ter outro significado, tanto para os usuários, como para os autores do trabalho, despertando em ambos a importância cultural da edificação no contexto urbano de

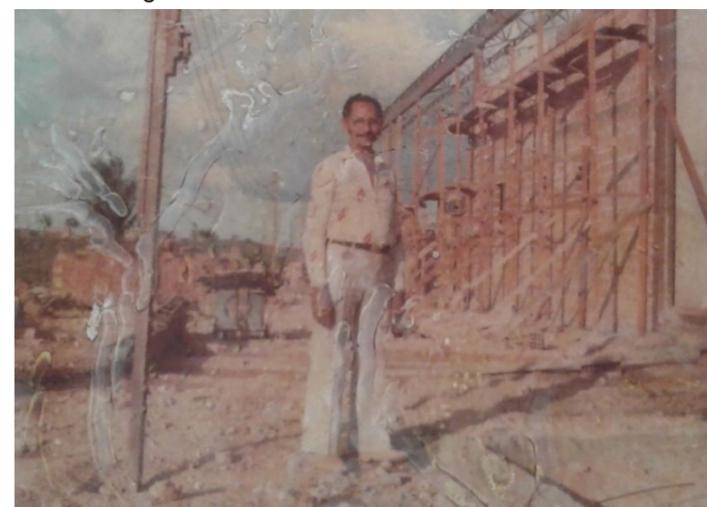
Macapá.

A residência pertenceu à figura pública da cidade de Macapá “Mestre Oscar”, compositor do hino do estado, e sua esposa Raimunda Santos. Segundo o documento “Titulo de aformamento”, cedido pela atual moradora da casa¹, o terreno da residência foi comprado em 1951, primeiramente o lote foi dividido, sendo construído um grande casarão e uma pequena escola de musica, ambos em madeira. Segundo a família, a escola foi responsável pela formação de diversos músicos do estado.

No ano de 1976 com a morte do músico, Raimunda Santos, deu continuidade ao projeto da escola de música, que passou por uma reforma em 1978, sendo a madeira substituída pela alvenaria no início dos anos 80. Esta reforma foi realizada por Benedito Ramos “Bena”, o qual trabalhou como pedreiro para o mestre construtor Pedro Reinaldo, responsável pelo projeto e execução da residência. Este mestre construtor também trabalhou em outras edificações em Macapá, tais como: o Colégio Amapaense (CA); a atual Escola Estadual Gabriel Almeida Café; o prédio do Banco do Brasil localizado próximo a Residência do Governador e reformas no Hospital Geral de Macapá. Projetou também algumas residências².

Mestre Pedro Reinaldo natural do estado do Pará, da Ilha do Marajó, mais precisamente Salva Terra, mudou-se para Macapá na adolescência, com a ajuda de sua prima Raimunda Santos, iniciando sua carreira na construção civil aos 17 anos na década de 40, adquirindo experiência na profissão e se tornando mestre de obras (Fig. 03).

Figura 03: Pedro Reinaldo no canteiro obras



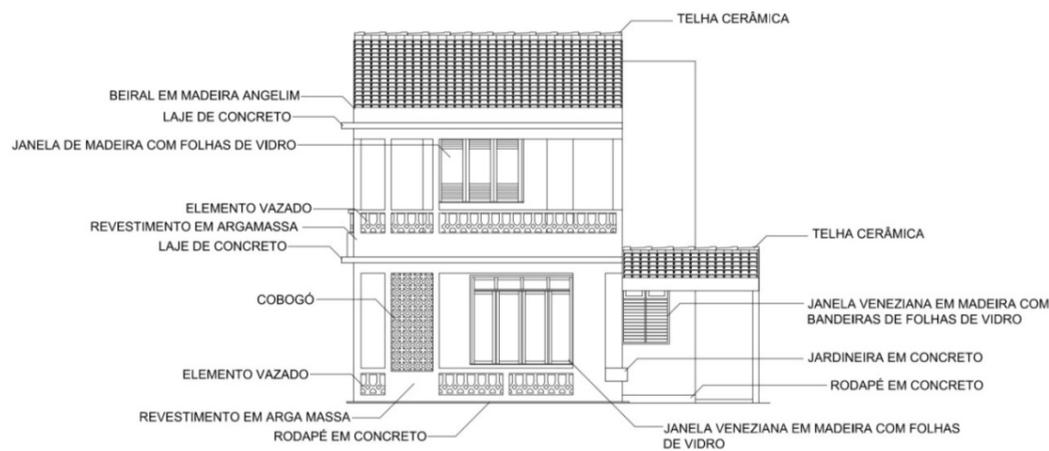
Fonte: acervo da família Nascimento, sem data.

Apesar de não ter se graduado em arquitetura ou engenharia civil, Pedro Reinaldo solucionava seus próprios cálculos estruturais e foi capaz de edificar construções admiradas e elogiadas, devido à criatividade. Sua concepção projetual era pautada no conforto ambiental de suas obras, assim como a adoção de elementos construtivos e a utilização de materiais diferenciados para a sua época, como foi o caso da “Casa da Família Santos” (Fig. 04).

1 Entrevista concedida por Maria Lúcia Ramos à Lucas Ramos em 27/06/2017.

2 Entrevista concedida por Rosana Oliveira do nascimento à Lucas Ramos, em 01/10/2017.

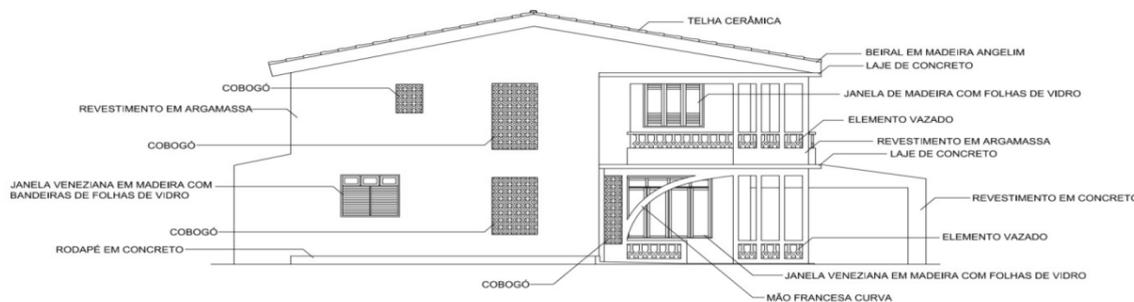
Figura 04: Vista da fachada frontal



Fonte: elabora pelos autores, 2017.

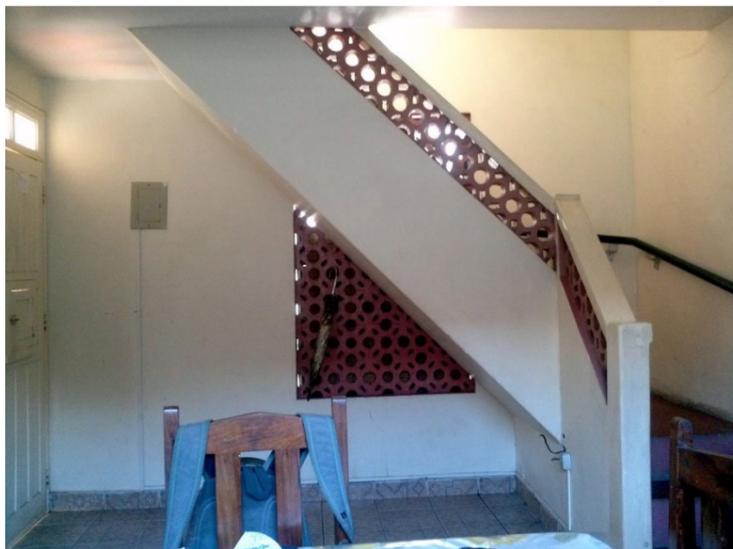
Esta edificação é marcada pelo traçado que carrega a hibridização de elementos da linguagem proto-moderna e modernista da arquitetura brasileira cobogós, mão francesa curva em concreto (Fig. 05), guarda corpo em elementos vazados em concreto (Fig. 06) – e detalhes clasicista. Segundo, Rosana Nascimento, o mestre inspirado nas obras de Oscar Niemeyer, utilizou elementos vazados em concreto que remetiam às formas do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada.

Figura 05: Vista da fachada lateral, oeste



Fonte: elabora pelos autores, 2017.

Figura 06: Vista da sala com a escada e a parede com cobogós



Fonte: Ramos, 2017.

orgânicas quebrando a linearidade absoluta, características em muitas obras modernas. Nas paredes mantinha a falta de ornamentos, ou aplicava elementos em baixo relevo para lembrar os fustes clássicos das antigas colunas greco-romanas, transmitindo sensação de grandeza (Fig. 07).

Figura 07: Vista da varanda do pavimento superior, com detalhe do acabamento na parede, simulando as caneluras das colunas clássicas



Fonte: Ramos, 2017.

As soluções estruturais adotadas na edificação foram pilares lisos e delgados, visualizados ao longo das fachadas frontal e lateral, com secções de 9x9cm. A linearidade dessas formas é quebrada com a introdução de uma mão francesa curva. No interior dos ambientes, mestre Pedro, utilizou arcos plenos entre os ambientes e para o revestimento de forro, adotou a madeira Angelim pintada em branco. No revestimento do piso tacos de madeira e cerâmicas tipo São Caetano, retangulares e hexagonais. Na área externa, mais precisamente na passarela, utilizou azulejos em cacos, sem configuração de desenhos definidos. Nas esquadrias de janelas empregou modelos diferenciados, em madeira e vidro, com venezianas móveis e fixas e outras cegas vedadas com almofadas. As esquadrias de portas também são de madeira, com uma bandeira em vidro no térreo e a bandeira em veneziana fixa no pavimento superior.

As soluções adotadas para beneficiar a edificação, na implantação do terreno foram: na fachada principal, uma pequena varanda impede a incidência solar nos quartos e na sala de jantar; os cobogós que protegem do sol poente e juntamente com as aberturas das janelas voltadas para o leste permitem uma ventilação cruzada; cobertura em telha de barro tipo Marselha.

A residência sofreu alterações ao longo tempo, transformando aos poucos sua arquitetura de original projetada por Mestre Reinaldo, como por exemplo, o muro baixo de detalhes vazados seguindo a estética da residência, onde atualmente o muro não mais existe. A edificação contava também com áreas permeáveis nos afastamentos laterais, frontal e posterior, porém nos anos 2000, estas áreas foram concretadas tornando o terreno totalmente impermeável. O conjunto de elementos, materiais e soluções adotadas demonstram, face ao conjunto que vinha

se consolidando na cidade até a década de 60, uma iniciativa de inovação, de inventividade, se desprendendo dos modelos habitacionais que estavam atrelados à uma linguagem neocolonial e ao art déco.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias dos usuários da edificação, os relatos de vida, as fotos antigas cedidas fizeram com que atestássemos que a “Casa da Família Santos” é dotada de um valor significativo para a história da arquitetura local. O contato com os usuários possibilitou a coleta de informações que auxiliaram conhecer não apenas a trajetória da habitação, mas também o conhecimento da figura do mestre construtor Pedro Reinaldo, que como outros mestres construtores que vieram residir em Macapá nos anos 40, contribuíram para a consolidação de modelos arquitetônicos expressivos, nas mais variadas tipologias.

A partir dos dados coletados, foi realizado o levantamento físico da “Casa da Família Santos”, assim como as recomposições digital da fisionomia da edificação – pautada nas memórias e documentos – em dois diferentes momentos: nos anos 60 (Fig. 08) e a representação nos anos 90 (Fig. 9), com algumas alterações na estrutura original e a presença da pátina.

Figura 8: Reconstituição gráfica da edificação de 1966.



Fonte: produzida pelos autores, 2019.

Figura 9: Reconstituição gráfica da edificação de 1997.



Fonte: produzida pelos autores, 2019.

sentação tridimensional de um bem, tanto a novidade quanto o valor de antiguidade (Riegl, 2006) uma vez que as reconstituições realistas geradas pelo programa 3D Studio Max, nos ajudam a entender visualmente como os aspectos de má conservação da edificação - como desgastes, acúmulo de limo e outras texturas - contribuem para ativar a rememoração dos usuários. Os mesmos ao terem contato com as representações foram capazes de se emocionar diante das imagens, trazendo à tona memórias das épocas representadas. O realismo no tratamento das imagens tridimensionais foi uma ferramenta importante ao resgate das experiências vivenciadas em determinado contexto.

Destaca-se também a etnografia de rua para (re)conhecimento da arquitetura da cidade, possibilitando o contato com informações que vão além da classificação de edificações em linguagens arquitetônicas, ao escutar as falas dos atores sociais que narraram suas memórias de uma cidade do século XX. Desvelar a figura do construtor Pedro Reinaldo nos colocou em uma nova perspectiva, a de pensar a construção da cidade pelas mãos dos mestres construtores. Conseqüentemente investigar seus referências projetuais, a identificação do repertório visual, de materiais, de técnicas construtivas e as soluções projetuais que foram consolidadas formalmente nas edificações. O registro dessas informações reforça a importância do objeto de estudo deste trabalho, assim como os desdobramentos, para a compreensão da história da arquitetura de Macapá.

REFERÊNCIAS

- LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- RIEGL, Alois. *O Culto dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Ética e Imagem: Um percurso*. Porto Alegre: Projeto ABA/FORD, 2000.
- VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: Gilberto Velho (org.), *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

